

EUNICE MARIA DAS DORES NICOLAU

AS PROPRIEDADES DE  
SUJEITO NULO E ORDEM V-S  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Eunice Maria das  
Dores Nicolau  
e aprovada pela Comissão Julgadora em  
15 / 12 / 95  
MARY  
PROFA DRA MARY AIZAWA KATO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas - dezembro/1995

96017 500

EUNICE MARIA DAS DORES NICOLAU

AS PROPRIEDADES DE  
SUJEITO NULO E ORDEM V-S  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Aizawa Kato

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas - dezembro/1995

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL



II	BC
IV	ADA: N543p
V	E.
Tot.	3C/26768
PROC	667196
C	<input type="checkbox"/> D X
PRECO	11,00
DATA	08 02 96
N.º CPD	

CM-00083095-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

N543p

Nicolau, Eunice Maria das Dores

As propriedades de sujeito nulo e ordem V-S no português brasileiro / Eunice Maria das Dores Nicolau. - - Campinas, SP : [s.n.], 1995


Orientador: Mary Aizawa Kato


Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

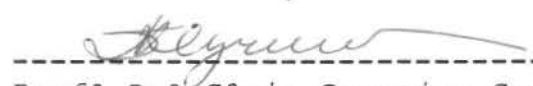
1. Sintaxe. 2. Gramática. 3.\* Sujeito nulo. 4.\* Ordem V-S. I. Kato, Mary Aizawa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

**BANCA EXAMINADORA**

  
-----  
Profª Drª Mary Aizawa Kato - Orientadora

  
-----  
Profª Drª Jânia Martins Ramos

  
-----  
Profª Drª Maria Cristina Figueiredo Silva

  
-----  
Profª Drª Sônia Cezarino Cyrino\*

  
-----  
Profª Drª Charlotte C. Galves

\*nome correto: Sonia M. Lazzarini Cyrino

*A Fernando Tarallo,*

*Esta tese - não sei se tão "linda"  
quanto ele imaginou que seria, mas tão  
linda quanto pude fazer, em respeito à  
sua expectativa e à sua memória.*

## **Agradeço:**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES-PICD/UFMG), pela Bolsa de Estudos a mim concedida.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mary Ayzawa Kato, por ter assumido a minha Orientação, pelas discussões esclarecedoras e pelos comentários e sugestões, que muito contribuíram para a elaboração desta Tese.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Charlotte C. Galves, pela paciência com que se propôs a acompanhar a minha "alfabetização em Gramática Gerativa".

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cristina Figueiredo Silva, pelos comentários e pelas questões colocadas durante a qualificação desta Tese.

Ao Prof. Dr. Milton do Nascimento, pelas observações positivas sobre as minhas intuições e pelas frutíferas discussões, que me levaram a formular novas questões e me apontaram trilhas a seguir na busca de respostas.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Jânia Ramos, pela leitura cuidadosa de uma primeira versão deste texto e pela disponibilidade em discutir as questões nele abordadas.

Aos amigos da FALE/UFMG - principalmente aos colegas do Departamento de Letras Vernáculas - pela confiança e pelo constante incentivo.

Aos professores do IEL dos quais pude trazer lembranças de uma boa convivência: Ataliba de Castilho, Carlos Franchi, Enide Yatsuda, Eric Sabinson, Ester Scarpa, Hakira Osakabe, João Wanderley Geraldi, Luiz Carlos Cagliari, Maria Bernadete Abaurre, Maria Irma Coudry, Maria Laura Sabinson, Rodolfo Ilari, Sírio Possenti, Tânia Alkmin e, especialmente, Celene Margarida Cruz (pelas agradáveis visitas).

Aos colegas, Cida Torres, Lígia Negri, Vicente Cerqueira, Gladis Massini-Cagliari, Angel Corbera, Cristina Magro, Márcia Cançado, Geraldo da Luz, Helena Brito, Beatriz, Marilza, Emílio, Ruth, Nilmara, Rosane, Sonia Cyrino, Margareth, Graça, Denise Lino, Célia, Eva, Heronides e Josalba, pelo companheirismo.

A Sérgio Menuzzi, pela gentileza em me permitir o contato com textos que trouxeram valiosa contribuição para este trabalho.

À Ivone Nicolau, pela revisão final de parte desta tese.

Aos amigos, Mary e Dr. Kato, Sr. Angelo e D. Luzia, Corinta, Ana, Meire, Eudson Ferreira e Gustavo Torres, por contribuírem para o meu bem-estar em Campinas.

Aos meus familiares, incansáveis cúmplices das minhas buscas:

.. as minhas tias, Lica (em memória) e Irinha, que viabilizaram a concretização do meu desejo de ser sempre "estudante";

.. alguns, que, em função deste trabalho, assumiram tarefas que seriam minhas;

.. outros, que, enquanto estive em Campinas, me levaram ou fizeram chegar o afeto - inimigo de qualquer fantasma em que é possível se apresentar travestida a saudade.

Em especial, a amigos que, de forma especial, contribuíram para a realização deste trabalho:

.. Marco Antônio de Oliveira, que deixou à minha escolha: fazer o Doutorado ou não falar mais com ele. Chantagem "de Mestre" às vezes funciona!

.. Milton do Nascimento, de quem roubei muitos "minutos de almoço e descanso" para falar dos meus embaraços e das minhas angústias.

.. Jorge Munhoz, "meu companheiro da temerária Fernão Dias".

.. Raquel Salek Fiad - com quem aprendi que confiança e solidariedade não são apenas para velhos amigos - pelo respeito, pelo incentivo e pela maneira carinhosa com que continua me acolhendo.

.. E, finalmente, a Seung Hwa Lee.

AS PROPRIEDADES DE SUJEITO NULO E ORDEM V-S  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

EUNICE MARIA DAS DORES NICOLAU

Resumo

Esta tese discute a caracterização do português do Brasil (PB) quanto a duas propriedades das "línguas pro-drop": possibilidade de sujeito nulo e possibilidade de ORDEM Verbo-Sujeito.

Estudos recentes têm defendido, com base em análises Variacionistas, que o PB teria perdido tais propriedades, mais exatamente, o caráter pro-drop. Diferentes análises atribuídas a esses fenômenos suscitam questões que apontam para a possibilidade de serem reinterpretados nos moldes da Teoria no seu estágio atual.

Partindo desses fatos, esta tese argumenta em favor desta hipótese: o PB caracteriza-se por continuar apresentando a possibilidade de sujeito nulo e não apresentar a ORDEM V-S. Mostra que a referida proposta de mudança não se sustenta diante do modelo de Princípios e Parâmetros e de outras análises Variacionistas. Busca explicar a possibilidade de sujeito nulo (expletivo e referencial, no PB: a) aponta questões quanto ao papel de Agr em relação à possibilidade de sujeito nulo e à caracterização de Agr, no âmbito da TRL; b) reformula a Teoria de pro (RIZZI:1986), redefinindo licenciamento formal (adotando noções de checagem e traços (cf. CHOMSKY:1995), identificação (assumindo que tal processo envolve traços- $\phi$  e o traço Referência) e FLEXÃO RICA - a característica pro-drop, exibida pelo PB (assumindo a distinção pessoa/não-pessoa (cf. BENVENISTE:1988)). Por fim, com base em CHOMSKY(1995), analisa a ORDEM V-S no PB, que consiste na ocorrência de DP[-Acus] pós-verbal - propõe que esse DP é um OBJETO NOMINATIVO, que figura em sentenças com SVO e, não, ORDEM V-S.

TESE DE DOUTORADO  
ORIENTADORA: MARY AIZAWA KATO  
UNICAMP - DEZEMBRO/1995

AS PROPRIEDADES DE SUJEITO NULO E ORDEM V-S

NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

EUNICE MARIA DAS DORES NICOLAU

Abstract

This dissertation discusses the characterization of Brazilian Portuguese (BP) in terms of two properties of pro-drop languages, namely the possibility of null-subjects and the possibility of V-S order.

Recent studies have argued, on the basis of variationist analyses, that BP has lost these two properties or, more specifically, its pro-drop character. Different analyses for these phenomena, on the other hand, have raised some issues which suggest their reinterpretation, cast in terms of the current stage of Generative Theory.

Proceeding from these facts, this dissertation argues in favour of the following hypothesis: BP can be characterized as presenting the possibility of null-subjects while rejecting V-S order. It shows that the above mentioned proposal of change cannot be maintained when faced with the Principles & Parameters model and with other variationist analyses. Concerning the possibility of null-subjects (either expletive or referential) in BP this dissertation a) points to some aspects related to the role of Agr in relation to the possibility of null-subjects and the characterization of Agr in terms of GB theory; b) reformulates the pro-Theory (RIZZI: 1986), by redefining formal licensing (by adopting the notions of checking and features (cf. CHOMSKY: 1995)), identification (by assuming that this process involves  $\phi$ -features and the feature Reference) and Rich Inflection - the pro-drop characteristic exhibited by BP (by assuming the person/-non-person distinction (cf. BENVENISTE: 1988)). Finally, on the basis of CHOMSKY (1995), this dissertation analyses the V-S order in BP, which consists of the occurrence of post-verbal [-ACUS] DP, and proposes that this DP is a NOMINATIVE OBJECT, which appears in SVO sentences, and not in the V-S order.

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADORA: MARY AIZAWA KATO

UNICAMP/DEZEMBRO DE 1995

## SUMÁRIO

### Capítulo 1 - Introdução

1.1	Problema e Hipótese.....	1
1.2	Objetivos.....	12
1.3	Organização da Tese.....	14
1.4	Os Pressupostos Teóricos.....	16
1.4.1	O Programa Minimalista.....	17
1.4.1.1	O Sistema computacional.....	17
1.4.1.2	O Acesso Lexical.....	18
1.4.1.3	As Operações de Construção.....	19
1.4.1.4	A Checagem dos Traços Morfológicos.....	21
1.4.1.5	Sobre os Traços Morfológicos.....	21
1.4.2	Outros pressupostos assumidos.....	25
1.4.2.1	As Possibilidades de Caso segundo NUNES(1994).....	25
1.4.2.2	A Noção de Projeção Máxima.....	27

### Capítulo 2 - Os Resultados de Análises Quantitativas da Representação do Sujeito no PB: Indícios de uma Nova Gramática?

2.1	Considerações Iniciais.....	30
2.2	A Hipótese de Mudança no PB.....	31
2.2.1	A Concepção Teórica Assumida por TARALLO(1993b)....	35
2.2.2	As Noções de Parâmetro e de Variação Paramétrica... 37	
2.2.3	O Estudo de RAMOS(1992).....	38
2.2.4	Retomando a Análise de TARALLO(1993b).....	42
2.2.4.1	O problema relativo à noção de mudança paramétrica.44	
2.2.4.2	O problema relativo à noção de Parâmetro <u>pro-drop</u> ..48	
2.3	O PB: Uma Língua sem Sujeito Nulo?.....	49
2.3.1	A (Im)possibilidade de Sujeito Nulo no PB.....	50
2.3.2	O Sujeito no Português Culto Falado: evidência da possibilidade de sujeito nulo no PB.....	57
2.4	Conclusão do Capítulo 2.....	65
2.4.1	O PB: Uma Língua <u>não-pro-drop</u> ?.....	65
2.4.2	Sobre o Estatuto de Estudos Variacionistas na Construção de uma Teoria da Gramática .....	67
2.4.3	Sobre o Uso do Sujeito Pronominal Lexical no PB ....	71
2.4.4	A Aparente Contradição Revelada pelos Números .....	72

### CAPÍTULO 3 - A Possibilidade de Sujeito Nulo no Português Brasileiro

3.1	Considerações Iniciais.....	74
3.2	O Estatuto da Flexão no Licenciamento do Sujeito Nulo .....	79
3.2.1	O Fenômeno " <u>pro-drop</u> " na TRL .....	79
3.2.2	O Parâmetro <u>pro-drop</u> em Questão .....	87
3.2.2.1	A Possibilidade de Sujeito Nulo nas Línguas sem Flexão .....	87



3.2.2.2	A Possibilidade de Sujeito Nulo e os Limites da Flexão .....	89
3.2.3	A Identificação do Sujeito Nulo e a Caracterização da Flexão .....	91
3.2.3.1	A Constituição Morfo-fonológica do Verbo e o Parâmetro do Sujeito Nulo .....	91
3.2.3.2	A "Riqueza Funcional" de Agr - uma Redefinição em Termos Quantitativos .....	92
3.2.3.3	A Uniformidade dos Paradigmas e a Possibilidade de Sujeito Nulo .....	94
3.2.3.4	Conclusão Parcial I: A Noção de Caráter <u>pro-drop</u> ..	96
3.2.4	A Caracterização de FLEXÃO RICA e os Dados do Português Brasileiro .....	97
3.2.4.1	As Hipóteses de Mudança no PB.....	99
3.2.4.1.1	A Perda da "Riqueza Funcional do Paradigma e os Mistérios Revelados pelos Dados do PB .....	99
3.2.4.1.2	Mais Mistérios: A Perda da "Riqueza Flexional" e do Princípio "Evite Pronome" no PB .....	104
3.2.4.1.3	A Perda da "Riqueza Flexional" e a Interpretação do Sujeito <u>pro</u> no PB .....	105
3.2.4.1.4	O Enfraquecimento de Agr: Causa de Mudanças Superficiais .....	111
3.2.4.2	A Hipótese de Especialização no Uso de Categorias Vazias e Lexicais na Posição de Sujeito do PB.....	114
3.2.4.3	A Hipótese de Variação no Nível do Paradigma dos Pronomes Fracos no PB .....	116
3.2.4.4	Conclusão Parcial II: A Ineficiência das Propostas da Caracterização de FLEXÃO RICA.....	117
3.3	<b>A Possibilidade de Sujeito Nulo:</b> <i>Uma Explicação nos Moldes do Programa Minimalista ...</i>	120
3.3.1	As Propostas de Explicação para a Possibilidade de Sujeito Nulo no Âmbito da TRL .....	120
3.3.1.1	Os Limites da "Teoria de pro" .....	121
3.3.2	Sobre o Traço de Pessoa e a Noção de Referência ....	122
3.3.3	Por uma Nova Concepção de Licenciamento Formal ....	124
3.3.3.1	Sobre a Posição do Sujeito .....	125
3.3.3.2	A Relação entre Papel- $\Theta$ e Sujeito.....	132
3.3.3.3	Por uma Definição de SUJEITO .....	135
3.3.3.4	Uma Redefinição de SUJEITO e o Licenciamento do SUJEITÒ <u>pro</u> .....	140
3.3.4	Por uma Nova Noção de Identificação .....	143
3.3.4.1	Sobre a Questão da Identificação na Literatura ...	143
3.3.4.2	Sobre a Noção de Referência .....	144
3.3.4.3	O "Conteúdo Referencial" das Categorias Pronominais .....	146
3.3.4.4	Por uma Nova Caracterização de FLEXÃO RICA .....	150
3.3.4.4.1	A Noção de Pessoa e o Paradigma do PB .....	150
3.3.4.5	A Redefinição de "Riqueza" de Paradigma Flexional.	153
3.3.5	A Identificação do SUJEITO <u>pro</u> no PB .....	160
3.3.5.1	Sobre a Identificação do Sujeito <u>pro</u> marcado [-pessoa] .....	161
3.4	<b>Resumo do Capítulo 3 .....</b>	162

Capítulo 4 - A Inexistência da Ordem Verbo-Sujeito  
no Português Brasileiro

<b>4.1 Considerações Preliminares.....</b>	<b>166</b>
<b>4.2 A ORDEM-VS sob a Ótica da TRL.....</b>	<b>170</b>
4.2.1 A ORDEM-VS e o Parâmetro pro-drop.....	170
4.2.2 A ORDEM V-S: Tipologia I.....	171
4.2.3 A (Im)possibilidade da Ordem VS: uma Questão de Caso?.....	172
4.2.4 Sobre a ORDEM-VS no Português Europeu.....	179
4.2.4.1 A Inexistência de Inversão Livre.....	179
4.2.4.2 O Caso nas Construções Inacusativas e Passivas...	187
4.2.5 Sobre a ORDEM-VS no Português Brasileiro.....	195
4.4.5.1 As Restrições sobre a ORDEM V-S no PB.....	195
4.2.5.2 O "Sujeito Posposto" Nominativo .....	200
4.2.5.3 O "Sujeito Posposto" Partitivo.....	208
4.4.5.4 Sobre o estatuto do DP[-Acusativo] Pós-verbal....	213
4.2.5.5 Os Tipos de ORDEM-VS do PB: Tipologia II.....	216
<b>4.3 A ORDEM V-S no PB e os Resultados dos Estudos Empíricos.....</b>	<b>221</b>
4.3.1 Sobre a Função da ORDEM-VS.....	222
<b>4.4 A Questão do FOCO e os Dados do Português.....</b>	<b>224</b>
4.4.1 As construções Inacusativas do PB e a Noção de Foco.....	226
4.4.1.1 Os Dados do PB em Contraste com Dados do PE .....	226
4.4.2 Sobre a Relação entre FOCO e Ordem das Palavras.....	234
<b>4.5 O Licenciamento do DP[-Acus] Pós-verbal: uma Reinterpretação nos Moldes Minimalistas.....</b>	<b>242</b>
4.5.1 As Construções com Verbo[-Acus].....	242
4.5.1.1 Sobre o Constituinte Foco e o traço [+F].....	245
4.5.1.2 O Licenciamento do Objeto Nominativo.....	247
4.5.2 A Questão do Expletivo.....	251
4.5.3 Sobre uma Análise Unificada para as Sentenças Inacusativas.....	258
<b>4.6 A Relação entre a Possibilidade de Sujeito Nulo e a Possibilidade de ORDEM-VS.....</b>	<b>261</b>

Capítulo 5 - Considerações Finais

<b>5.1 As Perguntas e as Respostas.....</b>	<b>267</b>
<b>5.2 Algumas Vantagens.....</b>	<b>269</b>
5.2.1 Sobre as Manifestações Casuais do Sujeito.....	271
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>276</b>

## Abreviaturas e Siglas

AE = Argumento Externo  
AI = Argumento Interno  
Agr = Agreement  
Acus = Acusativo  
DP = Determiner Phrase  
E = Expletivo  
Esp = Especificador  
FF = Forma Fonética  
FL = Forma Lógica  
FS = FIGUEIREDO SILVA  
J&S = JAEGLLI & SAFIR  
K&R = KATO & RAPOSO  
K&T = KATO & TARALLO  
NA = NASCIMENTO  
N&K = NASCIMENTO & KATO  
Nom = Nominativo  
NP = Nominal Phrase  
PB = Português do Brasil/Português Brasileiro  
PE = Português Europeu  
R&U = RAPOSO & URIAGUERKA  
T&K = TARALLO & KATO  
TM = TORRES MORAIS  
RO = ROBERTS  
ZU = ZUBIZARRETTA

## CAPÍTULO 1

### Introdução

#### 1.1 Problema e Hipótese

A questão central abordada nesta tese é a caracterização do português do Brasil (doravante, PB) quanto a duas propriedades que, desde o início dos anos 80, vêm sendo tratadas na literatura gerativista como integrantes do conjunto de propriedades sintáticas presentes nas línguas *pro-drop*: a possibilidade de uma categoria vazia na posição de sujeito de sentença finita (a que vou me referir nesta tese como **possibilidade de Sujeito Nulo**) e a possibilidade de inversão Verbo-Sujeito<sup>1</sup>.

Essas propriedades constituem o objeto de inúmeros estudos realizados recentemente sobre o PB e que, em função das diferentes perspectivas teóricas que assumem, podem ser distribuídos em três grandes grupos:

1 - Um primeiro grupo, que inclui análises realizadas estritamente à luz do modelo Sociolinguístico Variacionista proposto por LABOV(1972) - a preocupação dessas análises é

---

<sup>1</sup> Segundo CHOMSKY(1981:240-60), as línguas que permitem uma categoria vazia na posição de sujeito permitem, também, que o Sujeito ocorra numa posição depois do Verbo. O autor refere-se, então, a essa segunda propriedade como "inversão livre", colocando sob esse rótulo dois tipos de estrutura: (a) um primeiro tipo, em que o sujeito é adjungido ao VP; (b) um outro tipo, no qual o sujeito se encontra no interior do VP, depois de um verbo ergativo.

Na literatura, a ocorrência do sujeito em posição pós-verbal tem recebido diferentes explicações/caracterizações e, em função disso, muitos termos têm sido utilizados para se referir a esse fenômeno. Para evitar confusão, vou adotar ao longo deste trabalho:

(a) ORDEM V-S = casos analisados como SENTENÇA EM QUE O SUJEITO ESTÁ EM POSIÇÃO PÓS-VERBAL;

(b) V-DP[-Acus] = casos analisados como SENTENÇA EM QUE O ELEMENTO NOMINAL PÓS-VERBAL, CORRESPONDENTE AO SUJEITO EM (a), NÃO É SUJEITO.

explicar a ocorrência, ou não, de: Sujeito Nulo (LIRA:1982; TARALLO:1983, 1985; PAREDES DA SILVA:1988; OLIVEIRA:1990; NICOLAU:1994; etc.) e ORDEM V-S (LIRA:1982, 1986; BERLINCK:1988, 1989, 1994; SANTOS: 1990; etc.).

2 - Um segundo grupo, constituído de análises que assumem a proposta de TARALLO & KATO(1989) - segundo a qual é possível a conciliação entre a Sociolinguística Variacionista e a Gramática Gerativa - e compreendem:

a) estudos que examinam quantitativamente a ocorrência, ou não, de Sujeito Nulo (DUARTE:1993, 1995; MENON:1994) e de ORDEM V-S (DUARTE:1992; TORRES MORAIS:1993<sup>2</sup>; LOPES ROSSI:1993; SIKANSI:1994, etc.) e interpretam os resultados obtidos, utilizando pressupostos da Gramática Gerativa - esses estudos poderiam ser chamados "sociolinguístico-gerativistas";

b) estudos que, assumindo pressupostos da Gramática Gerativa, interpretam resultados quantitativos encontrados na literatura, focalizando o Sujeito Nulo e a ORDEM V-S (KATO & TARALLO: 1986; TARALLO:1993b; KATO *et alii*, no prelo), ou apenas o último dos fenômenos em questão (TARALLO & KATO:1989; KATO & TARALLO, no prelo) - esses estudos poderiam ser chamados "gerativo-sociolinguístas".

3 - Um terceiro grupo, constituído de análises realizadas estritamente à luz da Gramática Gerativa e que inclui:

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que os resultados obtidos nesse estudo e interpretados como evidência de mudança (isto é, perda da inversão Verbo-Sujeito) atestam **presença** de inversão nos séculos XVIII (= 17%) e XIX (= 26% e 12%) e **ausência** de inversão na segunda metade do século XX (= 0/140); essa **ausência** é também atestada nos estudos de BERLINCK(1988, 1989, 1994) e de LIRA(1982), nos quais a presença de estrutura com V monoarquetural + DP, embora pouco freqüente, é registrada.

a) estudos que focalizam apenas o Sujeito Nulo no PB: KATO & TARALLO(1986) e NEGRÃO & MÜLLER(1994);

b) estudos que tratam da ORDEM V-S no PB, com o objetivo de explicar o licenciamento do elemento tradicionalmente analisado como "sujeito posposto": BITTENCOURT(1979), NASCIMENTO (1984), KATO(1987), KATO(1992, 1993), KATO & RAPOSO(1994), NASCIMENTO & KATO(1995), etc;

c) estudos que tratam do Sujeito Nulo e da ORDEM V-S: KATO (1981), GALVES(1993) e FIGUEIREDO SILVA(1994).

Esses estudos revelam posições bastante polêmicas em relação à possibilidade de Sujeito Nulo e de ORDEM V-S no PB, como será explicitado a seguir.

TARALLO(1993b) analisa os resultados quantitativos obtidos por TARALLO(1983, 1985), segundo os quais há uma significativa freqüência de preenchimento do sujeito pronominal em dados do PB relativos ao século XX, o que contraria os resultados exibidos por dados relativos aos séculos XVIII e XIX. Para TARALLO(1993b), essa preferência é uma característica do PB atual, que está intimamente relacionada a uma outra - o enrijecimento no padrão canônico de ordem das palavras em direção a SV - na medida em que:

(i) essas duas características do PB são conseqüências de duas grandes mudanças ocorridas no século XIX - a re-organização do sistema pronominal e a re-organização dos padrões sentenciais básicos - atestadas, respectivamente, pelos estudos sociolingüísticos de TARALLO(1983, 1985) e BERLINCK(1988, 1989);

(ii) os resultados dos estudos sociolingüísticos mencionados em (i) são, pois, evidências de que o PB perdeu as duas proprie-

dades fundamentais na caracterização das línguas *pro-drop*, isto é: a possibilidade de Sujeito Nulo e a possibilidade de ORDEM V-S.

A mudança do PB na direção *não-pro-drop* é defendida também por DUARTE(1993, 1995) e MENON(1994), que interpretam os resultados de suas análises quantitativas como evidências de que o PB está perdendo/perdeu a possibilidade de Sujeito Nulo.

Essas análises, no entanto, mostram-se problemáticas, pois os dois fenômenos que consideram não mais permitidos no PB são relativamente freqüentes em todos os resultados nos quais se baseiam (cf. TARALLO:1983, 1985; BERLINCK: 1988, 1989; DUARTE:1993, 1995; MENON:1994). Além disso, outros estudos variacionistas registram altas freqüências de Sujeito Nulo no PB atual: PAREDES DA SILVA (1988), OLIVEIRA(1990), NEGRÃO(1990), NICOLAU(1994).

A interpretação de resultados quantitativos como evidências de mudanças no PB quanto à possibilidade de Sujeito Nulo e ORDEM V-S e o fato de essas duas propriedades serem tidas como derivadas de um parâmetro vêm suscitando a seguinte questão: qual a **causa** dessas mudanças?

A preocupação em responder a essa questão constitui a motivação para o trabalho de GALVES(1993)<sup>3</sup>, de acordo com o qual o PB sofreu uma mudança profunda - o enfraquecimento da concor-

---

<sup>3</sup> Este trabalho de GALVES é, na verdade, uma abordagem paramétrica que busca explicar vários fenômenos interpretados como mudanças no PB: a modificação do sistema pronominal, a fixação da ordem SVO, a discordância nas passivas pronominais, a posição dos clíticos.



dância (de Agr)<sup>4</sup> - que explica a tendência à ordem Sujeito-Verbo nas sentenças simples e interrogativas.

Ao buscar explicar a mudança que defende, DUARTE(1993:124) afirma que, no PB atual, os casos de Sujeito Nulo são *meros resíduos de um paradigma flexional que acabou por perder sua riqueza funcional*, e DUARTE(1995:117) afirma que:

*temos evidências que corroboram a tese de Roberts (1993a), segundo a qual a perda da 'uniformidade funcional' de um paradigma verbal atua na possibilidade de expressão do sujeito nulo como um todo, ou seja, não só as forma que perdem sua desinência distintiva são atingidas por essa perda; ela afeta todo o paradigma. Uma comparação entre os resultados encontrados para o português europeu (...) e os obtidos na amostra do português do Brasil permite relacionar a perda da propriedade pro-drop por este ao fato de termos ultrapassado o limite de sincretismos proposto por Roberts. (Grifo meu)*

Essa posição é, em parte, assumida por FIGUEIREDO SILVA (1994), para quem o PB admite e, em certos casos, exige o sujeito não preenchido lexicalmente - sendo, pois, diferente das línguas *não-pro-drop* -, mas perdeu a representação do traço pessoa, passando, então, a exibir um Agr "fraco" e, conseqüentemente, perdeu o Sujeito Nulo pronominal com referência definida (ou seja, **pro**), embora continue permitindo Sujeito Nulo com referência definida, que pode ser anafórico ou Variável.

Essas análises, no entanto, apresentam sérios problemas:

1º - FIGUEIREDO SILVA pressupõe como agramaticais sentenças indiscutivelmente bem-formadas do PB, como é o caso de (1):

---

<sup>4</sup> Essa idéia é defendida por GALVES desde 1991 e é nela que se apóiam DUARTE(1993, 1995) e FIGUEIREDO SILVA(1994).



(1) \*A Maria disse que *cv<sub>i</sub>* vendi o carro muito caro. (FS: 59a)<sup>5</sup>

2º - As análises de DUARTE(1993, 1995) assumem que Agr do PB não pode mais identificar o Sujeito Nulo; portanto, prevêem que sentenças do tipo (1) seriam agramaticais (ou seja, incorrem no mesmo equívoco de FIGUEIREDO SILVA).

3º - DUARTE(1995) assume que o PB perdeu a "riqueza flexional", característica das línguas *pro-drop*, nas quais identifica o sujeito **pro**; contraditoriamente, assume que os falantes do PB ainda continuam usando o Sujeito Nulo referencial, que deve ser analisado como **pro**.

NEGRÃO & MÜLLER(1994) rejeitam a proposta de mudança do PB na direção *não-pro-drop*, alegando que ela não se sustenta diante dos dados empíricos, nem à luz dos pressupostos fornecidos pela Gramática Gerativa; as referidas autoras argumentam em favor de uma especialização no sistema pronominal do PB, que explicaria, então, a crescente frequência de sujeito lexical nessa variedade do português.

No que diz respeito à ORDEM V-S no PB - que, de acordo com TARALLO(1993b), teria desaparecido ao final do século XIX -, vários estudos gerativistas assumem ser esse um fenômeno permitido apenas em construções com verbos não-transitivos, o que é entendido como atestado nas análises variacionistas de

---

<sup>5</sup>. Por uma questão prática, vou adotar essa convenção para identificar os dados transcritos de outros trabalhos: iniciais do(s) sobrenome(s) do autor, seguida(s) do número atribuído ao dado no trabalho mencionado; neste caso, leia-se:

FS = FIGUEIREDO SILVA; 59a = número do dado na obra citada

Nos casos de autor com mais de um trabalho mencionado, será incluída a data daquele no qual se encontra o dado citado.

LIRA(1982) e BERLINCK (1988, 1989)<sup>6</sup>. De acordo com a análise, também variacionista, de BERLINCK(1994), o PB só apresenta a ORDEM V-S, se o sujeito tem o papel- $\theta$  Tema - isso significa que o referido fenômeno é permitido apenas em construções com verbos inacusativos que não denotam atividade<sup>7</sup>. Os estudos gerativistas, na sua maioria, preocupados com o Caso do elemento nominal que figura na posição pós-verbal das construções com ORDEM V-S no PB, divergem quanto ao estatuto de tal elemento, como mostram as propostas arroladas a seguir.

KATO(1981)<sup>8</sup> postula a existência de duas ordens básicas no PB, onde o sujeito é opcional - [S -> (NP) + VP; S -> V + (NP)] - ou seja, que o sujeito das sentenças com ORDEM V-S é gerado na posição à direita do verbo e é necessariamente monoargumental. Na opinião de NASCIMENTO(1984), o PB admite o "sujeito posposto", que, na verdade, é um objeto na estrutura profunda, ou seja, a estrutura de sujeito posposto é sempre a das construções inacusativas, mesmo para verbos inergativos. Para TARALLO & KATO(1989), as sentenças com ORDEM V-S incluem três tipos de construção: (i) a inacusativa, na qual o sujeito ocorre interno a VP; (ii) a "V-fronting", em que o sujeito permanece *in situ*,

---

<sup>6</sup> TARALLO(1993b) interpreta os resultados obtidos por BERLINCK(1988, 1989) como evidências de perda da propriedade inversão Sujeito-Verbo, mas não é essa a interpretação que BERLINCK atribui aos referidos resultados - prova disso são os outros trabalhos recentemente realizados pela autora com o objetivo de explicar a ocorrência dessa ordem em dados sincrônicos do PB (cf. BERLINCK:1994 e 1995 (em preparação)).

<sup>7</sup> Ao analisar a "a perda da inversão nas declarativas finitas" no PB, TORRES MORAIS(1993:284) descarta os verbos ergativos, alegando que, com tais verbos, o fenômeno é muito freqüente no PB contemporâneo.

<sup>8</sup> KATO observa (c.p.) que, com essa proposta, ela prenuncia a associação das duas propriedades - Sujeito Nulo e ORDEM V-S - antes do aparecimento do parâmetro "pro-drop".

e o verbo vai para uma posição mais alta; (iii) a de antitópico, que apresenta o sujeito deslocado à direita. Segundo KATO(1993a, b), esse último tipo de construção é que ainda se encontra no PB; mais exatamente: os casos de ORDEM V-S que ainda ocorrem no PB são do tipo **pro V S**, uma falsa inversão (ou antitópico). Já FIGUEIREDO SILVA(1994), após afirmar que o PB rejeita a "inversão do sujeito" com qualquer tipo de verbo - ou seja, não admite a ORDEM V-S -, propõe que o DP "sujeito posposto" nessa língua é licenciado por receber o partitivo (cf. BELLETTI: 1988), um Caso inerentemente marcado ao objeto temático **in situ**. De acordo com KATO & TARALLO (no prelo)<sup>9</sup>, as sentenças que têm sido consideradas como casos de ORDEM V-S no PB compreendem: **construções V-FRONT** - que incluem as construções inacusativas (em que o verbo tem só argumento interno, Tema, projetado como um irmão de V, que pode subir para a posição de Esp/VP, onde recebe o nominativo, por regência) e as construções inergativas (em que o verbo tem só argumento externo, projetado na posição de Esp/VP, onde pode permanecer e receber o nominativo, por regência); **construções de Antitópico ("falsa inversão")** - nas quais o NP está numa posição não-argumental (depois do predicado) e a posição de sujeito (Esp/IP) é ocupada por um pronome correferencial (que, pode ser vazio ou lexical). Para NASCIMENTO & KATO(1995), o elemento nominal que figura na posição pós-verbal das estruturas inacusativas deve ser analisado como um predicativo dentro de uma mini-orção complemento.

---

<sup>9</sup> Nesse trabalho, a tipologia de construções de ORDEM V-S proposta em TARALLO & KATO(1989) é revisada à luz de pressupostos mais recentes (cf. KOOPMAN & SPORTICHE:1991, ROBERTS:1993, etc.); essa revisão será explicitada no capítulo 4 desta tese.

As soluções apresentadas por esses autores não são ainda satisfatórias, na medida em que:

a) a proposta de NASCIMENTO & KATO, que se distingue das demais quanto ao estatuto do elemento nominal pós-verbal, mostra-se, à primeira vista, convincente; entretanto, a estrutura postulada, nessa análise, para as sentenças com verbos inacusativos - [Loc  $O_i$  [chegaram [ $t_i$  [ $N$ , umas cartas]]]] - suscita a seguinte questão: se o elemento nominal é o predicado de um sujeito (Locativo nulo), que sobe para o Esp/TP, como se explicam as sentenças nas quais esse elemento nominal é anteposto ao verbo (ex: Umas/Algumas cartas chegaram)?

b) quanto às outras análises mencionadas: admitir que um elemento nasce e figura na posição de objeto mas exerce a função de sujeito é uma solução que não define o estatuto desse elemento (o que já foi observado, por exemplo, por PONTES:1985) e, mais do que isso, faz da distinção entre sujeito e objeto um mistério; a análise desse elemento como o sujeito num nível de representação (Est-S) e um objeto em outro nível (Est-D) deve ser reinterpretada nos moldes do atual estágio da Teoria Gerativa - o que ocorre também com a proposta, segundo a qual o referido elemento é o sujeito gerado à direita de V e com a análise em que se postula a marcação do nominativo a esse elemento no interior de VP, por regência; a proposta de que o referido elemento - um "sujeito posposto" - é um "objeto" *in situ*, marcado com o Caso partitivo constitui, sem dúvida, uma contradição.

A essas objeções acrescentam-se alguns fatos relacionados às construções com verbos não-transitivos e elemento nominal

(daqui para a frente, DP<sup>10</sup>) em posição pós-verbal em português, que merecem ser destacados:

a) a análise de PERLMUTTER(1978) - a que mais veementemente busca demonstrar o caráter de sujeito desse DP - acaba, conforme observam NASCIMENTO(1984) e PONTES(1985), fornecendo argumentos em favor da caracterização desse elemento como objeto;

b) PONTES(1985:171-6) fornece uma série de argumentos com base nos quais afirma que o chamado sujeito posposto não apresenta os traços típicos do sujeito em português; ao contrário, tem mais traços de objeto do que de sujeito;

c) todas as análises que consideram esse DP pós-verbal como sujeito postulam a presença de uma categoria vazia na posição de Esp/IP das referidas construções;

d) diversos autores (PONTES:1981; LIRA:1982; NASCIMENTO:1984; BERLINCK:1988, 1989, 1994; FIGUEIREDO SILVA:1994) insistem na importância das características semânticas do referido DP, que é analisado como **o foco, o novo, um elemento de uma lista ou o elemento apresentado**;

e) RAPOSO & URIAGUERKA(1990) apontam o não-licenciamento desse DP em estruturas do PE, que correspondem a sentenças bem-formadas no PB, se esse DP recebe um acento contrastivo.

Considerando todos esses estudos, assume-se nesta tese a hipótese básica formulada em (2), abaixo:

---

<sup>10</sup> Essa terminologia será a adotada ao longo desta tese, a fim de se evitar confusão, ou seja, para se evitar a referência a um mesmo elemento de uma sentença através de diferentes maneiras, já que a "hipótese DP" foi incluída na literatura com os trabalhos de FUKUI & SPEAS(1986) e de ABNEY(1987) e, obviamente, antes disso, o elemento nominal em questão era tratado como NP (Nominal Phrase) ou, em português, como SN (Sintagma Nominal).

(2) **Hipótese**

O PB é uma variedade do português que se caracteriza por:

- a - continuar exibindo a propriedade distintiva das línguas *pro-drop* (isto é, uma "FLEXÃO RICA");
- b - não apresentar a possibilidade de ORDEM V-S.

A primeira parte dessa hipótese vai, então, contra a posição segundo a qual o PB sofreu um processo de mudança (que o distanciou do PE), passando a ser uma "língua" com um paradigma flexional incapaz de identificar o sujeito nulo referencial.

A idéia contida na segunda parte dessa hipótese é a de que as estruturas contendo verbo não-transitivo e DP pós-verbal - às quais passo, agora, a me referir como **construções DP[-Acus]** - registradas no PB atual NÃO são casos de ORDEM V-S (entendida como estrutura em que o SUJEITO ocorre numa posição pós-verbal). Essa idéia difere, portanto, da posição de TARALLO(1993b), para quem as estruturas contendo verbo não-transitivo constituem casos de ORDEM V-S que, por se mostrarem pouco freqüentes nos dados do século XX analisados por BERLINCK(1988, 1989), devem ser interpretadas como evidência da perda dessa ordem no PB.

Essa hipótese inclui, portanto, a intuição de que a possibilidade de Sujeito Nulo e a ORDEM V-S não são fenômenos derivados de uma única propriedade mais abstrata; em outras palavras, nesta tese, supõe-se que, contrariamente ao que vem sendo postulado desde a formulação do parâmetro *pro-drop*, a possibilidade de Sujeito Nulo e a ORDEM V-S são duas propriedades independentes, de modo que a perda de uma dessas propriedades não implica a perda da outra.

## 1.2 Objetivos

Esta tese tem dois objetivos gerais. O primeiro é argumentar em favor da caracterização do PB como uma variedade do português que continua exibindo um paradigma flexional "forte" o suficiente para identificar o sujeito **pro** referencial, de modo que, assim como o PE, continua apresentando um caráter *pro-drop*. Em vista dos estudos anteriormente mencionados, esse objetivo remete, de imediato, a estas duas questões:

- I - Como se explica a conclusão de TARALLO(1993b) - corroborada por DUARTE(1993, 1995) e MENON(1994) - segundo a qual houve uma mudança no PB, que deixou de ser *pro-drop*?
- II - Como se explica o licenciamento do sujeito **pro** referencial no PB, que, segundo DUARTE(1993, 1995) e FIGUEIREDO SILVA(1994), perdeu a propriedade característica das línguas *pro-drop*, que é exatamente a presença de um paradigma flexional capaz de identificar tal sujeito?

A questão II aponta, portanto, para esta outra, já amplamente discutida na literatura gerativista:

- III - Como se explica a possibilidade de sujeito nulo, exibida por apenas algumas línguas?

Para responder a questão I, examino as propostas de mudança do PB na direção de uma língua *não-pro-drop* formuladas com base em resultados quantitativos de estudos sociolinguísticos variacionistas, levando em conta:

- a) alguns pressupostos fornecidos pelo modelo de Princípios e Parâmetros, formulado no âmbito da "Teoria da Regência e da Ligação" (CHOMSKY:1981) e enfatizado no "Programa Minimalista" (CHOMSKY & LASNIK:1993; CHOMSKY:1994, 1995);



b) os resultados quantitativos de outros estudos sociolinguísticos variacionistas, que focalizam a possibilidade de sujeito nulo no PB.

A resposta para a questão II será precedida de uma proposta de reformulação da "Teoria de pro" postulada por RIZZI(1986), que apresento em função da questão III. Assumindo, com RIZZI, que o sujeito nulo precisa apenas ser formalmente licenciado enquanto o sujeito nulo referencial exige licenciamento formal e identificação (do conteúdo referencial), proponho:

1) uma redefinição de licenciamento formal, compatível com as noções de checagem de traços e tipos de traços, estabelecidas por CHOMSKY(1995);

2) uma redefinição de identificação do sujeito nulo referencial, assumindo que tal processo não se limita à identificação de traços- $\phi$  ( $\alpha$  número,  $\beta$  pessoa,  $\delta$  gênero), mas envolve a identificação da Referência;

3) uma redefinição da propriedade "FLEXÃO RICA", levando em conta a distinção entre Pessoa e Não-pessoa, estabelecida por BENVENISTE(1978) - o que faço a partir de motivação empírica (isto é, do fato de ser amplamente atestada na literatura a possibilidade de sujeito nulo referencial em línguas que exibem um paradigma flexional contendo um número reduzido de formas distintas).

O segundo objetivo geral desta tese é fornecer argumentos em favor da caracterização do PB como uma variedade do português que não exhibe a possibilidade de ORDEM V-S, já que o DP pós-verbal de construções com verbos não-transitivos encontradas



nessa língua não é Sujeito mas, sim, um objeto nominativo. Esses argumentos deverão, portanto, responder a estas duas questões:

IV - Como se explica a legitimidade de um objeto nominativo?

V - Que relação existe entre a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de construções com objeto nominativo?

Para responder essas questões, assumo, com CHOMSKY(1995), que as noções de checagem de traços e tipos de traços dispensam a tradicional associação Movimento do DP/exigência de Caso no DP, ou seja: que o Movimento do DP para se envolver numa operação de checagem de Caso é motivada por **marcar caso** - um traço intrínseco e [-interpretável] de V ou de T e, não do DP. Assumo, ainda, a idéia de NUNES(1994) de que há quatro possibilidades de marcação de Caso, que reformulo em função das noções acima.

### 1.3 Organização da Tese

Na última seção deste capítulo (**seção 1.4**), explicito os pressupostos teóricos de caráter geral que assumo neste trabalho, ao longo do qual assumo e explicito alguns outros, relacionados a fatos específicos.

No capítulo 2, discuto a análise de TARALLO(1993b) - com a qual concordam DUARTE(1993, 1995) e MENON(1994) - demonstrando que os resultados quantitativos relativos à representação do sujeito no PB obtidos nessas análises, assim como os de outras análises variacionistas que tratam do mesmo fenômeno, não constituem indícios de uma mudança quanto às propriedades *pro-drop*, mais exatamente, não constituem indícios de emergência de uma

nova gramática. Endosso aqui a posição de TARALLO & KATO(1989), de que as línguas não diferem apenas conforme tenham uma propriedade marcada (+) ou (-), mas as línguas marcadas (+) em relação a uma propriedade X, por exemplo, admitem diferença quantitativa na exibição de X. Mas busco mostrar, ainda neste capítulo, que: (i) a interpretação de resultados quantitativos como evidências de mudança paramétrica aponta para a necessidade de se reconhecer a distinção entre o modelo gerativo e o modelo sociolingüístico variacionista; (ii) os resultados quantitativos relativos à representação do sujeito no PB encontrados na literatura apontam para a necessidade de se examinar o fenômeno sob uma outra perspectiva, ou seja, de se explicar a freqüência mais alta do sujeito pronominal lexical em certos tipos de texto.

No capítulo 3, sintetizo diferentes propostas de explicação para a distinção entre línguas *pro-drop* e línguas *não-pro-drop* encontradas na literatura gerativista, de modo a colocar em evidência o estatuto de Agr (uma propriedade da gramática) em relação à possibilidade de sujeito nulo; em seguida, apresento uma alternativa de explicação para a possibilidade de sujeito nulo, entendida como um epifenômeno, que não resulta apenas da atuação de um parâmetro, propondo uma redefinição de Agr "forte", capaz de explicar o fato de o sujeito pronominal nulo referencial ser licenciado em línguas que apresentam um paradigma flexional bastante reduzido, como é o caso do PB.

No capítulo 4, apresento uma alternativa de explicação para o licenciamento do DP[-Acusativo] em posição pós-verbal, atestado tanto em línguas que admitem o sujeito nulo (como o PB) quanto em línguas que não exibem essa propriedade (como o inglês).

No capítulo 5, ressalto a questão central abordada nesta tese, mais especificamente, o fato de este trabalho focalizar apenas duas das propriedades tidas como derivadas do "parâmetro pro-drop"; em seguida, comento as respostas que apresento para as questões I-V e aponto algumas vantagens dessas respostas.

#### **1.4 Os Pressupostos Teóricos**

Embora pareça desnecessário, cabe ressaltar que, conforme deixa clara a sua própria denominação, o Programa Minimalista, proposto por CHOMSKY(1993-95), consiste numa proposta de pesquisa em função da construção de uma Teoria da Gramática que vem sendo perseguida há quase quatro décadas e já inclui diversos modelos. Obviamente, nesse Programa, não se mantêm todas as concepções assumidas, definições formuladas, relações estipuladas, etc. no modelo anteriormente proposto - ou seja, na Teoria da Regência e Ligação (doravante, TRL). Assim sendo, aqueles que atualmente se propõem a tentar elucidar algum fenômeno lingüístico no âmbito da Gramática Gerativa deparam com duas alternativas:

1ª) ignorar o Programa Minimalista e continuar assumindo a TRL, uma vez que não há um novo modelo que a substitua no referido Quadro Teórico;

2ª) supor que o Programa Minimalista terá como resultado um novo modelo, concebendo, então, o atual período como sendo de transição e, desde já, assumir como pressupostos algumas noções encontradas nesse Programa - umas, que refletem objeções à TRL e outras, que não se incluem nesse modelo.

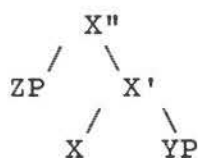
A segunda alternativa, por parecer mais sensata, será a adotada nesta tese, que se apoiará, portanto, em algumas noções básicas contidas no Programa Minimalista, explicitadas na seção seguinte (ou seja, **seção 1.4.1**). Tendo-se em vista a inexistência de um modelo, pelo menos claramente esboçado (ou compreendido?), essas noções serão complementadas por definições postuladas no âmbito da Gramática Gerativa, pré- e pós- Minimalismo (contidas na **seção 1.4.2**) e por algumas estipulações formuladas com base nessas noções e definições, que serão oportunamente explicitadas.

#### 1.4.1 O Programa Minimalista

##### 1.4.1.1 O Sistema computacional

Segundo CHOMSKY(1992), a GU tem que fornecer meios para apresentar um conjunto de itens do léxico numa forma acessível ao sistema computacional; forma essa que pode ser uma versão da Teoria X-BARRA, cujos conceitos são, portanto, fundamentais. Uma estrutura X-BARRA é composta de projeções de núcleos selecionados do léxico, e as relações básicas envolvem o núcleo como um termo e são tipicamente locais. Numa estrutura do tipo (3), abaixo, há, então, duas relações: a relação ESPECIFICADOR/NÚCLEO, entre ZP e X; a relação NÚCLEO/COMPLEMENTO, entre X e YP:

(3)



Essa estrutura codifica, então, a hipótese de que as estruturas X-BARRA se restringem apenas a relações locais; ou seja, nenhuma relação entre X e um sintagma incluído dentro de ZP ou YP é considerada. A relação NÚCLEO/COMPL é não só a mais "local" mas, também, a mais fundamental - tipicamente associada a relações- $\theta$ . Além das relações encontradas em (3), o autor admite a existência de duas outras - a relação NÚCLEO/NÚCLEO e a relação denominada "chain link" - e assume que, pelo fato de serem postuladas relações desses tipos, noções tais como a de regência por um núcleo tornam-se dispensáveis.

#### 1.4.1.2 O Acesso Lexical

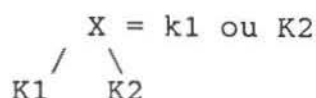
O acesso aos elementos lexicais é feito, então, através de uma numeração, entendida como um objeto que esgota os itens lexicais a serem usados em cada estrutura, de modo que expressa compatibilidade entre Forma Lógica e Forma Fonética (daqui para a frente, FL e FF, respectivamente). Todo item lexical X recebe um n que indica o número de vezes que esse item ocorre na estrutura; os elementos tirados da numeração são usados exaustivamente e, só depois disso, ocorrem operações de movimento. O acesso aos elementos lexicais na numeração não é uma operação derivacional, e a derivação da FL é diferente da derivação anterior à FF: o acesso lexical depois do Spell Out é permitido no componente "implícito" e, apenas, a itens lexicais sem traços fonológicos, uma vez que esses traços só podem ser eliminados por operações explícitas.

### 1.4.1.3 As Operações de Construção

Há dois tipos de Operações de Construção, que são, na essência, uma e a mesma:

a) **Mesclagem**<sup>11</sup> - que usa dois marcadores frasais não-relacionados, como em (4):

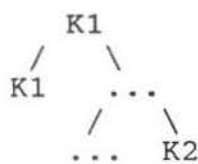
(4) OPERAÇÃO MESCLAGEM



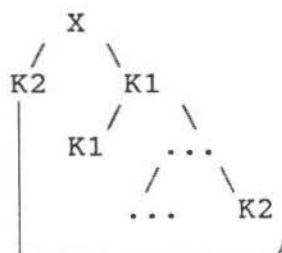
b) **Movimento** - que opera dentro do mesmo marcador frasal, como representado em (5):

(5) OPERAÇÃO DE MOVIMENTO:

Passo 1



Passo 2



Em relação a essas operações, cabe ressaltar que:

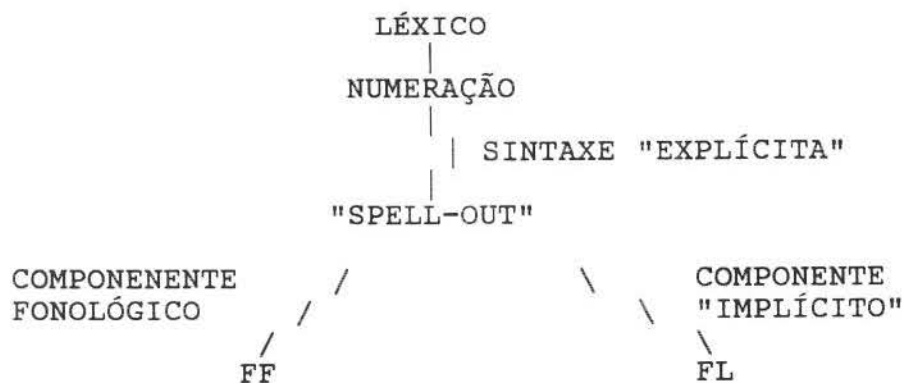
1º) Cada "passo" é invisível para a derivação; falando mais claramente, a presença de passos não se compara ao fato de dois marcadores se mesclarem e, depois, alguma coisa dentro da estrutura constituída se mover (Movimento); essa propriedade, que não precisa ser explicitada como parte de C, é importante quando se computa a economia global de uma derivação - em (5), por exemplo,

<sup>11</sup> Esse termo, usado para traduzir "merge" foi sugerido pela Profª Mary Kato (c.p.).

Passo 1 e Passo 2 não são passos derivacionais, mas, sim, uma descrição dos movimentos internos de uma única operação, de modo que não são contados como duas operações do sistema computacional C quando derivações alternativas são avaliadas;

2º) As operações sobre marcadores-frasais têm que ser operações de construção e têm que estender a estrutura para fora porque, se estender para dentro, força mudar a estrutura já obtida até aquele ponto; isso significa que MESCLAGEM tem sempre que estender o marcador-frasal, e o Movimento só pode ser na direção de baixo para cima;

3º) O marcador frasal anterior ao Spell Out é que vai para FF e é, portanto, pronunciado; mas, depois do Spell Out, o processo computacional continua, operando em qualquer marcador frasal construído antes, o que pode ser melhor visualizado através da FIGURA 1, abaixo:



4º) As operações que ocorrem no galho da FL depois do Spell Out não são parte da sintaxe explícita, mas são operações igualmente verdadeiras (ex: movimento invisível de Wh), e a derivação para a FL é, em muitos aspectos, tão crucial quanto a derivação anterior ao Spell Out;

5º) MESCLAGEM não se dá na FL porque os elementos com traços lexicais são todos usados antes do Spell Out; MOVIMENTO pode, em princípio, ocorrer na FL, porque é uma transformação, que precisa apenas da estrutura já obtida através de operações de MESCLAGEM.

#### 1.4.1.4 A Checagem dos Traços Morfológicos

O movimento explícito só é feito quando há uma motivação: só há movimento antes do Spell Out se há necessidade de checagem de traços morfológicos, que, por sua vez, é determinada pela natureza do traço morfológico, especificado em um Núcleo (os tipos de traços serão explicitados na subseção 1.4.1.5, a seguir). Toda operação de checagem é feita através de uma relação que envolve um Núcleo contendo o traço que exige a checagem e um elemento no qual esse traço está presente: um traço pode obrigar a presença de uma posição de Espec, para onde, necessariamente, se move um elemento que vai entrar na sua checagem, ou exigir apenas a presença do mesmo traço num elemento que permanece *in situ* - em outras palavras, pode implicar a adjunção de um traço ao Núcleo, através de um movimento implícito.

#### 1.4.1.5 Sobre os Traços Morfológicos

CHOMSKY(1995, seção 2.1, p. 18) propõe que quando os itens lexicais - tanto os que constituem núcleos lexicais, quanto os que constituem núcleos funcionais - são inseridos na derivação,



já apresentam os seus traços formais especificados. Esses traços, assim como os fonológicos e os semânticos, podem ser intrínsecos ou opcionais. Os traços intrínsecos são especificados no léxico (correspondem a propriedades idiossincráticas dos itens), ao passo que os traços opcionais são adicionados quando os itens lexicais entram na numeração. Ao estabelecer tal distinção, CHOMSKY afirma que os traços categoriais, [+/- V, +/- N], são traços intrínsecos, assim como os traços de especificação da pessoa em N e o traço marcar Caso em V e em T, como, ilustrado através de (6):

(6) We build airplanes.

we ===== 1ª Pes.  
 airplane = 3ª Pes. - Human  
 build ==== marca Acusativo em FF  
 T ===== marca nominativo

No exemplo (6), traços opcionais são especificados no item lexical airplanes (traço de número = plural) e no item lexical build (pessoa/número: 3ª pessoa/plural).

Os traços formais são, ainda, classificados por Chomsky como: [- interpretáveis] e [+ interpretáveis]. O primeiro tipo precisa ser eliminado para a convergência em FL, logo, exige checagem, o que não se verifica em relação ao segundo tipo. Assim, nos itens lexicais envolvidos na construção da sentença (13), podem ser identificados:

a) traços [-interpretáveis]:

build = marca Caso Acusativo  
 = 3ª Pes.  
 = plural

Núcleo T = marca Caso Nominativo

b) traços [+interpretáveis]

we = 1ª Pes.  
= + plural

airplane = 3ª Pes.  
= - Hum  
= + plural

CHOMSKY(1993:30) propõe um princípio de economia a que se refere como Procrastinar segundo o qual o movimento implícito é menos custoso do que o movimento explícito, ou seja, o movimento em FL é mais econômico do que o movimento em FF (antes do Spell-Out).

CHOMSKY(1995), no entanto, propõe que a checagem dos traços morfológicos é motivada por uma característica relacionada à força - os traços podem ser fortes ou fracos. Um traço forte é entendido como associado a um par de operações: uma que o introduz na derivação ("select") e outra que o elimina, ("merger"), uma vez que *a derivation D -> ε terminates and is cancelled if ε contains a strong feature* (p. 22). Assim, um traço forte obriga o movimento explícito, que viola procrastinar. Mas o traço forte não pode ser eliminado no componente fonológico, e a única maneira de se evitar a presença desse traço no componente fonológico é eliminá-lo antes do Spell-Out, através de uma operação, que pode ser de Mesclagem ou de Movimento. Chomsky propõe que a dimensão (+/- forte) é restrita, o que pode ser expresso através de (7) abaixo (cf. (1), seção 2.1, p. 20)

- (7) If F is strong, then F is a feature of a non-substantive category and F is checked by a categorial feature.

Dessa forma, nomes e verbos principais não exibem traços fortes, e um traço forte atrai (obriga) a presença de uma determinada categoria no seu domínio de checagem. Consequentemente:

*... overt movement of  $\beta$  targeting  $\alpha$ , forming [SPEC,  $\alpha$ ] ou [ $\alpha$   $\beta$ ,  $\alpha$ ], is possible only when  $\alpha$  is non-substantive and a categorial feature of  $\beta$  is involved in the operation.*

Nesse termos, o Princípio de Projeção Extendido (PPE)<sup>12</sup> se reduz a um traço-D forte de INFL, assim como o alçamento-WH explícito se reduz a um traço-D forte de C (assumindo que Wh- é uma variante de D).

O autor acrescenta, ainda, que um traço forte tem, na verdade, duas propriedades: a primeira, que é a já mencionada (ou seja, a de provocar uma operação explícita, antes do Spell-Out) e uma segunda, que é a de induzir a ciclicidade<sup>13</sup>. Essa última consiste no seguinte: um traço forte de uma categoria funcional não pode ser checado depois que X já é dominado por categorias que não se incluem na projeção de X.

Para CHOMSKY(1995, seção 2.2, p.23), a escolha de um nome como parte da coleção de itens que dá origem a uma derivação para formar representação em FF e FL, é feita, então, através de uma numeração que inclui esse nome especificado quanto ao caso, aos traços- $\phi$  e ao índice dessas propriedades. A presença desses

---

<sup>12</sup> O autor ressalta a sua decisão de se referir ao PPE como traço-D forte, embora admitindo a possibilidade de três variantes desse princípio: (1) exigência de um DP como Espec.; (2) exigência de um NP como ESPEC; (3) exigência de uma categoria nominal - DP ou NP - como Espec. Essa decisão será também adotada nesta tese.

<sup>13</sup> Nunes(1995, Cap. II, p. 10) rejeita essa correlação estabelecida por Chomsky entre traço-forte e ciclicidade, argumentando que essa última propriedade, mais geral, independe da checagem de traço forte, e que *regardless of whether or not strong features are involved, cyclic operations are in principle to be preferred over noncyclic ones.*

traços é determinada pela GU, mas a escolha entre elas, não. E o autor considera implausível que o Caso e traços- $\phi$  de um nome sejam determinados pela sua posição numa configuração de uma sentença, já que:

*If the word is used in isolation, these features will be fixed one way or another, through there is no structure.*

Assumindo que Caso e traços- $\phi$  são adicionados arbitrariamente quando um nome é selecionado para a numeração, CHOMSKY(sec 4.1, p.28) assume que os traços de T e V que checam Caso e traços- $\phi$  de DP aparecem apenas nessas categorias, não em AGR.

#### **1.4.2. Outros pressupostos assumidos**

##### **1.4.2.1 As Possibilidades de Caso segundo NUNES(1994)**

NUNES(1994) defende que o Filtro do Caso e a Condição de Visibilidade são duas condições de boa-formação independentes na teoria da gramática. Para o autor, o fato de o Filtro do Caso - que atua sobre os nomes na FF - ser independente da Condição de Visibilidade - que atua sobre os argumentos na FL - tem como consequência quatro possibilidades de se marcar um Caso K a um determinado elemento, como mostra (8), abaixo (tradução de NUNES:1994, (1)):

- (8) a. [+FF, +FL] = O Caso é ativo em FF e em FL.  
 b. [-FF, -FL] = O Caso não é ativo em FF nem em FL.  
 c. [-FF, +FL] = O Caso é ativo apenas em FL.  
 d. [+FF, -FL] = O Caso é ativo apenas em FF.

A possibilidade (8a) explica as sentenças em que os argumentos nominais são considerados elementos que satisfazem o Filtro do Caso e a Condição de Visibilidade; ou seja, explica a gramaticalidade de sentenças como (9), onde os argumentos John e the bug recebem, respectivamente, o Nominativo do Infinitivo e o acusativo do V:

(9) John saw the bug. (NU:1994, 2)

A opção (8b) equivale à ausência de marcação de Caso, o que se verifica na sentença (10), abaixo, cuja agramaticalidade se explica diante destas duas análises: (i) o verbo na forma passiva não atribui Caso ao seu objeto; (ii) o Caso marcado por destroyed a the city não satisfaz o Filtro do Caso nem a Condição de Visibilidade:

(10) \*It was destroyed the city by the enemy. (NU:1994, 3)

A possibilidade (8c) consiste num meio de se estabelecer a distinção entre o chamado "Caso nulo" (cf. CHOMSKY & LASNIK:1991) e os tipos mais comuns de Caso (marcados por Inf ou por um verbo transitivo), de modo a se explicar o contraste encontrado em (11):

- (11) a. It's necessary [<sub>CP</sub> [<sub>AgrP</sub> PRO [<sub>Agr'</sub> Agr [<sub>TP</sub> to leave early ]]]] (NU:1994, 4a.)
- b. \*It's necessary [<sub>CP</sub> [<sub>AgrP</sub> Mary [<sub>Agr'</sub> Agr [<sub>TP</sub> to leave early ]]]] (NU:1994, 4b.)

Em (11a), o argumento PRO é marcado um Caso [+FL] pelo Agr infinitivo, satisfazendo a condição de Visibilidade e, como não tem uma representação em FF, não viola o Filtro do Caso (ou, mais exatamente, satisfaz o Filtro do Caso "vacuamente"). Em (11b),

o argumento Mary é marcado um Caso [+FL] pelo Agr infinitivo, de modo que satisfaz a Condição de Visibilidade; acontece, porém, que Mary, por ter uma representação em FF, deveria ser marcado um Caso [+FF] e, como isso não ocorre, o Filtro do Caso é violado.

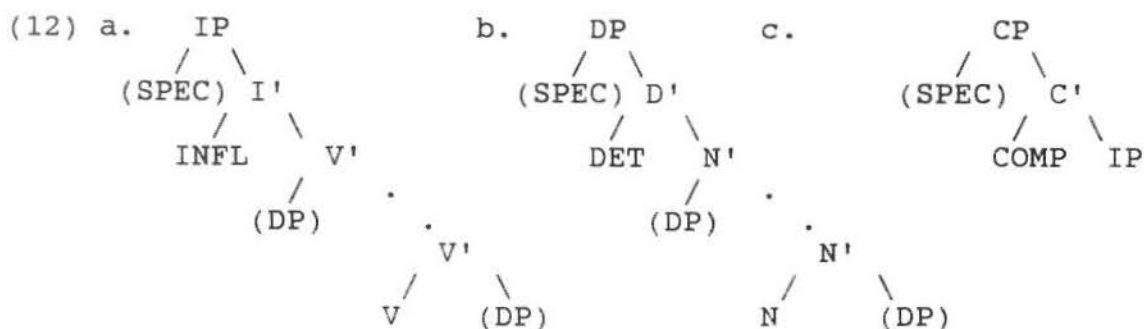
A possibilidade (8d) é a que explica o licenciamento de um elemento nominal que não recebe papel- $\theta$ , cuja presença é atestada em: construções com sujeito expletivo e construções "perfectivas" do inglês, construções-se impessoais das línguas românicas, construções "passivas impessoais" do lituano, etc.

Resumindo: para NUNES(1994), a distinção binária [+/- Caso] é, na verdade, relativizada em termos do Filtro do Caso e da Condição de Visibilidade e, desse fato, resultam as possibilidades de marcação de Caso mencionadas em (8).

#### 1.4.2.2 A Noção de Projeção Máxima

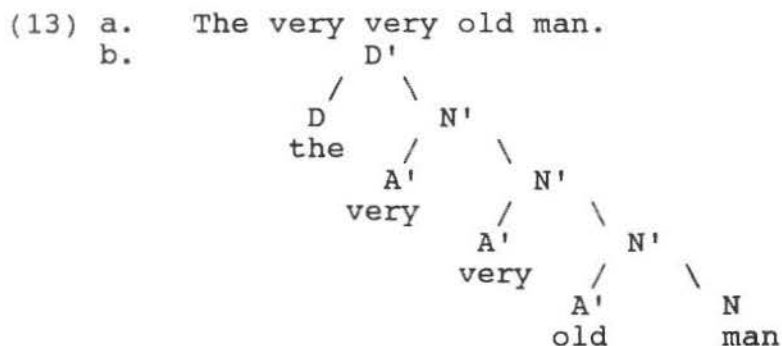
FUKUI(1986) e FUKUI & SPEAS(1986) propõem uma Teoria X-BARRA que reflete a seguinte diferença: as Categorias Lexicais (CLs) - N(ome), A(djetivo), V(erbo), P(reposição) - resultam da combinação dos traços [ $\pm$  N], [ $\pm$  V] e têm a grade- $\theta$  como parte da entrada lexical, ao passo que as Categorias Funcionais (CFs) - Complementizador(COMP), Flexão(INF), Determinante(DET) - não se caracterizam pela presença dos traços [ $\pm$ N], [ $\pm$ V], nem têm o valor semântico, associado às CLs. Para os autores, as CFs projetam para X", enquanto as CLs projetam apenas para X', de modo que:

A) a projeção X" - das CFs - inclui uma única posição para o complemento (X<sup>o</sup> projeta para X') e uma única posição para o especificador (X' projeta para X"), de modo que as estruturas dessas categorias podem ser representadas através de (12):



B) diferentemente, a projeção X' - das CLs - inclui apenas posição de complemento (que, como no caso das CFs, é única) e não inclui a posição de especificador;

C) a projeção X' é, no entanto, iterável indefinidamente, de modo que o fato de as CLs projetarem apenas X' e não incluírem a posição de especificador não significa que tais categorias não possam ser modificadas por elementos diferentes de seus complementos, ou seja, as CLs não podem ser modificadas pela projeção de nível adicional no esquema X-Barra, mas podem ser modificadas através de adjunção, o que é ilustrado pela estrutura de (13a), representada por (13b):



Segundo FUKUI(1986) e FUKUI & SPEAS(1986), nas estruturas de (12), a posição de especificador pode ser, ou não, projetada, uma vez que a posição de especificador das CFs é licenciada se, e somente se, Kaso (concordância entre ESPECIFICADOR e NÚCLEO) é descarregado naquela posição, ou seja: se os núcleos funcionais (COMP, INF, DET) atribuem o Kaso<sup>14</sup>, a posição de especificador é permitida e o nível X" é projetado; se tais núcleos não atribuem o Kaso, a posição de especificador não é permitida e apenas o nível X' é projetado. A isso se deve, então, o fato de projeção de CF ter uma só posição de complemento e uma só posição de especificador.

Em síntese: para FUKUI(1986) e FUKUI & SPEAS(1986), o nível máximo projetado para as categorias Funcionais é X" quando a posição de especificador é licenciada e isso ocorre quando a CF atribui [+Kaso]; enfim, a posição de especificador é determinada pela presença de [+Kaso].

---

<sup>14</sup> (29) Kaso = Caso  $\cup$  F-Feature



## **CAPÍTULO 2**

### **Resultados de Análises**

#### **Quantitativas da Representação**

#### **do Sujeito no PB: Indícios de**

#### **uma Nova Gramática?**

### **2.1 Considerações Iniciais**

O presente capítulo tem como objetivo mostrar que a contradição entre os altos índices de sujeito nulo registrados no PB por PAREDES DA SILVA(1988), OLIVEIRA(1990) e NICOLAU(1994) e a posição segundo a qual o PB passou por uma mudança, que trouxe como consequência a perda do seu caráter *pro-drop* - defendida por TARALLO (1993b), DUARTE(1993, 1995) e MENON(1994) - é apenas aparente e se explica por decorrer da interpretação que esses últimos autores atribuem às frequências de uso do sujeito nulo nas quais baseiam as suas conclusões, que não se sustentam diante dos seguintes fatos:

a) à luz de pressupostos fornecidos pelo modelo de Princípios e Parâmetros, os resultados quantitativos examinados por TARALLO, assim como os obtidos por DUARTE(1993) e MENON(1994), não atestam a ocorrência de mudança paramétrica no PB;

b) os altos índices de uso do sujeito nulo no PB registrados por PAREDES DA SILVA(1988), OLIVEIRA(1990), NEGRÃO(1990) e NICOLAU (1994) descartam a possibilidade de se formular, em termos labovianos, a hipótese de que, nessa língua, o sujeito

nulo (uma variante mais antiga) estaria cedendo o seu lugar para o sujeito lexical (uma variante inovadora).

Em função desse objetivo, o capítulo contém, então, mais três seções: na seção 2.2 - que inclui a explicitação de alguns dos pressupostos fornecidos pelo modelo de Princípios e Parâmetros - discute-se o estudo de TARALLO(1993b), que focaliza a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ordem VS; na seção 2.3, são examinados os resultados quantitativos obtidos por diversos estudos que tratam do uso do sujeito nulo no PB; na seção 2.4, busca-se responder a questão que intitula o capítulo e explicitar a direção para a qual aponta a aparente contradição revelada pelos estudos examinados.

## **2.2 A Hipótese de Mudança no PB**

TARALLO(1993b) defende a emergência de uma gramática brasileira ao final do século XIX, alegando que, desde essa época, a variedade portuguesa falada no Brasil distancia-se, estruturalmente, da gramática portuguesa; ou seja, que datam dessa época as nítidas diferenças estruturais que, no presente século, se tornaram acentuadas a ponto de já poderem ser consideradas como traços sintáticos caracterizadores de uma gramática brasileira, radicalmente distinta da gramática lusitana. Segundo o referido autor, essa emergência de um novo sistema gramatical é evidenciada pela ocorrência de quatro grandes mudanças sintáticas comprovadas por estudos sociolingüísticos, listadas em (1), a seguir:

- (1) a. a re-organização do sistema pronominal (cf. Tarallo, 1983, 1985);
- b. a mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização (cf. Tarallo, 1983, 1985);
- c. a re-organização dos padrões sentenciais básicos (cf. Berlink, 1988, 1989) e o enrijecimento do princípio de adjacência (cf. Ramos, 1989, 1991);
- d. a mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas (cf. Duarte, 1991).

Os pressupostos fornecidos pelo quadro teórico desenvolvido por WEINREICH, LABOV & HERZOG(1968) são assumidos por TARALLO (1993b), que discute, então, essas quatro mudanças e conclui que elas constituem evidência em favor da noção de encaixamento lingüístico postulada nesse quadro; ou seja, são casos de mudanças relacionadas de tal modo que cada uma cria condições lingüísticas para a realização das outras, o que confirma o pressuposto segundo o qual as mudanças "formam uma espécie de cadeia de fenômenos de mudança". Para o autor, duas dessas mudanças - a re-organização do sistema pronominal e a re-organização dos padrões sentenciais básicos - trouxeram como consequência uma outra mudança que, conforme explicitam os parágrafos abaixo, coloca o português do Brasil ao lado de línguas parametricamente distintas da língua portuguesa européia.

Segundo TARALLO(1993a), nos últimos 250 anos, houve uma reorganização do paradigma pronominal da cláusula matriz do PB falado, de modo que, a partir da segunda metade do século XIX, a posição do sujeito é significativamente mais preenchida. Para o autor, houve uma mudança no sistema pronominal do PB por volta de 1880, atestada pelos valores exibidos na TABELA 1 (adaptada de TARALLO:1993b, p. 84, **TABELA 3**):

TEMPO =>	1725	1775	1825	1880	1981
FUNÇÃO	%	%	%	%	%
sujeito	23,3	26,6	16,4	32,7	79,4
obj. dir.	89,2	96,2	83,7	60,2	18,2
(SPs)	96,5	98,9	91,3	72,9	44,8

**TABELA 1:** Retenção pronominal nas três funções sintáticas principais, no período de tempo 1725-1981.

Depois de ressaltar que a hierarquia para a retenção pronominal nos dados diacrônicos (**SPs > ob. diretos > sujeitos**) é substituída por outra, bastante diferenciada, nos dados de 1981 (**sujeitos > SPs > obj. diretos**), TARALLO(1993b:89-90) afirma:

*Com base nos resultados obtidos em Tarallo(1983, 1985) que atestavam o crescimento de sujeitos lexicais acompanhado de um decréscimo no objeto direto anafórico, um argumento forte pode ser feito em relação à modalidade brasileira como um sistema em fase de transição de língua 'pro-drop' para 'não-pro-drop', isto é, uma mudança paramétrica.(...) uma língua 'pro-drop' pode apresentar as seguintes duas ordens: (S)V e VS, ao lado da canônica SVO.*

*Os resultados [Relativos à retenção pronominal e à relativização] apontam que, diferentemente do português europeu, o português brasileiro sofreu uma grande reversão nas estratégias de pronominalização ao final do último século, abrindo espaço para sujeitos lexicais e objetos nulos. Se tais resultados convergirem então como terceira instânciação de nossa hipótese do encaixamento sintático, deveríamos esperar um enrijecimento no padrão canônico de ordem das palavras em direção a SV, com uma proporção decrescente para sujeitos invertidos. E isto é exatamente o que Berlinck constatou em seu estudo diacrônico sobre a ordem do sujeito em relação ao verbo...*

Segundo TARALLO, a sua hipótese de encaixamento sintático prevê, portanto, uma mudança no sentido de perda da ordem VS no PB que é atestada por Berlinck(1988, 1989), ao estudar a ordem do sujeito em relação ao verbo no PB, buscando identificar os fatores significativos na explicação da ordem VS. TARALLO observa que os resultados obtidos por Berlinck - que analisa quantitati-

vamente três conjuntos de dados (de 1750, de 1850 e de 1987), assumindo a hipótese de que a motivação para o uso da ordem VS seria diferente em cada conjunto - além de revelarem uma frequência decrescente da ordem VS nos três corpora (1750 = 42% > 1850 = 31% > 1987 = 21%), confirmam a hipótese acima, já que, na ordem hierárquica dos fatores considerados significativos na explicação da ocorrência da ordem VS, verifica-se o seguinte: no século XVIII, o estatuto informacional do sintagma nominal sujeito apresenta-se como o primeiro fator significativo, e o tipo de verbo, como o quarto; esse último passa a ser o primeiro fator significativo no século XIX e cede essa posição para o fator transitividade nos dados do século XX. Quanto ao comportamento diferenciado dos fatores condicionadores da ordem VS, registrado por Berlinck no PB em diferentes épocas, TARALLO(1993b:91) diz:

*Tal fato explica a existência de duas gramáticas, uma na qual as ocorrências de VS são explicadas via fatores funcionais, tais como o estatuto informacional do sintagma nominal sujeito (por exemplo, o século XVIII), e outra em que a transitividade do verbo bloqueia a possibilidade de inversão do sujeito.*

Em síntese, TARALLO(1993b) interpreta os resultados quantitativos encontrados por Tarallo(1983, 1985) e por Berlinck(1988, 1989) como evidências em favor de uma mudança paramétrica no PB, que teria passado de língua *pro-drop* a língua *não-pro-drop*, ou seja, como duas das quatro mudanças por ele examinadas, que teriam tornado distinta "uma gramática brasileira", como explicitamente assumido pelo autor (cf. p. 99, da obra acima citada):

*Os quatro casos sintáticos apresentados na seção anterior [cf. (1), da presente seção] devem ser tomados como evidência quantitativa de que mudanças dramáticas aconteceram na passagem do século XIX para o atual. Fica claro a*

*partir do retrato oferecido que um novo sistema gramatical - chama-se de gramática brasileira ou de dialeto com sua própria configuração uma vez tratar-se de uma questão meramente ideológica - emergiu ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática radicalmente diferente da modalidade lusitana (...) pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática.*

A análise de TARALLO(1993b) remete, portanto, à Gramática Gerativa e, diante das noções de parâmetro, variação paramétrica, mudança paramétrica e parâmetro *pro-drop*, formuladas no âmbito desse quadro teórico, a hipótese de mudança paramétrica no PB defendida por esse autor suscita algumas questões, cuja explicitação implica que a concepção teórica assumida na referida análise seja, previamente, explicitada.

### **2.2.1 A Concepção Teórica Assumida por TARALLO(1993b)**

Ao argumentar em favor da emergência de uma gramática brasileira, assumindo uma hipótese de trabalho estabelecida à luz do quadro teórico desenvolvido por Weinreich, Labov & Herzog (1968), TARALLO(1993b:74) ressalta o seguinte:

*as mudanças acontecem em teias e ecoam umas nas outras. Tal eco sintático de um processo de mudança a outro - e que não necessariamente forma uma linha reta - é teoricamente previsível a partir de um paradigma sintático forte para a análise lingüística: o modelo chomskiano (cf. Tarallo & Kato, 1989).*

Com essas palavras, o autor invoca a principal concepção teórica defendida por TARALLO & KATO(1989), num documento ao qual KATO(1993:16) se refere como "o manifesto" do "casamento selado

de Tarallo, intra-variacionista, com Kato, inter-variacionista gerativista", que acreditam que:

*... os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação inter-lingüística e intra-lingüística e os conceitos de 'encaixamento' estrutural e 'parâmetro' poderiam ser conciliados.*

Essa proposta de conciliação de dois modelos de análise lingüística até então vistos como inconciliáveis (ou, nos termos de KATO(1993), "essa proposta heterodoxa de estudar gramática") tem estado subjacente a inúmeros estudos sobre o PB. Entre esses estudos, encontra-se o de RAMOS(1992), que se destaca pelo fato de contribuir, substancialmente, para a explicitação da proposta.

Uma preocupação marcadamente presente em RAMOS(1992) é a de elucidar a possível colaboração fornecida pela Sociolingüística Variacionista para a descrição da mudança lingüística no quadro da Gramática Gerativa, e vice-versa. Essa preocupação leva a autora a estabelecer algumas relações e colocar em evidência conceitos, definições e distinções estabelecidos no âmbito da Gramática Gerativa (mais especificamente, da Teoria de Princípios e Parâmetros) que se mostram relevantes para um exame da hipótese de mudança no PB defendida por TARALLO(1993b) tendo-se em vista a concepção teórica assumida por esse autor. Em vista desse fato, as noções básicas do modelo de Princípios e Parâmetros serão explicitadas a seguir (ou seja, na subseção 2.2.2), e alguns pontos do estudo de RAMOS serão sintetizados na subseção 2.2.3.



### 2.2.2 As Noções de Parâmetro e de Variação Paramétrica

O modelo de Princípios e Parâmetros, formulado no âmbito da Teoria da Regência e Ligação (CHOMSKY: 1981, 1982, 1986a, 1986b, 1988) é, fortemente, ressaltado no Programa Minimalista (CHOMSKY & LASNIK:1993; CHOMSKY:1993, 1994, 1995). Para CHOMSKY, o fato de as línguas naturais apresentarem, ao mesmo tempo, similaridades e peculiaridades decorre da existência de um conjunto de princípios pré-determinados - a faculdade da linguagem, específica da espécie humana (Gramática Universal) - e da existência de certas opções na aplicação desses princípios. CHOMSKY(1994) afirma que essa preocupação com o estudo de linguagem e mente faz parte de uma tradição gramatical que, depois de esquecida por longo tempo, foi revivida pela gramática gerativa, que inicialmente se deparou com dois problemas: a **adequação descritiva** (uma teoria adequada da linguagem deveria fornecer uma maneira de explicar os fenômenos de línguas particulares e a **adequação explicativa** (uma teoria adequada da linguagem deveria ser capaz de explicar como o conhecimento dos fenômenos de uma língua particular surge na mente do falante-ouvinte). Para alcançar adequação descritiva, a teoria da gramática de uma língua particular tem que caracterizar o estado atingido pela faculdade da linguagem e, para alcançar adequação explicativa, uma teoria da linguagem tem que caracterizar o estado inicial da faculdade da linguagem e mostrar como ela mapeia a experiência para o estado atingido. Segundo CHOMSKY (1994:3), a culminância dos esforços para se reduzir a tensão entre esses objetivos de



adequação descritiva e explicativa foi atingida pelo modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), e:

The basic assumption of the P&P model is that languages have no rules at all in anything like the traditional sense, and no grammatical constructions (relative clauses, passives, etc.) except as taxonomic artifacts. There are universal principles and a finite array of options as to how they apply (parameters).

De acordo com esse modelo, há um conjunto finito de parâmetros e um número finito de valores associados a esses parâmetros; a variação entre as línguas se reduz à variação nos valores associados aos parâmetros; a seleção de um valor específico para um determinado parâmetro resulta num padrão específico de propriedades lingüísticas, e a seleção de um valor diferente para esse mesmo parâmetro resulta num padrão, também diferente, de propriedades lingüísticas.

### **2.2.3 O Estudo de RAMOS(1992)**

Ao analisar a **marcação preposicional de complementos verbais no Português do Brasil**, RAMOS(1992) assume a possível conciliação entre a Gramática Gerativa e a Sociolingüística Variacionista, buscando justificar, ampla e exaustivamente, a sua posição. Tal conciliação, na opinião de RAMOS(1992:2), é uma rua de mão dupla, ou seja, beneficia ambos os modelos:

Através da interdisciplinaridade, suponho poderem ser superados os problemas relativos a não significatividade gramatical dos resultados das tabelas de estudos variacionistas que lidam com mudança sintática, e também os problemas relativos à não-confiabilidade dos dados apresentados em estudos gerativistas.

A autora examina as concepções de mudança lingüística encontradas na Gramática Gerativa e na Sociolingüística Variacionista, buscando "ressaltar sobreposições e contrastes" revelados pela comparação de pressupostos fornecidos por esses dois modelos, tendo em vista a discussão da "viabilidade de um tratamento interdisciplinar da mudança". Partindo da Gramática Gerativa - que concebe a mudança lingüística como substituição de uma gramática por outra e tal substituição como um processo resultante de variação paramétrica -, RAMOS(1992:5) afirma o seguinte:

A mudança lingüística interessa à gramática gerativa, na medida em que aponta dois tipos de pares de construções. O primeiro formado por uma construção gramatical e uma agramatical, sendo esta última freqüente em estágios anteriores da língua e rejeitada por falantes contemporâneos. O segundo par apresenta uma construção que é apenas de domínio passivo da comunidade, isto é, um membro do par, embora reconhecido como gramatical (ou bem formado) pela comunidade, não é produzido pelas gerações mais jovens. Este último constitui um resíduo histórico. (Grifo meu.)

A autora ressalta que a substituição de uma gramática por outra ou "alteração paramétrica propriamente dita" (a que passa a se referir como MUDANÇA) "manifesta-se superficialmente através de diferentes construções, aparentemente não correlacionadas" (a que passa a se referir como mudança), de modo que a presença de mudanças em diferentes pontos da gramática de uma língua ao mesmo tempo pode constituir indício de reflexos de uma só MUDANÇA, isto é, de alteração na marcação de um único parâmetro. Em seguida, discute a viabilidade de um tratamento interdisciplinar da mudança lingüística, e essa discussão é orientada pela seguinte questão, colocada por RAMOS(1992:12):

como compatibilizar a noção de variação paramétrica e o movimento gradual de uma mudança, observado através de levantamentos quantitativos?

Segundo RAMOS, uma das respostas para essa pergunta é fornecida por Pollock(1987), Adams(1984) e Roberts(1990):

a) a argumentação apresentada por Pollock em favor de uma mudança paramétrica ocorrida no inglês - ou seja, da substituição de AGR [+transparente] por AGR [-transparente] - e responsável, tanto por diferenças entre o inglês antigo e o inglês moderno quanto por diferenças atualmente registradas entre o inglês e o francês, mostra que o conceito de parâmetro é "adequado para descrever fenômenos diacrônicos e sincrônicos", e isso fornece evidência empírica da plausibilidade da hipótese segundo a qual ambas as variações (a intra-lingüística e a inter-lingüística) seriam explicadas pelos mesmos princípios (ou seja, da posição defendida por TARALLO & KATO(1989)).

b) Pollock defende: (i) a definição de alteração paramétrica em termos de presença/ausência de uma estrutura e (ii) o aspecto gradual da mudança como reflexo de Línguas-I conflitantes; de acordo com a interpretação expressa em (ii), uma mudança paramétrica não precisa ter "um perfil de padrão curvilíneo, tal como as análises quantitativas têm mostrado";

c) mas, em contraposição a essa interpretação de Pollock, estaria a análise de Adams, que interpreta o perfil gradual dos resultados quantitativos como evidência da opção, por parte de um número cada vez maior de falantes, pela nova parametrização; ou seja, uma análise que, diferentemente da de Pollock, capta a noção de processo "depreendida da comparação das gramáticas dos diferentes falantes de uma comunidade e responsável pelo padrão curvilíneo da mudança";

d) as duas análises acima mencionadas não explicam a ocorrência de formas representativas da antiga gramática e de formas representativas da nova gramática na fala de um mesmo indivíduo, mas a elucidação dessa questão pode ser encontrada na proposta de Roberts;

e) de acordo com Roberts, o processo de mudança inclui três etapas - **passos** (o momento em que determinadas construções, apesar de permitidas pela gramática, tornam-se raras), **reanálise diacrônica** (fase na qual tais construções, embora ainda não eliminadas da gramática, são usadas numa frequência radicalmente reduzida) e **mudança paramétrica** (momento em que essas construções não são mais permitidas pela gramática, tornando-se, portanto, agramaticais);

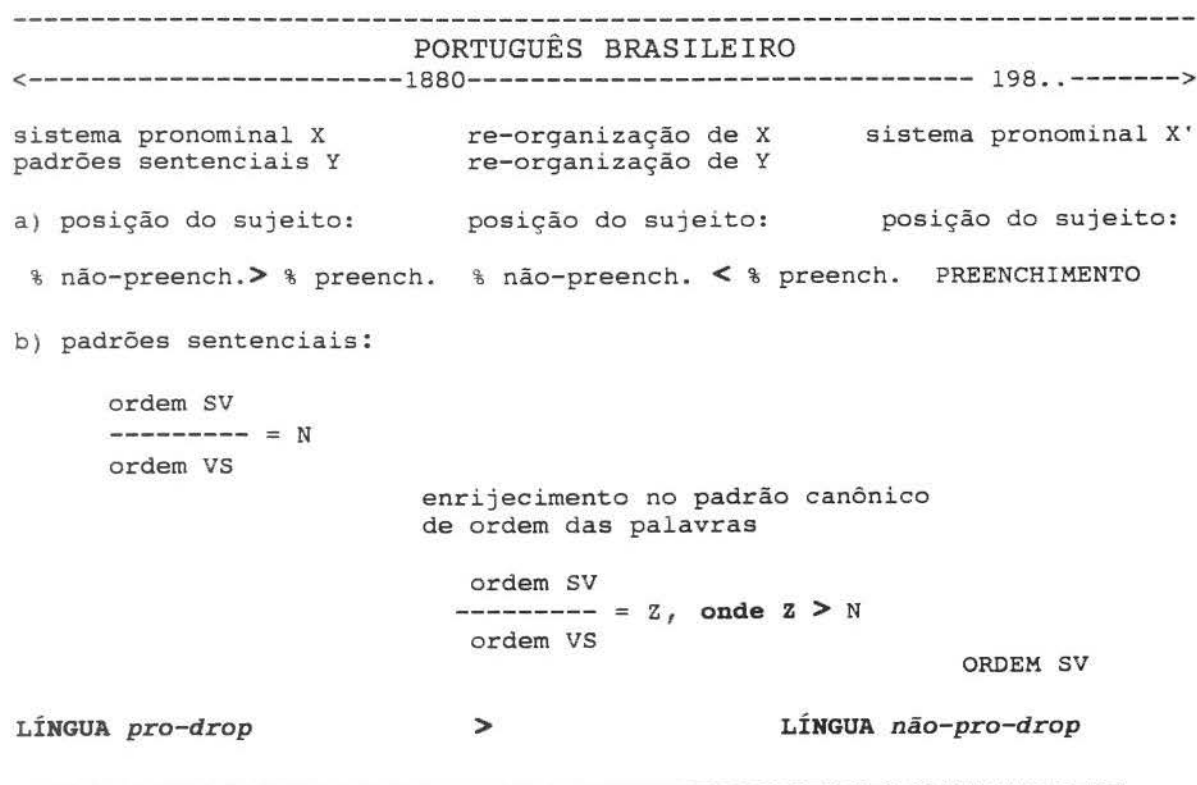
d) confrontado com o proposto por Roberts em relação a um processo de mudança paramétrica, o perfil gradual de mudança revelado por levantamentos quantitativos parece caracterizar-se por apresentar informações que correspondem a duas fases desse processo - **passos** e **reanálise diacrônica** - e não representar novas parametrizações, que só seriam evidenciadas pelos pontos inicial e final do perfil de uma mudança já completada, já que "só haveria MUDANÇA [alteração paramétrica propriamente dita] quando um conjunto de formas cessasse de ocorrer" (grifo meu);

e) no entanto, segundo Roberts, reanálises podem preceder mudanças propriamente ditas ou ser, apenas, resultado de mudança, e esse fato "impede que a queda de frequência seja tomada como diagnóstico de uma possível variação paramétrica, uma vez que tal queda poderia já ser o resultado de outra variação". (Grifo meu)

Essa breve visita a RAMOS(1992) permite um exame da análise de TARALLO(1993b) tendo-se em vista a busca de um tratamento interdisciplinar da mudança lingüística assumida pelo autor.

#### 2.2.4 Retomando a Análise de TARALLO(1993b)

Diante de algumas posições teóricas assumidas por RAMOS (1992), a conclusão de TARALLO(1993b) sobre a caracterização do PB com base nos resultados de Tarallo(1983, 1985) e de Berlinck (1988, 1989) apresenta dois pontos vulneráveis. Para que tais pontos sejam ressaltados, a interpretação que TARALLO atribui aos resultados por ele examinados será retomada através da **FIGURA 1**:



A interpretação atribuída por TARALLO(1993b) aos resultados quantitativos que examina - e que codifico, então, na FIGURA 1 - pode ser assim sintetizada:

(i) os dados do PB exibem uma preferência significativa pelo preenchimento do sujeito pronominal em 1981, e esse comportamento é oposto ao encontrado nos dados dessa língua até o final do século XIX;

(ii) a preferência pelo preenchimento do sujeito pronominal no PB está intimamente relacionada ao enrijecimento no padrão canônico de ordem das palavras em direção a SV - essas duas características decorrem de duas grandes mudanças sintáticas ocorridas no PB por volta de 1880: a re-organização do sistema pronominal e a re-organização dos padrões sentenciais básicos;

(iii) a queda nos percentuais de não-preenchimento do sujeito registrada por Tarallo(1983, 1985) - **nos dados de 1885 (76,7%) > nos dados de 1981(20,6%)** - e na queda nos percentuais de ordem VS registrada por Berlinck (1988, 1989) - nos dados de 1850 (42%) > **nos dados de 1987 (21%)** - são evidências quantitativas de que a representação e a posição atualmente permitidas ao sujeito no PB constituem alguns dos traços distintivos de uma nova gramática, que perdeu *as duas propriedades consideradas na literatura como as mais importantes na caracterização de uma língua pro-drop* - a possibilidade de sujeito nulo e a ordem VS.

Essa interpretação apresenta, portanto, dois problemas - um primeiro, que diz respeito à noção de mudança paramétrica e um outro, que diz respeito à noção de parâmetro pro-drop. A explicitação de cada um desses problemas será feita a seguir.

#### 2.2.4.1 O problema relativo à noção de mudança paramétrica

Conforme afirma RAMOS, no quadro da Gramática Gerativa:

(a) a mudança lingüística é concebida como substituição de uma gramática por outra; ou seja, a substituição de uma gramática por outra é que consiste na "alteração paramétrica propriamente dita" (que a autora distingue graficamente como MUDANÇA);

(b) a mudança lingüística é objeto de interesse porque aponta dois pares de construções, sendo um deles formado por uma construção gramatical e uma outra que, apesar de freqüente em estágios anteriores da língua, torna-se agramatical, passando, então, a ser rejeitada pelos falantes dessa língua - para Pollock(1987), alteração paramétrica deve ser definida em termos de presença/ausência de uma estrutura e, de acordo com Roberts-(1990), **mudança paramétrica** é o momento em que certas construções não são mais permitidas pela gramática, tornando-se, portanto, agramaticais;

(c) "só haveria MUDANÇA quando um conjunto de formas cessasse de ocorrer".

Com base nessas afirmações, os resultados quantitativos examinados por TARALLO não retratam, portanto, uma **mudança paramétrica**, ou seja:

a) a freqüência de não-preenchimento do sujeito pronominal nos dados sincrônicos registrada por Tarallo (1983, 1985) não expressa perda da possibilidade de sujeito nulo no PB;

b) o percentual relativo aos dados sincrônicos obtido por Berlinck(1988, 1989) - analisado como relativo à ocorrência da



ordem VS<sup>1</sup> no PB atual - não expressa a perda de tal propriedade na língua em questão.

Poder-se-ia supor que a interpretação de tais resultados quantitativos como o retrato de uma mudança paramétrica se justifica por estar o autor se referindo à mudança como um processo ainda não concluído. No entanto, diante de algumas das posições gerativistas invocadas no estudo de RAMOS, essa suposição não parece plausível, conforme mostram os argumentos, abaixo. Como visto na seção anterior, para Roberts (1990), **mudança paramétrica** é a etapa na qual se dá a culminância de um processo que inclui mais duas outras: **passos** - quando certas construções, apesar de permitidas pela gramática, tornam-se raras; **reanálise diacrônica** - quando tais construções, embora ainda não eliminadas da gramática, são usadas numa frequência radicalmente reduzida.

A **reanálise diacrônica**, etapa que, segundo Roberts precede imediatamente a "mudança paramétrica propriamente dita", parece poder ser interpretada como:

(i) o momento no qual se verifica a ocorrência de um segundo par de construções apontado pela mudança lingüística que, na opinião de RAMOS, interessa à Gramática Gerativa - um par que apresenta uma construção que é apenas de domínio passivo da comunidade, isto é, um membro que, embora reconhecido como gramatical pela comunidade, não é produzido pelas gerações mais jovens, e essa construção constitui um resíduo histórico<sup>2</sup>;

---

<sup>1</sup> O fato de tal percentual ser analisado como relativo à ocorrência de ordem VS será retomado mais adiante.

<sup>2</sup> Segundo a Prof<sup>a</sup> Mary Kato (c.p.), "essa é uma visão quantitativa do período da reanálise, mas não define no que consiste a reanálise. O fato de que em [Pedro disse que ele vai casar] ele não poder ser Pedro no PE, no espanhol e no italiano, mas ser a leitura preferencial no PB já constitui uma



(ii) um momento que, a princípio, poderia ser representado por resultados de análises sociolinguísticas realizadas à luz do modelo teórico-metodológico proposto por LABOV(1982): de acordo com esse modelo, uma das evidências com base nas quais uma variação pode ser caracterizada como mudança em progresso é o **tempo aparente**, ou seja, a constatação de que a forma inovadora é realizada mais freqüentemente pelas gerações mais jovens; a etapa chamada por Roberts de **reanálise diacrônica** poderia, então, ser retratada por uma análise na qual seria registrada uma relação diretamente proporcional entre o fator idade e a presença da forma que estaria cedendo o seu lugar (quanto menos idade tivesse o grupo de falantes, menos freqüente seria tal forma).

Pelo exposto, é evidente que:

1º) Os resultados quantitativos interpretados por TARALLO não podem ser tomados como reveladores de uma **mudança paramétrica** enquanto um processo prestes a ser concluído (ou, uma **reanálise diacrônica**, nos termos de Roberts), pois não indicam uma freqüência radicalmente reduzida - nem de sujeito nulo nem de ordem VS - e, além disso, não resultam de análises que levam em conta, nos dados sincrônicos, o fator **idade**, de modo que não podem ser considerados como reflexo da ocorrência de um par de construção que é apenas de domínio passivo da comunidade.

---

característica da reanálise. O mesmo se pode dizer da possibilidade da leitura arbitrária em [Não usa mais mini-saia]." Na minha opinião, a primeira das interpretações mencionadas, se ocorre em contexto isolado, tem o ele focalizado (caso contrário, a sentença terá o sujeito nulo: O Pedro disse que **pro** vai casar); quanto à segunda sentença (com leitura arbitrária), ela não é tão aceita quanto parece e, além disso, sentenças do tipo [Em Belo Vale, ninguém usa mini-saia], por exemplo, são ouvidas muito mais freqüentemente do que [Em Belo Vale, não usa mini-saia] - isso aponta para a necessidade de uma observação sistemática de tais estruturas.

2º) Os percentuais em questão não podem ser tomados, seguramente, como o retrato de uma **mudança paramétrica** na etapa que Roberts chama de **passos**, uma vez que: em primeiro lugar, uma forma presente em 20% dos dados não constitui uma raridade; em segundo lugar, a TABELA 1, da seção 2.2 deste capítulo, leva a supor que os percentuais relativos ao preenchimento do sujeito pronominal interpretados por TARALLO constituem um resultado enviesado pelos dados utilizados nas análises através das quais foram obtidos; em outras palavras, como mostra a TABELA 1, TARALLO(1983, 1985) examina cinco conjuntos de dados, codificados em função do tempo considerado (tempo I = 1725; tempo II = 1775; tempo III = 1825; tempo IV = 1880; tempo V = 1981) e os percentuais de retenção pronominal encontrados nos quatro primeiros conjuntos de dados - extraídos de textos **escritos** - distanciam-se, significativamente, do percentual de retenção pronominal encontrado no conjunto V - extraído de "uma série de entrevistas sociolinguísticas", ou seja, constituído de dados de **fala**; isso significa que a análise de TARALLO(1983, 1985) não inclui uma restrição que, conforme assume RAMOS(1992:67) na explicitação do **corpus** por ela utilizado, é relevante para a interpretação de resultados quantitativos:

*Para efeito de análise quantitativa, foram considerados apenas os dados de textos escritos. Esta restrição tem por objetivo a obtenção de dados sincrônicos de natureza semelhante à de dados diacrônicos. Isto é, buscou-se evitar conclusões baseadas em dados escritos e orais, tomados conjuntamente. (Grifo meu)*

#### 2.2.4.2 O problema relativo à noção de Parâmetro *pro-drop*

Como mostra o DIAGRAMA 1, TARALLO(1993b) associa as altas frequências de preenchimento do sujeito pronominal e da ordem VS registradas nos dados diacrônicos analisados, respectivamente, por Tarallo(1983, 1985) e por Berlinck(1988, 1989) à caracterização do PB como uma língua *pro-drop* e as frequências relativamente baixas de preenchimento do sujeito pronominal e da ordem VS nos dados sincrônicos também analisados pelos referidos autores à caracterização do PB como uma língua *não-pro-drop*.

Assim sendo, o que se verifica na análise de TARALLO é, simplesmente, uma relação estabelecida entre a frequência (que, se baixa, o autor interpreta como ausência) de duas propriedades sintáticas no PB, de um lado, e a caracterização das línguas em função do parâmetro *pro-drop*, de outro. Essa leitura é corroborada pelas palavras de TARALLO(1993b:90):

*Conforme definida na literatura chomskiana, uma língua 'pro-drop', como o italiano, o espanhol e o português europeu, é caracterizada por uma série de propriedades, as duas mais importantes sendo a possibilidade de sujeitos nulos de um lado, e de inversão de sujeito, de outro.*

Esse autor não leva em conta, portanto, a teoria chomskiana, no que diz respeito à concepção de parâmetro e, conseqüentemente, não se preocupa com o parâmetro *pro-drop* enquanto uma propriedade - ou seja, defende uma mudança paramétrica no PB sem, contudo, buscar identificar a propriedade que, em relação a essa língua, teria sido marcada com o valor [+] até o final do século XIX (período no qual a língua teria se caracterizado como *pro-drop*) e teria, nessa data, passado a ser marcado com o valor [-]. Em

outras palavras, TARALLO não se propõe a responder uma pergunta, que, obviamente, se coloca face à interpretação que esse autor atribui aos resultados que examina e que pode ser, formulada como em (2), abaixo:

- (2) Se houve uma mudança paramétrica no PB, que parâmetro teve o seu valor alterado em relação a essa língua?

Enfim, esse autor não leva em conta uma preocupação que tem se revelado constante nos estudos gerativistas (CHOMSKY:1981, 1982, 1986; HUANG:1984; RIZZI:1986, 1990; JAEGGLI & SAFIR:1987, ROBERTS:1993, FIGUEREDO SILVA:1994, etc.), que é a de identificar uma possível propriedade mais abstrata, capaz de explicar a(s) diferença(s) entre as línguas ditas *pro-drop* (que apresentam, entre outras propriedades, a possibilidade de sujeito nulo e a ordem VS) e as línguas ditas *não-pro-drop* (que, em princípio, não apresentam tais propriedades).

### 2.3 O PB: Uma Língua sem Sujeito Nulo?

A exclusão da possibilidade de sujeito nulo do conjunto de características apresentadas pelo PB tem sido postulada com base em resultados quantitativos que, além de não poderem ser interpretados como indicadores de uma mudança assumindo-se a concepção de mudança do modelo de P&P, mostram-se incompatíveis mesmo com uma hipótese de mudança formulada à luz do modelo Sociolinguístico Variacionista, pois os índices de sujeito nulo registrados em diversos estudos realizados sob essa última perspectiva nem

sempre se mostram de acordo. É desses resultados discordantes que trata esta seção.

### **2.3.1 A (Im)possibilidade de Sujeito Nulo no PB**

A mudança do PB na direção de uma língua *não-pro-drop* é defendida, também, por DUARTE(1993, 1995). No primeiro desses estudos, a autora analisa um corpus constituído de dados extraídos de peças de teatro popular escritas no período compreendido entre 1845 e 1992. Para essa autora, verifica-se, no PB, um processo de evolução na representação fonológica do sujeito, de modo que, nessa variedade do português, o sujeito pronominal nulo, altamente freqüente até 1918, passa, a partir dessa data, a ser substituído pelo sujeito pronominal lexical, que se configura como a opção preferida em 1992. Duarte examina a representação do sujeito, considerando, isoladamente, os dados do singular relativos a cada uma das três pessoas gramaticais e observa que, ao longo do período considerado, a representação do sujeito de 3ª pessoa distingue-se da representação dos sujeitos de 1ª e de 2ª pessoas. Os índices de ocorrência do sujeito nulo que evidenciaram essa distinção podem ser vistos na TABELA 2 (cf. DUARTE:1993; p. 117, Gráfico 5), a seguir:

	1845	1882	1918	1937	1955	1975	1992
1PS	68%	76%	80%	60%	50%	38%	20%
2PS	82%	70%	61%	13%	14%	13%	18%
3PS	70%	48%	50%	59%	50%	40%	45%

TABELA 2: Frequência de sujeito nulo nas três pessoas do singular, registrada nos dados relativos ao período 1845-1992, analisados por DUARTE(1993)

Para a autora, esses resultados constituem evidências de uma profunda alteração na representação do sujeito pronominal no PB, que se explica como sendo uma conseqüência das simplificações<sup>3</sup> que vêm afetando o sistema flexional dessa língua. Tais simplificações podem ser visualizadas através da TABELA 3, a seguir (cf. DUARTE:1993; p. 109, Tabela 1):

Pessoa	Núm.	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1ª	sing.	cant-o	cant-o	cant-o
2ª direta	sing.	canta-s	-----	-----
2ª indireta	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
3ª	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
1ª	plur.	canta-mos	canta-mos	canta-0
2ª direta	plur.	canta-is	-----	-----
2ª indireta	plur.	canta-m	canta-m	canta-m
3ª	plur.	canta-m	canta-m	canta-m

TABELA 3: Evolução nos paradigmas flexionais do português.

Para DUARTE (1993:124),

*Na verdade, o que ocorreu com o francês medieval e o que ocorre com o português do Brasil hoje sugerem um período de transição nas duas línguas - de 'pro-drop' para não 'pro-drop' - sendo os casos de sujeitos nulos meros resíduos de um paradigma que acabou por perder sua riqueza funcional.*

<sup>3</sup> A simplificação do paradigma verbal do PB, assim como a sua relação com a possibilidade de sujeito nulo, será examinada no Capítulo 3.

Mas, apesar dessa inferência, DUARTE(1993:123) afirma que:

*...a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua 'pro-drop' que o português do Brasil apresentava antes de 1937 (...) a identificação do sujeito nulo referencial ficou comprometida, transformando-se a ocorrência de pro num fenômeno periférico...(Grifo meu)*

Essa posição quanto à caracterização do PB, no que diz respeito à possibilidade de sujeito nulo, é também defendida por DUARTE(1995), que analisa quantitativamente: **1.756** dados, da **fala espontânea** de 13 informantes cariocas com formação universitária, distribuídos em três grupos etários: GRUPO 1 = 59-74 anos; GRUPO 2 = 45-53 anos; GRUPO 3 = 25-32 anos. Esses dados foram coletados em 1992, de uma amostra em relação à qual a autora observa (cf. NOTA 3, p. 32, da obra citada) que: *A amostra, que pertence ao acervo do Projeto NURC/RJ, é intitulada 'Recontato' por consistir, excetuando-se o grupo mais jovem, de entrevistas com informantes que participaram do Projeto NURC nos anos 70.* Além dos dados acima mencionados, foram também utilizados nessa análise: **605** dados extraídos de entrevistas de rádio e **451** dados extraídos de entrevistas de TV.

DUARTE examina, então, o comportamento da variável dependente "sujeito nulo vs. sujeito pronominal pleno" em relação a diversos grupos de fatores e registra, nos **1.756** dados de fala espontânea, **1.424** casos de sujeito com referência definida, dentre os quais: **1009** casos de sujeito pronominal pleno (= **71%**) e **415** casos de sujeito nulo (= **29%**). A influência dos fatores apontados como significativos para a realização da variável nesses dados está expressa na TABELA 4 (cf. DUARTE:1995; p. 75; Tabela 3.8), que se encontra na página seguinte.



Assumindo mais uma vez a proposta de TARALLO & KATO(1989), a autora interpreta os resultados quantitativos obtidos como evidência de que, em consequência da redução sofrida pelo seu paradigma verbal (cf. Tabela 3), o PB perdeu a propriedade *pro-drop* e o Princípio "Evite Pronome"<sup>4</sup> - o que é assim expresso por DUARTE:

*[o PB] perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo pro-drop por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia verbal suficientemente 'rica' para tal processo [e] convive com um sistema agonizante, em que ainda se refletem as características pro-drop, e um sistema em desenvolvimento, em que a 'riqueza funcional' perdida já não permite a identificação de pro (p. 131) [as freqüências examinadas são] evidências quantitativas (...) reveladoras de um período de transição entre uma e outra faces do parâmetro, caracterizado pela perda do Princípio 'Evite Pronome' (p. 4).*

---

<sup>4</sup> A posição defendida por DUARTE em relação a esse "Princípio" será discutida no Capítulo 5.



Fator	p.r	n.	t.	%
Pessoa do discurso				
3a. pessoa do singular	.57	165	419	39
3a. pessoa do plural	.57	44	127	35
1a. pessoa do singular	.52	175	631	28
1a. pessoa do plural	.32	18	120	15
2a. pessoa do singular	.31	13	119	11
Correferência (estr. subordinadas)				
sim	.62	70	217	32
não	.36	22	188	12
Faixa etária				
< 46 anos	.62	190	491	39
36 a 45 anos	.46	126	475	27
25 a 35 anos	.41	99	458	22
Tipo sintático da oração				
Independente	.58	243	650	37
Completiva	.55	21	89	24
Adjunta posposta	.50	47	155	30
Raiz anteposta	.48	67	286	23
Raiz posposta	.44	17	65	26
Adjunta anteposta	.30	13	84	15
Relativa	.22	7	95	7
Tempo verbal				
Pretérito perfeito (ind.)	.64	149	385	39
Pretérito imperfeito (ind.)	.51	64	234	27
Subjuntivo	.49	12	60	20
Presente (ind.)	.43	186	715	26
Traço do referente (3a. pessoa)				
[+a / +gen.]	.71	36	64	56
[-animado]	.61	71	162	44
[+animado]	.41	102	320	32
Sexo do informante				
Masculino	.55	220	641	34
Feminino	.46	195	783	25
Material entre Spec IP e I <sup>0</sup>				
Negação e clíticos	.60	75	206	36
Advérbios leves	.52	37	102	37
Nenhum elemento	.48	303	1097	28

TABELA 4: Fatores significantes para a ocorrência do sujeito nulo

Cabe observar que, de acordo com esses resultados, dos 29 fatores apontados como significativos para o comportamento da

variável examinada, um fator se mostra neutro ( $p.r = .50$ ), 14 fatores desfavorecem o uso do sujeito nulo e os outros 14 atuam em favor do uso desse sujeito (ou seja, um número igual ao dos fatores defavorecedores). Os valores relativos aos fatores dos grupos faixa etária e pessoa do discurso contidos nessa Tabela serão examinados mais adiante.

À semelhança da conclusão de TARALLO(1993b), as conclusões de DUARTE mostram-se problemáticas diante da concepção de mudança lingüística postulada na Gramática Gerativa, ou seja, os resultados quantitativos obtidos por essa autora não revelam a ocorrência de uma **mudança paramétrica** (entendida como a substituição de uma forma por outra) e nem podem ser interpretados como indicadores de uma mudança paramétrica ainda não concluída (ou seja, como uma fase de **reanálise diacrônica** ou como uma etapa de **passos**, nos termos de Roberts(1990)), conforme explicitado a seguir.

Em primeiro lugar, os resultados obtidos por DUARTE(1993) não indicam frequências radicalmente reduzidas de sujeito nulo, que possam ser consideradas reflexo da ocorrência de um par de construção que é apenas de domínio passivo da comunidade - registrou-se uma frequência que varia entre **18%** (1ª PS) e **45%** (3PS) de sujeito nulo; nessa análise, a autora não leva em conta o fator **idade**.

A mesma observação pode ser feita em relação à análise de DUARTE(1995), que, conforme já visto, registrou **21%** de ocorrência de sujeito nulo no **corpus** constituído de dados de **fala espontânea** (o que, evidentemente, não consiste **raridade**, nem mesmo frequência radicalmente reduzida do fenômeno em questão) e na qual se examina a relação entre o uso do sujeito nulo e o grupo de

fatores **idade**, isto é, busca-se a evidência do **tempo aparente** (cf. LABOV(1972)).

Em primeiro lugar, os resultados exibidos na TABELA 4, mostram que:

a) no que diz respeito ao grupo de fatores Pessoa do Discurso, a 3PS, a 3PP e a 1PS favorecem o uso do sujeito nulo;

b) quanto ao grupo de fatores Faixa Etária, o grupo de informantes com idade superior a 46 anos favorece o uso do sujeito nulo (p.r = .62), que é desfavorecido (não muito) pelos outros dois grupos observados (de 36 a 45 anos: p.r. = .46; 25 a 35 anos: p.r = .41); os dois últimos valores são bastante próximos, o que significa que não há diferença de comportamento da variável nessas duas gerações.

Os resultados obtidos por DUARTE ao examinar o uso do sujeito nulo em relação a pessoa do discurso/faixa etária são interpretados pela autora como reveladores de uma mudança em progresso. Tais resultados podem ser vistos na TABELA 5 (cf. DUARTE:1995; p. 43; Gráfico 3.1):

PESSOA	GRUPOS DE INFORMANTES		
	1 (59-74 ANOS)	2 (45-53 ANOS)	3 (22-35 ANOS)
1ª	33%	21%	21%
2ª	20%	6%	8%
3ª	50%	35%	29%

TABELA 5: O uso do sujeito nulo, considerando os três grupos de informante em função da **idade**.

Esses percentuais mostram que: o sujeito nulo de 1ª pessoa ocorre com uma mesma frequência nos dois Grupos mais jovens, e as frequências relativas ao uso do sujeito nulo de 3ª pessoa

também revelam que não há diferença acentuada nesses Grupos. Diante desse resultado, a caracterização da "mudança" defendida por DUARTE como "em progresso", nos termos labovianos, não pode ser aceita, ou seja, sob tal perspectiva, o percentual encontrado nos dados do Grupo 3 (com idade de 22 a 35 anos) são inesperados - para ser interpretado como implementador da mudança, esse Grupo (representante da geração mais jovem) deveria ter apresentado percentuais significativamente inferiores aos que foram registrados nos dados do Grupo 2.

A noção chomskiana de parâmetro *pro-drop*, que, conforme foi mostrado em 2.2.4.2, TARALLO não leva em conta, é assumida por DUARTE(1993), ao tentar explicar a mudança por ela defendida (isto é, a perda da possibilidade de sujeito nulo no PB) - explicação essa, que suscita diversas questões - mas não é a que orienta a análise de DUARTE(1995), segundo a qual a perda do caráter *pro-drop* não impede a presença do sujeito nulo no PB. Em vista desses fatos, as referidas análises serão retomadas no Capítulo 3 desta tese, onde será explicitada a noção de parâmetro *pro-drop* e serão examinadas diferentes propostas de explicação para o licenciamento do sujeito nulo.

### **2.3.2 O Sujeito no Português Culto Falado: evidência da possibilidade de sujeito nulo no PB**

A caracterização do PB como *não-pro-drop* - defendida por TARALLO(1993b), DUARTE(1993) e DUARTE(1995) - não é, no entanto, corroborada por NICOLAU(1994), que, a partir dos dois primeiros

estudos acima mencionados, descreve o uso do sujeito nulo no português culto falado no Brasil (doravante, PCFB) assumindo a seguinte hipótese:

As ocorrências de sujeito nulo no PB se caracterizam como "resíduos", de modo que, no português culto falado no Brasil, o uso do sujeito nulo é, significativamente, menos freqüente do que o uso do sujeito lexical e é desfavorecido por determinados fatores, estruturais e não-estruturais.

Nessa análise, utilizou-se um Corpus constituído de 511 dados extraídos de três Inquéritos realizados com falantes cultos de São Paulo - que se incluem entre os 15 Inquéritos do Projeto NURC/SP<sup>5</sup>. Assumindo-se a perspectiva de LABOV(1972), nove Grupos de Fatores foram hipotetizados como significativos na explicação de uma, então, esperada preferência pelo uso do sujeito lexical: Tipo de Oração; Estatuto da Oração; Tipo de Forma Verbal; Tipo Categorical do Verbo; Tipo Semântico do Sujeito; Correferencialidade do Sujeito; Pessoa do Discurso<sup>6</sup>; Tipo de Entrevista; Informante.

Os resultados obtidos<sup>7</sup> através dessa análise do uso do sujeito nulo no PCFB mostraram-se surpreendentes, pois:

---

<sup>5</sup> Esses Inquéritos - que vêm sendo utilizados pelo PROJETO Temático da Equipe "Relações Gramaticais no Português Falado". (Proc. 91/1024.1) - foram realizados na década de 70, o que pode suscitar dúvidas sobre a validade dos dados aqui analisados; assim sendo, cabe observar que, conforme visto na seção anterior, os resultados da análise de DUARTE(1995) não apontam diferença quantitativa entre o uso do sujeito nulo pelos informantes com idade entre 22 e 45 anos e o uso do sujeito nulo pelos informantes com idade entre 45 e 63 anos; ou seja tais resultados constituem evidência de que os dados coletados na década de 70 refletem o mesmo comportamento que a variável aqui analisada apresenta atualmente.

<sup>6</sup> Evidentemente, este Grupo de Fatores só foi considerado na etapa da análise em que se examinou o comportamento do sujeito pronominal.

<sup>7</sup> Essa análise quantitativa foi realizada com a utilização do programa de regras variáveis VARBRUL, versão 3 (cf. Rousseau e Sankoff, 1978).

(i) o uso do sujeito nulo foi registrado em 40% dos 471 dados<sup>8</sup> inicialmente examinados, quando, no corpus examinado, se incluíam sete tipos de sujeito lexical na ordem SV (Expressão-R, SN complexo, Forma QU-, Pronome, Forma de tratamento, VP e CP) e quatro tipos de sujeito nulo (pro de referência definida, pro arbitrário, pro expletivo e PRO).

(ii) o uso do sujeito **pro** referencial foi registrado em 44% das 198 ocorrências de sujeito pronominal encontradas no corpus, depois de excluídos os casos de oração-segunda-coordenada com sujeito correferente (por serem permitidos nas línguas *não-pro-drop*) e todos os casos de sujeito marcados [+ PLURAL] - exclusão essa, motivada pela não-confirmação da hipótese inicial, cuja formulação levou em conta a análise de DUARTE(1993), que inclui apenas dados do singular.

Essas 198 ocorrências de sujeito pronominal foram submetidas a uma análise que considerou como variável dependente **o uso do sujeito pro referencial vs. o uso do sujeito pronominal pleno**. De acordo com os resultados obtidos, tal variável mostrou-se sensível à atuação de três dos Grupos de Fatores estabelecidos e a opção pelo uso do sujeito **pro referencial** (em 44% dos casos) mostrou-se favorecida pela maioria dos fatores incluídos nesses Grupos, como mostram os valores da TABELA 6 (cf. NICOLAU: 1994, p. 13, Tabela 4):

---

<sup>8</sup> O estudo aqui apresentado não teve como objetivo descrever a possibilidade da ordem VS no PB e, por isso, não foram analisados os casos como "...de vez em quando sai uma briga...", que têm sido analisados como estruturas contendo o sujeito posposto; os 40 casos desse tipo encontrados no corpus foram, portanto, descartados da análise, o que implicou essa redução no número de dados.

GRUPO	FATOR	Nº/CASOS	%	PR
ESTATUTO	absoluta	11/ 32	34	.41
	1ª coord.	7/ 29	24	.17
DA	2ª coord.	9/ 14	64	.64
	raiz	33/ 78	42	.60
ORAÇÃO	dependente	28/ 45	62	.61
TIPO	V NP	15/ 42	36	.42
CATEGORIAL	V inac.	48/ 69	70	.68
	DE	V C/orac.	20/ 59	34
VERBO	V outro/compl.	5/ 28	18	.24
PESSOA	1ª pessoa	19/101	19	.24
	DO	2ª pessoa	5/ 10	50
DISCURSO	3ª pessoa	64/ 87	74	.78
TOTAL =		88/198	44	----

**TABELA 6:** Influência de fatores estruturais e não-estruturais sobre a ocorrência de sujeito pronominal nulo no PCFB, considerados os dados das três pessoas do singular.

De um lado, os valores apresentados na TABELA 6<sup>9</sup> mostram o uso do sujeito nulo como um fenômeno relativamente freqüente, que figura como a opção preferida em casos de:

- i) oração 2ª coordenada (com sujeito não-correferente)
- (3) a. ... é porque sem querer eu vou apitanto mais porque **proarb** tem que levantar **proarb** tem que vestir os dois e pro tenho que me vestir... (D2-SP)
- b. ... nós vamos reconhecer veados... sem qualquer nível conotativo ai; mas pro é muito raro neste período (EF-SP)

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que, nesses três Grupos de Fatores apontados como significativos em relação ao comportamento da variável examinada, a curva dos percentuais atribuídos aos fatores está em total harmonia com a curva dos PRs correspondentes, conforme expressam as seqüências abaixo:

ESTATUTO DA ORAÇÃO: % = 34 > 24 < 64 > 42 < 62  
PR = .39 > .19 < .73 > .58 < .59

TIPO CAT. DE VERBO: % = 32 > 13 < 34 < 70 > 22  
PR = .39 > .12 < .53 < .61 < .44

PESSOA DO DISCURSO: % = 19 < 44 < 74  
PR = .21 < .52 < .83



## ii) oração raiz

- (4) a. pro não sei exatamente se ele têm noção de tempo.  
(D2-SP)
- b. ... pro já pensou [que [que eu vou dizer pra ele ?]  
(D2-SP)

## iii) oração dependente

- (5) a. porque pro acho muito cedo pra impor mas também (D2-SP)
- b. [a peça de teatro (...)] pro Era pássaro de fogo me parece. (DID-SP)

## iv) Verbo inacusativo

- (6) a. então pro vai trabalhar o dia inteiro, [que é como ...] (D2-SP)
- b. [o menino (...)] pro levanta [...] (EF-SP)

## v) 2ª Pessoa

- (7) a. ... pro já pensou [que [que eu vou dizer pra ele ?]  
(D2-SP)
- b. isso com cinco anos hein pro calcula o [que me espera mais tarde] (D2-SP)

## vi) 3ª pessoa

- (8) a. ... aliás, pro não E pajem [...] (D2-SP)
- b. ... pro seria pré-iconográfico só ... (EF-SP)

NICOLAU(1994) conclui que esses resultados não confirmam a hipótese perseguida na sua análise, ou seja, não permitem que os casos de sujeito nulo encontrados nos dados do PCFB sejam caracterizados como meros "resíduos".

De outro lado, os valores da TABELA 6 evidenciam uma significativa diferença entre o comportamento do sujeito de 1PS e o comportamento do sujeito de 3PS (confirmando, então, os resultados obtidos por DUARTE:1993, 1995): o sujeito de 1PS realiza-se



mais freqüentemente como PLENO (sujeito PLENO de 1PS = 81%; sujeito nulo de 1PS = 19%), ao passo que o sujeito de 3PS se realiza mais freqüentemente como nulo (sujeito PLENO de 3PS = 26%; sujeito nulo de 3PS = 74%). Esses valores mostram, portanto, que os inesperados índices de uso do sujeito nulo encontrados nos dados do PCFB - mencionados em (i) e (ii) - se devem à alta freqüência do sujeito pronominal nulo de 3PS nesses dados.

A diferença entre o comportamento do sujeito de 1PS e o comportamento do sujeito de 3PS nos dados do PCFB é corroborada pela atuação dos Grupos de Fatores sobre a representação de cada um desses tipos de sujeito.

Na análise específica da representação do sujeito de 1PS<sup>10</sup>, os percentuais atribuídos aos fatores estabelecidos<sup>11</sup> mostram que esse sujeito é preferencialmente representado pelo pronome lexical, independentemente do Estatuto da oração, do Tipo de forma verbal, do Tipo categorial de verbo, do Tipo semântico do sujeito, da Correferencialidade do sujeito, do Tipo de entrevista e do Informante. De acordo com esses percentuais, não é possível, portanto, a identificação de um contexto lingüístico que **favoreça** o uso do sujeito nulo de 1PS nesses dados.

Na análise da representação do sujeito pronominal de 3PS, os percentuais obtidos mostram que esse sujeito - registrado, praticamente, apenas em oração declarativa - é preferencialmente

---

<sup>10</sup> Essa análise buscou identificar a freqüência do sujeito Nulo de 1PS em cada um dos fatores estabelecidos, tendo em vista a seguinte hipótese: os casos de sujeito **nulo** de 1PS registrados nos dados do PCFB são "residuais" e, portanto, se concentram em poucos fatores, o que permite a configuração dos contextos nos quais ainda ocorrem.

<sup>11</sup> Dentre os 24 fatores considerados, apenas 10 apresentaram um número significativo de ocorrências (mais de 5) de sujeito nulo; em todos os fatores aos quais foram atribuídos percentuais confiáveis, a freqüência de sujeito Nulo mostrou-se inferior a 50%.

representado pela categoria vazia **pro** em 19 dos 22 fatores, então, considerados<sup>12</sup>. De acordo com esses percentuais, a preferência pelo uso do sujeito nulo de 3PS independe do Tipo de forma verbal, do Tipo semântico do sujeito e do Tipo de entrevista; além disso, o sujeito **pro** de 3PS é, relativamente, freqüente mesmo nos três fatores nos quais ocorre mais sujeito Pleno do que sujeito Nulo e que se incluem nos outros três Grupos considerados (oração 1ª coordenada, verbo que subcategoriza complemento oracional e informante 473). Assim, ao contrário do que se observou em relação aos percentuais atribuídos ao uso do sujeito nulo de 1PS, verifica-se que os percentuais relativos ao uso do sujeito nulo de 3PS não permitem a configuração de um contexto lingüístico que **favoreça** a opção pela representação desse sujeito como LEXICAL.

Esses resultados reforçam a conclusão inicial, ou seja, constituem argumento contra a hipótese de que o PB estaria perdendo a possibilidade de sujeito nulo. Em primeiro lugar, o fato de não haver um contexto lingüístico favorecendo o uso do sujeito nulo em 19% dos dados de 1PS sugere que, apesar de relativamente baixo, esse percentual não traduz ocorrência de "meros resíduos". Em segundo lugar, o fato de terem sido registrados 74% de casos de sujeito nulo de 3PS - aliado ao de não ter sido identificado um só contexto que esteja desfavorendo esse sujeito - afasta, definitivamente, a possibilidade de tais casos serem considerados "resíduos", pois:

---

<sup>12</sup> Na interpretação desses dados, foram considerados apenas os 22 fatores que apresentaram número significativo de ocorrências (isto é, um número igual ou superior a 5 casos, tanto de sujeito Nulo quanto de sujeito lexical).

(a) conforme observa CERQUEIRA(1993, NOTA 9), de acordo com RIZZI(1988), numa situação de mudança, não se verifica uma reestruturação imediata do sistema, e,

(b) assim sendo, postular uma mudança do PB na direção de uma língua sem a possibilidade de sujeito nulo - uma mudança fortemente condicionada pelo fator **pessoa do discurso** e que se caracterizaria como ainda não completada (ou, nos termos de LABOV(1972), "uma mudança em progresso") - seria, perfeitamente, compatível com uma relativa frequência do sujeito pronominal nulo de 3PS; acontece, porém, que

(c) a frequência desse sujeito nos dados do PCFB é significativamente alta, de modo que,

(d) com base nesse resultado, o referido sujeito mostra-se, indiscutivelmente, como a opção preferida nos dados do PCFB e

(e) diante desse resultado, torna-se implausível admitir que a possibilidade de sujeito nulo de 3PS não constitui uma característica do PB; conseqüentemente,

(f) não se pode dizer que, no PB, o sujeito pronominal nulo de 3PS é uma forma integrante de uma variante conservadora que está em competição com variante inovadora (que inclui o sujeito pronominal Pleno de 3PS), ou seja, não se pode falar de uma situação de mudança.

Os dados do PCFB não corroboram, portanto, a conclusão de TARALLO(1993b) - para quem uma das conseqüências da re-organização do sistema pronominal sofrida pelo PB ao final do século XIX foi a perda da possibilidade de sujeito nulo, o que consiste num dos indícios da ocorrência de uma mudança paramétrica nessa língua - nem corroboram a posição de DUARTE(1993), segundo a qual

a redução no sistema flexional afetou as características de língua *pro-drop* que o PB exibia até 1937. Enfim, a representação do sujeito nos dados do PCFB constitui uma evidência de que o PB é uma língua que apresenta a possibilidade de sujeito nulo.

## 2.4 Conclusão do Capítulo 2

### 2.4.1 O PB: Uma Língua não-pro-drop?

Os resultados das análises quantitativas apresentadas nas seções anteriores suscitam a seguinte questão:

- (9) Se, como postulam TARALLO(1993b) e DUARTE(1993, 1995), o PB caracteriza-se como uma língua *não-pro-drop*, como se explica o uso do sujeito nulo que, realmente se mostra pouco frequente nos casos de 1PS - tanto nas análises de DUARTE quanto na análise de NICOLAU(1994) - mas figura como a opção preferida nos casos de 3PS registrados na última análise mencionada?

Retomando os pressupostos fornecidos pelo modelo de P&P, a questão (9) revela, portanto, dois fatos incompatíveis:

(i) a não-possibilidade de sujeito nulo como uma característica do PB - uma língua, em relação à qual o "parâmetro *pro-drop*" seria, então, marcado com o valor [-];

(ii) a sensível presença de sujeito nulo nessa língua.

É que, de acordo com tais pressupostos, uma língua que seleciona o valor [+] de um determinado parâmetro inclui tanto as formas resultantes dessa marcação (positiva) quanto as formas resultantes da marcação do valor [-] desse parâmetro, mas uma língua que seleciona o valor [-] de um determinado parâmetro

inclui, apenas, as formas resultantes dessa marcação negativa, ou seja, não inclui as formas resultantes da marcação positiva de tal parâmetro.

Essa incompatibilidade torna-se ainda mais acentuada diante dos resultados de outros estudos quantitativos que buscam descrever o uso do sujeito nulo no PB<sup>13</sup> - PAREDES DA SILVA (1988), OLIVEIRA(1990) e MENON(1994) - como mostram os parágrafos abaixo.

PAREDES DA SILVA(1988) examina dados sincrônicos extraídos de cartas pessoais e registra, nesses dados, a preferência pelo uso do sujeito nulo, que se realiza mais freqüentemente na 1ª pessoa (83% em orações principais e 66% em orações subordinadas) do que na 3ª pessoa.

OLIVEIRA(1990) examina dados de cartas pessoais dos séculos XVII, XIX e XX e verifica que o sujeito nulo, tanto de 1ª quanto de 3ª pessoa, mostra-se altamente freqüente em todos os períodos de tempo considerados - nos dados sincrônicos, por exemplo, foram registrados 75% de sujeito nulo de 1ª pessoa e 89% de sujeito nulo de 3ª pessoa.

MENON(1994) busca demonstrar a impossibilidade do sujeito no PB e, para isso, utiliza dados extraídos de 68 Inquéritos do PROJETO NURC (dados, também, do PCFB). A autora examina o uso do sujeito pronominal de 1ª pessoa em 9.384 dados, nos quais registra 39,2% de uso do sujeito nulo de 1ª pessoa do singular e 39,9% de uso do sujeito nulo de 1ª pessoa do plural.

Considerando-se esses resultados, a questão (8) deve, então, ser reformulada como (10):

---

<sup>13</sup> Os resultados dos dois primeiros estudos aqui invocados foram encontrados em DUARTE(1993:123).

- (10) Se, como postulam TARALLO(1993b) e DUARTE(1993, 1995), o PB caracteriza-se como uma língua *não-pro-drop*, como se explica, nessa língua, o uso do sujeito nulo, que às vezes se mostra como a opção preferida, tanto na 1ª quanto na 3ª pessoa?

Essa questão aponta para duas questões, que serão explicitas nas subseções 2.4.2 e 2.4.3, a seguir.

#### **2.4.2 Sobre o Estatuto de Estudos Variacionistas na Construção de uma Teoria da Gramática**

A explicação para as conclusões a que chegam TARALLO(1993b), MENON(1994) e DUARTE(1993, 1995) - de que o PB deixou de ser *pro-drop* - reside no fato de esses autores atribuírem aos resultados quantitativos por eles examinados uma interpretação que busca colocar em harmonia fenômenos que, sob a perspectiva do modelo de P&P, se contradizem. De acordo com a literatura (cf. CHOMSKY:-1981; CHOMSKY & LASNIK:1993), parâmetro é concebido como uma propriedade que é binariamente marcada, ou seja, marcada apenas +/-, e a marcação negativa de um parâmetro deriva propriedade(s) que se faz(em) presente(s) também nos casos em que esse parâmetro recebe marcação positiva; falando mais claramente: se um parâmetro **X** marcado [+**X**] deriva um fenômeno (ou conjunto de fenômenos) **A** e marcado [-**X**] deriva um fenômeno (ou conjunto de fenômenos) **B**, uma língua **L1**, em relação à qual se verifica [-**X**], apresenta apenas **A**, ao passo que uma língua **L2**, em relação à qual se verifica [+**X**], apresenta **B** e, também, **A**. Dessa concepção, pode-se inferir que uma mudança paramétrica deverá, necessariamente, ser traduzida através de uma destas formas:

(i) [+X] em relação a uma língua L, caracterizada pela presença de A e B, passou a [-X]; em conseqüência, L passou a se caracterizar pela presença de A e a ausência de B.

(ii) [-X] em relação a uma língua L, caracterizada pela presença de A e a ausência de B, passou a [+X]; em conseqüência, L passou a se caracterizar pela presença de A e B.

Isso significa que a Teoria Gerativa, no âmbito da qual se postula a mudança paramétrica, enxerga, portanto, o produto de uma mudança mas, não, o processo dessa mudança, que implica a co-ocorrência (ou condições de uso) de variantes em competição. Essa Teoria - que busca explicar a faculdade da linguagem humana - se interessa pela língua enquanto uma abstração, ou seja, pelas propriedades que caracterizam (distinguindo e/ou aproximando) as diferentes **gramáticas**, que legitimam as expressões lingüísticas; não tem como objetivo explicar o **uso** das expressões lingüísticas legitimadas por essas **gramáticas**.

A co-ocorrência de variantes - em competição, ou não (isto é, que pode, ou não, culminar numa mudança) - constitui, sim, o objeto da Sociolingüística Variacionista, cuja preocupação é exatamente descrever os casos de variação, buscando identificar os fatores que explicam essa co-ocorrência (comumente referida na literatura como Variável lingüística) e caracterizando essa Variável como "mudança em progresso" ou "variável estável".

Enfim, os objetivos e as tarefas a que se propõe a Gramática Gerativa são inequivocadamente distintos dos objetivos e das tarefas a que se propõe a Sociolingüística Variacionista.

O fato de essa distinção não ser levada em conta é que explica a seguinte contradição encontrada nas análises de TARAL-



LO(1993), MENON(1994) e DUARTE(1993, 1995): a perda da marcação positiva de um parâmetro e a presença de fenômeno derivado da marcação positiva desse parâmetro. Essa contradição é explicitamente assumida por DUARTE(1995), que propõe o seguinte:

(a) o PB "perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop*", na medida em que teve o seu paradigma flexional reduzido a ponto de se tornar incapaz de identificar o sujeito nulo **pro** (p. 131);

(b) as freqüências por ela examinadas são "evidências quantitativas (...) reveladoras de um período de transição entre uma e outra faces do parâmetro, caracterizado pela perda do Princípio 'Evite Pronome' (p. 4);

(c) o PB continua exibindo o sujeito pronominal **pro** porque as perdas mencionadas em (a) e (b), que constituem mudanças na gramática, não afetaram o uso da língua - o que justifica o fato de esse sujeito, presente na fala dos treze informantes que produziram os dados por ela analisados, ter sido registrado em freqüências consideráveis, inclusive no grupo de informantes mais jovens, como mostra a Tabela 5, que, por conveniência, será aqui repetida:

PESSOA	GRUPOS DE INFORMANTES		
	1 (59-74 ANOS)	2 (45-63 ANOS)	3 (22-35 ANOS)
1ª	33%	21%	21%
2ª	20%	6%	8%
3ª	50%	35%	29%

Em síntese, DUARTE defende que: é possível uma língua L caracterizada pela marcação positiva de um parâmetro P passar a



ser uma língua caracterizada pela marcação negativa de **P**, e os falantes de **L [-P]** produzirem, apenas em frequências menores, os fenômenos derivados de **L [+P]**. Tal fato sugere que resultados de análises realizadas à luz de um modelo teórico preocupado em explicar a realização de opções oferecidas pela gramática não podem ser interpretados como se tivessem sido obtidos através de análises realizadas à luz de um modelo teórico que busca explicitar propriedades da gramática; em outras palavras, que não se pode concluir sobre o que é a língua (uma das questões perseguidas pela Gramática Gerativa) com base em resultados obtidos através da utilização de um modelo preocupado com o uso da língua (o que tem sido, explícita e reiteradamente, mencionado por CHOMSKY(1986, 1988, 1993, 1995) como uma questão a se considerar numa teoria da linguagem, mas excluída dos objetivos da referida Gramática).

Essa contradição - que parece prevista em Roberts(1993), segundo o qual nem toda queda de frequência pode ser "tomada como diagnóstico de uma possível variação paramétrica" - sugere que os resultados de estudos variacionistas não se coadunam com a noção de mudança paramétrica; mais exatamente, essa contradição aponta para a necessidade de se colocar em pauta a seguinte questão:

É possível, conforme propõem TARALLO & KATO(1989), a conciliação entre a Sociolinguística Variacionista e a Gramática gerativa?

### 2.4.3 Sobre o Uso do Sujeito Pronominal Lexical no PB

De um lado, os resultados das análises quantitativas atestam que o PB permite o sujeito nulo. De outro lado, nessas análises, o sujeito nulo de 1ª pessoa apresenta um comportamento bastante diferenciado, como se pode ver a seguir.

Os resultados do estudo sincrônico de LIRA(1982) mostram que o sujeito lexical é mais usado do que o sujeito nulo, cuja frequência em relação à pessoa pode ser expressa através de (11):

(11) [% SUJEITO NULO DE 3PS > % SUJEITO NULO DE 1PS]

Mas os percentuais obtidos através da abordagem, também sincrônica, de PAREDES DA SILVA(1988) revelam a preferência pelo uso do sujeito nulo e, além disso, um maior favorecimento desse tipo de sujeito pela 1PS do que pela 3PS, ou seja, uma relação exatamente oposta a (11) e que pode ser expressa através de (12):

(12) [% SUJEITO NULO DE 1PS > % SUJEITO NULO DE 3PS]

Nos dados sincrônicos analisados por OLIVEIRA(1990), a opção preferida também é o sujeito nulo, tanto na 1ª pessoa quanto na 3ª pessoa. Já os resultados obtidos por DUARTE(1993) apontam uma crescente queda nos percentuais de uso do sujeito pronominal nulo ao longo do período compreendido entre 1845 e 1992, e os dados sincrônicos analisados por DUARTE(1993, 1995) - nos quais são registradas frequências relativamente baixas de uso do sujeito nulo - também refletem a relação expressa em (11). Essa mesma relação é ainda encontrada no estudo sincrônico de NICOLAU(1994), que, ao lado de frequência bastante alta de uso do sujeito nulo

de 3PS, registra frequência relativamente baixa de uso do sujeito nulo de 1PS nos dados do PCFB. Mas, de acordo com os resultados obtidos por MENON(1994) - que, como NICOLAU(1994), utiliza dados do Projeto NURC - o sujeito nulo de 1ª Pessoa (tanto singular, quanto plural) é usado numa frequência relativamente alta.

Diante desses resultados, parece que, se há uma questão a ser respondida em relação à representação do sujeito no PB, essa questão é a seguinte:

- (13) Se os resultados das análises quantitativas aqui examinadas constituem evidência de que o PB apresenta a possibilidade de sujeito nulo, como se explicam as altas frequências de uso do sujeito PLENO de 1PS registradas por LIRA(1982), DUARTE(1993, 1995) e NICOLAU(1994)?

Cabe, então, ressaltar que:

A) os fatos envolvidos pela questão (13) são, em princípio, conciliáveis: de acordo com o modelo de P&P, a possibilidade de sujeito nulo numa dada língua e a presença de alta frequência de sujeito pleno em determinados con(textos) são fatos perfeitamente compatíveis;

B) a busca de uma resposta para (13) - que remete à questão do uso da língua - não se inclui entre os objetivos da presente tese, mas é, sem dúvida, uma motivação para a realização de outros trabalhos.

#### **2.4.4 A Aparente Contradição Revelada pelos Números**

Em todas as análises quantitativas aqui invocadas, foi registrada a presença do sujeito nulo, que:

(i) em alguns dos corpora examinados, mostra-se pouco freqüente - fato que, em certos casos, se explica pelos baixos índices de uso desse sujeito nos dados de 1ª Pessoa;

(ii) nos outros corpora, mostra-se bastante freqüente, tanto nos dados de 3ª Pessoa quanto nos dados de 1ª Pessoa - e em um dos casos, apresenta uma freqüência mais alta nos dados de 1ª pessoa do que a registrada nos dados de 3ª pessoa.

À luz de pressupostos fornecidos pelo modelo de P&P, esses resultados permitem afirmar que: a contradição que, à primeira vista, parece haver entre a caracterização do PB como uma língua *não-pro-drop* - defendida por TARALLO(1993b), DUARTE(1993, 1995) e MENON(1994), de um lado - e os altos índices de uso do sujeito nulo no PB - registrados nos estudos de PAREDES da SILVA(1988), OLIVEIRA(1990) e NICOLAU(1994), de outro lado - é apenas aparente e decorre da interpretação que os primeiros autores acima mencionados atribuem às freqüências de uso do sujeito nulo por eles examinadas.

Os resultados das análises quantitativas da representação do sujeito aqui examinados mostram, portanto, que o PB - assim como o PE - continua sendo uma língua que apresenta a possibilidade de sujeito nulo; portanto, se é que, ao final do século XIX, ocorreu - conforme afirma TARALLO(1993b:99) - a emergência de uma nova gramática (uma gramática brasileira), os referidos resultados não constituem indícios dessa emergência.

Esse fato remete à questão do licenciamento do sujeito **pro**, à qual tem sido associada a questão da possibilidade da ORDEM V-S; mais precisamente, à questão do chamado parâmetro *pro-drop*, que será abordada no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3**

### **A Possibilidade de Sujeito Nulo no Português Brasileiro**

#### **3.1 Considerações Iniciais**

No presente capítulo, retomo uma dicotomia que vem recebendo diferentes conotações na literatura - língua "pro-drop"/língua "não-pro-drop" - e defendo o caráter "pro-drop" do PB, assumindo que a possibilidade de sujeito nulo é um epifenômeno, que resulta da **interação** entre diversas propriedades, o que tem como consequência o fato de esse sujeito poder não apresentar um padrão homogêneo superficial nas línguas.

A busca de explicação para a possibilidade de sujeito nulo constitui o objeto de um grande número de estudos que se justificam diante da posição de CHOMSKY(1982) segundo a qual o estudo das categorias vazias é um tópico relevante para a Teoria Gerativa, por duas razões básicas:

a) esse estudo constitui uma prova importante da natureza de regras e representações sintáticas, revelando muitas de suas propriedades intrínsecas;

b) as propriedades das categorias vazias são intrinsecamente significativas, porque o aprendiz da língua depara com pouca evidência direta que o leva até elas, ou seja: a ausência das categorias vazias na Forma Fonética implica que a natureza e a distribuição dessas categorias são fenômenos que não podem ser aprendidos com base em evidência positiva; em vista desse fato, é possível assumir que esses fenômenos refletem princípios mais

é possível assumir que esses fenômenos refletem princípios mais profundos da GU.

Essa busca, presente no cenário das preocupações gerativistas desde o final da década de 70, tem revelado que há alguma relação entre a possibilidade de sujeito nulo e o tipo de sistema flexional exibido pelas línguas que o apresentam.

Segundo CHOMSKY(1981:240-1), a possibilidade de sujeito nulo integra um conjunto de fenômenos sintáticos derivados de uma única propriedade mais abstrata - a presença do elemento concordância, **Agr**(eement), "rico" o suficiente para identificar o conteúdo (isto é, a referência) desse sujeito; mais exatamente: derivados da marcação positiva do "parâmetro pro-drop", responsável, então, pela dicotomia línguas "**pro-drop**"/línguas "**não-pro-drop**".

Esse parâmetro, no entanto, vem sendo constantemente reconsiderado: de um lado, no que diz respeito aos fenômenos que dele resultam, uma vez que a inversão do sujeito passa a ser vista como dependente de um parâmetro relacionado à marcação do Caso nominativo (o que vou retomar no capítulo 4 desta tese); de outro lado, no que diz respeito à sua própria definição, na medida em que se questiona o estatuto de AGR em relação à possibilidade de sujeito nulo.

Na literatura lingüística dos últimos dez anos, Agr "rico", nos termos de CHOMSKY, tem sido considerada uma condição nem necessária (cf. ROBERTS:1993), nem suficiente (cf. RIZZI:1986) e nem necessária nem suficiente (cf. HUANG:1984, JAEGGLI & SAFIR:1989; SPEAS:1995) à possibilidade de sujeito nulo, embora todos esses autores concordem com CHOMSKY num ponto: admitem que existe

alguma propriedade morfológica que exerce alguma importância em relação à possibilidade de sujeito nulo.

Não há, contudo, entre esses autores, um consenso quanto à definição de tal propriedade: para JAEGLI & SAFIR(1989), é a uniformidade morfológica do paradigma flexional (presença ou ausência de afixo em todas as formas do verbo); para SPEAS(1995), é a uniformidade morfológica da concordância (no verbo ou no nome); na opinião dos outros autores, é a "riqueza" de Agr, entendida como a concordância marcada no verbo. Mas, também entre esses últimos, não há um consenso quanto à definição de "riqueza" de Agr: para a maioria (CHOMSKY, HUANG, RIZZI), Agr é "rico" se o paradigma verbal apresenta marca específica para cada combinação de pessoa (1ª, 2ª, 3ª) e os traços de número (+/-plural), mas, na opinião de ROBERTS, a "riqueza" de Agr precisa ser formal e funcionalmente definida.

A caracterização de Agr "rico" proposta por ROBERTS é assumida nas análises de DUARTE(1993, 1995), segundo as quais o PB perdeu a propriedade "pro-drop" (e o Princípio "Evite Pronome"). Seguindo RIZZI(1986) e adotando a caracterização de Agr "rico" nos termos de CHOMSKY(1981), a análise de FIGUEIREDO SILVA(1994) busca mostrar que o PB - embora continue sendo distinto das línguas não-pro-drop - teve o seu paradigma flexional reduzido e, conseqüentemente, perdeu a possibilidade de sujeito pronominal nulo. No entanto, conforme visto no Capítulo 2 desta tese, a possibilidade de sujeito nulo (inclusive pronominal) no PB é atestada pelas diversas análises empíricas ali examinadas. Esses fatos suscitam, pois, a seguinte questão:



- (1) Qual é o estatuto de Agr em relação à possibilidade de sujeito nulo?

No presente capítulo focalizo, então, a partir da formulação oficial do parâmetro "pro-drop" (CHOMSKY:1981), a associação **possibilidade de sujeito nulo/propriedades do sistema flexional**, em alguns estudos encontrados na literatura, buscando:

1 - Explicitar o estatuto da Flexão em relação à possibilidade de sujeito nulo e colocar em evidência o fato de que, diante dos dados do PB, as diferentes caracterizações de "riqueza" flexional encontrada nesses estudos mostram-se ineficazes;

2 - Explicitar a noção de *caráter pro-drop* - derivada da marcação positiva de uma propriedade paramétrica (à qual vou me referir como **FLEXÃO RICA**<sup>1</sup>), que, em muito, se distanciou do parâmetro como inicialmente formulado e que continua sendo exibida pelo PB.

3 - Propor uma reformulação da "Teoria de pro", postulada por RIZZI(1986), reescrevendo:

a) a condição de Licenciamento Formal, tendo em vista noções relativas a Caso postuladas por CHOMSKY(1995);

---

<sup>1</sup> A decisão por esse termo se justifica pelo seguinte:

(i) o termo **Agr** tem sido usado com diferentes conotações na literatura gerativista (tais como: concordância, entendida como uma relação entre elementos com traços idênticos; um núcleo funcional; um mero traço);

(ii) o termo **forte** - que muitas vezes tem sido usado para se explicitar a distinção entre um paradigma "rico" entendido como dotado de marcas distintas para todas as pessoas gramaticais e um paradigma que, apesar de não apresentar tal característica, é capaz de identificar o sujeito **pro** - tem sido empregado para especificar traços que exigem checagem (cf. CHOMSKY:1995).

Cabe ressaltar que vou manter o termo **Agr** e a distinção em termos de "**forte**"/"**fraco**" adotados pelos autores mencionados.



b) a condição de Identificação, buscando demonstrar que a caracterização de FLEXÃO RICA - que é, apenas, um dos elementos responsáveis pela identificação de sujeito pronominal nulo referencial, em algumas línguas - deve ser caracterizada com base na distinção pessoa/não-pessoa (cf. BENVENISTE:1988) e que FLEXÃO RICA é uma propriedade paramétrica que se resume na manifestação morfo-fonológica de [+**pessoa**] - um traço **Opcional** e [+**interpretável**], nos termos de CHOMSKY(1995).

Em função desses objetivos, este capítulo inclui, então, mais três seções: na seção 3.2, sintetizo as diversas propostas de explicação para a possibilidade de sujeito nulo encontradas na literatura (de modo a colocar em evidência o papel atribuído à flexão em cada uma delas) e examino alguns estudos sobre o sujeito nulo no PB (entre os quais se incluem abordagens que defendem a perda da "riqueza" do sistema flexional do PB); na seção 3.3, apresento uma alternativa de explicação para a possibilidade de sujeito nulo, assumindo que, em certas línguas, esse fenômeno pode envolver **FLEXÃO RICA** - uma propriedade que distingue as línguas "pro-drop", entre as quais se inclui o PB; na seção 3.4 busco sintetizar as idéias defendidas no Capítulo.

### 3.2 O Estatuto da Flexão no Licenciamento do Sujeito Nulo

#### 3.2.1 O Fenômeno "pro-drop" na TRL

Para CHOMSKY(1981a), a distinção entre línguas "pro-drop" e línguas "não-pro-drop" resulta da existência de um único parâmetro de gramática núcleo - o "parâmetro pro-drop" -, cuja marcação positiva é responsável pelo fato de apenas as línguas "pro-drop" exibirem as propriedades sintáticas incluídas em (1), a seguir:

- (2) a. o sujeito nulo  
 b. a inversão livre do sujeito em orações simples  
 c. o " movimento longo de Qu-" de sujeito  
 d. os pronomes resuntivos vazios nas orações subordinadas  
 e. as violações aparentes do filtro \*[that-t]

Seguindo TARALDSEN(1978) - para quem a possibilidade de sujeito nulo está associada a um paradigma verbal "rico", ou seja, portador de marca distinta de flexão número/pessoa (concordância) para cada pessoa gramatical, que permite recuperar o conteúdo (ou seja é, a referência) desse sujeito - CHOMSKY assume que o parâmetro "pro-drop" envolve o elemento concordância (AGR = PRO), que constitui o componente crucial de INFL quanto a regência e ligação. Enfim, para esse autor, a idéia intuitiva é a: onde há concordância explícita (ou seja, lexical), o sujeito pode ser uma categoria vazia, já que pode ser recuperado; assim, nas línguas com um sistema flexional rico (como o italiano), AGR permite o sujeito nulo, enquanto, nas línguas que não apresentam um sistema flexional com tal característica (como o francês), AGR não per-

mite tal tipo de sujeito. Nas palavras de CHOMSKY(1981a:241):

*The idea is, then, that there is some abstract property of AGR, correlated more or less with overt morphology, that distinguishes pro-drop from non-pro-drop languages, from which the clustering of properties in (1) [cf. renumeração minha: (2)] follows.*

O autor apresenta, então, duas propostas de explicitação dessa propriedade abstrata de AGR, assumindo, em ambas, a versão do *Empty Categories Principle* (= **ECP**, ao qual vou me referir daqui para a frente como **PCV** = Princípio das Categorias Vazias), como formulado em (3), abaixo (cf. CHOMSKY(1981: 273, (53)):

(3) *ECP: [ $\alpha$  e ] must be properly governed*

De acordo com a primeira proposta, a regência apropriada é definida como (3), abaixo (cf. CHOMSKY(1981:273, (54)):

(4)  *$\alpha$  properly governs  $\beta$  if and only if  $\alpha$  governs  $\beta$  and  $\alpha \neq$  AGR*

A segunda condição contida nessa definição constitui, então, o "parâmetro pro-drop", que é marcado positivamente para as línguas não-pro-drop e, negativamente, para as línguas pro-drop, nas quais AGR é um elemento capaz de reger apropriadamente a posição de sujeito. Essa análise prediz, portanto, que apenas nas línguas "pro-drop" a categoria vazia encontrada na posição de sujeito de oração com tempo é apropriadamente regida por AGR e satisfaz o PCV, o que justifica o contraste entre (5) e (6), a seguir - as sentenças de (5) atestam a legitimidade do sujeito nulo em italiano, enquanto as sentenças de (6) atestam a agramaticalidade resultante da presença de sujeito nulo em inglês:

- (5) a. [ **io** ho trovato il libro]  
 b. [ **cv** ho trovato il libro]
- (6) a. [ I saw that film].  
 b. [ \***cv** saw that film].

O contraste entre sentenças das línguas "pro-drop" e suas contrapartidas nas línguas "não-pro-drop" estabelecido pelo PCV explica os efeitos atribuídos ao filtro \*[that-t], proposto por CHOMSKY e LASNIK(1977). Esse filtro bloquearia o movimento que levaria o sujeito de uma oração subordinada a atravessar uma posição de complementizador lexicalmente preenchida, mas teria a sua atuação restrita às línguas "não-pro-drop". A possibilidade, ou não, de um movimento desse tipo resultaria da atuação do PCV, o que é ilustrado pelo contraste de (7):

- (7) a. chi crede [che **cv** partirà]  
 b. \*who do you think [that **cv** left]<sup>2</sup>

Esse contraste seria, assim, explicado: em ambos os casos, a posição de sujeito da subordinada é ocupada por uma categoria vazia; na sentença (7a), do italiano, a categoria vazia é apro-

---

<sup>2</sup> CHOMSKY(1981a:243) mostra que a agramaticalidade dessa sentença resulta da violação do PCV, que não se resolve com a aceitação de que um vestígio de QU- em COMP pode reger apropriadamente a posição de sujeito, já que:

(i) admitindo-se que a estrutura da sentença é:

Who do you think [<sub>S</sub> [<sub>COMP</sub>  $t^{-}$  that ] [<sub>S</sub> t left ]],

a presença de *t* e *that* é barrada pelo filtro do COMP duplamente preenchido;

(ii) admitindo-se que a estrutura da sentença é:

Who do you think [<sub>S</sub> [<sub>COMP</sub>  $t^{-}$  [<sub>COMP</sub> that ] [<sub>S</sub> t left ]]],

a presença de *that* impede que o vestígio da posição de sujeito da subordinada seja regido apropriadamente pelo *t* em COMP, já que, sendo adjungido a COMP, esse *t* não c-comanda o vestígio da posição de sujeito.

priadamente regida por AGR e satisfaz o PCV; na sentença (7b), do inglês (uma língua na qual AGR não é, portanto, um regente apropriado), a categoria vazia não é apropriadamente regida, de modo que o PCV é violado. Mas, segundo o próprio autor, essa análise apresenta uma contradição interna,<sup>3</sup> o que o leva a propor uma segunda análise do fenômeno pro-drop, de acordo com a qual o PCV se aplica uniformemente a todas as variáveis (quer da sintaxe ou da Forma Lógica), atuando da mesma forma sobre as estruturas das línguas não-pro-drop e das línguas pro-drop. Nessa proposta de análise, altera-se também o estatuto de AGR, já que regência apropriada é redefinida como (8), (cf. CHOMSKY:1981a, 273, (55)):

- (8)  $\alpha$  properly governs  $\beta$  if and only if  $\alpha$  governs  $\beta$  and  $\alpha$  is lexical.

Com essa redefinição de regência apropriada, o elemento AGR deixa, pois, de ser considerado capaz de reger apropriadamente uma categoria vazia (vestígio ou variável) na posição de sujeito, e os dois tipos de línguas (não só as não-pro-drop) se submetem

---

<sup>3</sup> É que, nessa análise:

(i) adota-se a teoria de KAYNE(1979c) segundo a qual o PCV é um princípio do componente Forma Lógica, que atua de uma mesma maneira sobre todas as variáveis;

(ii) assume-se que as línguas "pro-drop" não sofrem o efeito **that-t** e permitem o movimento longo de **Qu-** porque apresentam o sujeito apropriadamente regido por AGR, de modo que, nessas línguas, não importa se aparece um regente apropriado em COMP;

(iii) prevê-se, portanto, a possibilidade de variáveis com escopo largo na posição de sujeito das línguas "pro-drop".

(iv) a previsão contida em (iii), no entanto, não se sustenta diante da conclusão de RIZZI(1979a) de que a aplicação do PCV sobre as variáveis formadas na Forma Lógica exclui não só os dados das línguas "não-pro-drop" - nas quais a variável em posição de sujeito não seria regida apropriadamente por AGR - mas, também, os dados das línguas "pro-drop", nas quais AGR estaria regendo apropriadamente a variável em tal posição.

às restrições impostas pelo filtro that-t. CHOMSKY assume a existência de uma regra de movimento de afixo - Regra R (que explica a ocorrência de AGR na Estrutura-S) - propondo a versão do parâmetro "pro-drop" contida em (9), (cf. CHOMSKY, 1981:257, (12)):

(9) R may apply in the syntax.

Esse parâmetro distingue, de um lado, as línguas "não-pro-drop", nas quais a aplicação de R se dá apenas no componente fonológico e, de outro lado, as línguas "pro-drop", nas quais R se aplica tanto no componente fonológico quanto na sintaxe. A aplicação de R na sintaxe teria as seguintes conseqüências:

(i) a ocorrência de Inf no interior de VP, na Estrutura-S e na Forma Lógica;

(ii) a posição de sujeito como uma posição não-regida nesses níveis, podendo, então, ser ocupada pela categoria vazia **PRO** (ou seja, como uma posição apta a satisfazer o teorema de PRO);

(iii) a posição de adjunção a VP como uma posição apropriadamente regida pelo verbo e, portanto, apta a receber um NP lexical, que teria o Caso Nominativo marcado através da cadeia que constituiria com o **PRO** encontrado na posição pré-verbal.

Assim, da aplicação da Regra R na sintaxe, derivariam as propriedades apresentadas pelas línguas "pro-drop". Nas línguas "não-pro-drop", em que a regra R não se aplica na sintaxe, seria, portanto, ilegítima a presença da categoria PRO na posição de sujeito, caracterizada como uma posição regida.

Seguindo RIZZI(1979), CHOMSKY assume que as outras propriedades exibidas pelas línguas que apresentam a possibilidade de sujeito nulo se explicam diante da hipótese de que a extração

normalmente se faz a partir da posição pós-verbal. Assim, ao propor essa segunda versão do parâmetro "pro-drop" e reconsiderar os seus efeitos, tendo em vista a hipótese de que a principal propriedade das línguas pro-drop é a possibilidade de ORDEM V-S (cf. Rizzi:1978), CHOMSKY mantém a idéia de que as duas propriedades em relação às quais discuto, nesta tese, a caracterização do PB são estreitamente relacionadas (vou retomar esse ponto da análise de CHOMSKY no capítulo 5 do presente trabalho).

A busca de determinação da natureza e da distribuição das categorias vazias é retomada por CHOMSKY(1982:78-89), que argumenta em favor da idéia de que a tipologia básica dessas categorias é fornecida pelas possíveis combinações dos Princípios A e B da teoria da ligação, que permitem prever a existência de quatro categorias de expressão, caracterizadas, então, como mostra (10), abaixo (adaptado de (104), encontrado em CHOMSKY:1982,78):

- (10) a. [- anáfora, - pronome]  
 b. [+ anáfora, - pronome]  
 c. [- anáfora, + pronome]  
 d. [+ anáfora, + pronome]

Segundo o autor, essa previsão não se concretiza no caso das categorias com conteúdo lexical, mas é perfeitamente plausível diante das categorias vazias existentes. Às combinações (10a-c) correspondem, respectivamente, a expressões-R (**John**), anáforas lexicais (**each other**) e pronomes lexicais (**he**), ao passo que à combinação (10d) não pode corresponder um elemento lexical, pois um elemento desse tipo, se sujeito aos Princípios A e B da Teoria da Ligação, seria não-regido e, conseqüentemente, não poderia ser marcado Caso (uma vez que o Caso é tido como marcado sob regên-



cia), o que implicaria a violação do Filtro do Caso, transcrito em (11), abaixo (cf. CHOMSKY:1981, p.49, (6)):

(11) \*NP if NP has phonetic content and has no Case.

Em relação às categorias vazias, no entanto, todas as previsões feitas pelas combinações contidas em (10) se concretizam, pois:

a) conforme assumido por CHOMSKY(1981a), à combinação (10a), corresponde a variável; à combinação (10b), corresponde o vestígio de NP; à combinação (10d) corresponde a categoria PRO;

b) não há razão que justifique a não-existência da categoria vazia prevista pela combinação (10c), de modo que a ausência dessa combinação no paradigma revela problema conceptual do sistema anteriormente proposto.

CHOMSKY(1982:79) afirma, então, que:

*... while the status of pronominal anaphor is quite appropriate for control PRO, it makes no sense for the noncontrol PRO that I assumed in that study [CHOMSKY:1981a] to be the "missing subject" in the pro-drop languages. The reason is that this element, while it does share the basic features of pronouns apart from lexical content and the consequences thereof, does not share the basic feature of anaphors, namely, lack of independent reference. Rather, this element either has specific definite reference or serves as a pleonastic element in the manner of English there, it ou French il, in their nonreferential usages.*

Para CHOMSKY, essa categoria vazia que preenche uma lacuna incorretamente deixada, antes, no paradigma (10) é um pronome não-anafórico, exatamente como sua contraparte lexical; nas línguas pro-drop, essa CV [-anafórico, +pronominal] alterna, sob várias condições, com o pronome não-anafórico lexical, que é a única opção permitida às línguas não-pro-drop. Essa nova catego-



ria - **pro** - é analisada como uma categoria que ocorre em posição regida, tanto em estrutura-D quanto em estrutura-S.<sup>4</sup>

Quanto ao fato de **pro** sujeito ser permitido em algumas línguas e não, em outras, CHOMSKY continua assumindo a proposta de Taraldsen(1978b), segundo a qual a possibilidade de **pro** sujeito está relacionada a um sistema flexional "suficientemente rico", de modo que a flexão determina os traços gramaticais de **pro**. A noção de "riqueza" do sistema flexional é caracterizada em termos da Teoria do Caso: AGR é um conjunto de especificações para os traços pessoa, gênero e número; AGR "rico" (apresentado pelas línguas "pro-drop") inclui, ainda, o traço Caso; se AGR tem Caso, haverá uma forte tendência ao "spell out" desse elemento, ou seja, à realização desse elemento na Forma Fonética. Para o autor, o parâmetro "pro-drop" se reduz, portanto, à possibilidade de AGR ser especificado na estrutura-D, quanto ao traço Caso: AGR [+Caso] = **pro**; AGR especificado [-Caso] = **PRO**. Tendo-se em vista que as línguas "pro-drop" apresentam AGR especificado [+Caso] e que concordância envolve identidade de traços gramaticais, a categoria vazia sujeito regida por AGR, nas referidas línguas, é **pro**[+Caso]. A possibilidade de **pro**[+Caso] ocupar a posição de sujeito nas línguas "pro-drop" explica-se, então, pelo fato de o conteúdo desse **pro** ser determinado por AGR[+Caso], ou seja, o INFL **pro**. Nessa perspectiva, a dicotomia línguas "pro-drop/línguas não-pro-drop" é, portanto, explicada pela associação das línguas que permitem o sujeito nulo **pro** a um paradigma verbal capaz de garantir a interpretação desta categoria vazia; ou seja:

---

<sup>4</sup> Segundo CHOMSKY(1982:82), essa conclusão sobre a existência de **pro** encontra sustentação empírica nos trabalhos de TORREGO(1981) e de RIZZI(1981).

essa dicotomia é explicada atribuindo-se, ao nódulo AGR das línguas "pro-drop", uma propriedade abstrata associada à morfologia explícita exibida por essas línguas. Enfim, algumas línguas permitem os fenômenos listados em (2) enquanto outras línguas, não; isso se deve ao fato de as primeiras (mas, não, as segundas) exibirem paradigmas com traços morfológicos foneticamente realizados, como exemplificado em (12):

(12) a. Paradigma do Italiano		b. Paradigma do Inglês	
(língua "pro-drop")		(língua "não-pro-drop")	
io	parlo	I	talk
tu	parli	You	talk
lui	parla	He/She/It	talks
noi	parliamo	We	talk
voi	parlate	You	talk
loro	parlano	They	talk

### 3.2.2 O Parâmetro pro-drop em Questão

#### 3.2.2.1 A Possibilidade de Sujeito Nulo nas Línguas sem Flexão

HUANG(1984) rejeita a idéia de que a riqueza do sistema flexional é uma condição necessária para que uma língua apresente a possibilidade de sujeito nulo, uma vez que essa propriedade é também exibida por línguas sem distinções morfológicas de pessoa e número, tais como o chinês e o japonês. Na opinião desse autor, a possibilidade de sujeito nulo, que não é, então, determinada pelo "parâmetro pro-drop", envolve a atuação:

(a) do parâmetro "línguas de tópico-zero" (estabelecido com base num parâmetro que Tsao(1977) chama de línguas 'orientadas-

para-o discurso vs. orientadas-para-a sentença') que distingue as línguas que permitem e as que não permitem o apagamento do tópico de uma sentença se esse tópico é idêntico ao de uma sentença precedente;

(b) do parâmetro "pro-drop", que distingue as línguas que permitem e as que não permitem o sujeito nulo nas sentenças com tempo finito.

Da combinação desses parâmetros, segundo HANG, resultam, portanto, quatro tipos de línguas:

- (13) a. - tópico-zero, - pro-drop (ex: inglês, francês)  
 b. - tópico-zero, + pro-drop (ex: italiano, espanhol)  
 c. + tópico-zero, - pro-drop (ex: alemão)  
 d. + tópico-zero + pro-drop (ex: chinês, português)

Assumindo, então, que a possibilidade de uma categoria vazia na posição de sujeito é um dos fenômenos que resulta de interação de princípios gerais da GU e independentemente motivados, HUANG propõe que essa categoria pode ser um "**autêntico pronome zero**" (a que vou chamar **pro**) ou uma **variável**, pois:

a) a distribuição de sujeito pronominal zero (ou nulo) está intimamente relacionada à presença ou ausência de um potencial antecedente rico o suficiente em conteúdo (Agr ou um NP);

b) as línguas de tópico-zero admitem **variáveis** ligadas;

c) nas línguas com Agr rico, como o espanhol e o italiano, esse fenômeno ocorre pelo fato de Agr ser capaz de identificar o conteúdo do sujeito nulo - um **pro**;

d) nas línguas que não possuem Agr, como o chinês e o japonês, esse fenômeno ocorre dada a possibilidade de o sujeito nulo (uma **variável**) ser identificado por um NP numa posição mais alta;

e) enfim, o fenômeno do sujeito "pro-drop" pode ocorrer,

se existe um elemento Agr rico ou se não existe Agr.

### 3.2.2.2 A Possibilidade de Sujeito Nulo e os Limites da Flexão

Segundo RIZZI(1986:519-20), a possibilidade de **pro** envolve duas condições - licenciamento formal e identificação - formuladas pelo autor nos seguintes termos:

- (14) a. a theory of **pro**
- (i) Formal licensing:  
*pro* is Case-marked by  $X_y^o$
  - (ii) Feature Assignment/Recoverability:  
Let X be the licensing head of occurrence of *pro*: Then *pro* has the grammatical specification of the features on X coindexed with it.

A relação contida em a. prediz que **pro** é licenciado por um núcleo regente, que pode variar de língua para língua; ou seja, contém um parâmetro que permite prever uma variação que vai da marcação maximamente restritiva (de modo que nenhum núcleo é um possível licenciador) até uma marcação maximamente liberada (de modo que todo núcleo é um possível licenciador).

A condição b., de identificação, prevê que **pro** pode ter especificações de pessoa, gênero e número (traços- $\Phi$ ) - que o permitem funcionar como um pronome definido - e que uma relação específica de ligação é responsável pela recuperabilidade desses traços; no caso do **pro** sujeito, essa relação é, então, com o núcleo Inf, que tem portanto, esses traços. Essa condição permite explicar o fato de certas línguas admitirem diferentes tipos de

**pro** na posição de sujeito: as línguas que se caracterizam por possuírem um Agr "rico", ou seja, um Inf com os traços de pessoa e número morfológicamente representados permitem tanto o sujeito nulo **pro** não-referencial (isto é, **pro** expletivo), quanto o sujeito nulo **pro** referencial, ao passo que as línguas que não apresentam tal característica permitem apenas o sujeito nulo **pro** não-referencial (cabe ressaltar que, nessa proposta, a "referência" de **pro** que exige identificação se resume na presença de traços- $\phi$ , questão que vou retomar na subseção 3.4.3.2).

De acordo com essa proposta, a possibilidade de sujeito nulo constitui a propriedade definidora do parâmetro (que passa a ser denominado parâmetro do sujeito nulo) e, dessa propriedade, derivam as outras, já que a inversão, assim como a extração longa do sujeito, vai depender fundamentalmente da legitimidade de um **pro** expletivo na posição de sujeito. Nessa perspectiva, as propriedades consideradas resultantes da marcação positiva do "parâmetro pro-drop" continuam, portanto, sendo tratadas como relacionadas. Entretanto, segundo o referido autor, a possibilidade de sujeito nulo não é uma propriedade em relação à qual as línguas são simplesmente marcadas [+] ou [-], pois existem línguas que, embora não admitam sujeitos nulos referenciais, admitem sujeitos nulos expletivos. Enfim, RIZZI entende que a "riqueza" do nóculo Agr é relevante para a interpretação de **pro**, mas não pode determinar todas as suas ocorrências e que esse fato deve ser incluído numa teoria que pretende dar conta da presença desse elemento em, apenas, algumas línguas.

### 3.2.3 A Identificação do Sujeito Nulo e a Caracterização da Flexão

#### 3.2.3.1 A Constituição Morfo-fonológica do Verbo e o Parâmetro do Sujeito Nulo

JAEGGLI & SAFIR(1989) argumentam que a "riqueza" de AGR não é um elemento suficiente para explicar a possibilidade de sujeito nulo que, por um lado, é exibida por línguas com AGR "rico" - o espanhol, por exemplo - por línguas com AGR não-"rico", como é o caso do irlandês (cf. McCloskey & Hale:1984, 492) e línguas que nem possuem AGR (tais como o chinês e o japonês), e, por outro lado, não é exibida por determinadas línguas nas quais o verbo é flexionado quanto a pessoa, número e tempo (o que se verifica com o alemão). Partindo desses fatos, os referidos autores abandonam a idéia de AGR "rico" e propõem que a propriedade crucial na determinação do licenciamento do sujeito nulo é o parâmetro do sujeito nulo, formulado nos seguintes termos:

- (15) *Null subjects are permitted in all and only languages with morphologically uniform inflectional paradigms. (J&S:42)*

De acordo com esse parâmetro, o sujeito nulo é, portanto, permitido nas línguas que apresentam uniformidade morfológica, definida como:

- (16) *An inflectional paradigm P in a language L is morphologically uniform iff P has either only underived inflectional forms or only derived inflectional forms. (J&S:43)*

### 3.2.3.2 A "Riqueza Funcional" de Agr - uma Redefinição em Termos Quantitativos

Para ROBERTS(1993), a proposta de JAEGLLI & SAFIR mostra-se problemática diante dos fatos relativos ao francês antigo em sua fase inicial, uma vez que: essa língua permite o sujeito nulo e exhibe um paradigma que não apresenta afixos na forma de 1ª pessoa do singular do presente dos verbos em **-er**<sup>5</sup> (ex.: **chant, chantes, chante(t), chantons, chantez, chantent**). Esse paradigma - no qual existem seis marcas flexionais distintas (como em Latim, Espanhol, Italiano) se se considera a flexão zero para a 1ª pessoa do singular como uma marca - não se enquadra, portanto, na definição contida em (16), acima.

Considerando esses fatos e assumindo que *Agr*<sup>o</sup> *contains a set of inflectional features that are rich enough to permit the recovery of the content of a null subject*, ROBERTS propõe que há duas maneiras de se caracterizar um paradigma como "rico" o suficiente para identificar o conteúdo do sujeito nulo: um paradigma pode ser "funcionalmente rico" ou "formalmente rico".

Segundo o referido autor, a riqueza funcional é compatível com a presença de uma desinência zero, que permite a identificação da pessoa à qual está associada (como ocorre no caso do francês, acima mencionado). Adotando a caracterização de paradigmas desse tipo como [+pron] (cf. Rizzi:1982), ROBERTS supõe que:

---

<sup>5</sup> Segundo o referido autor, a sua opção por focalizar esse grupo de verbos se justifica, em parte, pelo fato de ser tal grupo o que inclui as formas verbais mais frequentes na detonação da experiência e, por isso, as que desempenham um papel mais relevante na determinação do estatuto do sistema de concordância.



(17) A [+pron] paradigm allows up to one syncretism. (RO:80)

Com base em evidências fornecidas por línguas indiscutivelmente consideradas de sujeito nulo (como o espanhol e o italiano), o autor conclui que um paradigma [+pron] permite a coexistência de uma desinência zero e um sincretismo, podendo a desinência zero ser o sincretismo (ou seja, haver duas desinências zero), desde que haja desinências distintas para todas as outras pessoas - esse tipo de paradigma é que o francês exibiu, portanto, antes do século XIII.

A riqueza formal, na opinião de ROBERTS, exige apenas um paradigma morfológicamente uniforme onde há um slot concordância (diferente, portanto, do proposto por JAEGLLI & SAFIR), de modo que um paradigma morfológicamente uniforme (isto é, [+MU]) pode apresentar qualquer número de sincretismos, contanto que não apresente terminação zero (se a terminação zero fosse permitida, paradigmas como o do inglês se caracterizariam como [+MU]). Esse tipo de paradigma é que o francês antigo apresenta depois da reestruturação<sup>6</sup> dos seus paradigmas verbais, ainda no final do século XII, ou seja: o francês antigo teria apresentado, num primeiro estágio, um paradigma [+pron, -MU] e, num segundo estágio, um paradigma [-pron, +MU].

---

<sup>6</sup> Essa reestruturação consistiu em:  
 (i) alterações fonéticas que atingiram as formas de 2PS e 3PP, implicando a não-distinção entre essas formas e a de 3PS, terminada em -e;  
 (ii) introdução da terminação -e na forma de 1PS, que se alinha ao resto do paradigma.



### 3.2.3.3 A Uniformidade dos Paradigmas e a Possibilidade de Sujeito Nulo

SPEAS(1994) defende a inexistência de uma condição especial que explique o licenciamento de categorias vazias argumentais e postula um Princípio de Economia de Projeção, assumindo que:

1º) de acordo com esse Princípio, um XP só é projetado se tem um conteúdo;

2º) as línguas se dividem em dois grupos - de um lado, as que possuem marcas morfológicas para os traços de Número e de Pessoa (isto é, concordância); de outro lado, aquelas que não apresentam tais marcas;

3º) em consequência do Princípio de Economia de Projeção, as línguas que possuem concordância (ou seja, Agr) apresentam uma projeção AgrP (uma projeção com um conteúdo), que não é apresentada pelas línguas sem concordância;

4º) quanto às línguas dotadas de Agr, umas apresentam morfema distinto de concordância para todas as formas - o que tradicionalmente é referido na literatura como Agr "rico" - ao passo que outras, não - um Agr "fraco"; para Rohrbacher(1992), nas línguas de Agr rico (línguas do TIPO 1), cada morfema de concordância constitui uma entrada lexical (que é o núcleo de AgrP), enquanto, nas línguas com Agr fraco (línguas do TIPO 2), os morfemas<sup>7</sup> de concordância fazem parte de formas verbais

---

<sup>7</sup> GALVES(1993) também propõe que um morfema de concordância "fraco" é gerado como um simples afixo; essa proposta (examinada na seção 3.3.4), no entanto, difere da de SPEAS, pois:

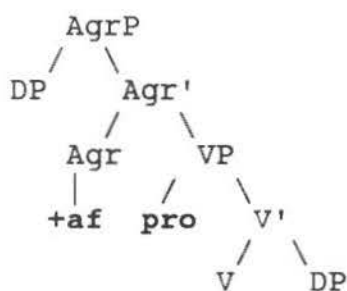
(i) prediz que, desde o início da derivação, esse morfema está afixado a T (e, não, a V);

(ii) inclui duas posições de sujeito, uma das quais (o

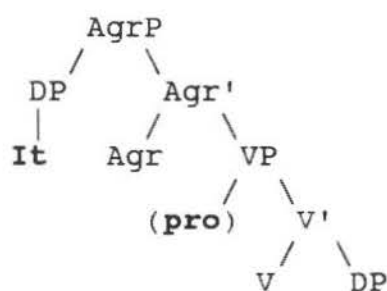
listadas no léxico;

5º) nas línguas do TIPO 1, o Espec/AgrP está vazio e, por isso, pode ser um lugar de pouso para o sujeito nulo, **pro**, que nasce dentro do VP, enquanto, nas línguas do TIPO 2, o Espec/AgrP não está vazio e, conseqüentemente, **pro** não é permitido; nas línguas que não apresentam AgrP (línguas do TIPO 3), o Espec/TP está vazio e pode, também, ser um lugar de pouso para o sujeito **pro** - essa distinção de três tipos de línguas em função do Princípio de Economia de Projeção e da natureza de Agr está representado em (35):

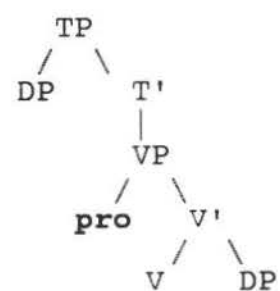
(35) a. TIPO 1



b. TIPO 2



c. TIPO 3



6) as línguas sem AgrP (do TIPO 3) - tais como o chinês e o coreano - apresentam um paradigma contendo somente formas não-derivadas, ou seja, morfologicamente uniforme;

7º) as línguas que apresentam a projeção AgrP, compreendem:

a) as línguas do TIPO 1 - tais como o espanhol - apresentam um paradigma contendo somente formas derivadas - morfologicamente uniforme;

b) as línguas do TIPO 2 - tais como o inglês - apresentam um paradigma que contém formas derivadas e não-derivadas -

---

Espec/TP) pode ser ocupada por um elemento lexical ou um sujeito nulo (cf. obra citada, p. 398, (5)).

morfologicamente não-uniforme;

8º) o sujeito nulo argumental é, portanto, permitido apenas nas línguas que apresentam uniformidade morfológica - entendida não apenas como uma propriedade particular do paradigma verbal, mas uma propriedade geral da gramática; em outros termos, se AgrP não é projetado ou se AgrP é projetado e Agr é "forte"; essa última condição é compatível com a exigência de identificação do sujeito nulo **pro** - apenas um Agr "forte" é capaz de identificar esse sujeito.

#### 3.2.3.4 Conclusão Parcial I: A Noção de Caráter pro-drop

O termo **pro-drop**, introduzido na literatura gerativista por CHOMSKY(1981) e, inicialmente, usado para se referir às línguas vistas como dotadas de Agr "rico" e, por isso, capazes de permitir o sujeito nulo, já passou por alterações profundas, devidas a estes fatos:

1 - a associação da possibilidade de sujeito nulo a efeito de marcação positiva de um único parâmetro (o parâmetro pro-drop) responsável por um conjunto de fenômenos sintáticos, é desde cedo rejeitada (cf. HUANG:1984; RIZZI:1986);

2 - as evidências empíricas de que, para estar associado à identificação de **pro** - ou seja, para ser um elemento que, em determinadas línguas, interage com outras propriedades da gramática no licenciamento do sujeito nulo (cf. HUANG, RIZZI, SPEAS) - um sistema flexional não precisa conter marca distinta, no verbo, para cada uma das pessoas gramaticais, o que tem motivado a busca

de uma melhor caracterização desse tipo de sistema (cf. JAEGLLI & SAFIR, ROBERTS).

Em consequência desses fatos, o termo *pro-drop* tem sido usado, num sentido mais geral, para se referir às línguas que apresentam a possibilidade de sujeito nulo (italiano, espanhol, chinês, coreano, etc.) e, num sentido específico, para caracterizar as línguas marcadas positivamente em relação à **FLEXÃO RICA** - uma propriedade paramétrica definida funcionalmente como um sistema flexional capaz de identificar o sujeito nulo referencial, que, em muito, se distancia, portanto, do parâmetro "pro-drop", nos termos em que foi inicialmente formulado. É essa última acepção que está sendo assumida nesta tese, ao se defender o caráter pro-drop do PB.

### **3.2.4 A Caracterização de FLEXÃO RICA e os Dados do Português Brasileiro**

Em função das preocupações que revelam, os estudos mais recentes sobre o sujeito nulo no PB podem ser, assim, distribuídos:

1 - Um primeiro grupo, constituído de trabalhos preocupados apenas com a ocorrência, ou não, do sujeito nulo no PB, que inclui os trabalhos empíricos de: LIRA(1982), TARALLO(1983, 1985), PAREDES DA SILVA(1988), OLIVEIRA(1990) DUARTE(1993, 1995), NICOLAU(1994), MENON(1994), NEGRÃO(1990), etc.

2 - Um segundo grupo, constituído de análises do PB que defendem mudança no nível da gramática; nesse grupo, se inclui:

a) os trabalhos empírico-teóricos de TARALLO(1993b) e DUARTE(1993, 1995), que argumentam em favor da perda do caráter pro-drop do PB;

b) a abordagem teórica de GALVES(1993), que defende a perda da riqueza flexional no PB - do que teriam resultado, segundo a autora, diversas mudanças superficiais no PB, atestadas por estudos quantitativos;

c) a abordagem teórica de FIGUEIREDO SILVA(1994), que defende a perda do sujeito nulo pronominal com referência definida - **pro** - no PB e se propõe a explicar o licenciamento do sujeito nulo nessa variedade do português.

3 - O trabalho empírico-teórico de NEGRÃO & MÜLLER(1994), que assume uma especialização no uso da categoria vazia - que coexiste com a categoria lexical na posição de sujeito - no PB.

4 - O trabalho empírico-teórico de KATO *et alii*(no prelo), que pressupõe a variação no nível do paradigma dos pronomes fracos do PB.

A maioria dos estudos empíricos acima mencionados, assim como a análise de TARALLO(1993b) e a parte empírica dos estudos de DUARTE(1993, 1995) já foram examinados no Capítulo 2; assim sendo, só serão retomados nessa abordagem da possibilidade de sujeito nulo no PB, se se fizerem necessários para a explicitação de algum tópico em questão.

### 3.2.4.1 As Hipóteses de Mudança no PB

#### 3.2.4.1.1 A Perda da "Riqueza Funcional do Paradigma" e os Mistérios Revelados pelos Dados do PB

DUARTE(1993) analisa a evolução na expressão do sujeito pronominal no PB e verifica que: nos três primeiros períodos considerados na análise (1845, 1882 e 1918), o sujeito pronominal nulo é altamente freqüente; a partir de 1918, há um decréscimo dessa freqüência; em 1992, configura-se uma nítida preferência pelo uso do sujeito pronominal pleno. Para a autora, essa tendência a preencher o sujeito pronominal é uma conseqüência da simplificação sofrida pelo sistema flexional do PB, uma vez que:

1º) nessa língua, um paradigma flexional contendo seis formas distintas (além de dois sincretismos) foi substituído por um outro contendo apenas quatro formas, e

2º) conforme propõe ROBERTS(1993), "quatro formas distintivas comprometem definitivamente a riqueza funcional de um paradigma flexional".

Segundo DUARTE, a simplificação verificada no sistema flexional do PB parece não ter afetado, de forma significativa, apenas a terceira pessoa, que, diferentemente das duas outras, continua "usufruindo da opção permitida às línguas 'pro-drop'. Na opinião da autora, embora sem o caráter obrigatório que tem no italiano, há também, no PB, uma complementaridade entre o uso do pronome pleno e o uso do pronome nulo de 3ª pessoa: se o pronome tem um referente esperado (um NP sujeito de uma predicação que, nos termos de CALABRESE:1986, é um TEMA),

realiza-se como nulo; em caso contrário, é lexicalmente realizado. DUARTE observa que, a partir de 1955, o uso do pronome pleno com referente não esperado, no PB, é categórico, mas isso não significa alteração no comportamento diferenciado da terceira pessoa, que continua apresentando, preferencialmente, o sujeito nulo, ao longo de todo o período examinado. Nas palavras de DUARTE(1993:119), esse fato:

*atesta a hipótese da perda da funcionalidade de AGR, que, já debilitado, não pode, por si só, identificar pro, a menos que algum elemento externo, como o TEMA no caso da 3ª pessoa, venha reforçá-lo, tornando sua identificação possível.*

DUARTE(1993:123) conclui, então, que, com o quadro de desinências verbais enfraquecido,

*(...) a identificação do sujeito nulo referencial ficou comprometida, transformando-se a ocorrência de pro num fenômeno periférico que depende fundamentalmente de um reforço externo ao elemento de concordância. No caso da 2ª pessoa, esse reforço vem do contexto pragmático (...); no caso da 3ª, do NP que dá referência a pro. A 1ª pessoa, que não conta com tal reforço, é a que se encontra em mais adiantado estágio de mudança em direção a um sistema não 'pro-drop'.*

Em síntese: para DUARTE, no PB, o elemento AGR tornou-se empobrecido (ou seja, um AGR "fraco") e perdeu a capacidade de identificar o sujeito **pro** referencial, de modo que, atualmente:

(i) na 3ª PESSOA, o sujeito pronominal ainda se realiza freqüentemente como NULO porque a estrutura onde esse sujeito se encontra contém um elemento que "re-fortalece" AGR e, com isso, torna-se possível a identificação de **pro**, cuja ocorrência continua, então, sendo permitida;

(ii) na 1ª PESSOA, o sujeito pronominal já se realiza,



preferencialmente, como PLENO (ou seja, **pro** está cedendo o seu lugar para o sujeito pronominal PLENO, mais rapidamente do que no caso da 3ª PESSOA) porque, na medida em que a estrutura com o sujeito de 1ª pessoa não contém esse elemento que "re-fortalece" AGR, **pro** não tem como ser identificado e sua ocorrência deixa, então, de ser permitida.

Essa análise - na qual o parâmetro "pro-drop" é entendido como uma propriedade mais abstrata que se resume na riqueza (funcional) de um sistema flexional - tem um valor descritivo, pois aponta contextos nos quais o sujeito nulo deixa de ser usado, mais ou menos, freqüentemente no PB, mas contém inúmeros mistérios<sup>8</sup>:

MISTÉRIO 1 - A não explicação para a co-ocorrência do sujeito **pro** e do sujeito **eu**: O que explica a ocorrência de **pro** no contexto onde AGR não é reforçada por um elemento externo? Se, na 1ª pessoa não há um reforço externo a AGR e o sujeito **pro** também ocorre, é possível dizer que, apesar de enfraquecida, AGR é, algumas vezes, capaz de licenciar esse sujeito?

MISTÉRIO 2 - A não explicação para a co-ocorrência do sujeito **pro** e do sujeito **ele**: O que explica a ocorrência de **ele** no contexto onde AGR é reforçada por um elemento externo? Se, na 3ª pessoa há um reforço externo a AGR que possibilita o licencia-

---

<sup>8</sup> Os Mistérios 1 e 2 decorrem do fato de DUARTE assumir que: a possibilidade de sujeito nulo depende de identificação; no PB, essa identificação era feita por Agr; quando Agr perdeu a sua capacidade "funcional", a identificação de **pro** passou a depender de um elemento externo. Em outras palavras, não está sendo questionada a co-ocorrência de sujeito nulo e sujeito lexical nas línguas pro-drop, o que previsível, conforme já mencionado no capítulo 2 e, inclusive, é freqüente nos dados do italiano (conforme atestado, por exemplo, no estudo de Marilza Oliveira, em preparação).

mento do sujeito **pro**, por que esse sujeito está cedendo o seu lugar para o sujeito **ele** (o que pode ser inferido da afirmação de que a 1ª pessoa " é a que se encontra em mais adiantado estágio de mudança...")? É possível dizer que, nesse contexto, o reforço externo a AGR é, algumas vezes, incapaz de re- fortalecer AGR?

MISTÉRIO 3 - O fato de a 1ª pessoa ser "...a que se encontra em mais adiantado estágio de mudança...": De um lado, se, na 1ª pessoa, a inexistência do reforço externo é o que explica o não- licenciamento do sujeito **pro**, já que se admite ser esse reforço, presente na 3ª pessoa, um antecedente de **pro** e já que o pronome de 1ª pessoa, pela sua natureza, dispensa antecedente, a previsão é que o sujeito **pro** de 1ª pessoa desapareça da língua (ou melhor, já tivesse desaparecido); de outro lado, se, na 3ª pessoa, a existência do reforço externo a AGR (isto é, do antecedente de **pro**) é o que explica o licenciamento de **pro**, já que todo pronome de 3ª pessoa, pela sua natureza, exige um antecedente, a previsão é que o sujeito **pro** de 3ª pessoa vai continuar sendo permitido na língua (pelo menos, enquanto um outro elemento não tirar, desse antecedente, a responsabilidade de re- fortalecer AGR, que lhe está sendo atribuída); dessa forma, faz sentido dizer que a 1ª pessoa está em estágio mais avançado de mudança?

Ao comparar o uso do sujeito pronominal numa peça de teatro escrita em 1992 com o uso do sujeito pronominal numa das apresentações dessa peça no teatro, DUARTE(1993:122-3) diz que:

... a linguagem dos atores, que imprimiram no texto oral sua contribuição lingüística, aproxima-se muito dos resultados encontrados por DUARTE (em preparação) no texto informal das entrevistas de TV...

Esses resultados, segundo a autora, coincidem com os apresentados pelo estudo sincrônico de LIRA(1988), que apontam maior frequência do sujeito nulo na 3ª do que na 1ª pessoa, em estruturas não coordenadas da língua coloquial. DUARTE observa, então, que os resultados de um estudo (tanto diacrônico quanto sincrônico) sobre o uso do sujeito pronominal pleno em relação ao uso do sujeito nulo dependem do corpus analisado. Essa observação, à primeira vista, explica um mistério de natureza empírica - o fato de os resultados encontrados por DUARTE apontarem para uma direção oposta à apontada pelos encontrados por PAREDES DA SILVA(1988) num estudo sincrônico, no qual *é justamente na 1ª pessoa que o sujeito nulo ocorre com maior frequência, tanto nas principais (83%) quanto nas subordinadas (66%)* - mas contém mais um mistério de natureza teórica:

MISTÉRIO 4 - O fato de os resultados obtidos numa análise de peças de teatro popular serem opostos aos obtidos numa análise de cartas pessoais: Por que, num determinado tipo de texto, o sujeito **pro** de 3ª pessoa, por contar com o reforço externo a AGR, ocorre mais frequentemente do que o sujeito pro de 1ª pessoa e, em outro tipo de texto, mesmo com o reforço externo a AGR, o sujeito **pro** de 3ª pessoa ocorre menos frequentemente do que o sujeito pro de 1ª pessoa?

### 3.2.4.1.2 Mais Mistérios: A Perda da "Riqueza Flexional" e do Princípio "Evite Pronome" no PB

Ao interpretar as freqüências relativamente baixas de uso do sujeito nulo nos dados examinados, DUARTE(1995:131) afirma:

*Os resultados a que a análise variacionista nos permitiu chegar revelam que o português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo pro-drop por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia verbal suficientemente 'rica' para tal processo (...) Essa perda, entretanto, não se reflete no uso da língua como uma mudança concluída...*

A autora admite, portanto, que o paradigma flexional do PB foi reduzido, tornando-se "funcionalmente fraco" - e, portanto, incapaz de identificar o sujeito pronominal **pro** - mas essa redução implicou a perda do princípio "Evite Pronome". Nessa perspectiva, a presença do sujeito nulo no PB, admitida pela autora (que, inclusive, assume que esse sujeito se caracteriza como **pronominal**) constitui um fenômeno misterioso, pois:

1 - ora, resulta de duas propriedades da gramática:

(a) a marcação positiva de um parâmetro, definido como uma flexão "funcionalmente rica" (cf. ROBERTS:1993), do que resulta a **possibilidade** de a posição de sujeito ser ocupada por um pronome nulo referencial;

(b) a atuação do princípio Evite Pronome - uma propriedade que deriva de (a) e constitui uma redundância - que, como um letreiro luminoso aceso a maior parte do tempo, lembra ao falante: "A posição de sujeito pode e deve sempre ser ocupada por uma

categoria vazia referencial!";

2 - Ora, sobrevive apesar da perda da propriedade da gramática que antes o licenciava e, ao mesmo tempo, é regulado por uma propriedade derivada daquela, perdida, que o licenciaria - essa contradição<sup>9</sup> pode ser assim explicitada:

(i) um parâmetro, definido como uma flexão "funcionalmente rica" (cf. ROBERTS:1993), passa a ser marcado negativamente em relação ao PB, do que resulta a **impossibilidade** de a posição de sujeito ser ocupada por um pronome nulo referencial;

(ii) o princípio "Evite Pronome" - uma propriedade que deriva da marcação positiva do parâmetro mencionado em (i) - como um letreiro luminoso, de vez em quando, acende e lembra: "A posição de sujeito pode e deve sempre ser ocupada por uma categoria vazia referencial!"

### 3.2.4.1.3 A Perda da "Riqueza Flexional" e a Interpretação do Sujeito *pro* no PB

Segundo FIGUEIREDO SILVA(1994), a perda das distinções morfológicas na flexão verbal reduziu significativamente o paradigma do PB, que deixou de apresentar diferença entre as pessoas do discurso; conseqüentemente, a ausência do traço de pessoa excluiu o sujeito *pro* argumental com interpretação definida: embora capaz de legitimar formalmente esse sujeito, Agr<sub>s</sub> não

---

<sup>9</sup> A autora insiste nessa idéia: "a riqueza funcional do paradigma se perdeu", mas isso não implica a impossibilidade de sujeito nulo identificado por Agr (ver p. 19, p. 51, da obra aqui mencionada).

contém um conjunto de traços capaz de identificá-lo, de modo que, mesmo com a primeira pessoa do singular que, dispõe de uma morfologia distinta, uma categoria vazia (**cv**) na posição de sujeito não pode ser interpretada independentemente de um "referente"; nessa língua, os casos de **pro** definido são, portanto, "resíduos". Enfim,

*... le PB diffère fortement des "vraies" langues pro-drop romanes, qui, elles, semblent toujours faire appel à la morphologie verbale pour identifier la catégorie vide en position sujet. (p.101)*

Admitindo, então, que o PB continua exibindo o sujeito nulo de referência definida, a autora ressalta:

*... le PB diffère des langues non pro-drop, comme le français, en admettant (et, dans certains cas, en rendant obligatoire) des positions sujets non remplies lexicalement.*

FIGUEIREDO SILVA pressupõe a existência do paradigma (14), abaixo, e assume que, no PB, a **cv** é permitida na posição de sujeito de oração raiz, **sse** pode se mover do Spec/Agr<sub>S</sub>P para o Spec/CP a fim de "procurer le trait de personne manquant dans le discours" - o que se verifica apenas em (19a):

- (19) a. Comprei um carro ontem (69a)  
 b. \*O que (é que) **cv** comprei ontem? (69b)  
 c. ?Eu<sub>i</sub>, o que (é que) **cv**<sub>i</sub> comprei ontem? (69c)

Ao tratar do sujeito nulo em oração encaixada, a autora examina separadamente o sujeito nulo "variável" (que está numa relação co-referencial com um sintagma na posição inicial da oração raiz, envolvendo, pois, o sistema A-barra) e o sujeito nulo "anafórico" (que está numa relação co-referencial com o sujeito da oração imediatamente mais alta e envolve o sistema A).

O sujeito nulo "variável", FIGUEIREDO SILVA afirma que é legitimado pelo mesmo processo que identifica o sujeito nulo na oração raiz, não sendo permitido, portanto, em predicados de "ílots forts" (um adjunto, como (20); um NP complexo com oração relativa, como em (21)):

(20) \*Maria<sub>i</sub>, o José olha pro chão toda vez que cv<sub>i</sub> fala com ele  
(FS:74d)

(21) a. \*O Pedro<sub>i</sub>, eu achei um carro que cv<sub>i</sub> tem grana pra comprar (FS:74c)

b. \*O João<sub>i</sub>, eu conheço a guria que cv<sub>i</sub> cruzou ontem.  
(FS:79b)

A autora observa que os predicados de "ílot QU-" caracterizam-se como de "ílot faible" se o CP encaixado é subcategorizado pelo verbo matriz e, por isso, não é barreira para a relação entre o Espec/IP encaixado e o Espec/CP da oração raiz (como nos exemplos de (22a-c) - o que permite atribuir a marginalidade de (22d, e) a efeitos de subjacência:

(22) a. A Maria<sub>i</sub>, o José disse que cv<sub>i</sub> comprou um carro.  
(FS:58b)

b. A Maria<sub>i</sub>, o José disse que cv<sub>i</sub> comeu carne ontem. (FS:73b)

c. Eu<sub>i</sub>, a Maria disse que cv<sub>i</sub> vendi o carro muito caro.  
(FS:59b)

d. ?A Maria<sub>i</sub>, o Pedro não sabe pra quem cv<sub>i</sub> vai dar isso  
(FS:74a)

e. (?)A Maria<sub>i</sub>, o Pedro achou uma pena que cv<sub>i</sub> vendeu isso  
(FS:74b)

FIGUEIREDO SILVA assume, então, que a projeção da concordância pode incluir três diferentes projeções (cf. Shlonsky:1987 e Bianchi & Figueiredo Silva:1994) - AgrP-pessoa, AgrP-número e AgrP-gênero - e propõe o seguinte: como o PB perdeu



a especificação de pessoa, nas orações encaixadas com sujeito nulo "anafórico", o verbo permanece em Agr-número, e o núcleo Agr-pessoa está sempre vazio; AgrS-pessoa é um núcleo anafórico, que tem de ir para o núcleo C mais alto, a fim de estar em relação com AgrS matriz e ser, portanto, ligado - daí a boa-formação das sentenças de (23) e a agramaticalidade das sentenças de (24):

- (23) a. Ele<sub>i</sub> não sabia o que **cv<sub>i</sub>** estava fazendo. (FS:84c)  
 b. A Maria<sub>i</sub> olha pro chão toda vez que **cv<sub>i</sub>** fala com o José. (FS:85)  
 c. A Maria não sabe se vai sair (FS:89)  
 d. O José<sub>i</sub> disse que **cv<sub>i</sub>** comprou um carro (FS:58a)  
 e. A Maria<sub>i</sub>, eu não sei quem<sub>j</sub> **cv<sub>j</sub>** vai convidar **cv<sub>i</sub>** (cf. FS:(91b))
- (24) a. \*A Maria<sub>i</sub> disse que **cv<sub>j</sub>** canto bem (FS:81)  
 b. \*A Maria disse que **cv<sub>i</sub>** vendi o carro muito caro (FS:59a)  
 c. \*O José<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que **cv<sub>i+j</sub>** vão morar juntos (FS:82)  
 d. \*O Pedro<sub>i</sub> achou um carro que **cv<sub>i</sub>** tem grana pra comprar (FS:84a)  
 e. \*?A Maria<sub>i</sub> convenceu o José<sub>j</sub> que **cv<sub>j</sub>** devia sair (FS:83b)  
 f. \*A Maria<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>j</sub> acha que **cv<sub>i</sub>** vai ganhar (FS:83a)  
 g. \*A Maria<sub>i</sub>, eu não sei quem<sub>j</sub> **cv<sub>i</sub>** vai convidar **cv<sub>j</sub>** (FS:92)  
 h. \*Ele<sub>i</sub> adorou que **cv<sub>i</sub>** comprou roupa nova (FS:84b)

Essa análise não se sustenta pelo fato de se basear num falso pressuposto, conforme explicitado a seguir. A referida autora assume que:

1º) no PB, as distinções morfológicas da flexão sofreram um processo de redução (cf. GALVES:1993), de modo que o paradigma verbal perdeu a especificação de pessoa;

2º) com a ausência de especificação de pessoa no paradigma verbal, o elemento Agr exibido pelo PB perdeu a capacidade de

identificar o sujeito nulo;

3º) essa mudança sofrida pelo elemento Agr do PB - que continua licenciando formalmente o sujeito nulo, mas perdeu a capacidade de identificá-lo - trouxe como consequência a ausência de autonomia referencial do sujeito nulo nessa língua;

4º) a ausência de sujeito nulo referencialmente autônomo no PB não implicou a ausência do sujeito nulo com referência definida nessa língua, mas implicou a mudança na caracterização desse sujeito; ou seja o sujeito nulo com referência definida continua sendo licenciado, desde que esteja em relação com um elemento que identifique o seu conteúdo referencial - isso significa que, no PB, há sujeito nulo referencial, que pode ser uma anáfora ou uma variável, mas não pode ser um pronome.

Acontece que essa análise, aparentemente coerente, pressupõe que as sentenças repetidas em (25-33), abaixo, são agramaticais:

- (25) \*O que (é que) **cv** comprei ontem? (FS:69b)
- (26) ?Eu<sub>i</sub>, o que (é que) **cv<sub>i</sub>** comprei ontem? (FS:69c)
- (27) a. \*A Maria<sub>i</sub> disse que **cv<sub>j</sub>** canto bem (FS:81)  
b. \*A Maria disse que **cv<sub>i</sub>** vendi o carro muito caro (FS:59a)
- (28) \*O José<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que **cv<sub>i+j</sub>** vão morar juntos (FS:82)
- (29) \*O Pedro<sub>i</sub> achou um carro que **cv<sub>i</sub>** tem grana pra comprar (FS:84a)
- (30) \*?A Maria<sub>i</sub> convenceu o José<sub>j</sub> que **cv<sub>j</sub>** devia sair (FS:83b)
- (31) \*A Maria<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>j</sub> acha que **cv<sub>i</sub>** vai ganhar (FS:83a)
- (32) \*A Maria<sub>i</sub>, eu não sei quem<sub>j</sub> **cv<sub>i</sub>** vai convidar **cv<sub>j</sub>** (FS:92)
- (33) \*Ele<sub>i</sub> adorou que **cv<sub>i</sub>** comprou roupa nova (84b)

As sentenças (25-29) são indiscutivelmente reconhecidas, por qualquer falante comum do PB, como bem-formadas e apresentam

estruturas que são facilmente encontradas na fala dos que se utilizam dessa variedade do português, conforme atestam, respectivamente, os exemplos de (34-38), a seguir. Além disso, cabe ressaltar que algumas sentenças com estrutura análoga à de (26) são agramaticais, justamente devido à presença do pronome lexical na posição de tópico, o que é comprovado por (35f, g):

- (34) a. O que (é que) **cv** penso disso?  
 b. Para quem (é que) **cv** vou ligar?  
 c. Por que (é que) **cv** trabalhei no feriado?  
 d. Como (é que) **cv** gastei tanto dinheiro?  
 e. Quanto (que) **cv** paguei por este carro?  
 f. Onde (é que) **cv** posso deixar este lixo?  
 g. Que hora (que) **cv** encontro o João aí?
- (35) a. Eu, o que (é que) **cv** penso disso?  
 b. Eu, para quem (é que) **cv** vou ligar?  
 c. Eu, por que (é que) **cv** trabalhei no feriado?  
 d. Eu, como (é que) **cv** gastei tanto dinheiro?  
 e. Eu, quanto (que) **cv** paguei por este carro?  
 f. \*Eu, onde (é que) **cv** posso deixar este lixo?  
 g. \*Eu, que hora (que) **cv** encontro o João aí?
- (36) a. A Raca acha que **cv** sou muito persistente.  
 b. A Edna disse que **cv** posso usar o carro dela.  
 c. A Nana sabe que **cv** detesto mentira.  
 d. A Maria pensou que **cv** acreditei naquela história.  
 e. O Marcos não entende por que **cv** trabalho no domingo.  
 f. Todo mundo ri quando **cv** falo que sou tímida.
- (37) a. O José<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> insiste que **cv**<sub>i+j</sub> devem ter mais um filho.  
 b. A Rosa<sub>i</sub> acha que o Pedro<sub>j</sub> já sabe que **cv**<sub>i+j</sub> vão acabar perdendo o apartamento.  
 c. A Carminha<sub>i</sub> pensou que o Ernani<sub>j</sub> tinha avisado que **cv**<sub>i+j</sub> não iam almoçar aqui hoje.
- (38) a. O Pedro, ganhou um carro que **cv** não consegue dirigir.  
 b. O Pedro comprou uma casa que **cv** não acaba de pagar.  
 c. O Pedro gastou todo o dinheiro que **cv** ganhou na loteria.  
 d. O Brasil não consome tudo que **cv** produz.  
 e. A D. Lurdinha não usa as roupas que **cv** ganha...  
 f. O Rui gosta muito do que **cv** faz.

As sentenças de (30) e (31) são realmente ambíguas, mas o problema não parece ser devido aos tipos de estrutura. Os exemplos de (39), abaixo, deixam evidente que essa ambigüidade está

relacionada ao conteúdo dos verbos (da oração encaixada, como em (39a-c), ou da oração raiz (como se verifica em 39d-e)):

- (39) a. A Lu<sub>i</sub> convenceu o Taque<sub>j</sub> que cv<sub>ij</sub> devia sair.  
 b. A Lu<sub>i</sub> convenceu o Taque<sub>j</sub> que cv<sub>ij</sub> precisa viajar.  
 c. A Lu<sub>i</sub> convenceu o Taque<sub>j</sub> que cv<sub>j</sub> devia parar de fumar.  
 d. O Lee<sub>i</sub> aconselhou a Lila<sub>j</sub> que cv<sub>j</sub> vendesse o carro.  
 e. A Ivone<sub>i</sub> aconselhou a Cléo<sub>j</sub> que cv<sub>j</sub> fizesse a prova.

As estruturas de (31) e (32) também podem corresponder a sentenças não-ambíguas, como atestam, respectivamente, os exemplos (40) e (41):

- (40) A Nana<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>j</sub> acha que cv<sub>i</sub> vai ficar famosa.  
 (41) a. O Mateus<sub>i</sub>, eu não sei quem<sub>j</sub> cv<sub>i</sub> puxou cv<sub>j</sub>.  
 b. O Renato<sub>i</sub>, eu não sei quanto<sub>j</sub> cv<sub>i</sub> ganha cv<sub>j</sub>.  
 c. O Leo sempre traz um ou dois colegas, mas a Mariana<sub>i</sub>, nunca sei quem<sub>j</sub> cv<sub>i</sub> vai convidar cv<sub>j</sub>.

#### 3.2.4.1.4 O Enfraquecimento de Agr: Causa de Mudanças Superficiais

GALVES(1993:387) assume, com Tarallo(1992), que o PB se caracteriza pela presença de fenômenos sintáticos resultantes de mudanças ocorridas no século XIX, que envolvem basicamente o sistema pronominal e a ordem das palavras; enfim, que data dessa época a emergência de uma gramática brasileira, uma vez que :

...as mudanças de frequência relativas a diversos aspectos da língua que a análise quantitativa faz aparecer podem ser interpretadas como resultando de uma mudança gramatical e não de uma simples variação, porque aparecem intimamente ligadas umas às outras no tempo.

GALVES busca continuar essa reflexão e retomá-la mais

*estritamente dentro do modelo chomskiano, de modo a colocar em evidência os fatos que atestam qualitativamente a mudança gramatical implementada no PB do século XIX e, em seguida, busca identificar a mudança profunda, responsável pelas mudanças superficiais reveladas pelos estudos quantitativos; mais exatamente, busca responder a seguinte questão: Qual é o parâmetro fixado diferentemente pelas crianças brasileiras a partir de então?*

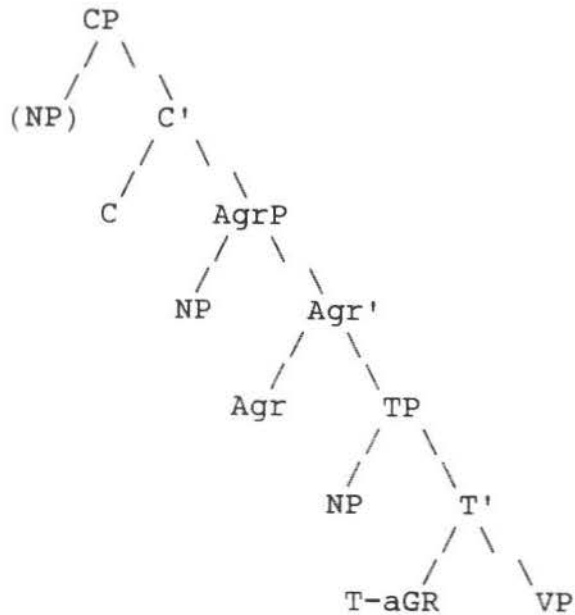
A referida autora responde a essa questão propondo que tal parâmetro consiste na presença de um morfema de concordância "forte" na flexão verbal, em relação ao qual o PB teria deixado de ser marcado positivamente, ou seja, que a mudança profunda ocorrida no PB se resume no enfraquecimento da concordância, fato esse já defendido por ela mesma em trabalhos anteriores.

De acordo com GALVES(1991), "é fraca a concordância que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático". Assim sendo, o sistema flexional do PB contém um elemento de concordância 'fraco', na medida em que apresenta "somente uma oposição binária, pessoa(1ª)/não-pessoa (3ª), articulada a uma oposição singular/plural". O PB atual apresenta, portanto, uma concordância morfologicamente fraca - sem a segunda pessoa - e semanticamente fraca - com uma terceira pessoa do singular podendo ser interpretada como indeterminada.

Considerando a concordância (Agr) e o Tempo (T) como dois núcleos independentes, GALVES(1993) propõe, então, que, em consequência do seu enfraquecimento o morfema de concordância do PB passou a ser gerado como um afixo de T (isto é, deixou de ser gerado debaixo de um núcleo independente). E, na medida em que continuou exibindo um núcleo Agr (dominando TP), independente de

realização morfológica, o PB passou a apresentar mais uma posição de sujeito como mostra (42) (cf. GALVES:1993, p. 397, (4)):

(42)



Para GALVES, o enfraquecimento da concordância implica, assim, uma reorganização da oração, uma vez que o sujeito (no sentido tradicional) passa a figurar no Espec/TP, onde recebe o nominativo, e o Espec de AgrP passa a ser ocupado por outro NP, o que torna difícil a subida do verbo (que se encontra em T) para a posição COMP. Esses fatos, segundo a autora, explicam as mudanças quantitativas que incluem a tendência à ordem Sujeito-Verbo nas sentenças simples (cf. TARALLO:1983, 1985) e nas interrogativas (cf. DUARTE:1992) e a perda da inversão Verbo-Sujeito (cf. BERLINCK:1988). Enfim, tais mudanças são derivadas de um única mudança profunda (isto é, gramatical) que o PB teria sofrido, no século XIX.

Essa análise de GALVES é pouco convincente, pelo fato de que é estranha a estipulação de que o enfraquecimento do sistema flexional acaba implicando a presença de dois elementos Agr, ou

seja, de um Agr-núcleo e um Agr-afixo - esse último seria um traço de T? não teria, então, o mesmo estatuto de T, ao qual se junta para constituir Infl, em termos pré-Pollock(1989)?

Além disso, GALVES defende a ocorrência de uma mudança gramatical no Brasil, tomando como evidência a presença de fenômenos que a gramática anterior não podia gerar - mas, no que diz respeito à representação do sujeito isso não acontece, ou seja, no PB, tanto antes quanto depois dessa suposta mudança, coexistem categorias lexicais e vazias na posição de sujeito.

#### **3.2.4.2 A Hipótese de Especialização no Uso de Categorias Vazias e Lexicais na Posição de Sujeito do PB**

NEGRÃO & MÜLLER(1994) discutem a questão da distribuição de categorias vazias e lexicais na posição de sujeito de sentenças finitas no PB atual, argumentando contra a posição segundo a qual essa distribuição reflete uma mudança na direção "não-pro-drop".

Segundo essas autoras, o crescente preenchimento do sujeito registrado por alguns estudos sociolinguísticos sobre o PB (cf. TARALLO: 1983, DUARTE:1993) tem sido explicado, sob a perspectiva gerativista, como resultante do "enfraquecimento da concordância", mas um exame cuidadoso dos dados aponta para fatos que contradizem tal explicação: em primeiro lugar, o sujeito de 1ª pessoa apresenta um comportamento semelhante ao do sujeito de 2ª pessoa quanto ao aumento do preenchimento (fortemente favorecido em ambos), apesar da diferença entre a morfologia da 1ª - que



oferece mais chances de identificação do sujeito nulo - e a morfologia da 2ª, que não se distingue da 3ª; em segundo lugar, a 1ª e 2ª pessoas apresentam, historicamente, um comportamento diferente da 3ª, que apresenta uma constante proporção entre preenchimento e não-preenchimento através do tempo; um terceiro fato observado é o maior preenchimento das posições de sujeito de 1ª pessoa (singular = 80%; plural = 64,5%) do que das posições de sujeito de 3ª pessoa (em que o índice de preenchimento se aproxima do índice de não-preenchimento, tanto no singular quanto no plural) nos dados sincrônicos analisados por NEGRÃO(1990), que, comparados aos resultados obtidos por Tarallo(1983), sugerem uma estabilização do preenchimento: Tarallo->dados/1981 = 79,4% de preenchimento; NEGRÃO->dados/1990 = 64,4% de preenchimento); finalmente, um fato mais eloqüente é o preenchimento do sujeito nos casos de verbo na 3ª pessoa do singular no corpus analisado por NEGRÃO, que independe da presença ou ausência da concordância verbo/sujeito.

Com base nesses fatos, NEGRÃO & MÜLLER propõem que, no PB, a recuperação referencial da categoria vazia sujeito é feita por um Sintagma Nominal antecedente (não, por Agr) e o sistema pronominal do PB estaria se especializando, de modo que o pronome *ele* teria a função de expressar SN's referenciais, enquanto a categoria vazia com referência definida na posição de sujeito teria a função de *expressar uma ligação anáforica entre esses SN's e seus antecedentes*. NEGRÃO & MÜLLER(1994:23) concluem, então, que:

... afirmamos que nem a interpretação dos dados empíricos, nem sua interpretação dentro da Teoria Gerativa nos levam à conclusão de que o PB estaria se tornando uma língua sem

a possibilidade de sujeito nulo, ou seja, o PB estaria deixando de ser uma língua pro-drop.

### 3.2.4.3 A Hipótese de Variação no Nível do Paradigma dos Pronomes Fracos no PB

Ao buscar explicar os fatos relativos ao sujeito nulo no PB, o estudo de KATO et alli(1995, no prelo) assume a proposta de KATO(em preparação), segundo a qual os pronomes se dividem em fortes e fracos, e os pronomes fortes são gerados em adjunção à sentença, na posição deslocada de TOP (cf. Soriano, 1989)<sup>10</sup>, o que se explica pelo fato de tais pronomes serem intrinsecamente marcados quanto ao Caso.

Kato assume que o pronome forte pode ter casos diferentes conforme as línguas e, no português ele aparece com o caso reto, ou homófono ao nominativo. Segundo a autora, no francês, por exemplo, o Tópico aparece no dativo, de modo que é evidente o fato de um caso oblíquo reduplicar o clítico sujeito ("MOI, je pense partir toute suite."), e um sujeito vazio não pode ser reduplicado pelo fato de o pronome fraco ser sempre lexical; no PB, ao lado do pronome fraco pro, há o pronome forte, que é quase homófono ao pronome fraco nominativo (e, portanto diferente do pronome fraco acusativo(cf Lyons, 1975)), de modo que:

a) nos contextos de co-referência, vai figurar a forma

---

<sup>10</sup> De acordo com Soriano, no espanhol, os pronomes nominativos são fortes e, por isso, aparecem na posição de TOP, deixando a posição do sujeito disponível para pro (um pronome fraco); no inglês, o pronome nominativo é fraco e, por isso, ocupa a posição do sujeito, impedindo a possibilidade de sujeito pro nessa língua.

pronominal fraca e o Tópico é dispensável (" (Cê), Cê disse que pro ia pra casa."), mas, no início de sentença, o pro só é permitido se há uma categoria vazia em Top;

b) Top pode ser preenchido não só com o pronome forte, mas também com o PRO, que funcionaria exatamente como o PRO das sentenças infinitivas; Top seria assim uma posição ocupada por pronomes fortes ou por PRO, definido podendo ter caso nulo;

c) se não há co-referente na sentença matriz, o pronome fraco (pro) irá achá-lo no discurso ou na situação, exatamente como nas infinitivas.

d) o Top PRO daria conta, portanto, de exemplos em que o sujeito de terceira pessoa tem que ser interpretado como co-referente a um antecedente na sentença (ou no discurso), ou como indeterminado ("PRO<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> conserta sapatos]).

De acordo com essa proposta, a possibilidade de um sujeito ter seu antecedente no discurso ou ainda ser interpretado como um referente arbitrário, e, em ambos os casos, poder ser nulo e identificável por intermédio do TOP nulo PRO, explicaria, portanto, a grande incidência de sujeito nulo de terceira pessoa no corpus oral do PB.

#### **3.2.4.4 Conclusão Parcial II: A Ineficácia das Propostas de Caracterização de FLEXÃO RICA**

Embora o PB apresente um paradigma realmente reduzido - o que DUARTE(1993, 1995) e FIGUEIREDO SILVA(1994), seguindo GALVES(1990, 1993), levam em conta contém apenas quatro formas

distintas - não é plausível concluir que essa redução implicou a perda de uma FLEXÃO RICA e, conseqüentemente, levou o PB a perder o seu caráter pro-drop (cf. DUARTE), ou a capacidade de licenciar o sujeito pronominal nulo definido (cf. FIGUEIREDO SILVA), uma vez que, conforme atestado em todas as análises empíricas examinadas no presente trabalho, o PB apresenta a possibilidade de sujeito nulo. Isso significa, portanto, que a proposta segundo a qual o sujeito nulo pronominal com referência definida não é permitido numa língua com um paradigma verbal contendo menos de cinco formas distintas (cf. ROBERTS e assumida por DUARTE), assim como a proposta segundo a qual o sujeito nulo pronominal com referência definida não é permitido numa língua que exhibe um paradigma verbal sem todas as formas resultantes da combinação dos traços de pessoa e número (assumida por FIGUEIREDO SILVA, que segue RIZZI), precisa ser revista.

Em síntese, os dados do PB constituem evidência de que as caracterizações de FLEXÃO RICA assumidas por ROBERTS e por RIZZI não são eficazes. Mas essa ineficácia é revelada nos vários estudos encontrados na literatura; ou seja: as diferentes propostas de caracterização de FLEXÃO RICA até aqui assumidas com a preocupação de se explicar a possibilidade de sujeito nulo acabam permitindo que correlações não-previstas teoricamente sejam, empiricamente, atestadas, como mostra o QUADRO 1:

LÍNGUAS	SUJEITO NULO: REFERÊNCIA DEFINIDA	FLEXÃO RICA: representação sistêmica do traço pessoa	FLEXÃO RICA: uniformidade no paradigma verbal	FLEXÃO RICA: paradigma verbal => cinco formas distintas	FLEXÃO RICA: uniformidade na gramática
inglês francês	-	-	-	-	-
sueco	-	-	+	-	+
holandês islandês finlandês s russo	-	+	+	+	+
alemão	-	-	+	-	-
italiano espanhol PE PB (séc XIX)	+	+	+	+	+
chinês coreano japonês	+	-	+	11	+
francês antigo	+	-	-	+	-
irlandês hebreu	+	-	+	-	-
dialetos do árabe	+	-	-	-	-
PB ATUAL	+	-	-	-	-

Diante desse fato, pode-se perguntar:

- (43) A possibilidade de sujeito **pro** envolve, realmente, uma FLEXÃO RICA, ou FLEXÃO RICA é que não tem sido adequadamente caracterizada?

<sup>11</sup> A ausência de marcação (+/-) aqui justifica-se pelo fato de ser essa caracterização proposta por ROBERTS(1990), que explicita a sua preocupação em explicar a identificação do sujeito nulo apenas em línguas dotadas de Agr, ou seja, não tratar das línguas orientais, que se utilizam de outro mecanismo para identificar tal sujeito.

### **3.3 A Possibilidade de Sujeito Nulo:**

#### **Uma Explicação nos Moldes do Programa Minimalista**

##### **3.3.1 As Propostas de Explicação para a Possibilidade de Sujeito Nulo no Âmbito da TRL**

Dentre as diferentes propostas de explicação para a diferença entre as línguas que permitem e as que não permitem o sujeito nulo

encontradas na literatura (sintetizadas na seção 3.2), a "Teoria de **pro**" proposta por RIZZI(1986) ressalta-se como a que, na sua essência, parece perfeitamente convincente, já que:

1º) o licenciamento formal mostra-se como uma condição necessária e suficiente para se explicar a presença do sujeito nulo não-referencial - permitido em toda língua que permite o sujeito nulo referencial e, também, em algumas línguas nas quais esse tipo de sujeito não é permitido - assim sendo, a proposta de RIZZI leva vantagem sobre todas as outras, preocupadas apenas em explicar a possibilidade do sujeito nulo referencial;

2º) a identificação - consistentemente assumida na literatura como exigida para que o sujeito nulo referencial seja legitimado - é tratada por RIZZI como uma condição, o que cria um espaço adequado para se codificar a relação entre a FLEXÃO RICA e a possibilidade de sujeito nulo, de modo a se explicitar que a FLEXÃO RICA, embora crucial para possibilidade de sujeito nulo, não determina esse fenômeno.

Essa proposta, no entanto, não é sem problemas, o que será

mostrado na subseção seguinte.

### 3.3.1.1 Os Limites da "Teoria de pro"

A Teoria da Regência e Ligação (cf. CHOMSKY:1981) e, daqui para a frente, TRL) - o modelo no qual se enquadra a proposta de RIZZI(1986) - inclui a exigência de um Caso em todo DP com matriz fonética (expressa pelo Filtro do Caso, cf. (11), seção 3.2.1)) e postula a marcação de Caso como uma "operação estrutural", isto é, como uma operação que ocorre na estrutura, onde um DP recebe o Caso através de uma relação (a relação de regência) com um elemento marcador desse Caso. Sob essa perspectiva, existem posições de marcação de Caso, e um DP deve ocupar uma dessas posições - o que vai justificar o Movimento de DP (uma instanciação do Move  $\alpha$ , se um DP com matriz fonética se encontra numa posição sem Caso).

A Teoria Gerativa nos moldes Minimalistas, além de excluir a noção de regência, que é crucial na proposta de RIZZI, passa a conceber a marcação de Caso de uma maneira profundamente diferente, ou seja, para CHOMSKY(1995) o Caso é:

(i) um traço opcional especificado num elemento intrinsecamente marcado como categoria [+N, -V]) de uma Numeração, (a opcionalidade desse traço será discutida mais adiante);

(ii) um traço que, por ser [-interpretável], precisa ser checado mas, não necessariamente, antes do Spell Out;

(iii) um traço que não constitui a motivação para uma operação de Movimento do DP para uma posição onde possa entrar



numa operação de checagem - esse movimento é motivado pela exigência de checagem do traço **marcador de Caso**, especificado num outro elemento da Numeração (T ou V).

Nessa última concepção chomskiana, a condição de licenciamento proposta por RIZZI deve, portanto, ser reformulada, ou seja, uma nova pergunta precisa ser respondida:

- (44) Se, como demonstra RIZZI, um sujeito **pro** tem que ser formalmente licenciado, em que consiste esse licenciamento, em termos atuais?

Além disso, conforme mostrado na seção anterior, a proposta de RIZZI mostra-se problemática face os dados do PB. Esse problema remete a alguns fatos que serão explicitados na próxima subseção.

### 3.3.2 Sobre o Traço de Pessoa e a Noção de Referência

Há três fatos relacionados à caracterização de uma FLEXÃO RICA que merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, mesmo entre os paradigmas considerados "ricos" sob a ótica dos que caracterizam a FLEXÃO RICA com base na uniformidade morfológica, de modo a se explicar: (i) a presença do sujeito nulo em línguas que não apresentam uma marca distinta para cada uma das combinações dos traços pessoa/número (cf. JAGLLI & SAFIR) e (ii) a ausência de sujeito nulo em línguas que, de acordo com os referidos autores, apresentam um paradigma uniforme (cf. SPEAS(1995)), figuram paradigmas que contêm, pelo menos, uma marca distinta para o traço de pessoa.

Em segundo lugar, a relevância do traço peessoa para o licenciamento do sujeito nulo referencial tem sido ressaltada na própria literatura: JAEGLLI & SAFIR(1989: p. 41, NOTA 23) afirmam que:

*Bennis and Haegeman (1984) also show that the presence of a person feature is essential for (what we have been calling) Identification. If the relevant complementizer is only inflected for number, a possibility in West Flemish, null subjects are not allowed. CF.: \*... da[-pl] pro komt 'that he/she comes.'; \*... dan [+pl] pro kommen 'that they come.' A reasonable assumption, then, is that the person feature is essential for this mode of identification. See also Bayer (1984) for discussion of inflected complementizers and null subject phenomena in Bavarian.*

Para Kenstowicz (cf. JAEGLLI & SAFIR:1989, p. 21), em certos dialetos do árabe a flexão de pessoa parece ser uma propriedade necessária para licenciar sujeitos nulos: o Bani-Hassan exibe uma forma participial que não tem flexão de peessoa (só tem distinção de tempo) e não permite o sujeito nulo, mas apresenta a forma do perfeito flexionada em tempo e pessoa e, nessa forma, o sujeito nulo é permitido; um paradigma semelhante é apresentado pelo verbo to be em todos os dialetos do árabe.

Finalmente, a noção de referência é um tanto confusa na literatura que trata da possibilidade de sujeito nulo - todos os autores concordam com necessidade de identificação dos traços- $\phi$  de **pro definido** para a determinação do seu conteúdo, mas sempre tratam esse conteúdo mencionando "referência". A própria literatura registra a intuição de que é preciso distinguir identificação dos traços- $\phi$  e identificação de Referência do sujeito **pro** e que a relação entre a possibilidade desse sujeito e um sistema flexional "rico" é uma questão que parece ainda não ter sido satisfatoriamente resolvida - o que é atestado por estas palavras

de HUANG(1984:567, NOTA 37):

*... Jelinek(1983) (...) cites evidence from Arabic and suggests that the crucial makes Agr rich enough is person marking. Jim Higginbotham has pointed out correctly to me that it is misleading to talk about a rich Agr being capable of identifying or recovering in full the content of an EC. Rather, the Agr can only determine the EC's content, but cannot specify its reference uniquely. Higginbotham suggests that the possibility of pro in a richly inflected language is probably best thought of as a blind feature of formal grammar, not semantically based. If any thing is identified by Agr, it is the formal features of the missing subject, not its reference.*

Considerando esses fatos, assumo, com RIZZI, que o sujeito nulo exige apenas licenciamento formal, enquanto o sujeito nulo referencial exige licenciamento formal e identificação, propondo uma reformulação<sup>12</sup> dessas duas condições. Essa proposta é apresentada nas subseções 3.3.3 e 3.3.4, a seguir.

### **3.3.3 Por uma Nova Concepção de Licenciamento Formal**

A noção de licenciamento formal do sujeito **pro** remete, obviamente, à noção de sujeito, o que, por sua vez, remete às noções de argumento e de predicação.

---

<sup>12</sup> A necessidade de se rever a teoria de pro é ressaltada por WEBELHUTH (1992:26-7, NOTA 12), que afirma:

*... a successful theory of pro-drop must be able to appeal to features such as FINITE or TENSE. In other words, a descriptively adequate theory of pro-drop must be capable of making finer distinctions than the standard theory has traditionally allowed. (...) Clearly a competence theory of pro-drop cannot be based on a correlation between pro-drop and inflectional morphology, since the correlation is empirically unreliable. Chung (1984) reaches this same conclusion with an interesting discussion of Chamorro pro-drop.*

### 3.3.3.1 Sobre a Posição do Sujeito

CHOMSKY(1981) demonstra a obrigatoriedade de inserção de um elemento pleonástico, que claramente é um NP, em estruturas como:

(45) a. There is a good reason for his refusal  
(CH:1981, p.26, (28i))

b. I believe it to have rained (CH:1981, p.26, (28v))

A inserção do NP  $\alpha$  resultaria do fato de que as construções do tipo ilustrado acima exigem sujeitos por alguma razão estrutural - o Princípio de Projeção Extendido (daqui para a frente, PPE) - em relação ao qual o autor afirma o seguinte: PPE não deriva da Teoria- $\theta$ , uma vez que  $\alpha$  (o elemento inserido) não possui papel- $\theta$ , nem deriva de considerações de subcategorização, ou seja, os verbos não subcategorizam sujeito.

Segundo CHOMSKY, uma oração contém, pelo menos, um predicado que, inicialmente, o autor assume ser VP, de modo que uma oração mínima vai ser como (46), abaixo:

(46) it rains (CH:1981, p.27, (30))

Em (46), rains é o predicado e não há argumento. Assumindo que uma oração em FL tem que conter um "mood-indicator" - INFL, que pode ser [+/- finito] - uma oração, em FL, contém pelo menos a estrutura (47), o que se verifica em (46):

(47) INFL VP (cf. CH:1981, p.27, (32))

A presença obrigatória de sujeito representa uma escolha particular para um parâmetro da GU, de modo que, nas línguas que fazem a escolha pela obrigatoriedade, a regra de base seria (48):

(48) S → (NP) INFL VP

Enfim, o PPE, postulado por CHOMSKY(1981) prevê a obrigatoriedade de um sujeito em toda oração, o que é comumente assumido nos estudos geratistas realizados à luz da TRL.

Assumindo esse princípio, BRANIGAN(1993) advoga a existência de uma posição entre CP e IP - à qual se refere como  $\Pi''$  - para onde vão os PPs nas sentenças como (49), abaixo, que teriam, então, a estrutura representada<sup>13</sup> por (50):

(49) Every Thursday at noon, into the salon wander three stevadores. (Exemplo (117), de BRANIGAN)

(50) Every Thursday at noon, [ $\Pi''$  into the salon ...[IP... wander [VP three stevadores t t]]] (Estrutura (122), de BRANIGAN)

Para BRANIGAN, nesse tipo de construção, o DP pós-verbal sobe para a posição de Esp/IP, onde tem checado o seu Caso e satisfaz o PPE; uma vez satisfeito o PPE, esse DP pode permanecer *in situ* (ou seja, dentro do VP) em FF; a posição  $\Pi$ , para onde vão os PPs, é uma posição não-A(rgumental) e isso constitui evidência de que tal posição não é a de Esp/TP - uma posição A(rgumental), na medida em que está no domínio de uma categoria funcional capaz de checar Caso.

Segundo o autor, no inglês, vão, também, para essa posição, os sujeitos das sentenças simples com tempo finito, como (51), que teriam, portanto, a estrutura representada por (52):

(51) John admires Mary. (BR: (123))

(52) [ $\Pi''$  John [IP t loves Mary ] ] (BR: (124))

---

<sup>13</sup> Embora, nessa representação, utilize a notação I(nfl), BRANIGAN segue CHOMSKY(1995), assumindo as projeções máximas AGRP e TP.

Mas essa proposta de BRANIGAN suscita as seguintes questões:

a) por que normalmente o movimento do sujeito em busca de checagem de traços ocorre normalmente na FF e, só nas construções do tipo (50), esse movimento é em FL, de modo que o sujeito fica dentro do VP?

b) como atribuir a possibilidade de construções com o sujeito dentro do VP (como (50)) ao fato de o PPE já ter sido satisfeito, se não é esse PPE que justifica o movimento do sujeito para IP?

c) o que motivaria o movimento normal do sujeito para essa posição mais alta em (52), depois de já ter checados os seus traços em I?

d) se o PPE pode ser satisfeito em FL (por um elemento que permanece dentro do VP em FF) como se explica a ocorrência de There em construções com DP pós-verbal, como (53) abaixo, que poderia, então, satisfazer o PPE? Além disso, por que There (cuja presença já não é motivada), ainda subiria para a posição II"?

(53) There are three men in the garden.

A essas objeções, acrescenta-se o fato de que, de acordo com CHOMSKY(1995, sec. 2), a presença de um elemento na posição de Espec/TP é motivada, antes de tudo, pela necessidade de checagem do traço-D forte de INFL (na verdade, de T, pois o referido autor descarta a necessidade de Agr e assume que marca Caso nominativo é uma das possíveis especificações de T - não, de Agr - enquanto elemento de uma Numeração), no qual se reduz o PPE. Para CHOMSHY, o traço Caso especificado em T também exige checagem, mas não necessariamente através de uma operação que envolve o elemento

envolvido na checagem do traço-D, ou seja, que ocupa a posição de Espec/TP - o Caso de T (isto é, o nominativo) pode ser checado através de uma operação que envolve um elemento pós-verbal em FF, que sobe para a posição de Espec/TP em FL; nesse tipo de construção, Espec/TP é ocupada por um elemento sem Caso (esse tipo de construção será examinado no capítulo 4 desta tese, onde vou atribuir uma motivação ao fato de o elemento pós-verbal envolvido na checagem do nominativo permanecer *in situ*, questão da qual CHOMSKY não trata). Do PPE resulta, então, a obrigatoriedade da posição de Espec/TP que, nos termos de CHOMSKY(1992, 1995), é uma posição-A(argumental) - na medida em que está no domínio de uma categoria funcional capaz de checar Caso - e, no inglês, é a posição para onde vão:

1º) na sintaxe explícita (antes do Spell Out):

(a) os sujeitos das sentenças finitas simples como (54):

(54) **Mary** loves Peter.

(b) o expletivo **It** - que não tem traços- $\phi$ , mas é marcado [+Caso] - que figura em: construções com verbos de alçamento (como (55)), construções com verbos de tempo (como (56)) e construções passivas (como (57)):

(55) **It** seems that Mary is intelligent.

(56) **It** rains.

(57) **It** was decided that on the return of the children.

(c) o expletivo **There** - que não tem traços- $\phi$  e é especificado [-Caso] - que figura em construções do tipo (53), repetida, então, como (58):



(58) **There** are three men in the garden.

2º) na FL: o elemento pós-verbal de construções do tipo de (58) acima, destacado em (59):

(59) There are **three men** in the garden.

Em síntese, para CHOMSKY(1995):

a) T é marcado [+traço-D forte, +Caso];

b) o traço Caso é [-interpretável] e, por isso, precisa ser checado, mas essa operação de checagem pode ocorrer, ou não, na sintaxe explícita (isto é, antes do Spell Out);

c) o traço-D forte exige checagem que implica o movimento de um elemento para o Espec/TP na sintaxe explícita - o que significa que, nas línguas não-pro-drop (como o inglês), esse elemento tem, necessariamente, um conteúdo fonético;

d) a posição de Espec/TP - uma posição A(rgumental) - pode, então, ser ocupada, em FF, por um elemento sem Caso, ou seja, nas línguas tidas como não-pro-drop (como o inglês), o traço-D de T (isto é, o PPE) exige apenas que a sua checagem envolva um elemento com conteúdo fonético - com ou sem Caso.

Essa análise oferece solução para o problema que constitui o argumento que BRANIGAN apresenta para dizer que, em (50), o PP não se encontra no Esp/TP e, sim, em II (uma posição não-A entre CP e IP); em outras palavras: de acordo com essa análise, um elemento sem Caso pode ocupar uma posição-A, isto é, de checagem de Caso (o que será justificado no Capítulo 4 desta tese); logo, o PP, em sentenças como (49), também pode ocupar uma posição-A; uma vez que a posição ocupada pelo PP pode ser A, não existe evidência de que essa posição não é Esp/TP; conseqüentemente, se

o PP pode estar na posição Esp/TP, não se justifica postular a ida desse PP para a posição II.

Enfim, essa análise permite supor que a sentença (49), repetida abaixo como (60), não tem, conforme proposto por BRANIGAN, a estrutura representada em (50) e, sim, a representada em (61):

(60) Every Thursday at noon, into the salon wander three stevadores. (Exemplo (117), de BRANIGAN)

(61) Every Thursday at noon, [TP into the salon [T [VP [V wander [DP three stevadores ] ] [t ]]]]

Se essa hipótese é correta, a motivação para a ida do PP para o Esp/TP em (61) seria a mesma motivação para a existência de **There** em (58) e de **It** em (55-57): a exigência de checagem do traço-D forte, que precisa se realizar na sintaxe explícita. Esse traço pode ser checado por um elemento que entra também na checagem do Caso em (54-57) mas, não, em (58) - já que, nessa última, o elemento que checa o Caso vai para Esp/TP apenas em FL. Esses fatos podem, então, ser expressos da seguinte forma:

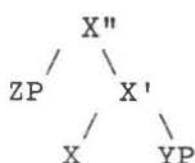
O traço-D forte de T sintetiza o PPE.

Se um elemento **sem** Caso pode checar o traço-D forte de T, então:

um elemento **sem** Caso pode satisfazer o PPE.

Conforme foi mostrado no capítulo 1 (seção 1.4) desta tese, para CHOMSKY(1993, 1995), uma estrutura do tipo (3), repetida, abaixo, como (62), inclui duas relações: a relação ESP/NÚCLEO (entre ZP e X) e a relação NÚCLEO/COMPL (entre X e YP), sendo essa última não só a mais "local" mas, também, a mais fundamental - tipicamente associada a relações- $\theta$ :

(62)



Essa distinção entre o Complemento (associado a  $\theta$ -marcação) e o Especificador (não-associado a  $\theta$ -marcação) permite supor que:

a) toda relação estabelecida entre verbo e objeto (isto é, toda Complementação) é uma relação sintática que reflete uma relação semântica entre dois elementos - o verbo e um elemento ao qual o verbo atribui um papel semântico;

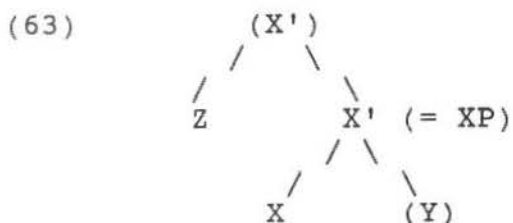
b) a relação que se estabelece entre o elemento que ocupa a posição de Espec/TP) e o núcleo T é uma relação sintática que pode, ou não, refletir uma relação semântica; ou seja, embora a natureza do elemento que ocupa a posição de Esp/TP seja indiretamente determinada por propriedades semânticas dos itens lexicais, esse elemento não pode ter, ou não, um papel- $\theta$ .

Conforme já foi dito, CHOMSKY(1995) assume que o Esp/TP é uma posição ocupada por um elemento que entra na checagem do traço-D forte de T, no qual se resume o PPE. Na medida em que tradicionalmente o PPE tem sido associado à obrigatoriedade de sujeito e o elemento que ocupa a posição de Esp/TP não precisa ter um papel- $\theta$ , pode-se concluir que sujeito não precisa ter papel- $\theta$ . Essa conclusão aponta, portanto, para a necessidade de se explicitar a distinção entre argumentos e sujeito. É essa explicitação que busco na subseção a seguir.

### 3.3.3.2 A Relação entre Papel- $\theta$ e Sujeito

Segundo Chomsky (1981:35), NP argumento é o NP com algum tipo de "função referencial" e inclui nomes, variáveis, anáforas e pronomes, etc. Os elementos inseridos para ocupar uma posição obrigatória da estrutura sintática não se incluem entre os argumentos. Argumento é, então, um NP que satisfaz um traço de subcategorização de um item lexical - está associado a um papel- $\theta$ . Assim sendo, argumento é diferente de sujeito, isto é: um argumento pode satisfazer o princípio P (segundo o qual toda oração tem que ter sujeito - uma posição obrigatória da estrutura sintática), enquanto um sujeito não precisa ser um argumento, conforme ilustrado em (55-58).

A relação semântica entre um item lexical X e os elementos por ele subcategorizados (em outras palavras, os elementos aos quais X atribui um papel- $\theta$ ) é refletida na estrutura sintática, onde constitui o núcleo de uma projeção máxima lexical. Essa projeção inclui a possibilidade de uma posição interna a X e de posições externas a X, conforme postulam FUKUI & SPEAS(1986), de modo que toda construção sintática inclui uma das relações codificadas em (63):



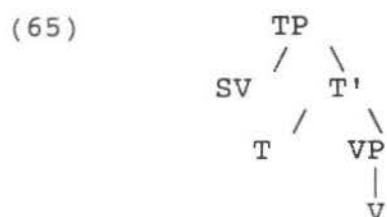
Em (63, (Y) codifica opcionalidade do argumento interno a X (isto é, de um complemento de X) e (X') codifica a

opcionalidade da presença de um argumento externo a X', que ocuparia um posição de adjunção a X'.

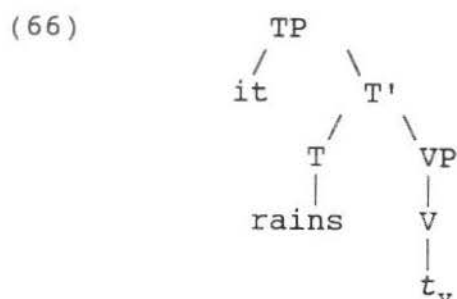
Conforme propõe CHOMSKY, toda oração precisa conter INFL. Assumindo que: (i) INFL é um tempo finito (T), já que sentenças sem T são licenciadas sse contidas em estruturas que contêm T (conforme ilustrado a seguir), (ii) T é um núcleo funcional especificado quanto ao traço tempo (que pode ser [+/- passado]) e (iii) esse traço T exige checagem ( que pode ser FF ou em FL, dependendo se tempo é um traço forte ou fraco) e considerado que esse traço T pode ser especificado, também, na e somente na, categoria lexical V, pode-se afirmar que toda oração precisa conter, pelo menos, uma categoria V especificada [+ T]:

- (64) a. O Fábio comeu a maçã.  
 b. \*O Fábio comer a maçã.  
 c. D. Efigênia viu o Fábio comer a maçã.  
 d. \*O Fábio alegre.  
 e. O Fábio está alegre.  
 f. \*Este vestido bonito.  
 g. Acho este vestido bonito.

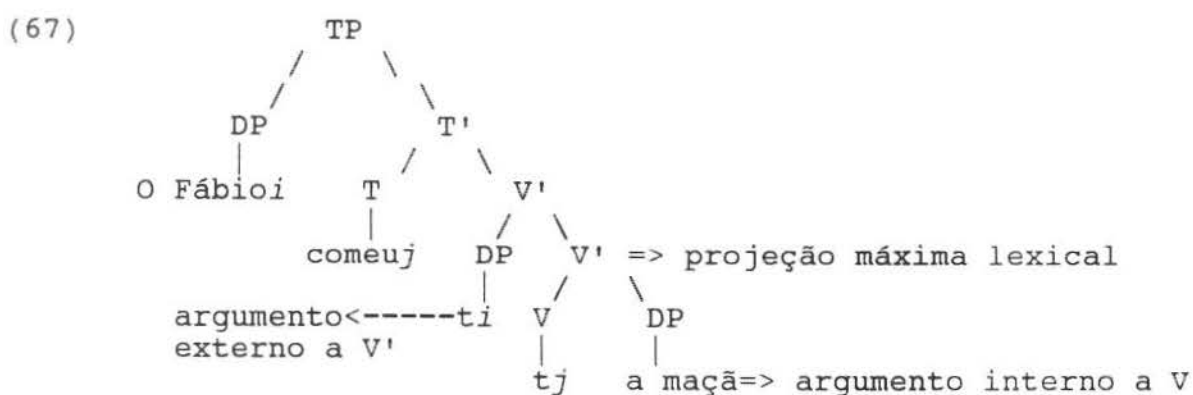
Considerando o sujeito como uma posição exigida pela estrutura sintática (o PPE) e o fato de que esse princípio, conforme (CHOMSKY:1995), se reduz ao traço-D forte de T (entendido aqui como Tempo finito marcado +/- (doravante, traço-t)) pode-se concluir que toda sentença deve conter, pelo menos, a estrutura (65):



Essa é a estrutura da sentença (56):



De modo qual, a projeção máxima lexical seleciona um argumento externo, que sobe para satisfazer o PPE, como em (67), que representa (64a):



Em síntese:

a) Toda oração precisa ter sujeito - o que resulta do PPE (traço-D forte de T), isto é, ESP/TP;

b) a posição Esp/TP é geralmente ocupada pelo elemento gerado na posição de adjunção a X' (o que codifica o fato de X' subcategorizar um argumento externo) ou seja, por um elemento que tem um papel- $\theta$  (uma função referencial), como em (67);

c) existem, no entanto, sentenças nas quais o elemento que ocupa a posição de Esp/TP é inserido na derivação para que o PPE seja satisfeito, em outras palavras, o sujeito pode ser um

elemento sem uma função referencial (não sendo, portanto, um argumento), que não é gerado numa posição de adjunção a X', como mostra (65).

Associando-se esses fatos à conclusão da seção anterior de que sujeito não é, necessariamente, uma posição ocupada por um elemento especificado quanto a Caso, é possível dizer que o sujeito pode se caracterizar como:

- a) [+ papel- $\theta$ , + caso]: John loves Mary.  
[+caso]
- b) [- papel- $\theta$ , + caso]: It rains.  
[+caso]
- c) [- papel- $\theta$ , - caso]: There are three men in the garden.  
[-caso]

### 3.3.3.3 Por uma Definição de SUJEITO

Na proposta minimalista, em que o acesso lexical se faz por intermédio de uma numeração, postula-se que a especificação dos itens incluídos na numeração quanto aos traços categoriais e quanto a traços fonológicos, semânticos e formais;

(b) segundo CHOMSKY(1993), a relação NÚCLEO/COMPL é não só a mais "local" mas, também, a mais fundamental - tipicamente associada a relações- $\theta$ ;

(c) a posição de Esp(ecificador) é uma posição de checagem, operação só permitida entre o Esp e um núcleo funcional.

Assim sendo, pode-se supor que a construção de uma sentença se inicia pela codificação de uma relação de COMPLEMENTAÇÃO, mas não é essa, no entanto, a relação indispensável à construção de



uma sentença, que exige, no mínimo, o envolvimento de uma numeração constituída de apenas **duas** categorias lexicais e **uma** categoria funcional, **T - N** (  $\alpha^1$ ,  $\beta^1$ , **T1** ), sendo cada um desses itens marcado para ocorrer uma só vez durante a derivação. O fato de **T** ser uma entrada lexical que contém a especificação quanto ao traço **t** (+/- passado) sugere que um dos elementos lexicais dessa "numeração mínima" -  $\alpha^1$  ou  $\beta^1$  - é uma entrada lexical para uma operação de "Mesclagem", através da qual se constrói uma projeção máxima lexical, **XP** (**X'**, segundo FUKY & SPEAS:1986) e é necessariamente uma categoria [**+V**, **-N**] - ou seja, a única Categoria Lexical que carrega o traço-**t** - enquanto o outro elemento lexical da numeração vai entrar na construção de modo a satisfazer a exigência de checagem do traço-D forte.

Enfim, a única relação indispensável à construção de uma sentença é a que se estabelece entre os elementos que satisfazem as exigências resultantes destes dois traços de **T**: o traço-D, do qual resulta a exigência de um sujeito e o traço-t, do qual resulta a exigência de um Verbo. Uma vez que essa relação não depende de marcação- $\theta$ , parece plausível dizer que esse sujeito é um **SUJEITO** de uma **PREDICAÇÃO SINTÁTICA**, na qual o **PREDICADO** é o Verbo (e o seu complemento, caso exista) .

Essa hipótese é empiricamente motivada, pois:

1) em certas línguas, mesmo as sentenças contendo verbos que não selecionam argumentos apresentam, pelo menos, dois elementos lexicais - um verbo e um elemento nominal, que precede esse verbo, como se verifica nos exemplos de (69):

- (69) a. **It rains.** (Inglês)  
 b. **Il pleut.** (Francês)

2) o fato de esses elementos nominais de (69) não serem exigidos ( $\Theta$ -marcados) pelos verbos aos quais se juntam, mas serem indispensáveis nas sentenças constituem evidência de que tais sentenças apresentam uma estrutura que inclui um PREDICADO, que exige a presença de um SUJEITO, mesmo que seja representado por uma categoria vazia, o que é ilustrado em (70)):

(70) **pro** Chove. (Português)

Em ambos os casos, (68) e (69), cada sentença envolve uma "numeração mínima" -  $N ( \alpha^1, \beta^1, T1 )$ , sendo cada um desses itens marcado para ocorrer uma só vez na derivação -, na qual se inclui uma entrada lexical que contém a especificação quanto ao traço-D; no caso das sentenças de (68), essa entrada lexical possui um conteúdo fonético, enquanto, no caso da sentença de (69), não.

Diante de todos esses fatos, SUJEITO pode ser, então, provisoriamente definido como:

(71) SUJEITO é o elemento que ocupa a posição sintática Esp/TP, derivada do traço-D forte de T.

De acordo com tal definição, o SUJEITO pode ser um elemento:

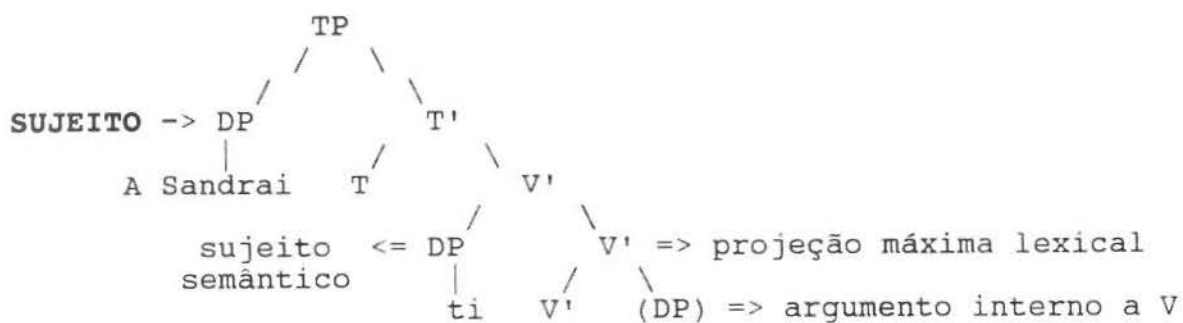
- (a) **com** ou **sem** Caso
- (b) **com** ou **sem** traços- $\phi$
- (c) **com** ou **sem** papel- $\Theta$
- (d) **com** ou **sem** conteúdo fonético

É verdade que, na maioria dos casos, o SUJEITO apresenta as propriedades Caso, traços- $\phi$  e papel- $\Theta$ ; ou seja, as ausências incluídas nas possibilidades (a-c) acima - diferentemente da ausência incluída em (d) - manifestam-se em casos marcados. A possibilidade de o SUJEITO, normalmente, apresentar essas três características explica-se, então pelos seguintes fatos:

a) um DP, argumento externo de um XP projeção máxima de uma categoria lexical (e, portanto, um DP gerado na posição de adjunção a XP) é  $\Theta$ -marcado por esse XP, estabelecendo-se uma relação de PREDICAÇÃO SEMÂNTICA, na qual XP (que pode ser a projeção máxima de qualquer categoria lexical: **V, A, P, N**) é um predicado Semântico e o DP é, então, um sujeito Semântico:

b) normalmente, esse sujeito semântico - por exigência do traço-D de T e como a primeira alternativa para se satisfazer essa exigência - vai para a posição de Esp/TP, como ilustrado em (72-75)<sup>14</sup> abaixo, respectivamente):

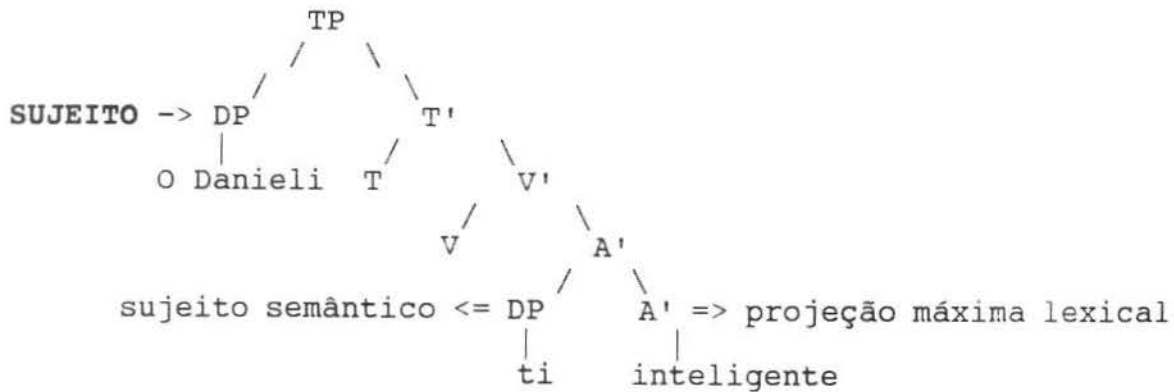
(72) a. A Sandra comprou um carro.



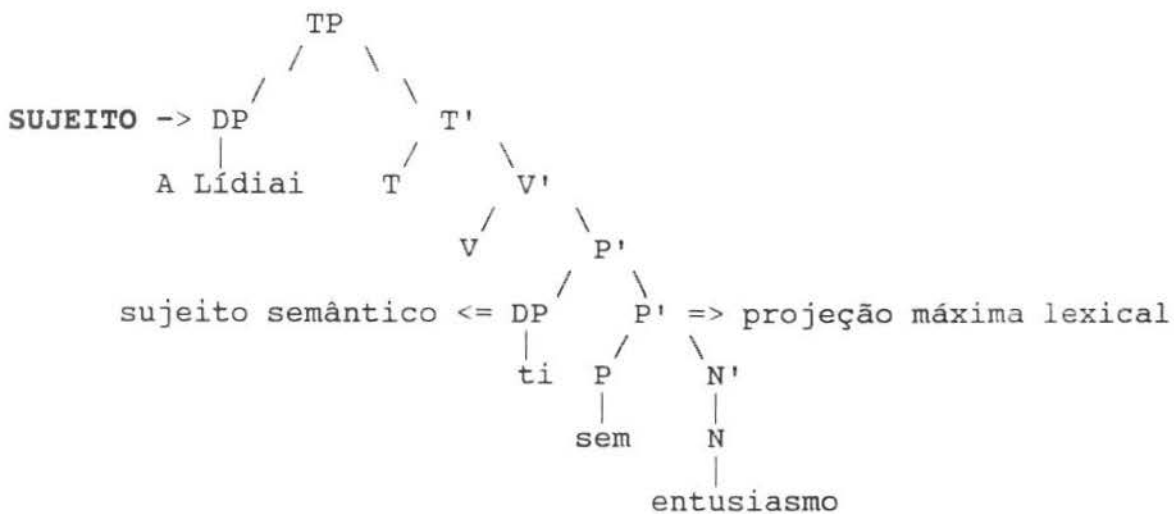
<sup>14</sup> Em todas essas construções, o SUJEITO pode ser uma categoria vazia (**cv**), como mostram as sentenças abaixo:

- (a) A Sandra disse que [ **cv**i comprou um carro].
- (b) O Daniel sabe que [ **cv**i é inteligente].
- (c) A Lídia aceitou o convite [embora **cv**i pareça sem entusiasmo].
- (i) O Luís Antônio não percebe bem isso [porque **cv**i é criança].

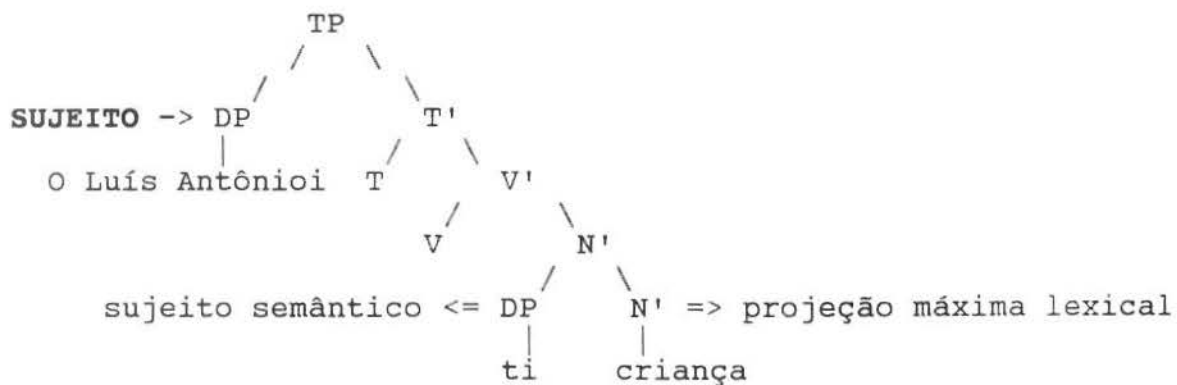
(73) a. O Daniel é inteligente.



(74) a. A Lídia parece sem entusiasmo.



(75) a. O Luís Antônio ainda é criança.



Em síntese: nem todo SUJEITO é gerado na posição de argumento externo a XP (uma projeção máxima lexical), mas todo elemento

gerado na posição de argumento externo a XP é  $\Theta$ -marcado por esse XP vai, normalmente, ser o SUJEITO<sup>15</sup>; apenas em construção sem argumento externo a XP é que será permitida a inserção de um expletivo-SUJEITO.

#### 3.3.3.4. Uma Redefinição de SUJEITO e o Licenciamento do SUJEITO pro

A idéia defendida por CHOMSKY(1995) de que o PPE se reduz no traço-D forte de T, que tem de ser checado antes do Spell-Out (ou seja, cria a posição de Esp/TP na sintaxe explícita) é compatível com a obrigatoriedade de um elemento com conteúdo fonético (como em (76a)) na posição pré-verbal de uma oração com tempo finito, em algumas línguas, mas não parece compatível com a possibilidade de o verbo não ser precedido de um elemento com conteúdo fonético, em outras línguas, como em (77b):

- (76) a. I love John.  
b. \* Love John.

- (77) a. Eu amo o João.  
b. \_\_\_ Amo o João.

O fato de não haver um elemento lexical na posição pré-verbal em (77b) não pode ser interpretado como ausência da posição de ESP/TP nessa estrutura, uma vez que a existência dessa posição é evidenciada pela possibilidade da presença do elemento lexical em (77a).

---

<sup>15</sup> A possibilidade de predicções com o sujeito semântico em posição pós-verbal constitui um dos tópicos abordados no Capítulo 4 desta tese.

Com base nesses fatos, pode-se postular que a posição de Esp/TP não é derivada do traço-D forte de **T**. De acordo com CHOMSKY(1995), esse traço é o responsável pela posição Esp/TP, para onde vai, obrigatoriamente, um elemento capaz de permitir a checagem desse traço, na sintaxe explícita.

Se isso é correto, algumas questões se colocam tendo-se em vista as línguas tradicionalmente tratadas como de SUJEITO nulo.

Em primeiro lugar, que elemento estaria envolvido na checagem do traço-D forte de **T**, nessas línguas? Dizer que a possibilidade de sujeito nulo em determinadas línguas significa que essas línguas se caracterizam por apresentar um traço-D "fraco" - que, portanto, não obriga um movimento explícito - suscitaria uma outra pergunta: como se explica o movimento explícito de um elemento com conteúdo fonético para uma posição acima de **T**, em tais línguas.

Em segundo lugar, pelo visto na subseção anterior, a distinção entre uma língua que licencia e uma língua que não licencia uma categoria vazia SUJEITO não envolve uma condição de licenciamento formal nos termos de RIZZI(1986): o SUJEITO pode não ter Caso; além disso, e a existência de There, no inglês, leva a supor a existência de uma categoria vazia SUJEITO, sem Caso, nas línguas que permitem uma categoria vazia SUJEITO. Assim sendo, pode-se perguntar: se o fato de uma categoria vazia ter de receber um Caso não constitui a condição de licenciamento formal desse tipo de categoria na posição de SUJEITO, como se explica a distinção entre línguas que licenciam e línguas que não licenciam formalmente uma categoria vazia SUJEITO?

Parece plausível supor que:

1 - se, por um lado, há línguas nas quais a checagem do traço-D de **T** ocorre, obrigatoriamente, antes do Spell Out, por outro lado, há línguas nas quais a referida checagem não obriga um movimento explícito (ou seja, pode ocorrer tanto antes, quanto depois, do Spell Out);

2 - a distinção expressa através dessa hipótese deve-se aos seguintes fatos:

a) o traço-D forte de **T** é, como propõe CHOMSKY, uma propriedade paramétrica, mas

b) um traço forte não é aquele que exige checagem (e, por isso, obriga um movimento) na sintaxe explícita e, sim, aquele que permite a sua checagem através de um movimento implícito, ou seja, em FL.

Assim, o traço-D forte de **T** é um parâmetro, que pode ser formulado como em (78):

(78) Parâmetro do traço-D:

O traço-D de **T** é forte

Se esse parâmetro é marcado positivamente em relação a uma língua X, o traço-D de **T** pode ser checado tanto em FF, quanto em FL, em X; se esse parâmetro é marcado negativamente em relação a uma língua Y, o traço-D de **T** tem de ser checado em FF, em X. No primeiro caso, estariam, portanto, as línguas **pro-drop** e, no segundo, as **não-pro-drop**. Conseqüentemente, SUJEITO pode ser definido como em (79), e a condição de Licenciamento Formal das categorias vazias SUJEITO pode ser formulada como (80):

(79) SUJEITO é o elemento que ocupa a posição sintática Esp/TP, derivada do traço-D de **T**.



- (80) Uma categoria vazia é formalmente licenciada como SUJEITO numa língua, **sse** essa língua apresenta traço-D de T forte.

### 3.3.4 Por uma Nova Noção de Identificação

#### 3.3.4.1 Sobre a Questão da Identificação na Literatura

As diversas formulações do parâmetro **pro-drop** (ou do sujeito nulo) apresentam um ponto comum, na medida em que, explícita ou implicitamente, assumem uma das duas condições que, segundo RIZZI(1986), devem ser satisfeitas para que uma categoria vazia seja licenciada numa língua - a condição de identificação. Independentemente da formulação que apresenta e das implicações teóricas que inclui, essa condição de identificação, postulada na literatura, prediz essencialmente o seguinte: se o sujeito nulo "temático" é permitido numa determinada língua, é porque, nessa língua, é possível a identificação do "valor referencial" dessa categoria vazia, sendo esse "valor referencial" entendido como a soma dos traços- $\phi$  de pessoa e número. Com base nessa noção de "valor referencial", postula-se que a possibilidade de sujeito **pro** definido numa determinada língua implica que essa língua apresente uma destas duas propriedades:

a) a possibilidade de identificação do sujeito **pro** por um DP ao qual esse sujeito está coindexado - única opção exibida pelas línguas orientais (cf. HUANG:1984) e também no PB, acordo com DUARTE(1993) e FIGUEIREDO SILVA(1994);

b) a possibilidade de identificação do sujeito **pro** por um elemento AGR caracterizado como "**rico**" - o que se verifica em

línguas cujos paradigmas flexionais contêm seis formas distintas (como é o caso, por exemplo, do italiano e do espanhol) - ou como "funcionalmente rico", nos termos de ROBERTS(1990) - o que se verifica em línguas cujos paradigmas flexionais contêm, pelo menos, cinco formas distintas (como é o caso do francês antigo, por exemplo).

No entanto, se o "valor referencial" for entendido como a possibilidade de interpretação (chamada aqui de "conteúdo referencial"), parece claro que, em nenhum sistema flexional, há um elemento AGR capaz de identificar todo e qualquer sujeito **pro** encontrado nas línguas consideradas pro-drop; a questão da identificação do "conteúdo referencial" de **pro** remete à questão da identificação do "conteúdo referencial" do pronome pleno. Em outras palavras: independentemente do grau de riqueza morfológica que pode apresentar, AGR não é um elemento capaz de, por si só, identificar o "conteúdo referencial" de toda e qualquer categoria pro licenciada numa posição de sujeito. Os argumentos nos quais se baseia tal afirmação são explicitados nas subseções seguintes.

#### 3.3.4.2. Sobre a Noção de Referência

Segundo RAPOSO(1992:239), uma categoria lingüística tem potencial de referência (daqui para a frente, PR), quando pode designar entidades (pessoas, coisas, idéias, etc.) ou situações (eventos, ações, estados, etc.) do universo discursivo. As entidades do universo discursivo são canonicamente designadas por DPs; as situações, são canonicamente designadas por orações -

isso significa que os **DPs** e as **orações** são as categorias lingüísticas que têm PR.

Entretanto, o fato de as entidades do universo discursivo serem canonicamente designadas por DPs não quer dizer que todo DP seja uma categoria que designa canonicamente uma entidade do universo discursivo, logo, nem todo DP possui um PR. Aliás, como tem sido visto, um DP não precisa nem ser dotado de um Conteúdo Referencial (pode ser um expletivo). Na verdade, as expressões lingüísticas podem ter, ou não, um conteúdo referencial, que pode ser [ $\alpha$  inerente], de modo que um DP pode apresentar uma destas características:

- (81) a. [+Conteúdo Referencial [+inerente]]  
 b. [+Conteúdo Referencial [-inerente]]  
 c. [-Conteúdo Referencial]

Além disso, o DP é uma categoria que pode, ou não, apresentar uma matriz fonética; ou, noutros termos, pode ser uma categoria lingüística **lexical** ou **vazia**.

Assim sendo, a combinação das caracterizações derivadas da propriedade conteúdo referencial (daqui para a frente, **CR**) e das caracterizações derivadas da propriedade matriz fonética (**MF**) permite estabelecer a seguinte tipologia de DPs:

- (82) a. [[+CR [+inerente]], +MF] => exp-R  
 b. [[+CR [+inerente]], -MF] => VAR(iável)  
 c. [[+CR [-inerente]], +MF] => PRO(nome)  
 d. [[+CR [-inerente]], -MF] => pro- $\theta$   
 e. [-PC], +MF] =====> Expl(etivo)  
 f. [-PC], -MF] =====> pro-Expl<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A questão da motivação para se postular a existência dessa categoria será abordada no Capítulo 4 desta tese.

### 3.3.4.3 O "Conteúdo Referencial" das Categorias Pronominais

Assumindo a existência da classe dos pronomes, a gramática tradicional inclui entre os rotulados como pronomes pessoais elementos há muito tempo apontados como diferentes quanto à função que exercem, que, por sua vez, é derivada de diferença apresentada por esses elementos quanto à sua natureza. Essa falta de unidade de natureza e função entre os pronomes pessoais é examinada por NEGRI(1992), que remete aos estudos de LAHUD(1979), SOARES BARBOSA(1871) e BENVENISTE(1966).

A autora chama a atenção para o fato de que, ao discutir a concepção clássica de pronome como substituto do nome, LAHUD "lança mão das pessoas verbais que Arnauld e Lancelot utilizamem sua Grammaire générale et raisonnée (1660)" e observa a ressalva feita por esses autores de que o traço pessoalidade de tais pronomes "é adequado apenas às duas primeiras mas não à terceira, uma vez que esta 'se aplica a todo tipo de coisas e não exclusivamente a pessoas'. A opinião de LAHUD é a de que o caráter de substituto não permite distinguir os pronomes. Essa opinião é defendida por NEGRI, para quem os elementos incluídos na tradicional classe dos pronomes comportam-se como determinantes, ou seja como elementos de outras classes (artigos, numerais), que entram numa relação, nas palavras de NEGRI(1992:95), concebida por Soares Barbosa como

uma relação que se estabelece entre o elemento determinante e o alvo da determinação, que pode ser um nome (como comumente se entende essa relação), ou um objeto do mundo. Esse segundo seria o caso dos pessoais primitivos, que segundo o autor em questão têm uma só relação a um só objeto e, por isso, 'se põem no lugar dos nomes próprios que modificam'...

O "conteúdo referencial" é a base da distinção entre nome e pronome estabelecida por CALABRESE(1986:2), que define referente como *"the object to which we refer in a speech act"* e afirma:

*in order to be a possible referent, a certain object must occupy a certain point of the space of our Universe of Discourse which is identified by a certain number of properties" e "the language assigns to each one of these points (referents) a name".*

Segundo CALABRESE, um nome pode, então, ser definido como *"a referential expression which inherently owns a referent"*, ao passo que um pronome é *"a referential expression which lacks an inherent referent, and therefore must be assigned a referent"*. Ao estudar o uso do pronome no italiano, CALABRESE(1986:3) ressalta que o seu interesse é analisar o comportamento do pronome nos casos em que *the pronouns refer to referents belonging to the linguistic context, namely to referents of other referential expressions.*

Conforme deixam evidente essas palavras de CALABRESE, não há uma relação direta entre QUALQUER pronome e um referente, assim como não há a obrigatoriedade de um pronome se referir a um referente de uma expressão referencial. A categoria tradicionalmente chamada de pronome pessoal pode, então, ser definida como: uma categoria que tem um "conteúdo referencial" necessariamente identificado por um elemento que pode ser, ou não, uma expressão lingüística. A natureza do elemento que identifica o "conteúdo referencial" de um pronome permite distinguir:

1 - pronome que tem um "conteúdo referencial" identificado por uma expressão referencial: entre o pronome e a expressão

referencial, há uma relação de correferência - que satisfaz a condição (B) da Teoria da Ligação proposta por CHOMSKY(1992) - e o pronome tem, então, o DP como o seu antecedente (os dois elementos são coindexados); esse é o caso de qualquer pronome pleno de 3ª pessoa com "referência definida", cujo antecedente é um DP que, nos termos de CALABRESE(1996), pode ser um TEMA - como em (83a) - ou um NÃO-TEMA, como em (83b):

- (83) a. [o menino<sub>i</sub> agora quer judô] [...] [ELE<sub>i</sub> é menor...]  
(D2/SP)
- b. [...a minha de onze anos<sub>i</sub>, ELA<sub>i</sub> supervisiona o trabalho dos cinco...](D2/SP)

2 - pronome que tem um "conteúdo referencial" que não é identificado por uma expressão referencial: esse tipo de pronome não tem (e não precisa ter) um antecedente porque:

1ª) tem um "conteúdo referencial" que é identificado pelo próprio processo de enunciação, como é o caso dos pronomes de 1ª e de 2ª pessoas, conforme mostram, respectivamente, (84) e (85)<sup>17</sup>:

- (84) a. EU terminei o trabalho. (1P/SING)  
b. NÓS terminamos o trabalho.(1P/PL)
- (85) a. "Se TU soubesses como é triste..." (2P-DIRETA/SING)  
b. "Eles mandam, e **vós** servis; eles dormem, e **vós** velais; eles descansam, e **vós** trabalhais..." (2P-DIRETA/PL)  
c. VOCÊ sabe que isso não é verdade. (2P-INDIRETA/SING)  
d. VOCÊS sabem que isso não é verdade. (2P-INDIRETA/PL)

---

<sup>17</sup> A 2ª pessoa DIRETA não se faz presente no dialeto do PB falado em São Paulo (embora a forma de 2ª pessoa-DIRETA/SING seja usada em outras regiões brasileiras); os exemplos (11a/14a) e (11b/14b) foram extraídos, respectivamente, das seguintes obras: **Apelo** (de Baden Powell e Vinícius de Moraes) e **Sermão XIV do Rosário** (de PADRE VIEIRA).

2º) tem o seu conteúdo referencial identificado pragmaticamente ou, melhor dizendo, está livremente indexado a um referente que não está representado por uma expressão lingüística, não tem um antecedente; esse é o caso do pronome de 3ª pessoa com referência arbitrária, encontrado no PB, como exemplifica (86):

(86) a. Depois que chegou o REAL, VOCÊ não sabe mais preço de nada neste país!...

(Nesse caso, VOCÊ é interpretado como qualquer pessoa do conjunto X de pessoas, que convive com o Real e inclui, no mínimo, o falante: NENHUM DE NÓS SABE).

A identificação do conteúdo referencial de uma categoria pronominal vazia que ocupa a posição de sujeito nas línguas **pro-drop** (por enquanto, CPV), nos casos de CVP de 3ª pessoa com conteúdo referencial definido, envolve os mesmos mecanismos que possibilitam a identificação do conteúdo referencial das categorias pronominais plenas: uma CVP exige a presença de um antecedente, ou seja, a presença de uma expressão referencial (um DP) à qual possa estar coindexada, como mostra (87):

(87) a. [... [o público<sub>i</sub> vai lá ] [[mas CPV<sub>i</sub> percebe [que não é uma coisa perfeita [que vai aparecer]]] (DID-SP)

b. [...[a minha de onze anos<sub>i</sub>, [ELA<sub>i</sub> supervisiona o trabalho dos cinco...]] [e assim ah CPV<sub>i</sub> toma conta precocemente ne? das atividades dos irmãos...]] (D2-SP)

A identificação das CVPs de 1ª e de 2ª pessoas pode - à semelhança do que se verifica em relação aos pronomes plenos a que essas CVPs correspondem - dispensa antecedentes. Tal possibilidade, no entanto, não é exibida por todas as línguas de sujeito nulo, mas, apenas por aquelas dotadas de uma FLEXÃO RICA, como definida na subseção a seguir.



#### 3.3.4.4 Por uma Nova Caracterização de FLEXÃO RICA

Os fatos examinados nas seções anteriores apontam, então, para a seguinte questão, em relação ao PB:

(88) Se, por um lado,

- a. o licenciamento de **pro** depende da identificação do seu conteúdo referencial,
- b. a identificação do conteúdo referencial de **pro** pode estar associada à presença de uma FLEXÃO RICA,
- c. conforme atesta a literatura, o traço PESSOA é crucial para a determinação dessa "riqueza" da FLEXÃO, e,

se, por outro lado,

- a. o PB exibe o sujeito nulo referencial, **pro** - conforme atestam os dados mencionados no Capítulo 2 e em 3.3.3,
- b. como mostrado Quadro 1, o PB não é o único a apresentar o sujeito nulo, apesar de um paradigma reduzido (com menos de cinco formas);

**então:**

Como o traço PESSOA pode estar presente num paradigma assim reduzido? Mais exatamente: Em que consiste a representação do traço PESSOA, que caracteriza a FLEXÃO RICA, capaz de identificar **pro**?

Para responder essa questão, faz-se, portanto, necessário, um esclarecimento sobre a noção de Pessoa, o que será apresentado na subseção a seguir.

##### 3.3.4.4.1 A Noção de Pessoa e o Paradigma do PB

BENVENISTE(1988:277-83) examina os membros da correlação de pessoa. Para esse autor, a "terceira pessoa" apenas parece membro

de um paradigma de três formas - eu, tu, ele - pois é, na verdade, uma não-pessoa. A noção de "pessoa" é própria somente de eu/tu, e falta em ele, segundo o autor, para quem:

*Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e 'objetiva', apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de eu não constituem uma classe de referência, uma vez que não há 'objeto' definível como eu ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada eu tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.*

Essa diferença entre o emprego de um nome e o emprego de eu decorre, de acordo com o autor, do fato de a realidade à qual tem um "conteúdo referencial" eu ou tu ser *Unicamente uma realidade de discurso, que é coisa muito singular*, de modo que:

*Eu só pode definir-se em termos de 'locução', não em termos de objetos, como um signo nominal.(...) Eu é o 'indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística eu'. Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de 'alocução', obtém-se uma definição simétrica para tu, como o 'indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística tu'.*

BENVENISTE afirma, também, que:

*Um enunciado pessoal finito (...) emprega a função denominativa da linguagem para as referências de objeto que esta estabelece como signos lexicais distintivos, e organiza essas referências de objeto com a ajuda de indicadores auto-referenciais correspondentes a cada uma das classes formais que o idioma reconhece.*

E, para o autor, a linguagem em exercício se produz por necessidade em instâncias discretas, mas essa necessidade não leva a linguagem a consistir só de instâncias 'pessoais', pois:

*Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem*

*não a eles mesmos mas a uma situação 'objetiva'. É o domínio daquilo a que chamamos a 'terceira pessoa'. (...) Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de 'terceira pessoa' são inteiramente diferentes de eu e tu, pela sua função e pela sua natureza.*

Argumentando em favor da distinção entre as duas primeiras pessoas do verbo e a terceira, que se opõem *como os membros de uma correlação, que é a correlação de personalidade*, BENVENISTE(1988:247-59) ressalta que "a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo" e que "a situação muito particular da terceira pessoa no verbo da maioria das línguas" pode ser facilmente comprovada - de modo geral, a forma verbal de terceira pessoa é uma forma não-marcada (ou seja, apresenta desinência zero), embora existam casos nos quais 'a diferença pode manifestar-se por uma forma de terceira sing. que é a única marcada", como no inglês: **he loves / (I, you, we, they) love.**

A noção de PESSOA encontrada em BENVENISTE remete à afirmação de que o elemento AGR do PB é incapaz de identificar o sujeito **pro** (cf. DUARTE:1993, 1995; FIGUEIREDO SILVA:1994), porque essa língua exibe um paradigma de apenas quatro formas distintas, ou seja, o paradigma proposto por GALVES(1991, 1993).

Acontece que, com a ausência da segunda pessoa direta (o que, na opinião de GALVES, levou a categoria de pessoa a deixar de apresentar o traço semântico relacionado às três pessoas do discurso), o paradigma flexional que é um dos encontrados nos corpora analisados por DUARTE (incluído como PARADIGMA 2, na TABELA 3, do c.2) e é também o encontrado nos dados do português culto falado no Brasil analisados por NICOLAU(1994) passou a incluir estas formas:

- (89) a. **-o** = [ + pessoa, - plural ]  
 b. **-mos** = [ + pessoa, + plural ]  
 c. **-Ø** = [ - pessoa, - plural ]  
 d. **-m** = [ - pessoa, + plural ]

Realmente, numa predicação onde figura uma forma verbal com terminação do tipo (89c), o sujeito pro pode ser 3ª pessoa/singular (ele canta-Ø) ou 2ª pessoa indireta/singular (**você** canta-Ø); numa predicação onde figura uma forma verbal com terminação do tipo (89d) o sujeito pro pode ser 3ª pessoa/plural (eles canta-m) ou 2ª pessoa indireta/plural (**vocês** cantam). Entretanto, diferentemente, do que se verifica nesses casos, numa predicação onde figura uma forma verbal com terminação do tipo (89a) ou (89b), o sujeito pro admite apenas uma interpretação:

- (90) **-o** > **pro** = 1ª pessoa/singular (**EU** cant-o)  
**-mos** > **pro** = 1ª pessoa/plural (**Nós** canta-mos)

Assim sendo, é plausível afirmar que, no PB, o sujeito pro de primeira pessoa deixa de ser licenciado porque AGR é incapaz de identificá-lo? Essa questão remete, portanto, à da relação entre FLEXÃO RICA e identificação do sujeito nulo.

### 3.3.4.5 A Redefinição de "Riqueza" de Paradigma Flexional

Assumo com, BENVENISTE, que pessoa é um elemento que participa do processo de enunciação, de modo que apenas a 1ª e a 2ª pessoas gramaticais são pessoas, enquanto a tradicionalmente tratada como 3ª pessoa é, na verdade, não-pessoa. Além disso, proponho que todos os traços-φ, especificados nos itens que constituem a Numeração (matéria-prima de toda construção lingüís-



(91) a. O João comprou o livro.

[ X = agente comprou [o livro]]

[-**pe**ssoa]

=> representado pelo DP O João

b. O João quer [e] comprar o livro.

[ X = agente comprar [o livro]]

[-**pe**ssoa]

=> adquire o valor referencial de O João

c. O João disse que [e] comprou o livro.

[X = agente comprou [o livro]]

[-**pe**ssoa]

=> adquire o valor referencial de O João

d. O João disse que ele comprou o livro.

[X = agente comprou [o livro]]

[-**pe**ssoa]

=> pode adquirir o valor referencial de O João (ou, só será interpretado se adquirir o valor referencial de um outro DP presente no discurso)

2 - uma representação morfofonológica distinta para o subtraço [+**pe**ssoa], no entanto, remete a um referente definido, identificado, no processo de enunciação, como atesta o exemplo abaixo:

(92) [e] Comprei o livro.

[ X = agente comprei [o livro]]

[+pessoa]

=> A PESSOA QUE FALA DE SI MESMA, OU SEJA, O FALANTE (EU)

Com base nesses fatos, pode-se postular que:

(i) AGR que apresenta a marca morfofonológica distinta para o subtraço [+pessoa]<sup>18</sup> apresenta os traços [-anafórico, -pronominal], ou seja, tem as mesmas características de uma expressão referencial (exp-R); tal característica torna AGR um elemento capaz de identificar o conteúdo de **pro**, como se verifica em (88) - nesse caso, Agr e **pro** estão coindexados, e essa coindexação consiste numa relação especial de Ligação - a relação de Concordância.

(ii) AGR que não é especificada [+pessoa], ou seja, um elemento AGR não-marcado - assim como AGR morfofonologicamente marcado [-pessoa] - é incapaz de identificar o conteúdo referencial de **pro**, como se verifica em (87); nesse caso, o conteúdo de **pro** é, então, identificado por uma exp-R, através de relações de Ligação. Essa Ligação será retomada na subseção 3.3.5, a seguir.

Considerando-se a representação fonológica do traço morfoló-

---

<sup>18</sup> Shlonsky(1988) argumenta que a noção de explicitação fonológica é insuficiente para caracterizar o pro-drop hebreu e propõe que a marcação de 3ª pessoa no hebreu marca o traço impessoal e não designa uma pessoa - isso prediz que apenas sujeitos impessoais podem ser nulos com AGR de 3ª pessoa. O autor distribui, então, os expletivos em dois grupos; de um lado, os que ocorrem em orações com inversão do sujeito e que seriam tratados como pro referencial, de outro lado, os expletivos que seriam substituídos por um argumento impessoal (tipicamente uma S' ou NP argumento não-referencial) e que incluíram os casos de extração, extraposição, oração com predicado se ou temporal, oração com pro arbitrário e as construções com passivas impessoais.



gico [ $\alpha$  Pessoa], parece plausível admitir que:

1 - as línguas se distribuem em dois grandes grupos: um primeiro grupo, que inclui as línguas cujos paradigmas verbais são constituídos apenas de formas destituídas do traço morfológico [ $\alpha$  pessoa] - o que se verifica no chinês, no japonês, no coreano, etc.); um segundo grupo, no qual se incluem as línguas cujos paradigmas verbais contêm formas que exibem marcas fonológicas do traço morfológico [ $\alpha$  pessoa] - o que se verifica, por exemplo, no italiano, no espanhol, no português, no inglês, no francês, etc;

2 - as línguas do segundo grupo - que apresentam marcas fonológicas do traço morfológico [ $\alpha$  pessoa] - compreendem três subgrupos:

a) um subgrupo que inclui línguas cujos paradigmas verbais exibem marcas morfofonológicas distintas<sup>19</sup> para os subtraços [+pessoa] e [-pessoa] ( e, nos termos de BENVENISTE(1988), ainda exibem a outra especificação - [ $\alpha$ SUBJETIVIDADE] - para as formas [+pessoa], de modo que contêm seis formas distintas - um paradigma desse tipo, exibido atualmente por línguas como o italiano, o espanhol e o PE atual, caracterizava o francês antigo e, também o PB até o início deste século (cf. GALVES:1993; DUARTE:1993; CERQUEIRA:1993; etc.), como ilustrado em (93):

---

<sup>19</sup> Representação fonológica distinta não significa, necessariamente, a presença de um afixo com realização fonética porque pode ser que a marca do traço [+PESSOA] ou do traço [-PESSOA] seja a desinência zero; em outras palavras, pode ser que, num paradigma que apresenta afixos, haja formas nas quais a posição do afixo é ocupada por elemento com realização fonética e outras formas, nas quais a posição do afixo é ocupada por uma categoria vazia.

## (93) PARADIGMA DO PB ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX

1ª	sing.	cant-o
2ª	sing.	canta-s
3ª	sing.	canta-Ø
1ª	plur.	canta-mos
2ª	plur.	canta-is
3ª	plur.	canta-m

b) um subgrupo que inclui línguas cujos paradigmas verbais, apesar de conterem sincretismos e/ou desinência(s) -Ø (zero) - e, por isso, apresentarem menos de cinco formas -, exibem representação morfofonológica distintas para o subtraço [+pessoa] especificado como traço [+SUBJETIVIDADE] - o que ocorre no PB atual (e, cf. DUARTE:1993, desde 1987), como mostra (94):

## (94) PARADIGMA DO PB ATUAL

1ª	sing.	cant-o
2ª (indireta)	sing.	canta-Ø
3ª	sing.	canta-Ø
1ª	plur.	canta-mos
2ª (indireta)	plur.	canta-m
3ª	plur.	canta-m

c) um segundo subgrupo que inclui línguas cujos paradigmas verbais não exibem marcas morfofonológicas distintas para o subtraço [+pessoa] - seja combinado com o traço [+SUBJETIVIDADE], seja combinado com o traço [-SUBJETIVIDADE] - o que é registrado, por exemplo, no inglês, onde apenas to be apresenta apenas três formas (uma para 1PS, uma para 3PS e uma para as pessoas restantes), e os outros verbos apresentam um número de formas distintas ainda mais reduzido, como ilustrado em (95):

## (95) PARADIGMA DO INGLÊS

1ª	sing.	love-Ø
2ª	sing.	love-Ø
3ª	sing.	love-s
1ª	plur.	love-Ø
2ª	plur.	love-Ø
3ª	plur.	love-Ø

Assim sendo, fica, portanto, respondida a questão (43) colocada na subseção 3.2.4.4 deste capítulo: uma FLEXÃO RICA é capaz de identificar o sujeito **pro** (desde que esse sujeito seja especificado em relação ao traço Pessoa); ou seja, as relações teóricas não-previstas e empiricamente atestadas (expressas no QUADRO 1, da subseção 3.2.4.4) resultam de FLEXÃO RICA ainda não ter sido adequadamente caracterizada.

Com base na distinção **pessoa vs. não-pessoa**, proposta por BENVENISTE, é possível dizer que a representação do traço Pessoa pode ser feita por marcas morfofonológicas que expressam as seguintes combinações:

- (96) a. [+pessoa [+subjatividade]]  
 b. [+pessoa [-subjatividade]]  
 c. [-pessoa]

Entretanto, não é preciso que todas essas combinações estejam presentes (ou sejam expressas somente por morfemas dotados de conteúdo lexical) para que um sistema flexional se caracterize como dotado de uma FLEXÃO RICA. Enfim:

- (97) FLEXÃO RICA é aquela que contém o subtraço [+pessoa] morfofonologicamente representado.

Assim, fica respondida a questão colocada em (88), da seção 3.3.4.4. Além disso, (97) significa (usando o termo adotado por ROBERTS:1990) que um paradigma flexional reduzido não é sinônimo de um paradigma funcionalmente "pobre/fraco"; mais precisamente: mesmo uma língua que apresenta um paradigma reduzido pode exibir uma FLEXÃO RICA - pode se caracterizar como uma língua **pro-drop**.

### 3.3.5 A Identificação do SUJEITO pro no PB

Nas subseções anteriores, assumo que:

1 - A condição de Identificação implica a necessidade de se distinguir:

a) a identificação de sujeito nulo interpretado como um dos elementos do processo de enunciação (ou seja, uma pessoa) - que pode envolver propriedades relacionadas à Ligação, mas pode, também, resultar da presença de uma FLEXÃO RICA (ou seja, de um paradigma flexional tradicionalmente associado a "Agr forte");

b) a identificação de sujeito nulo interpretado como um elemento externo ao processo de enunciação (ou seja, como uma não-pessoa), que envolve, necessariamente, propriedades relacionadas à Ligação.

2 - A marca morfofonológica do subtraço [+**pessoa**] caracteriza-se por possuir um conteúdo referencial (daqui para a frente, ser [+R]), de modo é um elemento capaz de identificar o conteúdo de **pro**, enquanto uma marca morfofonológica [-**pessoa**] caracteriza-se como [-R], de modo é um elemento incapaz de identificar o conteúdo de **pro** - nesse último caso, **pro** é, então, um elemento que precisa de um antecedente que identifique o seu conteúdo referencial.

3 - Um sujeito nulo referencial pode ter "referência arbitrária" ou "referência definida".

4 - o sujeito nulo com interpretação arbitrária é livremente indexado a referente(s) pragmaticamente identificado(s), e essa interpretação torna-se possível mediante a presença de elementos (pistas) que apontam para tais referentes (o conteúdo semântico

do verbo, por exemplo: em "No Brasil, **cv** paga imposto demais", o verbo pagar atribui dois papéis- $\theta$  - um Tema, associado a imposto e um Agente, associado à **cv**, que será interpretada, então, como qualquer entidade (pessoa física ou jurídica));

5 - Um sujeito nulo com interpretação definida tem que estar co-indexado a um elemento lingüístico referencial, isto é, a um elemento marcado com o traço [+R].

6 - A relação de co-indexação entre o sujeito nulo com interpretação definida e o elemento [+R] do qual esse sujeito vai "herdar" (ou, com o qual vai "compartilhar") o conteúdo referencial pode ser estabelecida através de:

a) uma relação especial de Ligação - uma relação Especificador/Núcleo na qual o Núcleo é, então, marcado com o subtraço [+**pessoa**] - que, obviamente, só pode ser registrada nas línguas que possuem afixos flexionais; mais exatamente, dotadas de uma FLEXÃO RICA;

b) uma relação comum de Ligação, que constitui o assunto da subseção seguinte.

### 3.3.5.1 Sobre a Identificação do Sujeito pro marcado [-pessoa]

A forma como se estabelece a relação comum de Ligação entre o sujeito nulo com interpretação definida e o elemento do qual esse sujeito vai "herdar" (ou, com o qual vai "compartilhar") o conteúdo referencial (isto é, um elemento [+R]) tem, ainda que de uma forma implícita, ocupado grande espaço nos estudos preocupados em explicar a possibilidade de sujeito nulo. Dentre

esses estudos, destaca-se o de BORER(1989), que, ao discutir o fato de que, no hebreu, o sujeito nulo em posição encaixada só pode receber uma interpretação anafórica, afirma que essa restrição diz respeito à natureza do nóculo Agr - um elemento anafórico -, que deve, portanto, estar ligado, de modo a satisfazer o Princípio A da Teoria da Ligação (cf.CHOMSKY:1981).

Na medida em que, conforme demonstrado na seção anterior, apenas a forma dotada de marca morfofonológica [+pessoa] é capaz de identificar o CR de um sujeito nulo, essa proposta de BORER parece poder ser interessante no seguinte sentido: as formas dotadas de marcas morfofonológicas [-pessoa] é que, talvez, possam ser caracterizadas como [+anafórico, -pronominal]. Mas essa é uma questão que remete a muitas outras, relacionadas, por exemplo, à Teoria da Ligação e à natureza dos pronomes, questões essas que têm constituído a motivação para inúmeros estudos (URIEL:1991, 1994; BÚRZIO:1992, 1994; REINHART & REULAND:1992, 1993, 1994; MENUZZI:1995; RITTER:1995; etc.).

Uma abordagem dessas questões ultrapassaria os limites dos objetivos desta tese, explicitados no Capítulo.

### 3.4 RESUMO DO CAPÍTULO 3

O parâmetro "pro-drop", proposto por CHOMSKY(1981) com base em TARALDSEN(1978) e reformulado por CHOMSKY(1982), consiste na riqueza de AGR, responsável, então, por alguns fenômenos sintáticos entre os quais se incluem a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ordem VS. Nessa perspectiva, o sujeito nulo

só é permitido em línguas que exibem um Agr "rico", que identifica o conteúdo referencial desse sujeito. Esse parâmetro é questionado por HUANG(1984), segundo o qual as línguas destituídas de Agr dispõem de outro mecanismo de identificação do conteúdo referencial do sujeito **pro**. Assumindo a necessidade de identificação do conteúdo referencial de **pro**, RIZZI(1986) redefine o estatuto da "riqueza" de AGR - um AGR "rico" (ou seja, com especificação dos traços de pessoa e número) é capaz, apenas, de identificar **pro**. Segundo esse autor, a exigência de identificação, no entanto, é precedida de uma outra, que consiste na necessidade de licenciamento formal da categoria vazia pronominal e, através desse licenciamento, explica-se a possibilidade de **pro expletivo**, mesmo em línguas que não possuem AGR "rico". Posteriormente, evidências empíricas da ineficácia de Agr "rico" motivam estudos que buscam explicitar as propriedades morfológicas realmente relevantes para a determinação da possibilidade de sujeito nulo (JAEGLI & SAFIR: 1989; ROBERTS:1990; SPEAS:1995, etc.).

No presente capítulo, proponho que a possibilidade de sujeito nulo envolve interação de propriedades: algumas, relacionadas aos traços morfológicos dos itens lexicais (que variam parametricamente) e outras, relacionadas à Ligação. Falando mais claramente: assumo, com RIZZI(1986), que o sujeito nulo exige apenas licenciamento formal, enquanto o sujeito nulo referencial exige licenciamento formal e identificação e proponho que:

- 1 - o licenciamento formal envolve propriedades do núcleo funcional **T**; mais exatamente, a caracterização do traço-D de **T**;
- 2 - a identificação de um sujeito nulo especificado com o



traço [+pessoa] pode ser feita por uma marca contida numa FLEXÃO RICA, ou através de coindexação a um elemento [+R]; a identificação de um sujeito nulo especificado com o traço [-pessoa], mesmo em línguas que exibem uma FLEXÃO RICA, só pode ser feita através de coindexação a um elemento [+R].

Considerando o fato de que todos os autores preocupados em explicar a possibilidade de sujeito nulo (CHOMSKY:1981, 1982; HUANG:1984); RIZZI:1986; JAEGGLI & SAFIR:1989); ROBERTS:1993); SPEAS:1995, etc.) apontam relação entre tal fenômeno e propriedades morfológicas e assumindo a intuição, explícita ou implicitamente presente na literatura sobre a possibilidade de sujeito nulo, de que a "riqueza" da Flexão é determinada pela representação do traço morfológico pessoa, proponho um refinamento da definição dessa "riqueza", levando em conta a noção de pessoa estabelecida por BENVENISTE(1988). Esse refinamento prevê relações teóricas que podem, todas, ser empiricamente atestadas - o que não se verifica nas propostas de caracterização da "riqueza" flexional encontradas na literatura.

Enfim, defendo que uma FLEXÃO RICA - que se caracteriza por conter forma(s) marcada(s) como subtraço [+pessoa] - é um dos elementos responsáveis pela identificação do sujeito pronominal nulo referencial, em algumas línguas, mas nem todo sujeito pronominal nulo referencial encontrado inclusive nessas línguas é identificado por uma marca flexional.

Quanto ao PB, na medida em que exhibe um paradigma contendo formas marcadas [+pessoa], inclui-se entre as línguas de FLEXÃO RICA, ou seja, caracterizadas como pro-drop - nas quais um sujeito nulo com referência definida (especificado [+p]) pode ser

identificado através da relação Espec/Núcleo - e, à semelhança de outras línguas pro-drop, apresenta o sujeito nulo com referência definida (especificado [-p]) identificado através de coindexação a um elemento [+R], que pode, ou não, estar dentro da sentença.

## Capítulo 4

### A Inexistência de ORDEM V-S

#### no Português Brasileiro

#### 4.1 Considerações Preliminares

Conforme visto no Capítulo 3, CHOMSKY(1981) propõe que uma propriedade mais abstrata - o parâmetro *pro-drop* - seria responsável pela possibilidade de sujeito nulo e por alguns outros fenômenos sintáticos, entre os quais a possibilidade da ordem Verbo-Sujeito - fenômeno, a que o autor se refere como inversão livre do sujeito e que está sendo tratado, nesta tese, como ORDEM V-S<sup>1</sup>.

Essa proposta de CHOMSKY constitui ponto de partida para inúmeros estudos, nos quais se faz presente a preocupação em relação a uma (ou algumas) das questões (1a-d), que, na verdade, derivam de uma outra, (1e), que, por sua vez, decorre de uma exigência da Teoria do Caso (um dos módulos da gramática, de acordo com a TRL):

- (1) a. Quais as operações envolvidas nas estruturas das sentenças que apresentam a ORDEM V-S?
- b. A ORDEM V-S é resultado de operações que permitem tratá-la como "inversão livre"?
- c. Qual é o estatuto do DP que figura na posição pós-verbal de sentenças não-transitivas normalmente incluídas entre as que apresentam a ORDEM V-S?

---

<sup>1</sup> ADAMS confirma essa correlação, no francês antigo, mas com um tipo especial de inversão (VSO) típico das línguas germânicas. Os diversos tipos de "inversão" serão retomados no Capítulo 4, desta tese.

- d. Existe uma inter-relação entre a ORDEM V-S e a possibilidade de sujeito nulo?
- e. Qual é (e como é marcado) o Caso ao DP que figura na posição pós-verbal das sentenças com a ORDEM V-S?

Neste capítulo, retomo essas questões (obviamente, sem a pretensão de discutí-las, todas, em profundidade) e, partindo de alguns estudos sobre a ORDEM V-S no PE e no PB encontrados na literatura, proponho que: as sentenças do PB atual analisadas como casos que apresentam a ORDEM V-S (frequentemente tratadas como casos de "inversão do sujeito" ou "posposição do sujeito") apresentam a ordem **S**(ujeito)-**V**(erbo)-**O**(bjeto). Falando mais claramente, proponho que, nos termos de CHOMSKY (1993, 1995), as sentenças do tipo (2a), abaixo, são construções que envolvem Numerações e operações diferentes das Numerações e operações envolvidas nas sentenças do tipo (2b):

- (2) a. A carta chegou.
- b. Chegou a carta.

Assumo, então, que essas duas sentenças são resultantes de derivações independentes: na sentença (2a), o DP A carta, gerado na posição de argumento externo a V', é movido para o Esp/TP para permitir a checagem do traço-D de T antes do Spell Out, quando se envolve também na checagem do traço [+marcador de nominativo] - ou seja, esse DP é o SUJEITO; na sentença (2b), o DP a carta, gerado na posição de argumento interno a V (que não marca Acusativo], não é (ou melhor, não pode ser) movido para o Esp/TP; em vista disso, o traço-D de T é checado por um outro elemento (uma categoria vazia expletiva), e o referido DP (doravante, DP[-Acus]) permanece *in situ*, sendo envolvido na checagem do traço

[+marcador de nominativo], especificado em T, apenas em Forma Lógica - ou seja, o DP[-Acus] é um OBJETO NOMINATIVO.

Essa proposta - que será apresentada detalhadamente mais adiante - na seção 4.3 - sintetiza intuições presentes em diversas análises já apresentadas para a ORDEM V-S em sentenças do tipo (2b), mas difere dessas análises, na medida em que, assumindo pressupostos encontrados em CHOMSKY(1995), recoloca o problema - a questão crucial a ser respondida não é a expressa em (1e), acima, (ou seja: qual é (e como é marcado) o Caso ao DP pós-verbal em tais sentenças) mas, uma outra, que, em termos da TRL, pode ser assim formulada: por que o DP[-Acus] pós-verbal de sentenças do tipo (2b) não pode ser movido para a posição de Esp da projeção máxima que tem como núcleo o elemento responsável pela marcação do nominativo (seja I, Agrs ou T)? Essa questão, traduzida para termos minimalistas, pode ser expressa como:

- (3) Por que o DP[-Acus] pós-verbal de sentenças do tipo (2b) não é explicitamente movido para a posição de Esp/TP, de modo a se envolver na checagem do traço-D de T?

Essa questão se coloca diante dos seguintes fatos:

1º) A literatura atesta como motivo de controvérsias: (a) o Caso especificado no DP[-Acus] que figura em posição pós-verbal; (b) o estatuto desse DP; (c) a estrutura das sentenças nas quais esse DP é licenciado.

2º) o caráter "livre" da ORDEM V-S é rejeitado explícita ou implicitamente por diversos autores que, ao examinarem dados do português (cf. TARALLO & KATO:1989; NASCIMENTO:1984; FIGUEIREDO SILVA:1994; NASCIMENTO & KATO:1995; etc.) e do espanhol (entre

outros, ZUBIZARRETTA:1995), apontam condições sob as quais o Caso é atribuído ao DP[-Acus] em posição pós-verbal, nessa língua.

3º) A ORDEM V-S em sentenças com verbos transitivos não é empiricamente atestada no PB (cf. LIRA:1982, BERLINCK:1988, 1989, 1994; etc.).

4º) Os dados do PB, que, à primeira vista, parecem colocar em cheque a análise que RAPOSO & URIAGEREKA(1990) apresentam para dados do PE, corroboram a intuição desses autores, ou seja: revelam que, assim como no PE, a permanência do DP[-Acus] em posição pós-verbal, no PB, também precisa ser motivada.

5º) O DP[-Acus], de um lado, não é encontrado em todas as línguas pro-drop e, de outro lado, é também encontrado em línguas não-pro-drop.

Em vista desses fatos, o presente capítulo contém mais três seções. A seção 4.2 focaliza a ORDEM V-S tratada sob a perspectiva da TRL, de modo a: (i) explicitar a relação entre a ORDEM V-S e o "parâmetro pro-drop", uma primeira tipologia de ORDEM V-S e as propostas de marcação do Caso no DP[-Acus] que figura em posição pós-verbal nessas línguas; (ii) ressaltar os argumentos de ÂMBAR(1988) contra a existência de "inversão livre" e colocar em evidência o fato de que estudos sobre a ORDEM V-S, no PE (RAPOSO & URIAGEREKA:1990) e no PB (NASCIMENTO:1984; FIGUEIREDO SILVA:1994, KATO & TARALLO:no prelo), permitem supor que o licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal não depende apenas da marcação de Caso; (iii) explicitar uma segunda tipologia de ORDEM V-S, destacando as sentenças que vêm sendo tratadas como casos de ORDEM V-S no PB. A seção 4.3 apresenta, em detalhes, a proposta de análise para as sentenças com DP[-Acus], realizada

com base em pressupostos minimalistas e esboçada no início desta seção. A seção 4.4 retoma a questão da relação entre a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ORDEM V-S.

## 4.2 A ORDEM V-S sob a ótica da TRL

### 4.2.1 A ORDEM V-S e o Parâmetro pro-drop

Ao postular a existência do parâmetro pro-drop, CHOMSKY (1981) apresenta uma primeira versão desse parâmetro, do qual derivaria o conjunto de propriedades mencionado em (2) do Capítulo 3, por conveniência, repetido como (4), abaixo:

- (4)
- a. o sujeito nulo
  - b. a inversão livre do sujeito em orações simples
  - c. o " movimento longo de Qu-" de sujeito
  - d. os pronomes resuntivos vazios nas orações subordinadas
  - e. as violações aparentes do filtro \*[that-t]

A idéia de que a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ORDEM V-S são propriedades inter-relacionadas é mantida na versão revisada do referido parâmetro, motivada pela hipótese defendida por Rizzi(1978), para quem, nas palavras de CHOMSKY(1981:254-5):

*... the fundamental property of the pro-drop languages is that they permit free inversion, leading to apparent (though not real) violations of the \*[that-t] filter as well as apparent but not real long wh-movement from subject based on the inverted configurations.*

De acordo com CHOMSKY, essa hipótese, defendida por Rizzi com base em evidências encontradas no italiano, é sustentada por



evidência empírica independente, observada por Jaeggli(1980) nos dados do espanhol. Esses fatos motivam, então, a seguinte conclusão de CHOMSKY(1981:255):

*Thus we have confirming evidence that the essential properties of the pro-drop languages are (...): the possibility of dropping the subject and of free inversion.*

O referido autor assume, então, que o "movimento-**wh**" do sujeito nas línguas pro-drop obedece ao "filtro-**that**", exatamente como ocorre nas línguas não-pro-drop", uma vez que tal movimento, na verdade, se faz da posição pós-verbal (e, não, da posição de sujeito), e isso significa que a estrutura subjacente de (5a) seria (5b) e, não, (5c):

- (5) a. *chi pensi che verrà* (CH:1981, p. 254, (4))  
 b. *pensi [S che [S  $\alpha$  verrà chi]]* (CH:1981, p. 254, (5))  
 c. *pensi [S che [S chi verrà ]]* (CH:1981, p. 254, (6))

#### 4.2.2 A ORDEM V-S: Tipologia I

Assumindo que a "inversão livre" - um fenômeno permitido no francês sob condições muito específicas (cf. Kayne e Pollock:1978 e Kayne:1979a) e analisado por Jaeggli(1980b) como uma regra "estilística" (isto é, do componente FF) - é a propriedade fundamental das línguas *pro-drop*, CHOMSKY(1981: 240-61) coloca sob esse rótulo ("inversão livre") dois tipos de estrutura, que apresentam em comum uma regra de inserção de sujeito nulo - a regra "PRO-insertion" -, análoga à "there-insertion", no inglês, e à "il-insertion", no francês:

(a) uma estrutura em que, através da aplicação de Move- $\alpha$ , o sujeito é adjungido ao VP e, depois desse movimento, dá-se a inserção de PRO; enfim, uma estrutura que apresenta o sujeito adjungido ao VP e resulta da aplicação de uma regra de inversão, que consiste numa regra de adjunção), como ilustrado em (6):

(6) a. telefonano multi studenti (CH:1981, p. 260, (18i))

b. [<sub>S</sub> PRO [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> telefon-**AGR**] [<sub>NP</sub> multi studenti ]]]  
(CH:1981, p. 261, (21))

(b) uma estrutura que apresenta o sujeito interno ao VP e que também resulta da aplicação de uma regra de inversão - nesse tipo de estrutura, que como mostra (7), abaixo, contém verbo ergativo, o envolvimento de Move- $\alpha$  é motivado pela inserção de PRO, que tem de ocorrer no curso da derivação:

(7) a. arrivanoo multi studenti (CH:1981, p. 260, (18ii))

b. [<sub>S</sub> PRO [<sub>VP</sub> arriv-**AGR**] [<sub>NP</sub> multi studenti ]]]  
(CH:1981, p. 261, (21))

#### 4.2.3 A (Im)possibilidade da Ordem VS:

##### uma Questão de Caso?

Segundo CHOMSKY(1981), a marcação de Caso é um fenômeno essencialmente sintático que se inclui na gramática de qualquer língua - em algumas línguas (como, por exemplo, o Latim, o Finlandês e o Russo), o Caso se manifesta através de marcas morfológicas que servem para codificar as funções gramaticais e semânticas dos NPs, enquanto, em outras línguas (o inglês, o português, etc.), o Caso não se manifesta morfológicamente mas

está abstratamente presente e é atribuído por um determinado elemento lingüístico, em ambientes sintáticos particulares<sup>2</sup>. O autor assume, então, a existência de um princípio que exige a manifestação de um Caso abstrato em todo NP foneticamente realizado, ou seja, que todo NP foneticamente realizado deve respeitar o FC (transcrito em (XX), no Capítulo 3 desta tese e repetido como (8), a seguir:

- (8) \* $[_{NP} \alpha ]$  if it has no Case and  $\alpha$  contains a phonetic matrix or is a variable.

Segundo CHOMSKY(1980, 1981, 1986a, 1986b), nas línguas ditas configuracionais, o DP sujeito recebe o Caso nominativo de INF e o DP objeto recebe o Caso acusativo do verbo, sendo ambos os Casos atribuídos sob regência. Para o autor, o licenciamento de um DP em posição pós-verbal deve, portanto, satisfazer uma das seguintes condições:

A - o DP é subcategorizado pelo verbo, que lhe atribui o Caso acusativo, conforme ilustram os exemplos de (9):

- (9) a. John bought the book. (inglês)  
b. João comprou o livro. (português)

B - o DP é o sujeito de uma (mini)-oração-complemento subcategorizada por um verbo do tipo que, excepcionalmente, atribui o Caso acusativo a esse DP, cujo licenciamento, ilustrado em (10) abaixo, constitui, portanto, uma idiosincrasia:

- (10) a. I consider John to be intelligent. (inglês)  
b. Considero o João inteligente. (português)

---

<sup>2</sup> Para CHOMSKY(1981), apenas as categorias lexicais [-N], ou seja, as categorias V e P, e a categoria funcional INF(AGR) são elementos aptos a marcar Caso.

Assim sendo, nas construções com os chamados verbos de alçamento (do tipo seem, no inglês e parecer, no português) e nas construções passivas, um NP gerado na posição de objeto não é licenciado, de modo que a sua permanência nessa posição deriva sentenças agramaticais; em vista disso, o referido NP deve, necessariamente, ser movido para a posição de sujeito. Esse não-licenciamento é explicado pela ausência de Caso no NP, que, para satisfazer o FC, precisa se mover para a posição de sujeito, onde pode receber o Caso nominativo.

Quanto ao licenciamento de DP pós-verbal em construções inacusativas e passivas, esse é um assunto marcadamente presente na trajetória da Gramática Gerativa. Os inúmeros estudos que buscam explicar esse fenômeno à luz da TRL remetem a diferentes datas e, obviamente, espelham, diferentes rumos apontados pelo referido modelo, mas compartilham da opinião de que tal licenciamento está condicionado à possibilidade de marcação de Caso no referido DP.

BURZIO(1981) propõe que, nas sentenças com verbos ergativos (que não atribuem papel- $\theta$  ao sujeito e, sim, ao objeto), a "inversão livre" se explica pelo fato de o sujeito ser gerado na posição de objeto (CHOMSKY:1981 rejeita essa análise, alegando que ela permite explicar a inserção de PRO, em tais sentenças). Segundo BURZIO(1986), o DP[-Acus] caracteriza-se como [+Caso] se funciona como complemento e como [-Caso] se é o sujeito não-alçado de uma mini-orção complemento. No primeiro tipo de construção, o DP-complemento recebe o Caso nominativo, marcado por Inf sob regência; ele é um objeto formal *in situ*, que forma uma CADEIA (cf. CHOMSKY:1986b) com o sujeito [e], ou seja, a

marcação de Caso a esse DP se explica pela Hipótese de Transmissão de Caso (HTC), de modo que as construções com DP não-alçado, como as de (11), se assemelham a construções com DP alçado, como as de (12):

- (11) a. [IP [e]<sub>i</sub> I [<sub>VP</sub> [V' arrivare [NP molti studenti]<sub>i</sub>]]]].  
 b. [IP [e]<sub>i</sub> furono [<sub>VP</sub> [V' arrestati [NP molti studenti]<sub>i</sub>]]]].
- (12) a. [IP [molti studenti]<sub>i</sub> I [<sub>VP</sub> [V' arrivare [NP t<sub>i</sub> ]]]]].  
 b. [IP [molti studenti]<sub>i</sub> furono [<sub>VP</sub> [V'arrestati [NP t<sub>i</sub> ]]]]].

Essa opinião, no entanto, não é a de BELLETTI(1988), para quem as sentenças com verbo que subcategoriza apenas um elemento interno - portanto, um verbo que não marca acusativo - podem apresentar um DP licenciado na posição pós-verbal, contanto que esse DP:

(a) permaneça dentro do VP (mais exatamente, numa posição interna a V), podendo se opcionalmente marcado com o Caso partitivo;

(b) seja movido para a posição de sujeito externo ao VP, onde pode receber o nominativo, sob regência.

O licenciamento expresso em (a), entretanto, só explica as sentenças nas quais o referido DP é indefinido, uma vez que o Caso partitivo - um caso inerente, marcado junto com o papel- $\theta$  (cf. CHOMSKY:1986) - só é compatível com DPs que podem ser interpretados como parte de um conjunto, como em (13):

- (13) a. All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.  
 (FS: (22a), c.3)
- b. \*All'improvviso è entrato l'uomo dalla finestra  
 (FS: (22b), c.3)

Conseqüentemente, BELLETTI rejeita a HTC e, também, a marcação direta de Caso nominativo por INF, alegando que essa marcação, além de ser bloqueada pelo VP (uma barreira inerente), seria afetada pela Condição de Minimalidade, e propõe que: nas construções inacusativas, o DP pode receber o Caso nominativo, marcado por INF sob regência, se é alçado para a posição de ESP de IP - como se verifica nas sentenças de (14), abaixo - ou se é adjungido a VP (como ocorre em (15), onde se verifica a inversão livre do sujeito), e essa análise pode ser estendida às sentenças como (16), onde o DP, segundo a autora, não é dominado por V, porque está adjungido a VP:

- (14) a. Molti studenti arrivano.  
 b. Molti studenti furono arrestati.
- (15) a. Arrivano molti studenti.  
 b. Furono arrestati molti studenti.
- (16) Fu arrestato il professor.

Em síntese: o Caso partitivo é marcado opcionalmente (de modo que o DP gerado à direita de DP pode ser licenciado sob a condição (a) e, portanto, não receber esse Caso), mas a sua marcação implica uma restrição - o chamado Efeito de Definitude (ED) - propriedade que caracteriza a posição de objeto dos verbos intransitivos que selecionam apenas argumento interno (ou seja, não-ergativos) e a posição de sujeito não-alçado de uma mini-orção complemento que tem como predicado um participípio, conforme atesta o contraste encontrado em (17):

- (17) a. Estavam alguns rapazes bêbados.  
 b. \*Estavam os rapazes bêbados.

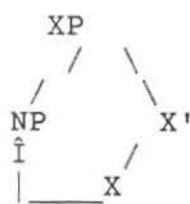
Enfim, para BELLETTI, as sentenças com DP[-Acus] nas quais esse DP não recebe o nominativo, sob a condição (b), ou o partitivo, sob a condição (a) são agramaticais por violarem o FC.

Para SPORTICHE(1988) e KOOPMAN & SPORTICHE(1990), o caso estrutural pode ser marcado nos tipos de configuração de (18):

(18) a. marcação de caso sob regência



b. marcação de caso sob concordância



ROBERTS(1993) examina a marcação do Caso nominativo, preocupado em explicar as várias interações entre inversão e a posição da realização do NP sujeito, que, segundo o autor, são atestadas em várias línguas e, seguindo SPORTICHE(1988) e KOOPMAN & SPORTICHE(1990), no que diz respeito à marcação do nominativo, assume que a escolha da configuração para essa marcação é uma escolha paramétrica não-exclusiva. ROBERTS propõe, então, que há estas três possibilidades<sup>3</sup> de marcação do caso nominativo (cf. ROBERTS, Versão 1990, p. 26, (37)):

<sup>3</sup> O autor observa que não vai levar em conta a possibilidade de haver língua sem caso nominativo, o que, provavelmente não deve, a priori, ser excluído.

- (19) a. a marcação do nominativo sob regência e sob concordância  
 b. a marcação do nominativo apenas sob regência  
 c. a marcação do nominativo apenas sob concordância

Assim, nas sentenças sem inversão, a marcação do nominativo ao sujeito se dá na posição de Espec/IP, numa configuração de concordância, ao passo que, nas sentenças com inversão, I sobe para C e o nominativo é marcado ao sujeito no Espec/IP, sob regência. Para ROBERTS, o sujeito é gerado na posição interna ao VP (cf. SPORTICHE:1988, KOOPMAN & SPORTICHE:1990, entre outros), e o caso nominativo não pode ser atribuído ao NP sujeito nessa posição numa configuração de regência porque o elemento que atribui esse caso é, na verdade, Agr e, estando o NP no interior do VP, a relação de regência entre Agr e o NP é impedida pela projeção TP (Espec/TP não seria uma posição de caso mas, uma posição Especificador A-Barra, à semelhança do Espec/CP).

Mas o referido autor considera a possibilidade de o caso nominativo ser atribuído por T ou por Agr - o que também resultaria de uma escolha paramétrica -, de modo que a marcação do caso nominativo por T ao NP sujeito na posição de base (isto é, numa posição interna ao VP) é que explicaria:

1º) as sentenças declarativas das línguas célticas VSO (como o welsh), que fazem opção pela marcação do nominativo apenas sob regência e apresentam um sistema em que a propriedade ter caso nominativo é dissociada da propriedade exibir traços- $\phi$  de Agr;

2º) a "inversão livre", encontrada nas línguas românicas de sujeito nulo (ilustrada pelo exemplo do italiano, em (3), abaixo) e, de forma mais restrita, no francês - uma língua românica que não permite o sujeito nulo, na qual a inversão do tipo exempli-



ficado em (20) é um subcaso da "inversão estilística" (cf. Kayne & Pollock:1978; Kayne:1986; Pollock:1986, etc.) - como em (21):

(20) Ha telefonato Maria. (RO:44)

(21) À quelle heure a téléphoné Marie? (RO:45)

Para ROBERTS, nessas estruturas, o sujeito é gerado à direita do resto do VP e, na medida em que o italiano, assim como o francês moderno, não permite que Agr marque o caso nominativo sob regência, T é o elemento marcador do nominativo, sob a seguinte configuração (cf. ROBERTS: 1990, p. 32, (46)):

(22)

$$\begin{array}{c}
 \text{T} \\
 / \quad \backslash \\
 \text{T} \quad \text{VP*} \\
 \quad / \quad \backslash \\
 \quad \text{VP} \quad \text{sujeito}
 \end{array}$$

Por também assumirem o FC como um pressuposto básico, diversos estudos encontrados na literatura procuram resposta para a seguinte questão: *como se justifica a marcação de Caso no DP pós-verbal de construções inacusativas, no português?* Alguns desses estudos são examinados nas seções seguintes.

#### 4.2.4 Sobre a ORDEM V-S no Português Europeu

##### 4.2.4.1 A Inexistência de Inversão Livre

ÂMBAR(1988) defende, explícita e veementemente, a inexistência de "inversão livre" não apenas no português, mas em todas as línguas. A autora analisa a inversão sujeito/verbo (a que se

refere como ISV) em estruturas do PE, aceitando, de início, que a ISV deve ser entendida como uma designação neutra para dois processos sintáticos - posposição do sujeito ou anteposição do verbo -, dos quais pode decorrer a alteração da ordem básica dos constituintes de uma língua SVO (sujeito-verbo-objeto), de modo que o resultado seja uma ordem derivada, na qual o verbo precede o sujeito: VSO, VOS ou OVS.

Segundo ÂMBAR, a aceitação dessa definição rudimentar de inversão justifica-se pelo seguinte fato: o estudo das estruturas com o verbo precedendo o sujeito em português implica decidir, *a priori*, sobre o estatuto do português na tipologia das línguas naturais, traçada segundo um critério de ordem básica dos constituintes Sujeito, Verbo, Objeto. Assim sendo, faz-se, necessária uma definição de inversão fundamentada num conceito de ordem básica, e a busca desse conceito, por sua vez, implica a necessidade de se adotar, ainda que provisória e aleatoriamente, um conceito de inversão, como ponto de partida.

Na tentativa de definir inversão, depois de se referir ao tratamento dado a ISV encontrado em algumas das gramáticas tradicionais portuguesas mais representativas - SOARES BARBOSA (1822), DIAS(1917), CUNHA(1978), CUNHA & CINTRA(1986) - ÂMBAR busca, então, precisar o que se entende por ordem básica em gramática. Em primeiro lugar, a autora demonstra a diferença entre a idéia de ordem dominante postulada por GREENBERG(1963) e o conceito de ordem básica encontrado na gramática gerativa, afirmando que o primeiro caso é do domínio do empírico enquanto o segundo é do domínio do abstrato, mas ressaltando que, em ambos está presente a noção de frequência de ocorrência de dada cons-

trução tendo em vista a presença (ou ausência) de determinada condição estrutural. Tomando como exemplo as interrogativas QU-, que exigem ISV em muitas línguas além do português, ÂMBAR rejeita a definição de *básico* ou *dominante* envolvendo essa noção de frequência. Em seguida, discute a proposta da GRAMÁTICA FUNCIONAL de DIK(1978), que defende a possibilidade de coexistência de diferentes padrões de ordem numa mesma língua. Por considerar que essa proposta *não oferece uma base explicativa (nem mesmo descritiva), consistente*, ÂMBAR a rejeita e passa a analisar o teste de elipse, fornecido por ROSS(1970) para a determinação de uma ordem básica e que consiste na correlação entre elipse do verbo e ordem básica. A autora decide pela rejeição da proposta analisada, alegando que, ao postular a ordem básica SVO para o alemão, ROSS *deixa em aberto a questão da obrigatoriedade de ordem SOV em estruturas subordinadas nessa língua*. Em seguida, ÂMBAR compara a análise de ROSS a outras que tratam do fenômeno V2 (verb second) - SAFIR(1982), HOLMBERG(1984), TARALDSEN(1986), PLATZACK(1983, 1986), KOOPMAN (1984), EVRS(1982), HAAN & WEERMAN(1986), etc. - concluindo que, embora sendo todas plausíveis, uma vez que coerentes com as premissas de que partem, essas análises, muitas das vezes, exibem diferenças significativas, e isso acontece porque a *motivação teórica que tem sido encontrada para este processo sintático varia com as línguas e com as análises*. Na opinião de ÂMBAR (1988: ), assim como acontece com a explicação do fenômeno V2,

*também a determinação da ordem básica nas línguas varia com as análises - prova de que é difícil (se não impossível) estabelecer com rigor e de forma definitiva que numa determinada relação de ordem é a ordem*

*básica que numa dada língua preexiste à análise das ordens dela de rivadas.*

Admitindo, então, essa dificuldade na escolha de uma dada relação de ordem como ordem básica de uma língua, a autora procura uma redefinição de ordem básica. Após demonstrar, através de dados do PE, que as seis ordens resultantes das diferentes combinações dos termos **S, V, O** - SVO, SOV, VSO, VOS, OSV, OVS - são possíveis e após discutir o UNIVERSAL 1 de GREENBERG, segundo o qual esse número pode ser reduzido a três quando se fala em ordem dominante - SVO, SOV, VSO - ÂMBAR admite, então, que:

A) Do ponto de vista empírico, ordem básica é aquela que ocorre de forma menos marcada, entendendo por não-marcada a ordem que não exige qualquer condição estrutural (seja de natureza sintática, semântica, pragmática ou prosódica) para ser legitimada numa determinada língua;

B) Numa perspectiva teórica, ordem básica deixa de ser ponto de partida e passa a ser ponto de chegada, pois só é possível afirmar com algum rigor que no interior de um dado sistema teórico uma determinada língua tem a ordem X como básica, se for possível explicar as ordens que, nessa língua, se apresentam como desviantes em relação a essa ordem X, tomada axiomáticamente como a ordem básica.

Apoiada nesses pressupostos, a autora assume como ponto de partida" que, em português, a ordem básica é SVO, que, dentre as seis ordens possíveis nas línguas (todas presentes no português), é a única a apresentar uma combinação nua dos elementos S, V e O, conforme mostra (23):

- (23) a. A Joana comeu a sopa. (SVO)  
 b. A Joana, a sopa, comeu. (SOV)  
 c. Ontem comeu a Joana a sopa. (VSO)  
 d. Comeu a sopa, a Joana. (VOS)  
 e. A sopa, a JOANA comeu. (OSV)  
 f. A sopa, comeu a Joana. (OVS)

Depois de propor o padrão de ordem básica SVO para o português, ÂMBAR passa a perseguir o objetivo de seu estudo que, nas palavras da própria autora, consistiu

*...não só em descrever os factos linguísticos portugueses relacionados com esta alteração de ordem básica, como também encontrar para eles uma explicação empírica e teoricamente motivada.*

Assumindo os pressupostos fornecidos pela TRL, ÂMBAR examina vários aspectos da sintaxe do PE, focalizando as construções que exibem ISV e Inversão Sujeito/Auxiliar (ISAUX).

Ao mesmo tempo que procura determinar os contextos típicos de ISV ou de ISAUX, a autora propõe uma classificação para as construções de inversão, agrupando-as como mostra (24):

- (24) a. ISV e ISAUX em estruturas interrogativas  
 b. ISV e ISAUX em pergunta-resposta e em parentéticas  
 c. ISV e ISAUX em contexto de constituintes antepostos  
 d. ISV e ISAUX em contexto de infinitivos, conjuntivos, participípios e gerúndios  
 e. ISV e ISAUX em contexto de estruturas ergativas e passivas

ÂMBAR discute a hipótese de KAYNE e POLLOCK(1978), segundo a qual, em construções com inversão estilística, o NP sujeito se desloca para a direita; ou seja, o sujeito, pela ação de MOVA- $\alpha$ , é deslocado de sua posição de base para a uma posição de adjunção a VP ou a IP. Segundo a autora, essa hipótese não explica a ordenação V-S-O, encontrada em frases como (25), abaixo, uma vez que aceitar o movimento à direita do NP (ou "estratégia de descida

do SN"), nesses casos, implicaria admitir que esse NP tem como posição de destino uma posição no interior de VP, mas isso é excluído pelas propriedades da teoria do movimento, deriváveis de princípios gerais da gramática, como formuladas em CHOMSKY-(1986):

- (25) a. O que ofereceu o Pedro à Joana?  
 b. Onde pôs o João os quadros?  
 c. A quem ofereceste tu as flores?

Diante desse fato, AMBAR aplica aos dados do PE a análise de TORREGO(1984) para o espanhol, admitindo que a ISV é o resultado de subida do verbo. Mas a autora observa que essa segunda hipótese, embora explique a ordenação V-S-O das frases acima, não dá conta de explicar a ordenação V-O-S das frases como (26), abaixo, nas quais se verifica o resultado natural do movimento, à direita, do NP sujeito:

- (26) a. Onde pôs os quadros o João?  
 b. Onde pôs os quadros o JOÃO?

Buscando uma mesma resposta ao por que do caráter obrigatório da ISV em contextos de um elemento QU- interrogativo, AMBAR decide pela adoção da hipótese de que esse fenômeno é reflexo da subida do verbo, admitindo que, em frases como (26), que lembram as estruturas de topicalização à esquerda, o sujeito está numa posição de adjunção a IP(= FLEX'). Assim, em (26b), MOVA- $\alpha$ , além de deslocar o verbo para a posição COMP da frase, ainda desloca o sujeito para uma posição à direita, adjunta a FLEX".

Com essa análise, a autora explica a ISV no PE, mostrando que, nessa língua, o referido fenômeno é, obrigatório nos contex-

tos de (27), facultativo nos contextos de (28) e excluído nos de (29), a seguir:

(27) CONTEXTOS DE ISV OBRIGATÓRIA

- a. Interrogativas QU- diretas em que o constituinte interrogativo não integra um N foneticamente realizado
- b. Orações encaixadas contendo os elementos QU-interrogativos que e por que
- c. Frases intercaladas (ou parentéticas)
- d. Contexto de anteposição de constituintes em que o verbo aparece sem qualquer outro constituinte a sua direita (seja esse constituinte por ele subcategorizado ou não) e se caracteriza por ser um verbo semanticamente fraco
- e. Estruturas de infinitivos independentes
- f. Estruturas infinitivas complementos de verbos epistêmicos, verbos declarativos e verbos de "elevação" do tipo de parecer (essa obrigatoriedade é limitada a restrições lexicais sobre o verbo subordinado)
- g. Estruturas em que os infinitivos não-flexionados complementos de verbos volitivos co-ocorrem com pronomes sujeitos foneticamente realizados
- h. Estruturas com conjuntivos independentes
- i. "Orações pequenas com valor aspectual" exibindo um predicado da categoria particípio, nos casos em que não se verifica a ocorrência de uma expressão adverbial lexical de valor aspectual
- j. Construções gerundivas com sujeitos disjuntos e não introduzidas por um elemento como em

(28) CONTEXTOS DE ISV FACULTATIVA

- a. Interrogativas QU- diretas em que o constituinte interrogativo integra um N foneticamente realizado
- b. Orações encaixadas contendo elementos QU-interrogativos diferentes de que e por que (podendo esses elementos integrarem, ou não, um N foneticamente realizado)
- c. Interrogativas totais ou focalizadas



- d. Respostas a interrogativas QU- e a interrogativas totais ou focalizadas
- e. Contextos de constituintes antepostos que não preenchem as condições mencionadas em (22d)
- f. Estruturas infinitivas complementos de verbos epistêmicos, verbos declarativos e de "elevação" do tipo de parecer, na presença de um operador de foco e de um auxiliar
- g. Construções gerundivas com sujeitos disjuntos e introduzidos por um elemento como em
- h. Construções ergativas em que não ocorre, à direita do verbo, nenhum outro constituinte por ele subcategorizado
- i. Construções ergativas em que, além de ocorrer à direita do verbo um outro constituinte por ele subcategorizado, ocorre também um constituinte em posição inicial de frase

(29) CONTEXTOS NOS QUAIS A ISV NÃO É PERMITIDA

- a. "Orações pequenas adjuntas com valor aspectual" exibindo predicados adjetivais, nominais ou preposicionais
- b. "Orações pequenas adjuntas com valor aspectual" exibindo um predicado da categoria particípio, nos casos em que se verifica a ocorrência de uma expressão adverbial lexical de valor aspectual
- c. Posição pós-auxiliar ser de estruturas passivas com sujeitos indefinidos

De acordo com essa análise, a ordem VS ocorre em construções com determinados tipos de verbos no PE, de modo que essa língua se apresenta como um contra-exemplo às teorias que, na definição do parâmetro *pro-drop*, associam sujeito nulo e inversão livre do sujeito. ÂMBAR(1988) defende, portanto, que

... em qualquer língua, ISV ou IAux é provocada por um dado mecanismo (...). Nesse sentido, a chamada inversão livre não existiria nas línguas.



A exigência de determinadas condições para que a "inversão" seja permitida nas sentenças inacusativas do PE é evidente na análise de RAPOSO & URIAGEREKA(1990), conforme mostra a próxima seção.

#### 4.2.4.2 O Caso nas Construções Inacusativas e Passivas

RAPOSO & URIAGEREKA(1990) defendem "a marcação do Caso nominativo à longa distância", alegando que as construções inacusativas e passivas do português incluem casos em que o DP pós-verbal é licenciado por receber o Caso partitivo, como sugere BELLETTI(1988), mas o DP sujeito não-alçado de uma Mini-Oração (MO) complemento *may receive nominative or accusative Case from the matrix clause, depending on structural and lexical properties of the syntactic configuration*.

Segundo R&U, as sentenças de (30), abaixo, distinguem-se pelo fato de o NP pós-verbal aparecer seguido de um AP em (30a) e seguido de um PP em (30b), mas ambas apresentam uma MO como complemento de um verbo inacusativo - NP+AP é uma MO adjetival e NP+PP é uma MO preposicional:

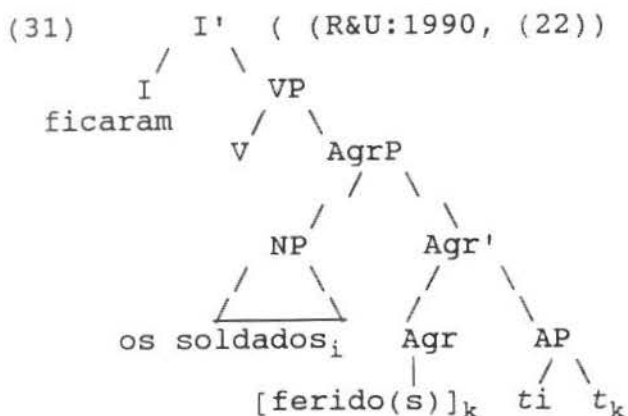
- (30) a. ?\*Ontem em Beirute ficaram [os soldados feridos]  
(R&U:(1a))
- b. Ontem em Beirute ficaram [os soldados sem armas]  
(R&U:(1b))

Para os referidos autores, o contraste encontrado entre essas duas sentenças mostra, de um lado, que a análise de BELLETTI não permite explicar a gramaticalidade de MOs com NP sujeito não-alçado que ocorrem no PE e, de outro lado, que é impossível

a marcação de Caso ao NP pós-verbal, em determinadas estruturas sintáticas do português: nas construções inacusativas e passivas que têm como complemento uma MO, se o NP pós-verbal é o sujeito não-alçado de uma MO preposicional, esse NP recebe o Caso nominativo do INF matriz mas, se o NP pós-verbal é o sujeito não-alçado de uma MO adjetival, esse NP não pode receber o nominativo. Assumindo uma definição recursiva de regência, complementada por uma caracterização de barreira baseada em FUKUI e SPEAS (1986), R&U buscam explicar, então, alguns fatos relativos às construções inacusativas e passivas do PE. Esses fatos e as explicações a eles atribuídas por R&U podem ser vistos a seguir:

A - O contraste encontrado em (30)

Na sentença (30a), o primeiro núcleo lexical adjetival sobe para Agr<sup>0</sup>, formando o complexo [Adj [Agr]], feridos, e deixando  $t_k$ ; o NP, os soldados, que é gerado dentro da MO, sobe para ESP de AgrP, deixando  $t_i$ ; nessa posição, o NP não pode receber Caso do Inf matriz porque AgrP é uma barreira (BR); a impossibilidade de marcação do nominativo no NP desta sentença pode ser visualizada através da representação (31):

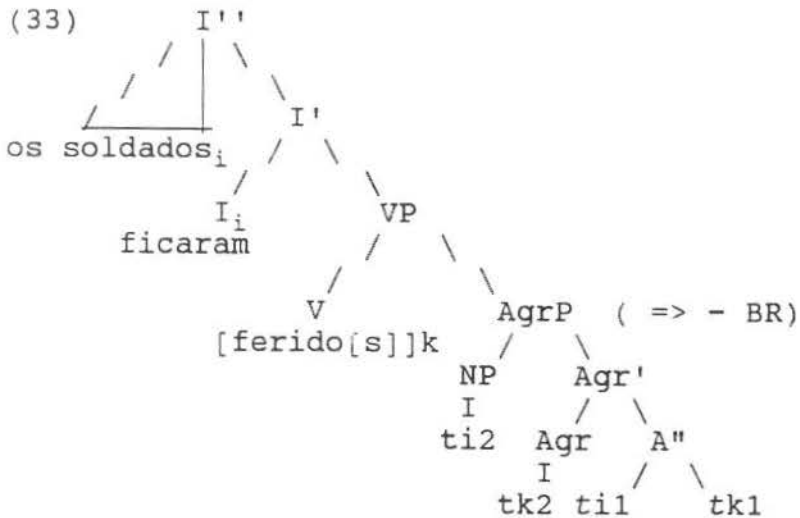


Em (30b), não existe a projeção AgrP; o complemento de V é uma projeção P', que, assim como o VP não é uma BR, por ser uma projeção lexical; I e VP regem NP; como I rege o NP, pode-lhe atribuir o Caso nominativo, de modo que a sentença é gramatical.

B - Como se explica a gramaticalidade de (32)

(32) Ontem, em Beirute, [os soldados]<sub>i</sub> ficaram [MO t<sub>i</sub> feridos].

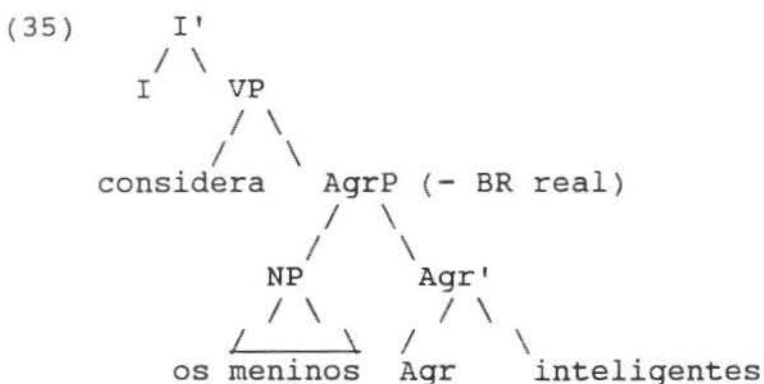
A sentença (32) resulta do seguinte: (i) o primeiro núcleo lexical adjetival sobe para Agr<sup>0</sup>, deixando t<sub>k</sub>1; em seguida, o complexo [Adj [Agr]] sobe para o núcleo do VP matriz, deixando t<sub>k</sub>2; (ii) o NP os soldados - gerado dentro da MO - num primeiro passo, sobe para ESP de AgrP, deixando t<sub>i</sub>1; em seguida, sobe para ESP de IP matriz, deixando t<sub>i</sub>2. Esse segundo movimento do NP é possível porque o complexo [Adj [Agr]] tem o efeito de levar AgrP a perder o estatuto de BR. Esse complexo rege AgrP, que é a única BR potencial, e rege também o seu vestígio t<sub>k</sub>, já que nenhuma BR interfere entre AgrP e t<sub>k</sub>; O vestígio t<sub>i</sub> não é regido pelo seu antecedente (o NP alçado, os soldados); mas t<sub>i</sub> é regido pelo complexo [Adj [Agr]], com o qual está coindexado, devido à predicação entre os soldados e feridos dentro da MO (ou seja, i = k)), de modo que t<sub>i</sub> satisfaz o PCV, como mostra (33):



C - O contraste encontrado em (34)

- (34) a. ?\*[ [e] Foram considerados [<sub>AgrP</sub> [os meninos] inteligentes]
- b. O Luis considera [<sub>AgrP</sub>[os meninos] inteligentes]

A explicação para a agramaticalidade de (34a) remete à representação (31), postulada para a sentença (30a), uma vez que o complemento da construção passiva (inacusativa) é analisado como uma MO adjetival com sujeito não-alçado; a gramaticalidade de (34b), representada por (35), abaixo, é assim explicada: embora AgrP seja uma BR potencial, em (35), não é uma BR real para a regência desse NP pelo verbo matriz, considera, que rege AgrP e rege (e marca Caso acusativo a) o NP os meninos.



D - O contraste encontrado em (36)

- (36) a. Em Beirute, [e] ficaram [alguns soldados feridos]  
 b. \*? [e] São consideradas [algumas actividades] úteis..]

Essas sentenças não podem ser analisadas como MOS, pelo fato de, sob tal análise, terem um NP sujeito não-alçado impedido de receber o nominativo, como ocorre em (30a). R&U assumem, então, que as estruturas de predicação podem ser livremente analisadas como MOS (cf. STOWELL, 1983), ou como Predicação Secundária (cf. WILLIAMS, 1983) - a menos que algum fator semântico ou sintático independente impeça uma dessas análises -, e isso lhes permite formular as seguintes hipóteses:

a) a possibilidade de ser analisada como uma Predicação Secundária (daqui para a frente, PS) está semanticamente restrita às estruturas onde o adjetivo é um predicado CÊNICO ("stage-level"), ou seja, um adjetivo através do qual se expressa um estado de coisas (*cansado, bêbado, ferido, doente, etc.*); assim, a PS não é possível, quando o adjetivo é um predicado INDIVIDUAL ("individual-level"), ou seja, um adjetivo através do qual se refere a um ser individual (*úteis, inteligente, etc.*).

b) se analisadas como PS, tais estruturas estão sujeitas a mais uma restrição: o Efeito de Definitude (doravante, ED).

Seguindo a sugestão de BELLETTI (1988), os referidos autores admitem que o Caso partitivo pode ser marcado no NP pós-verbal, que ocupa sozinho a posição de complemento de verbo inacusativo, ou seja, no NP que constitui o objeto temático *in situ*.

Com base em tais hipóteses, os autores afirmam que:

(i) a sentença (36a), é uma estrutura de predicação na qual o predicado é um adjetivo *stage-level* (*ferido*), de modo que pode

ser analisada como PS, onde o NP pós-verbal é um objeto temático *in situ* e recebe o Caso partitivo, como mostra (37):



(ii) a sentença (36b) é agramatical, embora com NP pós-verbal indefinido, porque é uma estrutura na qual o predicado é um *adjetivo Individual (úteis)*, de modo que não pode ser analisada como PS;

(iii) a sentença (30a) contém um NP pós-verbal sem Caso e não pode ser analisada como MO nem como PS, pois: se analisada como MO, contém um DP pós-verbal que, conforme (31), não pode receber o nominativo - assim, o FC é violado; se analisada como PS, apresenta um predicado constituído de um *adjetivo stage-level (feridos)* e, como objeto temático *in situ*, um NP definido (os soldados), não-marcado, portanto, com o Caso partitivo - essa estrutura também viola o FC.

E - O contraste encontrado em (38)

- (38) a. [e] [<sub>VP</sub> continuava [<sub>MO</sub>[o meu amigo] sem assistência médica]]
- b. [e] [<sub>VP</sub> nasceu [ um rapaz ] [<sub>PS</sub> com uma costela partida]]
- c. \*? [e] [<sub>VP</sub> nasceu [ o Manel ] [<sub>PS</sub> com uma costela partida]]

De acordo com a análise da sentença (30b), o NP sujeito da MO preposicional recebe nominativo do Inf matriz. Mas, R&U assumem que a distinção na marcação do Caso no NP pós-verbal - o NP recebe nominativo, se é sujeito de MO preposicional e partitivo, se é um objeto temático *in situ* - é que explica o contraste que pode ser encontrado, também, entre construções V+NP+PP, como mostra (38), que tem esta explicação: (38a) contém uma MO, [NP+PP], assim como a sentença (30b), de modo que o NP recebe nominativo do Inf matriz e a sentença é gramatical; (38b, c) não contém MO, ou seja, tais sentenças contêm PS - [[V+NP]+PP] - de modo que V rege o NP objeto temático e, portanto, bloqueia a regência (e a marcação de Caso nominativo) desse NP por I; V rege o NP e lhe atribui Caso partitivo; conseqüentemente, o NP tem que ser indefinido; daí a gramaticalidade de (38b) e a agramaticalidade de (38c).

Resumindo, para R&U, em português, o NP pós-verbal é licenciado em construções inacusativas e passivas onde:

1 - é um objeto temático *in situ* de uma predicação secundária, que recebe o partitivo marcado pelo verbo, junto com o papel- $\theta$  - sendo, portanto, INDEFINIDO - em:

a) em estrutura [[V NP] PP];

b) em estrutura [[V NP] AP], **sse** AP é a projeção de um adjetivo CÊNICO;

2 - é sujeito não-alçado de uma MO preposicional complemento, que pode receber nominativo de Inf matriz, sob regência - nesse tipo de estrutura, não se verifica, portanto, a atuação do ED.

Esses fatos podem ser visualizados através do QUADRO 2 abaixo:



MINI ORAÇÃO				PRED. SECUND.					
[V + DP AP]		[V + DP PP]		[V + DP AP]			[V + DP PP]		
-NOM		+NOM		+PART			+PART		
				CENICO		INDIV			
*DP <sup>d</sup>	*DP <sup>i</sup>	DP <sup>d</sup>	DP <sup>i</sup>	*DP <sup>d</sup>	DP <sup>i</sup>	*DP <sup>d</sup>	*DP <sup>i</sup>	*DP <sup>d</sup>	DP <sup>i</sup>

Apesar de se mostrar, à primeira vista, dotada de um forte poder explicativo, essa análise apresenta problemas de natureza tanto teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, não explica:

a) por que AgrP é uma barreira para a marcação de Caso, sob regência (cf. (30a)), mas constitui barreira para o movimento (cf. (32));

b) a concordância entre o adjetivo (predicado) e o DP nas estruturas analisadas como PS (cf. (36a));

c) por que, ora há motivação para o movimento, de modo que o DP é alçado para o Esp/IP onde recebe o Caso (como em (32)), ora o movimento não é motivado - como em (30), (36), (38);

d) por que o DP que é seguido do participio não pode ser analisado como o sujeito de uma Mini-orção complemento, que não precisaria ser alçado pelo fato de receber o partitivo desse participio (já que o participio pode atribuir tal Caso (cf. BELLETTI)); em outras palavras: por que sujeito de Mini-orção complemento só é licenciado quando pode receber o nominativo.

A esses problemas soma-se, ainda, o fato de que, no estágio atual da Teoria Gerativa, a noção de regência é considerada dispensável e a checagem do traço marcar Caso (especificado em V e em T) é feita somente através de uma relação Esp/Núcleo.

Do ponto de vista empírico, a análise de R&U não explica o licenciamento do DP pós-verbal de construções inacusativas do PB, o que será demonstrado mais adiante (na subseção XXX).

#### **4.2.5 Sobre a ORDEM V-S no Português Brasileiro**

##### **4.2.5.1 As Restrições sobre a ORDEM V-S no PB**

Analisando a ORDEM V-S no PB, TARALLO & KATO(1989) afirmam que a ocorrência do referido fenômeno é permitida somente em:

(i) construções ergativas em que o DP, um argumento não-agente, é um objeto direto não-acusativo:

(39) Chegaram os ovos/chegou os ovos. (T&K: (17a))

(ii) construções ergativas em que o DP, um argumento agente, é um antitópico, e a posição de sujeito é ocupada por um pronome (lexical ou nulo) e correferencial ao DP antitópico:

(40) Ele telefonou, o João. (T&K: (24B))

(iii) construções nas quais se verifica a anteposição do verbo (isto é, o fenômeno V-Fronting) e que, diferentemente das construções ergativas (do tipo (41a), abaixo), não é, por definição, monoargumental, mas ... *só ocorre se a estrutura argumental resultante, descontado o argumento que foi para a posição de complementador, for monoargumental* (p.21); em outras palavras, esse tipo de construção pode conter verbo transitivo,

se um dos argumentos sobe para COMP e, conseqüentemente, a oração deixa de ter uma configuração transitiva (como ocorre em (41b)):

- (41) a. Fugiram os ladrões como dinheiro. (K&T: (10c))  
 b. O que queriam esses dois? (T&K:(15a))

Enfim, KATO & TARALLO(1989) sugerem que, no processo de inversão, há "uma restrição de monoargumentalidade", que explica o contraste entre (42) e (43):

- (42) a. Estão chegando muitas cartas.  
 b. Telefonou ontem um cliente.  
 (43) c. \*Respondeu a carta uma amiga.  
 d. \*Enviou uma carta à mãe dele o Pedro.

Para KATO & TARALLO(no prelo), no PB, a ORDEM V-S obedece a determinadas restrições que não são obedecidas no italiano e no espanhol. Nesse trabalho, que consiste numa revisão ampliada da proposta de TARALLO & KATO(1989) - segundo a qual a sintaxe V NP no PB envolve três diferentes fenômenos - os autores assumem a possibilidade de marcação de nominativo nos moldes de KOOPMAN & SPORTICHE(1988, 1989), que lhes permite distinguir:

1 - casos de ORDEM V-S no PB, que resultam de frenteamento do verbo (V-FRONT) em estruturas nas quais o DP pós-verbal recebe o nominativo por regência;

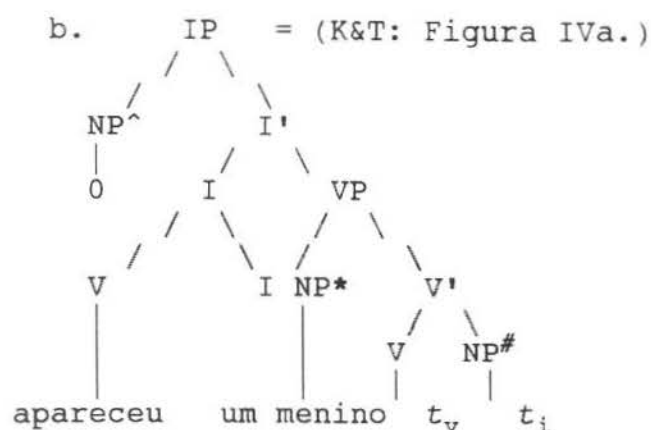
2 - casos de Falsa Inversão no PB, que resultam do fato de um DP ser gerado numa posição não-argumental, pós-verbal.

Para os referidos autores, as sentenças contendo ORDEM V-S (isto é, as do tipo mencionado em 1) são construídas com verbos não-transitivos, que incluem duas classes de verbos: a dos inacusativos e a dos intransitivos/inergativos. A primeira dessas classes - definida como de verbos que não selecionam argumento

externo e têm como único argumento um tema, projetado como irmão de V (a posição NP<sup>#</sup>) - permite:

A) a construção de um primeiro tipo de sentença, em que o único argumento do V pode se mover da posição NP<sup>#</sup> para o Esp/VP, ou seja, a posição NP\*, onde recebe o nominativo opcional (de I, por regência); em sentenças desse tipo - que contêm ORDEM V-S -, a posição de Esp/IP é ocupada por um expletivo nulo, como mostra (44b), a seguir, que é a representação de (44a);

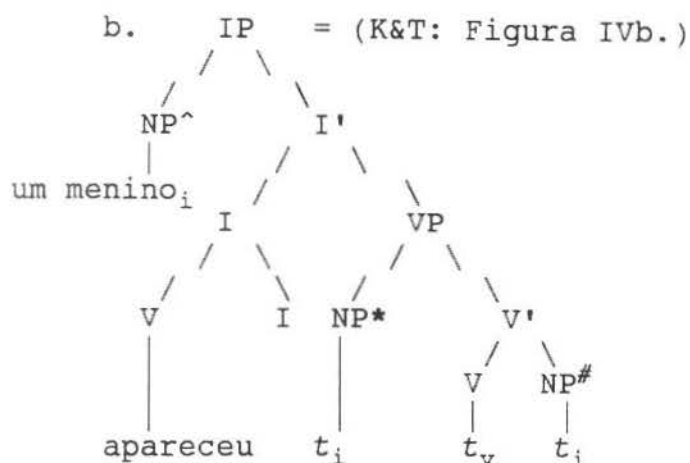
(44) a. Apareceu um menino. (K&T: (9a))



B) a construção de um segundo tipo de sentença, em que o único argumento do V inacusativo<sup>4</sup>, por não receber o nominativo na posição de Esp/VP (ou seja, em NP\*), move-se para a posição de Esp/IP, a fim de receber o Caso; em sentenças desse tipo, não há, portanto, ORDEM V-S, como mostra (45b), que é a representação de (45a).

<sup>4</sup> Segundo os autores, essa classe contém diferentes subclasses semânticas de verbos (apresentativos, existenciais, aspectuais, passivos e causativos), que se comportam diferentemente quanto ao Efeito de Definitude e ao alçamento do sujeito.

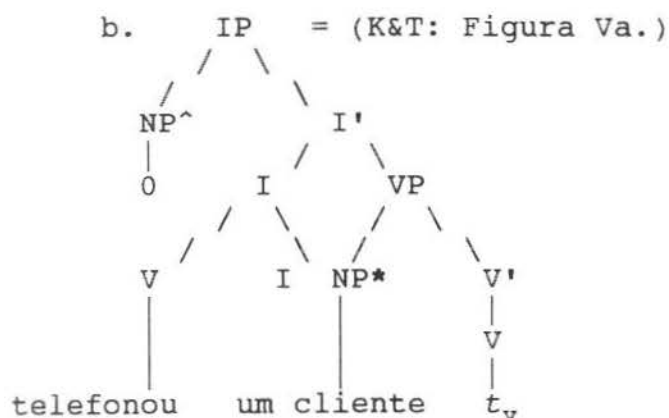
(45) a. Um menino apareceu.



A classe dos verbos intransitivos/inergativos - definida como a dos verbos de atividade que selecionam apenas argumento externo - também permite:

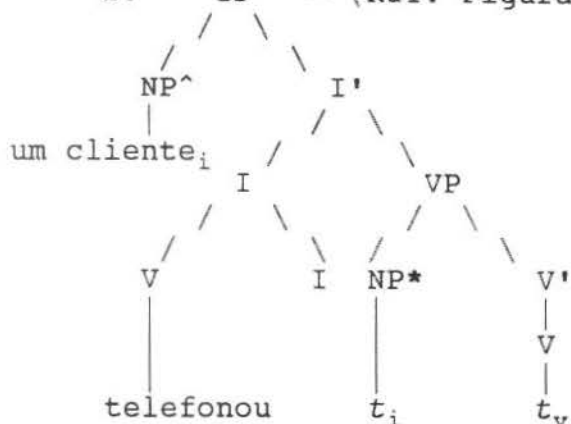
A) a construção de um primeiro tipo de sentença, em que o argumento externo de V permanece na posição em que é gerado, ou seja, a de Esp/VP (NP\*), onde recebe o nominativo de I, por regência - o que aproxima esses verbos dos inacusativos; em tais sentenças - com ORDEM V-S -, o Esp/IP é ocupado por um expletivo nulo, como mostra (46b), que é a representação de (46a):

(46) a. Telefonou um cliente.



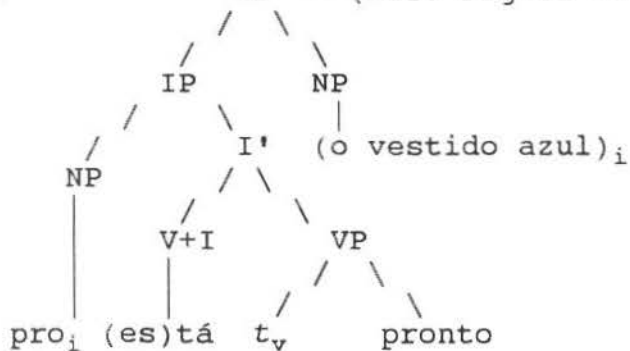
B) a construção de um segundo tipo de sentença, em que o argumento externo de V não recebe o nominativo na posição de Esp/VP (ou seja, em NP\*) e move-se para a posição de Esp/IP, a fim de receber o Caso; em sentenças desse tipo, não há, portanto, ORDEM V-S, como mostra (47b), que é a representação de (47a).

- (47) a. Um cliente telefonou.  
 b. IP = (K&T: Figura Vb.)



As sentenças do tipo a que KATO & TARALLO chamam Falsa Inversão (construção de antitópico ou deslocada) são analisadas por esses autores como construções com verbos monoargumentais (o que as diferem da "inversão livre"), nas quais um pronome (lexical ou nulo) e correferencial a um DP que se encontra numa posição não-argumental ocupa a posição Esp/IP (ou seja, de sujeito) como se verifica em (48a), cuja representação é (48b):

- (48) a. Tá pronto o vestido azul. (K&T: (21b))  
 b. IP = (K&T: Figura VIIb.)



Na opinião de KATO(1992), a aparente ordem VS no PB - a que TARALLO & KATO(1989) chamam V-Fronting - é, na verdade, uma falsa inversão e deve ser analisada como "inversão estilística", que ocorre, inclusive, em sentenças interrogativas como em (49a), cuja estrutura subjacente seria (49b), onde a posição de sujeito é ocupada por um pronome referencial:

- (49) a. Onde moram os meninos? (8a)  
 b. Onde  $pro_i$  moram os meninos $_i$ ? (8b)

Segundo KATO(1993), a impossibilidade de ocorrer um pronome na construção com a ORDEM V-S em que o DP é parte do predicado e permanece no interior de VP (constituindo, portanto, uma inversão inacusativa) é indício de que o sujeito é um NP focal - a tal impossibilidade se deveria o contraste de (50), abaixo:

- (50) a. Chegaram os meninos.  
 b. \*Chegaram eles.

#### 4.2.5.2 O "Sujeito Posposto" Nominativo

Para NASCIMENTO(1984), todas as frases com VS no PB devem ser analisadas como frases apresentativas e possuem as mesmas características identificadas nas proposições com inversão de sujeito no dialeto de Lisboa às quais PERLMUTTER(1976) chama de existenciais. De acordo com PERLMUTTER, os NPs que seguem os verbos de (51), abaixo, são sujeitos subjacentes que deixam de ser sujeitos pela ação de uma regra de "rebaixamento do sujeito":

- (51) *existir, faltar, sobrar, ficar, aparecer, surgir, rebentar, acontecer, sumir, levantar-se, ocorrer, passar-se, etc.*

Os argumentos apresentados por PERLMUTTER para mostrar que os NPs pós-verbais de construções com os verbos de (39) deixam de se comportar como sujeitos são interpretados por NASCIMENTO como evidências de que esses NPs compartilham certas propriedades com os objetos diretos e, no PB, todos os verbos intransitivos podem subcategorizar objetos diretos, à maneira dos ergativos. Segundo PERLMUTTER, a única ordem possível em português é S-V (NP), e a ordem V-sujeito só pode ocorrer com os verbos do tipo (51), de modo que as frases (52), abaixo, tornam-se aceitáveis apenas em contexto contrastivo, como acontece no exemplo de (53):

- (52) a. \*Chegaram os delegados alemães ontem.  
 b. \*Correm as crianças rapidamente.
- (53) Chegaram OS DELEGADOS ALEMÃES (e não X)... ontem.

Mas NASCIMENTO observa que, mesmo sem o acento contrastivo, essas frases são perfeitamente boas se constituem respostas a uma questão QU- do tipo ilustrado em (54), o que acontece também no caso de frases apresentativas, conforme evidencia o contraste entre a sentença (55) e a sentença (56b), se constitui uma resposta atribuída à questão contida em (56a):

- (54) a. - Chegou/correu quem?  
 b. - Chegou/correu o Paulo.
- (55) a. \*Há o Paulo.
- (56) a. - Há quem para ser atendido?  
 b. - Há o Paulo.

Segundo NASCIMENTO, as frases (54b), pronunciadas como respostas a questões QU- como em (54a), mostram que a distinção entre verbo ergativo e verbo intransitivo propriamente dito é neutralizada em determinado contexto. Para descrever esse fato,



o autor admite que as questões do tipo (54a) introduzem um contexto de lista, e isso permite que os NPs tendo artigo definido possam aparecer na posição pós-verbal de frases apresentativas, que podem, no PB, ser constituídas com qualquer verbo intransitivo.

PERLMUTTER afirma que, em português, a RNP (RESTRICÇÃO SOBRE NP DEFINIDO) é neutralizada se o NP na posição pós-verbal de sujeito de frases apresentativas introduz aí uma noção de lista, de modo que um NP definido, como o de (57), pode perder o estatuto de sujeito, ao ser movido para direita:

(57) Em março aconteceram as coisas seguintes: o estádio foi destruído por um terremoto, os três melhores jogadores ficaram doentes, e perdemos o campeonato.

NASCIMENTO propõe que os contextos que introduzem a interpretação de lista, aos quais PERLMUTTER se refere, sejam tratados como exemplos típicos de frases apresentativas. Com isso, o autor associa às frases de (58) uma interpretação do tipo (59) abaixo:

(58) a. Viajou uma moça.  
b. Viajaram duas moças/algumas moças/ etc.

(59) Viajar ... X & X  $\in$  {moças}.

Com essa associação - (58)/(59) - ele supõe, sobretudo, que (59), ou uma representação semântica desse tipo, pode distinguir frases como as de (58) de frases como as de (60):

(60) a. \*Viajou a moça.  
b. \*Viajou toda moça.

O contraste entre (58) e (60) deve-se, então, ao fato de as frases apresentativas excluírem os NPs tendo quantificadores

universais, dos quais faz parte o artigo definido. E, admitindo que a possibilidade de ter uma interpretação de lista permite aos NPs figurarem em construções apresentativas, NASCIMENTO estende tal possibilidade às descrições definidas e a NPs contendo relativas restritivas, de modo que, segundo esse autor, os contextos que têm a possibilidade de introduzir, ou exigir, a interpretação de lista incluem os seguintes tipos de NP:

- (61) NP indefinido: Correiu um menino/dois meninos/alguns meninos/alguns dos meninos lá para casa.
- (62) NP tendo acento contrastivo:  
- Correiu Paulo (e não X) lá para casa.
- (63) NP de resposta a questão Qu-:  
- Correiu quem hoje?  
- Correiu Antônio.
- (64) NP que introduz uma enumeração: Correram as seguintes pessoas: José, Maria e Antônio.
- (65) NP de descrição definida: Havia na mesa uma/a faca de cortar pão.
- (66) NP contendo relativa restritiva: Correiu um/o carro de que todos falavam.
- (67) NP contendo superlativo absoluto: Havia na sala a moça mais bonita do colégio.
- (68) NP que segue o imperativo: Apareça você/o seu irmão/o Antônio lá em casa.
- (69) NP composto de 0 + Nome Comum: Havia gato no cinema.
- (70) NP do tipo só(mente)/apenas + NP: Havia apenas/só(mente) os diretores na reunião.
- (71) NP definido tendo como antecedente, em cabeça de frase, um sintagma preposicional do tipo DE + N ou (NP)+A: Dos alunos do primeiro ano, veio Pedro.

Todos esses contextos exibem uma propriedade comum, que pode ser traduzida pela possibilidade de terem eles a interpretação de lista, o que permite ao autor formular a seguinte hipótese:

essa propriedade comum a todos os NPs dos contextos acima reflete a condição necessária para que um NP possa aparecer na posição pós-verbal de sujeito de frases apresentativas o que exclui, desses contextos, os NPs tendo como referência a totalidade de um único conjunto referencial.

Depois de demonstrar que essa interpretação de lista, entendida como uma propriedade de contruções apresentativas, pode se manifestar também em outras construções da língua, NASCIMENTO passa a considerar a análise de SAFIR(1982), que trata de uma restrição sobre a inversão do sujeito em português, identificando essa restrição com a RNPD. De acordo com SAFIR, o português poderia fazer sempre a inversão do sujeito, e apenas as proposições impessoais ergativas manifestam o ED. Na opinião de NASCIMENTO, no entanto, essa distinção supõe a estabelecida entre verbo ergativo e verbo intransitivo, que não deve ser levada em conta no caso de inversão do sujeito em português, uma vez que, nessa língua, os dois tipos de verbos não só manifestam o ED como admitem a presença de lista nos contextos de frases impessoais. Considerando, então, os contextos descritos em (61-71), esse autor explica o problema da determinação do tipo de NP que pode aparecer na posição pós-verbal em português, assumindo a análise que será sintetizada nos parágrafos abaixo.

NASCIMENTO assume que:

A) AGR, como um elemento pronominal, deve se submeter ao princípio B da Teoria da Ligação;

B) AGR, como o sujeito da proposição, deve receber o papel-0 reservado para o argumento externo.

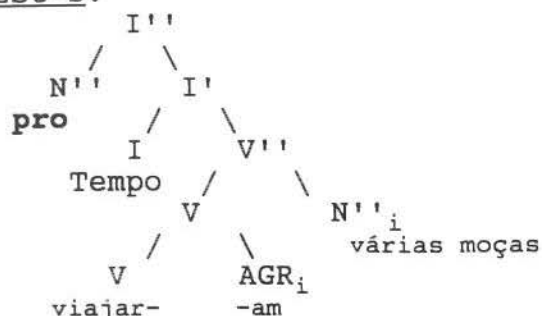
Assim sendo, o elemento AGR é obrigado a se mover para o interior de VP, definindo este constituinte como uma categoria regente. Além disso, AGR é obrigado a participar de uma cadeia temática, para que o papel-0 carregado por ele possa se realizar. A exigência de que pelo menos um dos elementos de uma cadeia seja associado a uma posição A e a exigência de que as categorias vazias ligadas à cabeça de uma cadeia temática sejam propriamente regidas acabam definindo duas posições de S como candidatas a acolher o NP sujeito: [NP, S] e [NP, VP]. Mas todas as cadeias nominativas que se têm associado às frases com sujeito posposto em português caracterizam-se por:

- a) ter como cabeça um NP ocupando sempre a posição de objeto direto;
- b) não poder ter mais do que dois elementos: AGR e o NP sujeito;
- c) não incluir o expletivo pro que ocupa a posição pré-verbal de sujeito.

Dessa forma, a frase de (72), por exemplo, apresenta a Est-S expressa por (73), que se associa à cadeia nominativa de (74):

(72) Viajaram várias moças.

(73) Est-S:



(74) C : (AGR<sub>i</sub>, várias moças<sub>i</sub>)

Para NASCIMENTO, as frases com posposição do sujeito reproduzem, portanto, a situação das impessoais: nos dois tipos de frase, a categoria vazia na posição pré-verbal de sujeito não será coindexada com AGR - nas frases com posposição do sujeito, porque o papel-0 carregado por AGR vai para o NP que ocupa a posição pós-verbal e, nas frases impessoais, porque AGR não recebe papel-0 a ser transmitido. Dessa forma, a explicação para as frases com sujeito posposto, em português, não pode ser dada apelando-se para a transmissão de caso a partir da posição pré-verbal de sujeito; os sujeitos pospostos recebem seu caso diretamente na posição de objeto direto. Essa marcação de Caso é que explica a distribuição complementar entre sujeito posposto e objeto direto no interior dos VPs no PB, já que, nessa língua:

(i) todas as sequências que contêm uma estrutura do tipo 0 - verbo [-transitivo] - NP sujeito devem ser consideradas como Frases Apresentativas;

(ii) a inversão do sujeito não passa, então, de um processo de formação de frases apresentativas, que exclui os verbos transitivos;

(iii) todas as frases apresentativas veiculam um conteúdo semântico que exclui da posição pós-verbal de (62) os NPs universalmente quantificados, o que explica o licenciamento de NPs dos tipos enumerados em (61)-(71), nesse contexto.

A análise de NASCIMENTO apresenta alguns problemas, decorrentes da época em que foi realizada:

1º) A representação (73) tem subjacente a concepção de AGR como um elemento que se associa a TEMPO para formar a categoria funcional, I, núcleo da projeção máxima I", de modo que AGR é

apenas parte de uma categoria - como, então, explicar o movimento de AGR, ou seja, o comportamento de AGR como um elemento desvinculado de TEMPO?

2º) AGR move-se da posição de I para a posição argumento interno de V": como explicar esse movimento de cima para baixo?

3º) NASCIMENTO baseia-se em dois pressupostos que deixaram de ser assumidos pela Teoria Gerativa no seu estado atual: o pressuposto de que o Caso é atribuído ao DP (ou, NP, nos termos do referido autor) sob regência e o pressuposto de que essa atribuição pode se dar através de Cadeia - de acordo com CHOMSKY(1993,1995), o Caso é, simplesmente, checado numa relação ESP/NÚCLEO, e a noção de regência tornou-se dispensável.

Cabe ressaltar, entretanto, que a análise de NASCIMENTO revela duas intuições condizentes com propostas que mais tarde passaram a integrar a literatura gerativista:

1ª) a intuição de que AGR é um elemento desvinculado de Tempo - o que condiz com a proposta de POLLOCK(1989), que atribui a AGR o estatuto de categoria;

2ª) a intuição de que a explicação para o licenciamento do DP[-Acusativo] em posição pós-verbal remete à natureza semântica desse DP e está vinculada à presença de expletivo nulo na posição de sujeito - o que condiz com os estudos de BÚRZIO(1986), CHOMSKY(1986b, 1995), BELLETTI(1988), RAPOSO e URIAGUERKA(1990), FIGUEIREDO SILVA (1994), etc.

#### 4.2.5.3 O "Sujeito Posposto" Partitivo

FIGUEIREDO SILVA(1994) refere-se à "inversão do sujeito" afirmando que *Cette propriété est 'historiquement' liée à celle du sujet nul, et particulièrement importante ici, car c'est la propriété 'manquante' du PB*. Segundo essa autora, o PB se comporta diferentemente do italiano no que diz respeito à "inversão do sujeito", na medida em que:

A) o italiano exhibe o contraste entre (75) e (76), abaixo, que se explica pelo fato de o Caso Nominativo atribuído ao sujeito em posição pós-verbal exigir adjacência - o que, segundo Stowell(1981) e Rizzi (1993, 1994), se verifica com todo Caso atribuído sob regência - ou seja, no italiano, o Caso nominativo pode ser atribuído ao sujeito pós-verbal se a posição do objeto no interior de VP está vazia (como em (76a)) ou se esse sujeito segue um verbo não-transitivo (como em (76b)):

- (75) a. ??Ha mangiato il dolce Gianni (FS: (3b))  
 b. ??Ha mangiato Gianni il dolce (FS: (3c))

- (76) a. L'ha mangiato Gianni (FS: (4a))  
 b. Ha tossito Gianni (FS: (3a))

B) o PB rejeita tanto as sentenças do tipo (77), quanto as sentenças do tipo (78) e isso sugere que "cette langue a un traitement uniforme des structures à sujet inversés: elles sont interdites, avec n'importe quel type de verbe." (FS, p.103):

- (77) a. \*?Comeu o bolo o João (FS: (2b))  
 b. \*Comeu o João o bolo (FS: (2c))

- (78) a. \*Comeu o João (FS: (4b))  
 b. \*Me ajudou o João (FS: (4c))  
 c. \*Tossiu o João (FS: (1b))

FIGUEIREDO SILVA assume que, conforme propõe ROBERTS (1990), as línguas diferem quanto à marcação do Caso nominativo, uma vez que essa marcação pode resultar das opções contidas em (19) (na seção 4.2.3), que, por conveniência, são repetidas como (79), abaixo:

- (79) a. a marcação do nominativo sob regência e sob concordância  
 b. a marcação do nominativo apenas sob regência  
 c. a marcação do nominativo apenas sob concordância

Em seguida, afirma que a possibilidade de marcação do Caso Nominativo representada em (79b) é a exibida pelo PB, que não apresenta, portanto, as diferentes construções resultantes da opção representada em (79a) e, conseqüentemente, rejeita as estruturas com sujeito invertido e as construções nas quais o verbo precede o sujeito, o que explica:

1º) o resultado agramatical se o verbo flexionado sobe para C o sujeito permanece no Esp/IP, conforme mostram os exemplos de (80) e (81)<sup>5</sup>, abaixo (que correspondem, respectivamente, aos exemplos (8) e (9), de FS, C.3):

- (80) a. \*Tinha telefonado o João?  
 b. \*Tinha o João telefonado?  
 c. O João tinha telefonado?

- (81) a. \*O que ((é) que) tinha comprado o João nesse mercado?  
 b. \*O Que ((é) que) tinha o João comprado nesse mercado?  
 c. O que ((é) que) o João tinha comprado nesse mercado?

2º) a impossibilidade de construções que envolvem o movimento "Aux-para-Comp" (nas quais o auxiliar marca o Caso

<sup>5</sup> A autora ressalta que "Para satisfazer as exigências do Critério QU- (Cf. Rizzi (1991)), o PB prefere utilizar um expletivo (*que*) ou uma expressão expletiva (*é que*), aparentemente marcados [+qu], para ocupar a posição C (cf. Duarte (1991), Miotto (1994))." (Tradução minha).



Nominativo ao sujeito lexical numa configuração de regência), o que é atestado pelos seguintes fatos:

(a) diferentemente do italiano, o PB não permite a construção condicional, onde o verbo auxiliar pode "substituir" o complementizador se:

(82) d. *Avesse lui capito al volo, tutto sarebbe andato bene*  
(FS: (10d))

(83) a. \**Tivesse ele compreendido rápido, tudo teria dado certo.*  
(FS: (11a))

(b) no italiano, os complementos com o verbo no subjuntivo admitem opcionalmente a ausência do complementizador, o que se torna obrigatório se o auxiliar ocorre antes do sujeito, como atestam as sentenças de (84); no PB - que não admite a ausência do complementizador, inclusive no complemento com subjuntivo - é impossível a subida do auxiliar para C, a fim de preencher a posição vazia que resulta da ausência do complementizador, como mostra (85):

(84) a. *Speravo (che) tu fossi disposto ad aiutarci* (FS: (12a))  
b. *Speravo (\*che) fossi tu disposto ad aiutarci* (FS:(12b))

(85) a. *Eu esperava \*(que) você estivesse disposto a ajudar a gente.* (FS: (13a))

b. \**Eu esperava estivesse você disposto a ajudar a gente.*  
(FS: (13b))

(c) no PB, conforme mostra (86b), não são permitidas as construções com um elemento negativo inicial, que desencadeiam a inversão Aux-sujeito no inglês (como em (86a)):

(86) a. *John said that under no circumstances would he do that*  
(FS: (14a))

b. \**O João disse que de jeito nenhum ia ele fazer uma coisa dessas* (FS: (14b))

Para a referida autora, no PB, a agramaticalidade das frases que envolvem auxiliares (como as de (80), (81), (83), (85) e (86)) deve-se à perda das duas opções paramétricas de marcação do Caso Nominativo (as representadas em (79a)) - o que explica também a exclusão de todas as construções finitas nas quais o sujeito se apresenta sem o Caso Nominativo, como se verifica nas frases (78c) e (77a, b) - os exemplos (1b) e (2b, c) da numeração original, respectivamente - que não envolvem o movimento do verbo mas, sim, a inversão do sujeito.

Ao examinar os casos em que "a inversão do sujeito ainda é possível no PB", FIGUEIREDO SILVA admite a distinção entre verbos ergativos e verbos intransitivos e assume que, nessa língua, o sujeito invertido apresenta uma restrição interpretativa derivada do Caso que a ele é atribuído, o que pode ser explicado pela hipótese de BELLETTI(1988).

Segundo FIGUEIREDO SILVA, na medida em que a hipótese de transmissão do nominativo ao DP pós-verbal através de uma cadeia deve ser rejeitada (cf. BELLETTI e, também, Shlonsky(1987), para quem a marcação de Caso é uma operação sempre direta e local), o PB apresenta construções nas quais se verifica a atuação do Efeito de Definitude: por não ter a possibilidade de marcar o nominativo sob regência, essa língua conta com uma única posição para os sujeitos invertidos - a posição interna a V - e, nessa posição, o sujeito invertido só é licenciado se recebe o Caso partitivo, conforme atesta o contraste encontrado em (87):

- (87) a. Desapareceu um livro. (FS: (16c))  
 b. \*Desapareceu o livro. (FS: (16d))

A autora observa que um problema não resolvido por sua análise é o da presença do expletivo que ocupa a posição pré-verbal, ou seja, a relação entre o DP em posição pós-verbal e o expletivo, uma vez que:

a) no PB, embora a estrutura (77a) seja a preferida - o que parece colocar o PB mais próximo do francês - o verbo pode concordar com o sujeito invertido, como mostra (88b):

- (88) a. Chegou os livro(s) que eu pedi. (FS: (27A))  
 b. Chegaram os livros que eu pedi. (FS: (27B))

b) no italiano, a concordância é obrigatória, seja nas construções com um sintagma pós-verbal interno a VP (como em 89a)), seja nas construções com um sintagma pós-verbal em posição externa a VP (como em (89b)):

- (89) a. Sono scomparsi due libri (FS: (26A))  
 b. Hanno telefonato gli amici di Paolo (FS: (26B))

Além disso, o PB permite sentenças com sintagma definido na posição pós-verbal, que não pode, portanto, ser analisado como objeto marcado com Caso partitivo:

- (90) a. Daí veio a mulher e disse que ... (FS: (28a))  
 b. Caiu a grana (na conta) (FS: (28b))

Segundo a autora, tais sentenças parecem evidenciar a possibilidade de construções com sujeito posposto no PB, à semelhança do que ocorre no italiano; entretanto, o contraste entre as sentenças de (91) e a gramaticalidade das sentenças de (92) e (93) parecem sugerir que essas últimas são permitidas pelo fato de o DP definido ser seguido de outro um sintagma:

- (91) a. Saiu a renovação da minha bolsa. (FS: (30a))  
 b. \*Saiu o João. (FS: (30b))
- (92) a. Daí veio o gerente no balcão e disse que ..(FS: (32a))  
 b. ??Daí veio no balcão o gerente e disse que ...(FS: 32b))
- (93) a. Daí veio o gerente dizendo que ... (FS: (33a))  
 b. Daí veio o gerente pra me dizer que ... (FS: (33b))  
 c. Daí veio o gerente e a Maria começou a bater boca com ele. (FS: (33c))

#### 4.2.5.4 Sobre o estatuto do DP[-Acusativo] Pós-verbal

NASCIMENTO & KATO(1995) examinam o comportamento dos complementos das construções com verbos inacusativos, buscando responder às três questões de (93), abaixo (transcritas de N&K:(1)), que se incluem entre as preocupações presentes nos estudos realizados à luz da TRL (como mencionado em (3a-e), na seção 4.1 deste Capítulo):

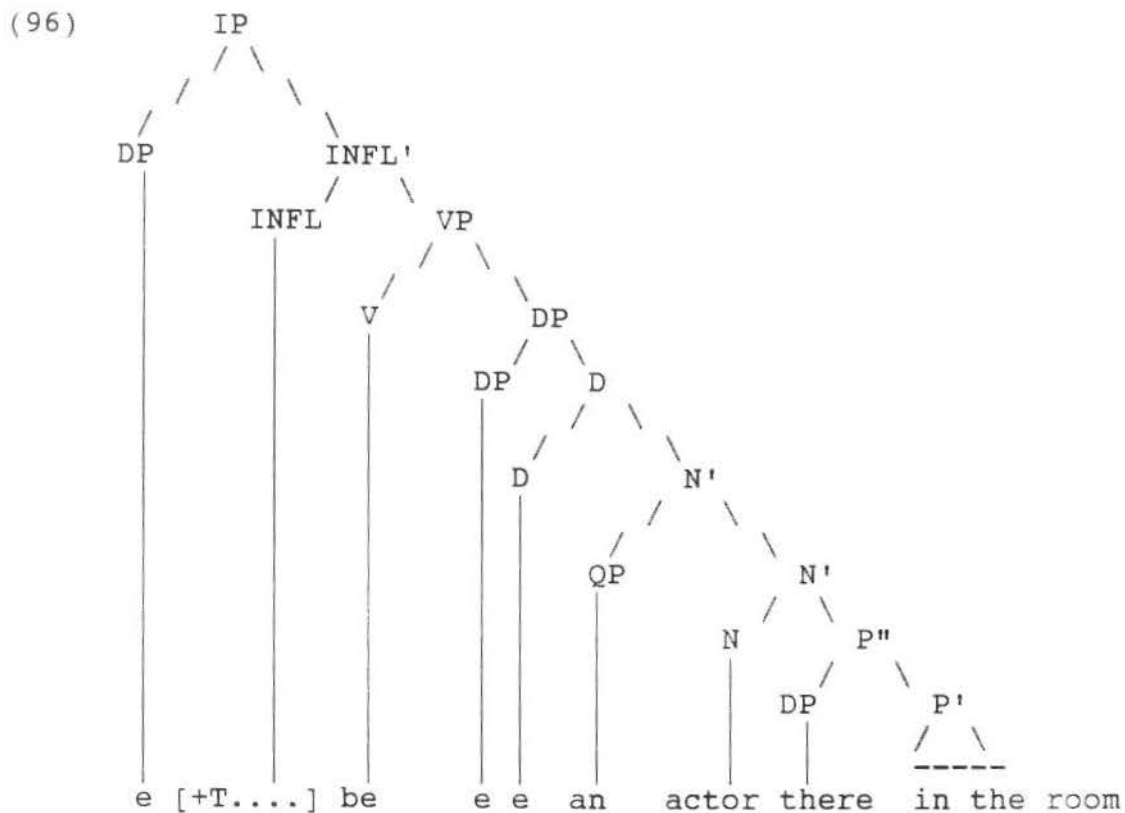
- (94) a. a possibilidade ou impossibilidade de atribuição de Caso a tais complementos;  
 b. seu estatuto funcional (objeto ou sujeito), e  
 c. sua restrição sobre a definitude.

Assumindo a existência de um Adverbial Locativo (there, no inglês; y, no francês; nulo, no português), os referidos autores propõem uma análise unificada para as construções com verbos inacusativos, a partir das construções existenciais. De acordo com essa proposta, o nominal pós-verbal das construções em questão (um NP) é o predicado de um adverbial, com o qual estabelece uma predicação, por mini-orção, de modo que a

sentença (95), que se encontra na página seguinte, apresenta a estrutura subjacente representada em (96).

Em (95), there é o sujeito de P", que se move para receber Caso e, com isso, torna visível o predicado complexo D'; N' é definido como um predicado e, como tal, dispensa Caso; esse predicado é licenciado pelo  $t_i$  mais alto (um sujeito), que, por sua vez, é licenciado na Cadeia Nominativa [there,  $t_i$   $t_i$ ]. Essa análise é, então, estendida aos dados do francês, ressaltando-se a diferença entre there e [il,  $y$ ], quanto à natureza e à função desses elementos: there não é um expletivo e, apesar de não ter traços de pessoa e número, carrega um papel- $\theta$  (Locativo) e recebe Caso na posição de sujeito da oração principal; il é um clítico expletivo, com Caso e traços de 3PS, que precisa se articular com  $y$  (clítico adverbial), para desempenhar as funções desempenhadas por there - tal distinção explicaria a concordância nas sentenças existenciais do inglês, o que não se verifica no francês.:

(95) There is a actor in the room. (N&K: (7a))



Seguindo Borer(1989), que, com base em evidências fornecidas por dados do espanhol, defende a hipótese de que, nas línguas de sujeito nulo, a posição de sujeito pode ser ocupada por uma categoria vazia de natureza adverbial (correspondente a there), NASCIMENTO & KATO analisam, então, as construções inacusativas do português, assumindo que: nessas construções, um Locativo Adverbial Nulo é gerado na posição de sujeito de uma mini-orção complemento do verbo inacusativo e sobe para a posição de sujeito pré-verbal, onde recebe Caso Nominativo (através de uma Cadeia, que constitui com o seu vestígio). Assim sendo, sentenças do tipo (97a) terão a EP e a ES como representadas, respectivamente, em (97b) e (97c):

- (97) a. Chegaram umas cartas. (N&K: (54a))
- b. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> e] INFL [<sub>VP</sub> chegar [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> Loc. 0] [<sub>D'</sub> [e] [<sub>N'</sub> umas cartas]]]]]]
- c. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> Loc 0<sub>i</sub>] chegaram [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>D'</sub> [D e] [<sub>N'</sub> umas cartas]]]]]]

Os autores ressaltam a possibilidade de ocorrência de nominais definidos à direita de verbos inacusativos, como em (98), abaixo, e que essas sentenças apresentam acento típico de FOCO (acento contrastivo), o que sugere que devem, também, ser tratadas como casos nos quais figuram mini-orações predicativas, na posição pós-verbal:

- (98) a. Chegaram as cartas. (N&K: (56a))

Sintetizando: de acordo com essa análise, os constituintes pós-verbais dos verbos inacusativos são construções predicativas, de modo que a "restrição de definitude" que os afeta decorre do fato de serem predicativos, razão pela qual dispensam Caso.

#### 4.2.5.5 Os Tipos de ORDEM V-S do PB: Tipologia II

As sentenças (6a) e (7a) da seção 4.2.1, que, conforme CHOMSKY, são casos de "inversão livre", têm recebido diferentes

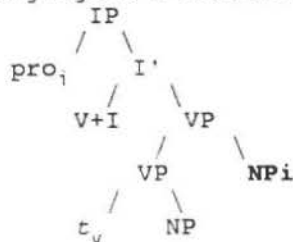
tratamentos na literatura<sup>6</sup>. Para KATO & TARALLO (no prelo), a "inversão do sujeito" nas línguas ocidentais tem sido tratada na literatura como consistindo de dois fenômenos maiores - Inversão Românica e Inversão Germânica - que podem ser, assim, descritos:

1º) Inversão Românica, ou inversão livre: quando o sujeito ocorre **depois do predicado** (ou seja, no final da sentença) - o que resulta do movimento de adjunção do sujeito a VP (segundo a maioria dos autores e como representado na nota 6, (i)) ou a IP (cf. Raposo (1988, 1992)) - como se verifica no exemplo do

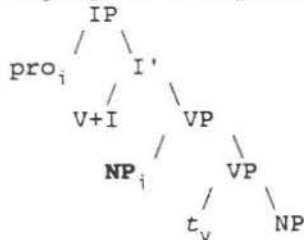
<sup>6</sup> Segundo SHLONSKY (1988:322):

A) a sentença (6a) apresenta uma estrutura em que o sujeito está em posição de adjunção a VP, que pode conter verbo inergativo (caso de "inversão livre") ou verbo transitivo (caso de inversão "provocada", à qual KAYNE & POLLOCK (1978) chamam de "inversão estilística") - como representado em (i), abaixo - mas, nesse segundo caso, a ordem derivada é VSO, o que significa que o sujeito é, como propõe Shlonsky (1987), adjungido à esquerda de VP, como em (ii):

(i) Sujeito adjungido à direita de VP (cf. KAYNE POLLOCK:1978)

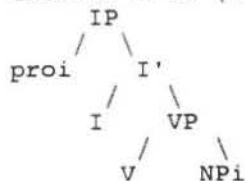


(ii) Sujeito adjungido à esquerda de VP (cf. SHLONSKY:1987)



B) a sentença (7a) apresenta uma estrutura em que o sujeito está numa posição interna a VP, como mostra (iii), e inclui verbos inacusativos e passivos:

(iii) Sujeito interno a VP (na verdade, interno a V)





espanhol (encontrado em Torrego:1984) e no exemplo do PE (encontrado em Raposo:1992), transcritos, respectivamente, como (99a) e (99b):

- (99) a. Contestó la pregunta Juan. (cf. K&T, (8a))  
 b. Comeram o bolo as crianças. (cf. K&T, (8b))

2º) Inversão Germânica, ou seja, V na segunda posição (efeito V2) - quando o sujeito ocorre imediatamente **depois do verbo**, o que resulta do movimento do complexo [V+I] para COMP numa estrutura em que o Esp/CP é ocupado por um elemento XP, como nesta sentença do alemão:

- (100) Das Buch hat Johann gekauft. (K&T: no prelo, (7))  
 'o livro tinha João comprado'  
*João tinha comprado o livro. (PB)*

No espanhol, segundo ZUBIZARRETTA (1995), é permitido o primeiro fenômeno acima mencionado (o que se verifica em (101), abaixo), e a ordem derivada do segundo fenômeno - isto é, o SUJEITO imediatamente depois do VERBO em sentença transitiva - é também permitida (como mostra (102)), mas não se explicam através dos fatos acima atribuídos ao licenciamento da sentença (100) - a análise que a autora apresenta para tais sentenças será vista na próxima seção:

- (101) Trajo el vino JUAN. (ZU:1995 (32a))  
 (102) a. La lavó MAMA, la mamadera. (ZU:1995 (4a))  
 b. Lavó MAMA la mamadera. (ZU:1995 (4b))

No PE - que, conforme mostra o exemplo (99b), repetido como (103a), abaixo, por conveniência, admite a "inversão românica" -

a "inversão germânica" (i.e. V/2) não é permitida, como mostra (103b):

- (103) a. Comeram o bolo as crianças. (cf. K&T, (8b))  
 b. \*Comeu o João a maçã.

De acordo com TORRES MORAES(1993), esse contraste, ou seja, a perda da inversão V2 no português data da metade do século XVIII.

No PB, nem as sentenças do tipo (103a), analisadas como Inversão Românica, nem as do tipo (103b), analisadas como Inversão Germânica<sup>7</sup>, no PE, são permitidas, como ilustrado em (104) e (105), respectivamente:

- (104) a. \*Comeu a maçã o João.  
 b. \*Comeu o João a maçã.

O fenômeno que vem sendo tratado como ORDEM V-S no PB, ou seja, o chamado "sujeito posposto" ocorre, portanto, somente com verbos não-transitivos. Esse fato é entendido por TARALLO & KATO(1989) e KATO & TARALLO(no prelo) como uma exigência: a "restrição de monoargumentalidade". Em KATO et alii(no prelo), ressalta-se, no entanto, que:

---

<sup>7</sup> Segundo DUARTE(1992), a perda da ordem VS nas construções interrogativas do PB é atestada em dados deste século. Na opinião de KATO(1993), no português clássico, as inversões do tipo V2 apresentavam frequentemente como sujeito posposto um pronome pessoal adjacente ao verbo - o que será ilustrado pelas sentenças do PE, em (i), abaixo, que constituem casos examinados por TORRES MORAIS:1993) - e o PB tem um resíduo desse tipo de inversão, quando o elemento atrator é um dêitico, possivelmente analisável como clítico, o que se encontra em (ii):

- (i) a. Essa não sabia eu. (TM:1993 (12c))  
 b. Outros tenho eu domado. (TM:1993 (12d))  
 c. Lá estão eles conversando. (TM:1995 (12e))
- (ii) a. Lá vai ele.  
 b. Aqui vou eu.

A monoargumentalidade é uma propriedade necessária à inversão, mas não suficiente, já que nos mesmos contextos pode-se encontrar sujeitos pré-verbais.

De acordo com a maioria das análises sintetizadas nas seções anteriores, o referido fenômeno ocorre em sentenças nas quais a posição de Esp/IP é ocupada por um expletivo nulo, como em (105):

- (105) a. **pro** Apareceu um menino. (K&T, (9a))  
 b. **pro** Ligou um cliente. (K&T, (17a))

Cabe ressaltar que as construções com DP[-Acus] definido e na posição final da sentença, encontradas no PB, são tratadas por TARALO & KATO(1989) e por KATO(1993b) e KATO & TARALLO(no prelo) como falsa inversão; ou seja, como construções nas quais esse DP é um antitópico - não, o sujeito - e a posição de Esp/IP é ocupada por um pronome sujeito (nulo ou lexical), correferencial ao DP pós-verbal (o antitópico), como em (106):

- (106) (Ele) telefonou ESTA MANHÃ, o novo namorado da Xuxa.  
 (K&T, (32))

O fato de, nas construções com DP[-Acu] em posição pós-verbal do PB, o verbo permanecer no singular, mesmo quando esse DP é marcado com o traço [+Plural], tem sido ressaltado na literatura (cf. PONTES:1987, FIGUEIREDO SILVA:1994, NASCIMENTO & KATO:1995, etc.).

- (107) a. Chegou umas cartas.  
 b. Viajou ontem uns caras comigo.

No PB, a ORDEM V-S em sentença com verbo transitivo não é permitida, o que tem sido consistentemente assumido na literatura gerativista (cf. BITTENCOURT:1979; NASCIMENTO:1984; TARALLO & KATO:1989; FIGUEIREDO SILVA:1994; KATO & TARALLO:no prelo; etc.),

e, empiricamente, atestado por estudos variacionistas (cf. LIRA: 1982, 1986; BERLINCK:1988, 1989, 1994; etc.). O último estudo mencionado será visto na sub-seção seguinte; cabe ressaltar que os resultados dos estudos empíricos sobre VS no PB não serão examinados nesta tese por não haver controvérsias em relação ao fato acima mencionado (ou seja, de que o PB não permite ORDEM V-S em sentenças com verbo transitivo).

Em síntese: as sentenças consideradas como os casos de ORDEM V-S no PB têm sido analisadas como apresentando verbo que não é capaz de marcar o Caso Acusativo e a posição de Es/IP ocupada por um elemento diferente do DP[-Acus], ou seja, por um expletivo nulo; essa análise, confrontada com a atribuída por KATO & TARALLO às sentenças do tipo (106), aponta para a seguinte questão: por que, em (105), o DP[-Acus] deve ser analisado como o SUJEITO? Mais exatamente, qual a diferença entre a função da categoria vazia que ocupa Esp/TP em (105) e a categoria vazia que ocupa Esp/TP em (106)?

#### **4.3 A ORDEM V-S no PB e os Resultados dos Estudos Empíricos**

No PB, a ORDEM V-S em sentença com verbo transitivo não é permitida, o que tem sido consistentemente assumido na literatura gerativista (cf. BITTENCOURT:1979; NASCIMENTO:1984; TARALLO & KATO:1989; FIGUEIREDO SILVA:1994; KATO & TARALLO:no prelo; etc.), e, empiricamente, atestado por estudos variacionistas (cf. LIRA: 1982, 1986; BERLINCK:1988, 1989, 1994; etc.).

Cabe, portanto, ressaltar que os resultados dos estudos empíricos sobre VS no PB não serão examinados nesta tese por não haver controvérsias em relação ao fato acima mencionado (ou seja, de que o PB não permite ORDEM V-S em sentenças com verbo transitivo). O estudo de BERLINCK(1994) será aqui incluído por buscar associar os casos de ORDEM V-S do PB a uma determinada função, como mostra a seção seguinte.

#### 4.3.1 Sobre a Função da ORDEM V-S

BERLINCK(1994) analisa a ORDEM V-S no PB, partindo da hipótese de que, nessa variante do português, a referida Ordem é restrita a contextos mono-argumentais e mais especificamente a estruturas com função apresentativa.

Nessa análise, realizada à luz da Sociolinguística laboviana, foi examinado um corpus constituído de 127 dados extraídos de Inquéritos do PROJETO/NURC, incluindo apenas casos de sujeito expressão referencial (nominal) em frases com forma verbal simples. Nesses dados, foram registrados 24% de ocorrência da ORDEM V-S e, de acordo com os resultados obtidos:

- a) a ORDEM V-S - que se restringe a contextos mono-argumentais - é favorecida pelos verbos intransitivos ergativos;
- b) nos casos de ORDEM V-S, os sujeitos que ocorrem em posição pós-verbal sempre carregam o papel- $\theta$  tema.

Partindo da observação de que nos mesmos contextos em que a ORDEM V-S pode ocorrer e preferencialmente ocorre no PB também é possível ocorrer a ordem SV, BERLINCK reexamina o tipo

semântico do sujeito, levando em conta os resultados obtidos em relação a VS e a SV, e verifica que: o sujeito tema é, dentre os fatores do grupo Tipo semântico do sujeito, o fator que mais favorece a ORDEM V-S, mas, mesmo com esse tipo de sujeito, SV é a ordem mais freqüente (do total de casos com sujeito tema, 68% são casos de SV e, apenas, 32% são casos de VS). A autora conclui, então, que essa variação "não pode ser resolvida no nível da frase", de modo que se faz necessário "buscar motivações no nível da organização do discurso".

Buscando identificar as relações entre estrutura e função, BERLINCK aponta como uma relação pertinente, encontrada nos dados por ela examinados, a possibilidade de sentença com o sujeito gramatical seguindo imediatamente o verbo ou vir depois do predicado.

Para a autora, no segundo caso (cf. Tarallo & Kato(1989) e Kato(1993, 1994): casos de "falsa inversão" - VP S - "o sujeito de Flexão é um pronome nulo referencial e seu antecedente já foi dado anteriormente no discurso ou é supostamente recuperável e por isso aparece no final da frase", ao passo que, no segundo caso - VS -, a estrutura é utilizada para introduzir um referente no discurso. BERLINCK ressalta que introdução não significa apenas o aparecimento de referentes completamente novos mas, também, de referentes já dados, que podem ser reintroduzidos com uma outra função discursiva (marcar a mudança do *status* discursivo do referente, por exemplo). No que diz respeito à estrutura VS, é possível a sua utilização para introduzir referentes totalmente novos ou como uma estratégia de reintrodução de um referente, que, frequentemente passa a ser o tópico do discurso.

Além disso, a novidade do referente "introduzido" não precisa ser total; pode representar um efeito dado por contraste com algum outro elemento do texto - uma estratégia que se mostrou "bastante recorrente entre os dados analisados" - e é ilustrada pelo exemplo (107), abaixo:

- (107) (...) antigamente o pessoal ia a gente via casais agora não eu acho que vai mais estudante. (DID-SP:32)

#### 4.4 A Questão do Foco e os Dados do Português

A ORDEM V-S é frequentemente associada a leitura focal, o que é sempre tratado como uma questão relacionada à distinção velho/novo (cf. assumido por BERLINCK, na seção anterior).

Recentemente, a literatura gerativista tem registrado a preocupação em dar ao elemento foco um estatuto na gramática. Isso pode ser visto na análise de KATO & RAPOSO (no prelo), apresentada a seguir.

KATO & RAPOSO (no prelo) analisam contrastivamente construções com tópicos e focos antepostos em dados do PE e dados do PB, tais como os exemplificados em (108), abaixo (nesses exemplos, está codificada a agramaticalidade de cada sentença em cada um dos dialetos, em função da ORDEM V-S não permitida):

- |   | PE/PB |
|---|-------|
| (108) a. (O bolo) comeu a Maria. (1b)                   | *     |
| b. (O bolo) A MARIA comeu. (1c)                         | *     |
| c. SÓ ESSES CDs me recomendou a Maria. ((5a)            | *     |
| d. SÓ ESSSES CDs a Maria me recomendou. ((5b)           |       |
| e. A Maria QUE CDs te recomendou? ((6c)                 |       |
| f. AO Luis SÓ ESSSES CDs (lhe) recomendou a Maria. (7a) | *     |

Os referidos autores observam, entre outras coisas, que:

1 - ambos os dialetos permitem construções com tópico anteposto, numa posição de deslocamento à esquerda (como as sentenças (108a, b)), um "operador afetivo" anteposto (como se verifica em (108c, d)) - que é sempre interpretado como o primeiro foco (marcado) da sentença - e um tópico (que pode ser sujeito, como em (108e)) anteposto a um foco marcado (como em (108f));

2 - o PB permite NP definido (específico) como foco, em posição pré-verbal (como em (108a)), e como operador afetivo (como em (108a, b)); o PE só permite o DP definido focalizado como um foco não-marcado, em posição pós-verbal (como em (108a) e não permite que NP definido se comporte como operador afetivo.

3 - o PE apresenta a possibilidade de sujeito de verbo finito figurar antes do verbo (como em (108b, d, e) ou depois do verbo (como em (108a, c, f)); o PB, entretanto, é mais restritivo no que se refere à ordem das palavras, permitindo apenas a ocorrência do sujeito antes do verbo (como em (108b, d, e) e exibindo casos residuais de ORDEM V-S, que constituem sentenças com predicados monoargumentais.

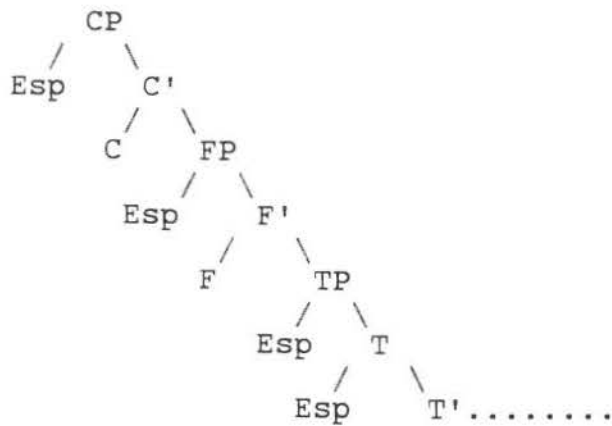
KATO & RAPOSO concluem que, apesar das diferenças observadas entre o PE e o PB, em ambos, o Foco marcado é núcleo de uma cadeia-A, que se inicia no Esp de F; ou seja, esses autores assumem a proposta de existência de um núcleo F, que projeta FP, como na representação (109), abaixo (adaptada de K&R: (11))<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> A existência de F(oco) como um núcleo funcional que projeta FP, criando uma posição de Espec entre CP e IP/TP é postulada por URIEGEREKA (cf. trabalhos inéditos desse autor que circulam desde 1993).



(109)



#### 4.4.1 As construções Inacusativas do Português e a Noção de Foco

As análises atribuídas às construções com verbos não-transitivos sintetizadas nas seções anteriores, embora associem a permanência do DP[-Acus] na posição pós-verbal em sentenças desse tipo à necessidade, ou não, de um Caso no referido DP, incluem restrições que devem ser obedecidas quando se verifica tal permanência - Efeito de Definitude, leitura focal (contrastiva), natureza do adjetivo, etc.

A análise que RAPOSO & URIEGEREKA(1990) apresentam para as sentenças inacusativas e passivas do PE mostra claramente a presença de uma restrição que deve ser obedecida pelo DP[-Acus] pós-verbal no PB e sugere que essa restrição pode ser uma mesma, que se manifesta diferentemente, no PE e no PB. Esses fatos são explicitados nas subseções seguintes.

#### 4.4.1.1 Os Dados do PB em Contraste com os Dados do PE

Ao discutirem a marcação de Caso no NP pós-verbal de construções inacusativas do PE, RAPOSO & URIEGEREKA(1990) afirmam:

A - o NP objeto temático *in situ*, encontrado nas Predicações Secundárias, é marcado com o Caso partitivo;

B - o NP sujeito de MO-Adjetival-complemento não é marcado com o Caso nominativo;

C - o NP sujeito de MO Preposicional complemento recebe o Caso nominativo.

A essas três afirmações, os autores atribuem, respectivamente, os Argumentos 1, 2 e 3, que serão examinados, a seguir, tendo-se em vista os dados do PB.

##### ARGUMENTO 1:

A substituição do NP indefinido por um pronome nominativo evidencia que, conforme postula BELLETTI, não há Caso nominativo no objeto temático *in situ*, que é marcado com o Caso partitivo:

- (110) a. Chegou [<sub>NP</sub> um estudante] tarde. (RU: (4a))  
 a'. \*?Chegou ele tarde.
- b. Foi convidado [<sub>NP</sub> um estudante] para a festa. (RU: (4b))  
 b'. \*?Foi convidado ele para a festa.
- c. Nasceu [<sub>NP</sub> um rapaz] com uma costela partida. (RU: (14))  
 c'. \*?Nasceu ele com uma costela partida.

Conforme ilustram as sentenças de (111), abaixo, desde que seja atribuído um acento contrastivo ao DP pós-verbal das sentenças do tipo das contidas em (110), O PB admite a substituição dos DPs indefinidos por DPs definidos nessa posição:

- (111) a. Chegou O ESTUDANTE tarde. (e não o professor)  
 b. Foi convidado O ESTUDANTE para a festa.  
       (e não o professor)  
 c. Nasceu O MENINO com uma costela quebrada.  
       (e não a menina)

Além disso, sentenças do tipo das assinaladas em (110) como agramaticais no PE são aceitas tranqüilamente em dialetos não-padrão do PB se o pronome nominativo recebe o acento contrastivo, como mostram os exemplos seguintes:

- (112) a. Agora, Chegou ele (e não o Pedro, ou o João, etc.).  
 b. Foi visto ele na garage (e não eu, ou o João, etc.).  
 c. Nasceu ele com uma costela quebrada (e não eu).

Esses dados permitem afirmar que, no PB: de um lado, o ED não interfere no licenciamento do NP pós-verbal de construções inacusativas e passivas - tal licenciamento não pode, portanto, ser explicado em termos de marcação de Caso partitivo; de outro lado, a substituição de um DP definido por um pronome nominativo não implica agramaticalidade da sentença - o referido DP é, portanto, marcado com o Caso nominativo.

#### ARGUMENTO 2:

A substituição do NP sujeito não-alçado de MO adjetival-complemento de construções inacusativas e passivas por pronome nominativo mostra que, nesse NP, não há Caso nominativo:

- (113) a. \*?Em Beirute, [e] ficaram ontem [MO esses soldados feridos]. (RU: (8a))  
 b. \*? Em Beirute, ficaram [eles feridos]. (RU: (17))

A observação feita em relação às sentenças de (110) é válida também para essas de (113), que, no PB, são perfeitamente boas, se recebem uma leitura contrastiva, como em (114):

- (114) a. Em Beirute, ficaram ESSES SOLDADOS feridos(mas não todos).
- b. Em Beirute, ficaram ELES feridos (mas não nós).

ARGUMENTO 3:

Na construção inacusativa ou passiva, o NP sujeito não-alçado de MO-preposicional-complemento recebe o Caso nominativo, pois: (i) a substituição do NP definido por um NP indefinido mostra que não há aí o ED, de modo que esse NP não é marcado com o Caso partitivo, o que se verifica em (115); (ii) o Caso acusativo não exerce qualquer papel no licenciamento desse NP, como mostra (116); (iii) a substituição do NP por pronome nominativo resulta em estruturas gramaticais, como (117):

- (115) a. Em Beirute, ficaram ontem [<sub>MO</sub> ? esses soldados sem armas] (RU: (9a))
- b. Em Beirute, ficaram ontem [<sub>MO</sub> alguns soldados sem armas] (RU: NOTA:ia)
- (116) a. Continuava o meu amigo sem assistência médica. (RU: (32))
- b. \*Continuava-o sem assistência médica. (RU: NOTA:i)
- (117) a. Ficaram [esses soldados sem armas] (RU: (9a))
- b. Ficaram [eles sem armas] (RU: (15))

Quanto à parte (i) desse ARGUMENTO, não há dúvida de que:

(a) a ausência do Caso partitivo no DP pós-verbal em (115a) é indiscutível já esse DP é definido e, conforme a proposta de BELLETTI (com base na qual RAPOSO & URIEGEREKA assumem a marcação do partitivo em determinadas estruturas inacusativas), esse Caso implica a atuação do ED. A substituição contida em (115), na verdade, não constitui evidência da não-marcação do partitivo em (115a) - afinal, buscar evidência da não-marcação do Caso partitivo num determinado DP só tem sentido se esse DP é indefinido, mas é marcado com o Caso nominativo, a favor do qual se faz necessário argumentar;

(b) as sentenças de (115) atestam, sim, que o ED não interfere no licenciamento do DP pós-verbal de determinadas estruturas inacusativas do PE; enfim, a gramaticalidade dessas sentenças e o contraste entre (36a) e (30a), repetidas, abaixo, como (118) e (119), respectivamente, evidenciam apenas que, no PE, o FC pode ser satisfeito por um DP, definido ou indefinido, em estruturas inacusativas do tipo [(X) V-DP-PP] e por DP indefinido em estruturas inacusativas do tipo [(X) V-DP-AP], mas, contrariamente ao que se verifica no PB, é sempre violado pelo DP definido contido nesse último tipo de estrutura:

(118) [Em Beirute, [e] ficaram alguns soldados feridos].  
(RU: (44a))

(119) ?\*[ Em Beirute, [e] ficaram os soldados feridos].  
(RU: (1a))

A parte (ii) do ARGUMENTO 3 é indiscutível, tendo-se em vista os dados, tanto do PE quanto do PB, e, inclusive, pode ser estendida aos NPs pós-verbais das outras sentenças de (110), conforme atesta (120):

- (120) a. \*?Chegou-o tarde.  
b. \*?Foi convidado-o para a festa.  
c. \*Em Beirute, ficaram-nos feridos.

A parte (iii) do ARGUMENTO 3, no entanto, aponta para a objeção colocada ao ARGUMENTO 1, pois no PB:

1º) as sentenças de (117) podem ser associadas à estrutura (121), abaixo, **sse**, o DP pós-verbal recebe acento contrastivo, como em (122):

(121) [ficar [X [sem armas ]]]

- (122) a. Ficaram ESSES SOLDADOS sem armas. (OS OUTROS, NÃO)  
=> [ [ficaram [Esses soldados [sem armas]]] ]
- b. Ficaram ELES sem armas. (E, NÃO, NÓS)  
=> [ [ficaram [eles [sem armas]]] ]

2º) se o DP não recebe o acento contrastivo, (121a) é interpretada como uma sentença onde FICAR significa RESTAR ou NÃO IR (A/PARA ALGUM LUGAR), ou seja, como uma sentença na qual o PP especifica/restringe parte de um CONJUNTO DE SOLDADOS (= Ficaram /restaram OS SOLDADOS QUE NÃO TINHAM ARMAS), e (121b) é uma sentença agramatical, conforme mostra (123):

- (123) a. Ficaram esses soldados sem armas. (= RU: (9a))  
=> [[ficaram [DP esses soldados sem armas]]]
- b. \*Ficaram eles sem armas.

3º) o observado em relação à sentença (121a) estende-se à sentença em que o DP definido é substituído por DP indefinido:

- (124) a. Ficaram ALGUNS SOLDADOS sem armas. (OS OUTROS, NÃO)  
=> [[ficaram [DP Alguns soldados [sem armas]]]]
- b. Ficaram OS SOLDADOS sem armas.  
=> [[ficaram [DP OS SOLDADOS sem armas]]]

Esses fatos deixam evidente que a análise de RAPOSO & URIEGEREKA não é capaz de solucionar a questão do Caso atribuído ao DP encontrado na posição pós-verbal de construções inacusativas do PB; mais precisamente, sugerem que a marcação de Caso nominativo não é suficiente para explicar o licenciamento do NP pós-verbal nesse tipo de configuração no PB. Intuitivamente parece que a interpretação de (123a), sem leitura contrastiva, associa-se a uma estrutura inacusativa semelhante à que deverá ser associada a sentenças como (65-67), incluídas por NASCIMENTO

(1984) em sua análise e, por conveniência, repetidas baixo como (125-127):

- (125) NP de descrição definida: Havia na mesa uma/a faca de cortar pão.
- (126) NP contendo relativa restritiva: Correu um/o carro de que todos falavam.
- (127) NP contendo superlativo absoluto: Havia na sala a moça mais bonita do colégio.

A esse fato acrescentam-se dois outros. Em primeiro lugar, para RAPOSO & URIEGEREKA(1990):

a) as estruturas [V-DP-AP] com DP indefinido são gramaticais e podem ser analisadas como PSS tendo DP marcado partitivo;

b) as estruturas [V-DP-AP] com DP definido, são agramaticais pois: não podem ser analisadas como PSS (pois o DP não é marcado partitivo), nem como MOs (pois a presença de AgrP impede o DP de receber nominativo);

c) as estruturas [V-DP-PP] com DP indefinido são gramaticais pois: podem ser analisadas como PSS tendo DP marcado partitivo;

d) as estruturas [V-DP-PP] com DP definido são gramaticais, se constituem MOs, nas quais o DP pode receber o nominativo, mas são agramaticais, se constituem PSS, já que o DP não é marcado com o Caso partitivo.

Essa análise suscita a seguinte questão: o que impede o DP desse último tipo de sentença de sempre receber nominativo? Mais precisamente: por que, nas estruturas [V-DP-PP], o nominativo pode ser atribuído ao DP sujeito não-alçado de Mini-orção P", mas não pode ser atribuído ao DP argumento interno a V, se, em ambos os casos, não há barreira impedindo tal atribuição, que pode ser à longa distância?

Além disso, à primeira vista, os dados aqui examinados apontam duas distinções relevantes entre o PE e o PB, no que diz respeito ao licenciamento do DP pós-verbal de construções inacusativas e passivas:

1ª) no PE, esse licenciamento está relacionado ao ED, ou seja, em determinado tipo de estrutura inacusativa, apenas DP indefinido é licenciado em posição pós-verbal, o que não se verifica no PB;

2ª) no PB, esse licenciamento exige que o DP receba o acento principal da sentença e, na maioria das vezes, uma leitura contrastiva, ao passo que, no PE, não.

Uma observação mais acurada desses dados, no entanto, mostra que há entre eles uma forte similaridade: os do PE corroboram a hipótese de que, nessa variedade do português, um DP pode ser licenciado na posição pós-verbal de construções com verbos inacusativos, se é indefinido (daí, o contraste de (128)) - **esse DP tem sido analisado como um objeto temático in situ**; no PB, um DP pode ser licenciado na posição pós-verbal de construções com verbos inacusativos, se é focalizado (daí, a gramaticalidade de tais construções implicar a incidência de acento sobre o referido DP, como ilustrado pelos exemplos (129)) - **isso sugere que o referido DP pode, também, ser analisado como um objeto in situ**:

Assim sendo, pode-se supor que em ambos os casos - ou seja, tanto no PB quanto no PE - o DP[-Acus] é um foco, que, no PB, é identificado através da incidência do acento frasal (como mostra (128)) e, no PE, é identificado como um elemento [-definido], o que atestam as sentenças de (129):



(128) no PB:

- a. Morre filho de Passarella. (EM:18/11/95,15)
- b. X: - Daquela vez que houve uma batida no morro, muitos soldados e moradores ficaram feridos.  
Y: - Ficaram OS SOLDADOS feridos.
- c. X: - Daquela vez que houve uma batida no morro, muita gente ficou ferida?  
Y: - Ficaram ALGUNS SOLDADOS feridos.
- d. Chegou O ESTUDANTE/UM ESTUDANTE.

(129) no PE:

- a. \*Chegou o estudante./Chegou UM ESTUDANTE.
- b. \*Morreu o soldado./Morreu UM SOLDADO.
- c. \*Correu o menino./Correu UM MENINO.
- d. \*Ficaram os/ALGUNS SOLDADOS feridos.

Partindo dessa hipótese, assumo algumas das noções relativas ao foco encontradas em ZUBIZARRETTA(1995) e proponho uma reinterpretação analiso, então, as sentenças que vêm sendo tratadas como casos de ORDEM V-S no BP. Antes, porém, de passar a essa análise, cabe explicitar as reafirmadas noções

#### 4.4.2 Sobre a Relação entre FOCO e Ordem das Palavras

Segundo ZUBIZARRETTA(1993), Contreras(1983) e outros depois dele observaram que as noções discursivas de Velho e Novo são refletidas na maneira como os sintagmas são estruturados numa sentença. Assim, numa sentença com intonação não-marcada, sujeitos pós-verbais em línguas românicas (tais como italiano e espanhol) vão constituir informação Nova; conseqüentemente, sujeitos pós-verbais contrastam com sujeitos pre-verbais, quanto ao tipo de informação que veiculam - o que é ilustrado pelo

contraste observado por Calabrese(1990), transcrito em (130), abaixo (cf. ZU:1993, (1)):

- (130) a. Vino el cartero esta mañana. Para mi gran alivio, llegó la carta (que estábamos esperando). = Novo
- b. Esta mañana llegó una carta de Paris. = Novo
- c. Mario me ha escrito una carta.  
% Llegó la carta ayer. = Velho => \*pós-verbal
- d. Mario me ha escrito una carta.  
La carta llegó ayer. = Velho ==> pré-verbal

A autora lembra que, para Calabrese, uma descrição definida denota um referente que é parte do Conhecimento Comum, mas não é parte do Universo Discursivo, de modo que, em (130a), o sujeito pós-verbal é um NP definido 'descritivo' e constitui informação Nova; descrições definidas se assemelham a indefinidas não-específicas, que tipicamente constituem informação Nova (cf. Donellan 1966) - como ilustrado em (130b), sujeitos indefinidos podem aparecer em posição pós-verbal; um definido anafórico denota um referente que já é parte do Unidade do Discurso, constituindo, portanto, informação Velha e, por isso, não pode aparecer em posição pós-verbal - como ilustrado pelo contraste entre (130c) e (130d); sob essa perspectiva, um nome próprio focalizado é uma descrição definida, ao contrário de um NP anafórico.

Essas propostas, no entanto, são rejeitadas por ZUBIZARRETTA (1995), para quem as noções de informação Velha e informação Nova são discursivas - tendo pouca relevância para a gramática - e a definição de foco como informação nova é problemática, na medida em que informação Velha também pode ser focalizada (ou

seja, constitui o chamado foco contrastivo), como em (131a) e (131b), abaixo (cf. ZU:1995, (6) e (7), respectivamente):

- (131) a. John hit Mary, and then SHE hit HIM.  
 b. A: What did John eat: a hamburger or a hotdog?  
 B: He ate a HAMBURGER.

Com base nesses exemplos, Rochemont(1986) propõe a distinção entre foco apresentacional e foco contrastivo. ZUBIZARRETTA rejeita também essa proposta, alegando que admitir mais de uma definição de foco só é plausível se for possível mostrar que diferentes exemplos de foco apresentam propriedades fundamentalmente diferentes. A autora ressalta que, ainda, que todo material focalizado pode ser tomado como explícita ou implicitamente contrastivo (ou seja, todos os focos são, em maior ou menor grau, contrastivos) e, no espanhol, por exemplo, o foco anteposto é explicitamente contrastivo - seja por já ter sido mencionado, seja por ser perceptualmente saliente, como em (132) e (133), respectivamente (cf. ZU:1995, (10)):

- (132) a. Qué lee Juan todos los días? (ZU:1995, (9a))  
 b. Las NOTICIAS lee Juan todos los días. (ZU:1995, (8a))  
 c. Juan lee todos los días las NOTICIAS. (ZU:1996 (8b))

- (133) Q: Dime, qué bebida trajo cada uno de los invitados?  
 A: El VINO trajo María, la CERVEZA trajo Jean, el JUGO Pedro...

ZUBIZARRETTA assume, então, a seguinte definição de foco em termos das noções pragmáticas de pressuposição e asserção, encontrada em Chomsky(1971) e Jackendoff(1972): a pressuposição numa sentença é aquele aspecto da sentença que constitui uma assunção partilhada pelo falante e pelo ouvinte; a parte não-

pressuposta (ou foco) da sentença constitui a asserção. Para a referida autora, as noções de foco e pressuposição são gramaticalmente relevantes uma vez que afetam as condições de verdade de uma sentença, e a distinção entre foco e pressuposição não se baseia, portanto, nas noções de informação Velha e informação Nova e, sim, na noção "contextualmente-ancorada de verdade presumida". Admitindo uma certa sobreposição das noções de informação Velha/Nova e as noções de pressuposição/asserção - ou seja, que a informação Nova é parte da asserção (e, portanto, o foco), e a informação Velha pode ser parte de pressuposição ou de asserção -, ZUBIZARRETTA (1995:27) afirma:

When the asserted constituent constitutes "old" or discourse-linked information, it gives rise to what is generally known as (explicit) "contrastive focus".

Após adotar a distinção postulada no SPE (Chomsky & Halle 1968) entre padrão prosódico não-marcado - que é gerado pelo algoritmo núcleo (chamado "Nuclear Stress Rule" (NSR), que prevê o acento mais à direita da frase) - e o padrão prosódico marcado (que não é gerado pelo NSR e resulta da não-coincidência do foco da sentença com a posição do acento principal definido pelo algoritmo NSR; ou seja, consiste numa distorção do padrão prosódico não-marcado), ZUBIZARRETTA assume, seguindo mais uma vez Chomsky 1971 e Jakendoff 1972, que, nas línguas como o inglês, o alemão, o espanhol, a noção semântica de foco tem um correlato fonológico: em FF, foco é definido em termos de proeminência prosódica: o constituinte que contém o foco de uma S tem que conter, também, a palavra prosodicamente mais proeminente em S. Essa exigência é tratada como o "Focus/Prosody

Correspondence Principle" (FPCP) por ZUBIZARRETTA(1995:46), formulado em termos da noção de "conjunto de constituintes-F" de modo a incluir focos não-constituintes:

- (134) The F-set of an IntP<sub>i</sub> must contain the word that bears main prominence within IntP<sub>i</sub>. (onde IntP = intonational unit) (ZU:1995, (56))

A autora argumenta, então, que "scrambling" no espanhol é motivado por considerações prosódicas e, não, morfológicas como proposto por Chomsky(1992, 1995); esse tipo de movimento - "P-movement" - se aplica em FF, a fim de permitir que a estrutura satisfaça o FPCP, ou seja, esse movimento cria uma configuração na qual o constituinte focalizado possa receber o acento principal através do algoritmo não-marcado. Assim, o padrão prosódico não-marcado é gerado pelo algoritmo não-marcado e permite uma leitura de foco largo, enquanto o padrão prosódico marcado pode ser definido como aquele que envolve "P-movement" ou desacentuação e está sistematicamente associado a foco "estreito". Essa distinção é ilustrada através de (135):

- (135) a. [F Todos los días lee Juan el DIARIO]  
 b. Todos los días lee el diario [F JUAN] (ZU:1995 (17))  
 c. Todos los días lee [F JUAN] el diario.

Em (135a), a proeminência principal recai sobre o objeto e a sentença inteira pode constituir a asserção (isto é, foco); em (135b), há um padrão prosódico marcado e o sujeito é o foco - o "P-movement" se aplica, gerando a ordem VOS, de modo que o sujeito passa a ocupar uma posição onde recebe o acento via algoritmo não-marcado; em (135c), o padrão prosódico marcado é derivado da desacentuação e mudança do acento, um mecanismo

utilizado nos casos em que não há alteração na ordem das palavras ou na estrutura sintática.

Ao ressaltar os dois aspectos que determinam se uma elocução é gramaticalmente "neutra" (não-marcada) - as propriedades de FF (a sua forma prosódica) e as propriedades de FL (sua estrutura de pressuposição/foco) - ZUBIZARRETTA distingue: sentença "neutra", se não fragmentada em partes que constituem pressuposição e asserção (que pode ser produzida em contexto isolado); sentença "não-neutra" (isto é, marcada), se é fragmentada em pressuposição e asserção (que não pode ser produzida em contexto isolado), e aponta dois testes que permitem identificar a estrutura foco/pressuposição:

a) construção de pares "Question/ Answer", onde as respostas incluem asserção (= {...} em (136), abaixo (cf. ZU:1995, (27)):

- (136) (a) Q: What did John eat? A: John ate {PEARS}.  
 (b) Q: What did John do? A: John {ate PEARS}.  
 (c) Q: What happened? A: {John ate PEARS}.

b) os operadores sensíveis a foco: *only, even, and negation* (cf. Jackendoff 1972, Root 1985, Tandreli 1990), no qual only está associado ao objeto focalizado, ilustrado em (137), abaixo:

- (137) a. John only ate {pears}, not apples.  
 b. John only {ate pears}, he did not drink wine.  
 c. John did not {eat pears}, but he drinks wine.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>. Depois de afirmar que esses exemplos mostram que a presença de pressuposição e asserção numa dada S afeta o significado dessa S, de modo que tal distinção tem que ser representada em FL, a autora remete ao capítulo 4 do seu trabalho, onde a questão da natureza e da representação do foco em FL será abordada; mas o referido capítulo ainda não se inclui na parte do trabalho à qual tive acesso, que, cabe lembrar, é uma versão incompleta.

Retomando a idéia geralmente defendida (cf. Jackendoff 1972; Culicover & Rochemont 1983; Rochemont 1986; Rochemont & Culicover 1990; Selkirk 1984) de que um traço F é que possibilita o par correto FF (prosódia) e FL (divisão da proposição em asserção/pressuposição), ZUBIZARRETTA(1995:28) propõe:

...this feature is assigned freely to nodes in the syntactic derivation<sup>10</sup>, the only constraint being that a node marked F may only dominate nodes marked F and a node marked -F may only dominate nodes marked -F. (...) at PF the category marked F must dominate the word with main prominence<sup>11</sup> within the intonational phrase...

A autora busca, então relacionar o fato de, no espanhol, a noção semântica de foco ter um correlato fonológico e a possibilidade de várias ordens das palavras exibida por essa língua. Ressaltando que sintagmas desacentuados in situ se distinguem, prosódica e sintaticamente, de sintagmas deslocados à direita, examina uma série de dados entre os quais figura:

A) A ordem VSO onde há um foco não-marcado F, de modo que a sentença pode ser interpretada como tendo focalizado apenas o sujeito posposto ou todo o VP, como em (138):

(138) La lavó MAMA, la mamadera." (ZU:1995, (4a), p. 67))

10. A autora afirma que uma categoria marcada F tem que ser licenciada em FF e FL e, em FF, o foco é, pelo menos nas línguas por ela examinadas (espanhol, francês, inglês), identificado através da prosódia. E observa (cf. NOTA 10, capítulo 2) que, em certas línguas da África, por exemplo, o foco é identificado em FF através de um afixo morfológico e, não, através da prosódia.

11. A autora assume que "main prominence is identified as bearing the highest number of asteriks in the metrical grid (as in the theory of stress developed by Liberman & Prince 1977, Selkirk 1984, Halle & Vergnaud 1987)" - como se verifica na palavra **Judea**, na sentença abaixo (cf. ZU:1995, (13)):

(i)

			*
			*
			*
			*
*	*	*	

[IP [NP [Jesus]] [VP [ preached [to the people [of Judea]]]]]



Nessa sentença - que pode ser produzida como resposta a pergunta QU- ou em contexto isolado - o objeto é um sintagma desacentuado por estar em adjunção (provavelmente, a IP), e o sujeito recebe o acento principal da sentença através da regra de acento não-marcado (como o nóculo mais profundamente encaixado da estrutura).

B) A ordem VSO onde há um foco marcado, de modo que a interpretação só pode ser a de que apenas o sujeito posposto é focalizado, como em (139):

- (139) a. Lavó MAMA la mamadera. (ZU:1995, (4b), p. 67)  
 b. Trajo {JUAN} el vino." (ZU:1995, (32a), p.96 )

Em tais sentenças - que só podem ser produzidas como respostas a perguntas QU- ou em situações contrastivas - o objeto é um sintagma desacentuado in situ, e o sujeito pós-verbal recebe o acento principal da sentença através do mecanismo de desacentuação.

C) A ordem VOS onde há um foco marcado, de modo que a interpretação só pode ser a de que apenas o sujeito posposto é focalizado, como em (140):

- (140) Trajo el vino {JUAN}. (ZU:1995, (37a), p.98 )

Em tais sentenças - que, também, só podem ser produzidas como respostas a perguntas QU- ou em situações contrastivas - o objeto é um sintagma desacentuado por estar em adjunção a VP (a estrutura subjacente dessa sentença seria VSO, e, por efeito do "P-movement", o objeto seria adjungido à projeção máxima mínima acima do sintagma marcado F (cf. ZU:1995, (39)), e o sujeito pós-



verbal recebe o acento principal da sentença através da regra de acento não-marcado (como o nóculo mais encaixado da estrutura).

D) A ordem VS (portanto, com verbo não-transitivo) onde há um foco não-marcado, de modo que a interpretação não é, necessariamente, a de que o sujeito pós-verbal é um foco estreito, como em (141):

- (141) a. {Llamó {JUAN}} (ZU:1995, (32c))  
 b. [Todo el día trabajó {JUAN}]. (RU:1995, (32d))

Nessas sentenças - que, à semelhança da sentença mencionada em (138), podem ser produzidas como respostas a perguntas QU- ou em contextos isolados - o sujeito pós-verbal recebe, então, o acento principal da sentença através da regra de acento não-marcado (como o nóculo mais encaixado da estrutura).

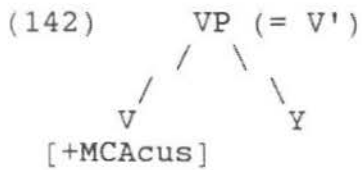
#### **4.5 O Licenciamento do DP[-Acus] Pós-verbal:**

##### **uma Reinterpretação nos Moldes Minimalistas**

##### **4.5.1 As Construções com Verbos Não-transitivos**

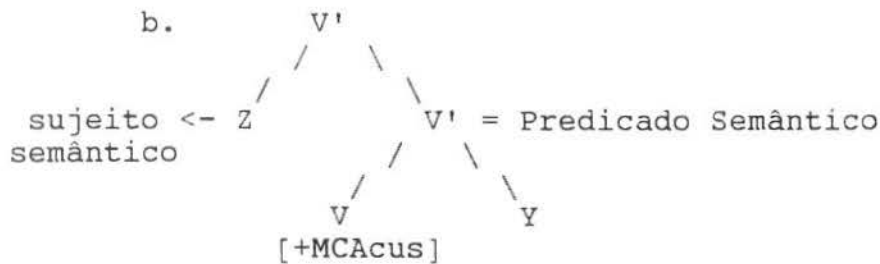
Os verbos são especificados quanto ao traço Marcador de Caso Acusativo (doravante, MCAcus), de modo que constituem dois grupos: verbos [+MCAcus] e verbos [-MCAcus].

Os verbos especificados positivamente em relação a tal traço selecionam um argumento interno, que é gerado como irmão de V, na projeção máxima lexical V:



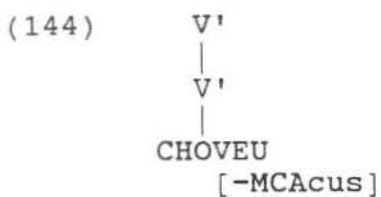
Conforme assumido no capítulo 3 desta tese (seguindo FUKUI & SPEAS:1986), a projeção máxima lexical pode selecionar um argumento externo - no caso dos verbos [+MCAcus], esse argumento é selecionado, estabelecendo-se uma Predicação Semântica:

(143) a. [O João [comprou o livro]]

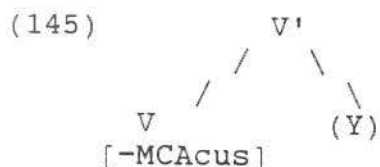


Os verbos especificados negativamente em relação ao traço [MCAcus] compreendem dois subgrupos:

a) um primeiro subgrupo, no qual a projeção máxima (VP) não seleciona argumento externo, ou seja, V não é um predicador e, conseqüentemente, não se estabelece uma relação de Predicação Semântica, como se verifica em (144):

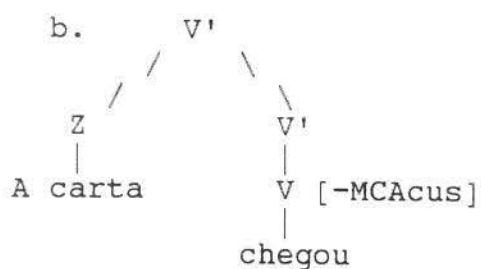


b) um segundo subgrupo de verbos [-MCAcus] pode, ou não, selecionar um argumento interno:



De modo geral (nas construções não-marcadas), o elemento Y não está na posição de irmão de V - ou seja, V não seleciona argumento interno - e a projeção máxima VP seleciona argumento externo; V é, portanto, um predicador:

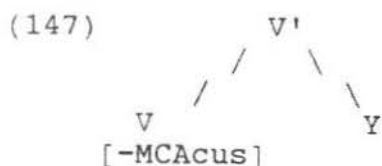
(146) a. A carta chegou.



Entre A carta e chegou, estabelece-se uma relação de Predicação Semântica - em outras palavras: esse tipo de verbo pode se envolver na construção de uma sentença predicativa.

Mas, existe a possibilidade de esse tipo de  $V_{[-MCAcus]}$  selecionar um argumento interno - nesse caso, a construção é marcada e resulta de uma numeração onde o elemento selecionado como argumento interno traz especificado um traço que obriga a sua entrada como irmão de V e a sua permanência nessa posição.

Nesse tipo de construção V' não seleciona argumento externo, de modo que não se estabelece uma relação de Predicação Semântica, como representado em (147) - essa construção vai derivar uma Sentença Apresentativa:



Embora as observações acima pareçam apontar para uma proposta de entradas lexicais diferentes nos casos dos tradicionalmente chamados verbos monoargumentais, não é essa a solução que apresento para a possibilidade dos dois tipos de construção (146-147), ou seja, proponho que tais construções são determinadas pela Numeração (mais exatamente, por razões relativas ao traço [+F]). A seguir, busco, então, explicitar a noção de foco e a natureza do traço [+F], utilizadas na referida proposta.

#### 4.5.1.1 Sobre o Constituinte Foco e o Traço [+F]

Seguindo ZUBIZARRETTA(1995), assumo que:

(i) O foco constituinte deve ser definido semanticamente como a parte não-pressuposta de S, que constitui a asserção.

(ii) A informação Nova é parte da asserção (e, portanto, o foco), e a informação Velha pode ser parte de pressuposição ou de asserção; se o constituinte "assertado" é uma informação Velha ou ligada ao discurso, constitui um foco contrastivo explícito.

(iii) O foco pode ser implicitamente contrastivo, de modo que a interpretação contrastiva pode ser atribuída tanto a um foco não especificado com o traço [+F], quanto a um foco marcado com esse traço.

(iv) Um traço F é que possibilita o par correto FF e FL.

(v) Em certas línguas, a noção semântica de foco tem um correlato fonológico: em FF, foco é definido em termos de proeminência prosódica, ou seja, o constituinte que contém o foco de uma S tem que conter, também, a palavra prosodicamente mais proeminente em S - "Focus/Prosody Correspondence Principle" (FPCP); há, no entanto, a possibilidade de foco não ser definido, em FF, em termos de proeminência prosódica, como ocorre, por exemplo, em certas línguas africanas.

E, a partir dessas noções, proponho, então, que:

1º) O constituinte foco (que pode ser definido em termos semânticos e em termos fonéticos) pode, ou não, ser um elemento marcado com o traço abstrato [F(oco)]; adotando os termos de CHOMSKY(1995), o traço [+F] pode ser caracterizado como opcional e [+interpretável], especificado na entrada lexical entre o léxico e a Numeração.

2º) Da mesma forma que ZUBIZARRETTA assume para o espanhol, o francês e o inglês, no português, o padrão prosódico não-marcado é gerado pela "Nuclear Stress Rule" (NSR), que prevê o acento mais à direita da frase, e o padrão prosódico marcado resulta da não-coincidência do foco da sentença com a posição do acento principal definido pela NSR.

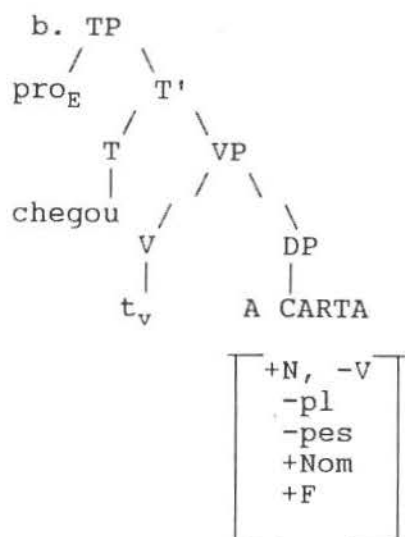
3º) Em português, o padrão prosódico marcado - que está sistematicamente associado a foco "estreito" - pode envolver "P-movement" (do qual resulta a possibilidade de o foco receber o acento via algoritmo não-marcado), mas não pode ser derivado da desacentuação e mudança do acento, um mecanismo utilizado nos casos em que não há alteração na ordem das palavras ou na estrutura sintática (o que será retomado mais adiante).

4º) no PB, foco é definido, em FF, em termos de proeminência prosódica; entretanto, no PE, o foco não-marcado (neutro) é definido, em FF, em termos de proeminência prosódica, e o foco marcado é definido, em FF, pela proeminência prosódica e a presença da marca de indefinidade (o que se coaduna com a afirmação de KATO & RAPOSO(no prelo), de que, no PE, o NP definido só pode ser foco em sentença clivada).

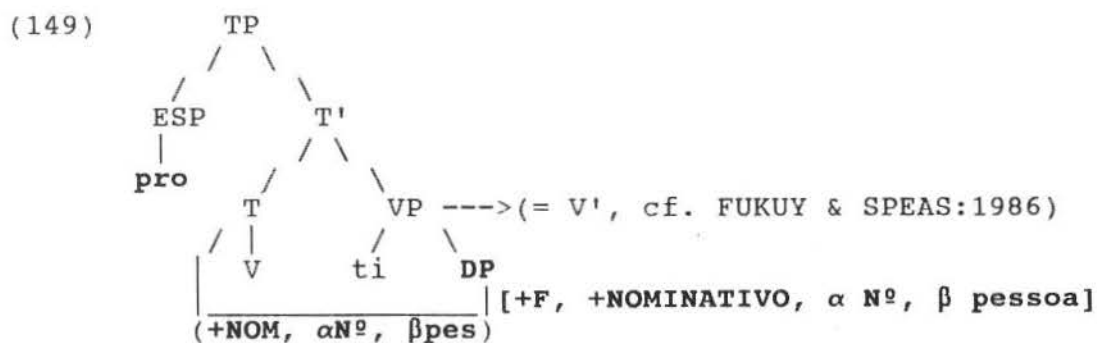
#### 4.5.1.2 O Licenciamento do Objeto Nominativo

Seguindo CHOMSKY(1995), para quem, o traço marcar Caso (um traço especificado em V e em T) é [-interpretável] e, portanto, exige checagem, mas essa checagem pode ocorrer apenas em FL, proponho que, nas sentenças do PB que vêm sendo analisadas como casos de ORDEM V-S - construídas apenas com verbo[-MCacus] - o DP pós-verbal é a projeção de um núcleo D que tem como complemento um N', projeção máxima lexical de um N que consiste numa entrada lexical marcada com o traço [+F]. Por ser especificado com o traço [+F], esse DP é gerado na posição de argumento interno a V (que não lhe atribui o Caso acusativo) e permanece *in situ* - o que decorre da definição de foco em FF, explicitada na subseção anterior). E, pelo fato de esse DP não poder subir para se envolver na checagem do traço-D de T, o expletivo é inserido na derivação, como mostra (148):

(148) a. Chegou A CARTA.



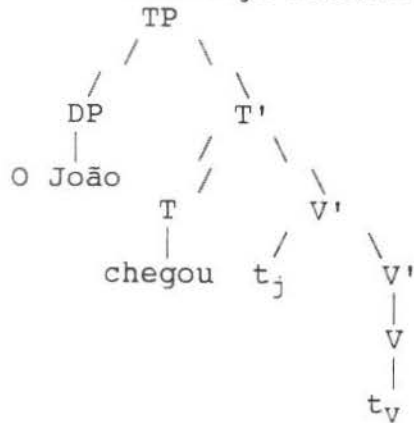
A presença desse expletivo - que, em português, não tem conteúdo fonético, mas, como o expletivo there do inglês, é uma categoria especificada [+traço-D, -Traço- $\phi$ , -papel- $\theta$ , -Caso] - não permite, então, a checagem do traço Marcar Caso Nominativo especificado em T (um traço [-interpretável]) que vai ser checado, envolvendo o movimento implícito dos traços- $\phi$  e do traço Caso DP[-Acus], que permanece na posição interna a V, conforme ilustra a representação (149):



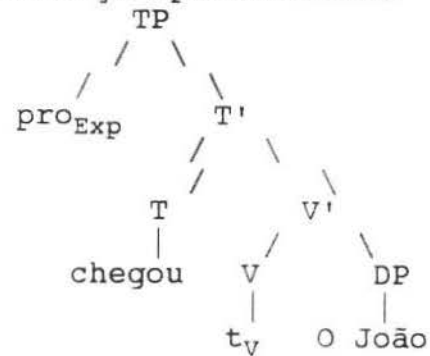
Essas operações têm como resultado a construção de uma sentença Apresentativa, cuja estrutura é completamente diferente da estrutura que resulta de operações que têm como resultado a

construção de sentenças Predicativas a partir de Numeração contendo verbo [-MCAcus], como mostra (150):

(150) a. Construção de Sentença Predicativa



b. Construção de Sentença Apresentativa



A sentença com a estrutura representada (150a) é construída a partir de uma Numeração que inclui um verbo[-MCAcus] e não inclui elemento especificado com o traço [+F]; o DP é gerado na posição de argumento externo a VP e sobe para ESP/TP - é esse DP que permite a checagem, do traço-D de T, sendo, portanto, o SUJEITO de uma Sentença Predicativa, com um padrão prosódico não-marcado (que pode ser produzida como resposta à pergunta: O QUE ACONTECEU? ou em contexto isolado - em ambos os casos, a sentença inteira é asserção).

A sentença com a estrutura representada em (150b) é construída a partir de uma Numeração que inclui um verbo[-MCAcus] e um elemento (um N) especificado com o traço [+F]; o DP construído com esse N como complemento de D, é gerado como argumento interno a V e não se envolve na checagem do traço-D de T, ou seja, não é SUJEITO e, sim, um objeto; essa sentença, também apresenta um padrão prosódico não-marcado, mas apenas o



objeto (isto é, o sintagma que se encontra na posição pós-verbal) é a asserção, ou seja, é um foco estreito.

A distinção descrita é representada através de (151):

- (151)a. [F [o João [CHEGOU]]]  
b. [chegou [O JOÃO]]

Enfim, a sentença (151b), que têm sido analisada como caso de ORDEM V-S, é uma sentença Apresentativa, que não apresenta um sujeito posposto/invertido e, sim, um OBJETO NOMINATIVO - isso significa que o PB não apresenta, portanto, a ORDEM V-S.

Assim sendo, nas sentenças com acento não-marcado (nas quais, de acordo com a regra NSR, o acento principal de S incide sobre o constituinte mais encaixado da estrutura) esse acento será atribuído:

- a) ao foco não especificado com o traço [+F], como em (152):

- (152) a. O Carlinhos vendeu o Fusca.  
b. O Mário trouxe a carta.  
c. Encontrei o Ronaldo ontem.

b) ao foco especificado com o traço [+F], em sentenças inacusativas nas quais esse constituinte foco é gerado como irmão de V, o que se verifica em (153):

- (153) a. - Tem alguma coisa prá mim, Seu Geraldo?  
- Chegou ESTA REVISTA.  
b. - Não veio nenhum dos meus amigos.  
- Veio O MILTON.  
c. - Alguém telefonou?  
- Telefonou UM CLIENTE.  
d. - Os assessores foram exonerados.  
- Foi exonerado UM ASSESSOR.

Nas sentenças marcadas, o acento principal de S vai ser atribuído ao constituinte especificado com o traço [+F], se esse constituinte é gerado numa posição interna a V (que não é a mais encaixada de S), e, em consequência de uma operação "P-movement", que desloca o constituinte mais encaixado para uma posição de adjunção, o foco pode, então, receber o acento principal através da regra de acento não-marcado - o que se verifica em (154):

(154) [<sub>TP</sub> **pro**<sub>E1</sub> Ficaram<sub>v</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>v</sub> OS SOLDADOS [<sub>VP</sub> [<sub>AP</sub> feridos]]]]

Cabe ressaltar que há, ainda, a possibilidade de o foco especificado na Numeração com o traço [+F] - inclusive, com uma interpretação contrastiva - ocupar uma posição de tópico, como mostram os seguintes exemplos:

- (155)a. - Preciso de uma meia fina prá sábado; você sabe se  
           a Sheila vai ao Shopping hoje?  
       - A PATRÍCIA vai. (a Sheila, NÃO)
- b. - Vocês almoçaram em Belo Vale?  
       - O LEE almoçou. (eu, NÃO)
- c. - Parece que ninguém trouxe refrigerante...  
       - A ISA trouxe.

Os dados observados permitem supor que a sentença (154) é agramatical no PE pelo fato de, nessa variedade, não ser possível o uso do mecanismo acima. ZUBIZARRETTA(1995:11) afirma que os mecanismos de desacentuação/mudança de acento e P-movement fazem parte da gramática do espanhol (e "outras línguas românicas", que a autora não especifica), mas o inglês usa apenas o mecanismo de desacentuação/mudança de acento. Isso permite supor que esses mecanismos, além de não serem usados por todas as línguas, podem apresentar usos diferentes, de uma língua para outra. Assim, pode

ser que, em línguas que exibem o "P-movement", por exemplo, os elementos passíveis de movimento não sejam os mesmos.

A análise aqui proposta remete a duas questões bastante polêmicas, que merecem, portanto, algumas considerações - a da existência de categoria expletiva (lexical ou nula) e a da unificação da análise das sentenças inacusativas. É dessas questões que tratam as subseções seguintes.

#### 4.5.2 A Questão do Expletivo

Segundo CHOMSKY(1995), na construção com expletivo, como (156), a concordância é com o associado do expletivo o que exige que os traços- $\phi$  desse associado subam para o domínio de checagem do INFL(matriz), através de uma operação implícita - em outras palavras, exige que os traços não checados do associado sejam adjungidos a INFL (e não a there na posição de ESP/INFL) enquanto o associado permanece in situ.

(156) there is a [book missing from the shelf] (CH:1995 (36))

CHOMSKY(1995, Seção 4.5, p. 53-4) afirma que:

...the associate must have unchecked features in order to be accessible for raising (...) there checks the strong feature of INFL (EPP), or expletive constructions (...) would not exist (...). But there must lack Case or  $\phi$ -features, or both, or all features of INFL will be checked and the associate will not raise.

As relações descritas na seção anterior, e sintetizadas no QUADRO, a seguir, deixam evidente que o traço-D de T(EPP) é o principal - mas, não o único - responsável pela possibilidade de

construção com expletivo, pois: o traço-D não implica sempre a presença de um expletivo e, além disso, não existe apenas um tipo de categoria expletiva.

Conforme mostra o QUADRO 2, a exigência de checagem do traço-D de T (PPE) pode implicar a presença de um dentre três tipos de DP (elemento especificado com o traço-D) na posição de Esp/TP - ou seja, de SUJEITO:

- (157) a. DP [+traços- $\phi$ , +papel- $\Theta$ , +Caso]  
 b. DP [-traços- $\phi$ , -papel- $\Theta$ , -Caso]  
 c. DP [-traços- $\phi$ , -papel- $\Theta$ , +Caso]

VERBO	SUJEITO					MATRIZ FONÉTICA
	AI	AE	$\phi$	$\Theta$	CA	
[+MCacus]	+	+	+	+	+	(a) John bought a car.
						(b) João comprou um carro.
						(c) <b>pro</b> Comprei um carro.
[-MCacus]	-	+	+	+	+	(d) John arrived.
						(e) João chegou.
						(f) John was tired When he arrived.
						(g) João estava cansado quando <b>pro</b> chegou.
[-MCacus]	+	-	-	-	-	(h) <b>There</b> arrived John.
						(i) <b>pro</b> Chegou o João.
[-MCacus]	-	-	-	-	+	(j) <b>It</b> rains.
						(k) <b>pro</b> Choveu.

Considerando os dados contidos no QUADRO 2, é possível dizer que existe uma distribuição complementar desses três tipos de DP - nenhum deles ocorre onde ocorre um outro. Isso sugere que a existência dos dois tipos de expletivo é motivada; assumo, então,

uma reformulação da proposta de CHOMSKY, quanto à relação entre there e o associado, ou seja, proponho que a paráfrase de parte do trecho de CHOMSKY citado acima, contida em (158a) deve ser substituída por (158b):

- (158)a. .... there precisa não ter Caso nem traço- $\phi$ , ou ambos, de modo a não checar todos os traços de INFL e permitir que traços não-checados de INFL obriguem o alçamento do associado.
- b. Em determinadas construções, não existe um argumento que possa subir para o Esp/TP de modo a permitir a checagem do traço-D de T; esse fato é que implica a existência de categorias expletivas.

A idéia contida em (158b.) é, portanto, a de que a existência de categoria expletiva resulta da exigência de checagem do traço-D em interação com a possibilidade de diferentes construções com verbo[-MCAcus]. Isso fornece motivação para a existência de dois tipos de expletivo (ou seja, para a distinção entre there e it, no inglês;  $pro_{E1}$  = there e  $pro_{E2}$  = it, no português). Considerando os exemplos incluídos no QUADRO 1, assumo, então, que:

1 - Nas construções com verbo[+MCAcus] - como nos exemplos (a-c) - e nas construções com verbo[-MCAcus] que apresentam argumento externo (como nos exemplos (d-g)), esse argumento é alçado para o Esp/TP, por exigência do traço-D e se envolve, também, na checagem do traço Marca Caso Nominativo, de T (doravante, [MCNom]).

2 - Nas construções com verbo[-MCAcus] que seleciona argumento interno especificado [+Nominativo] e que não pode subir para satisfazer a exigência do traço-D (como ocorre nos exemplos (h, i)), a posição de Esp/TP tem que ser ocupada por uma

categoria especificada com o traço-D, mas, na medida em que o referido argumento apresenta o Nominativo, pode, em FL, se envolver na checagem do traço[MCNom], que é, então, eliminado; em vista disso, a categoria que ocupa a posição de Esp/TP não tem Caso. Tais fatos explicam, tanto a existência (e, obviamente, as construções) com expletivo - there (no inglês) e pro<sub>E1</sub> (no português) - quanto as construções do tipo da que BRANIGAN(1993) aponta como evidência em favor da existência de uma posição não-argumental (a posição II) entre CP e IP, mencionada no Capítulo 3 desta tese como (49) e repetida, abaixo, como (159):

(159) Every Thursday at noon, into the salon wander three stevadors. (Exemplo (117), de BRANIGAN)

No referido Capítulo, discordando de BRANIGAN, assumo que essa sentença apresenta a estrutura representada em (61) e repetida, então, como (160):

(160) Every Thursday at noon, [TP into the salon [T [VP [V wander [DP three stevadors ]] [t ]]]

Nessa estrutura:

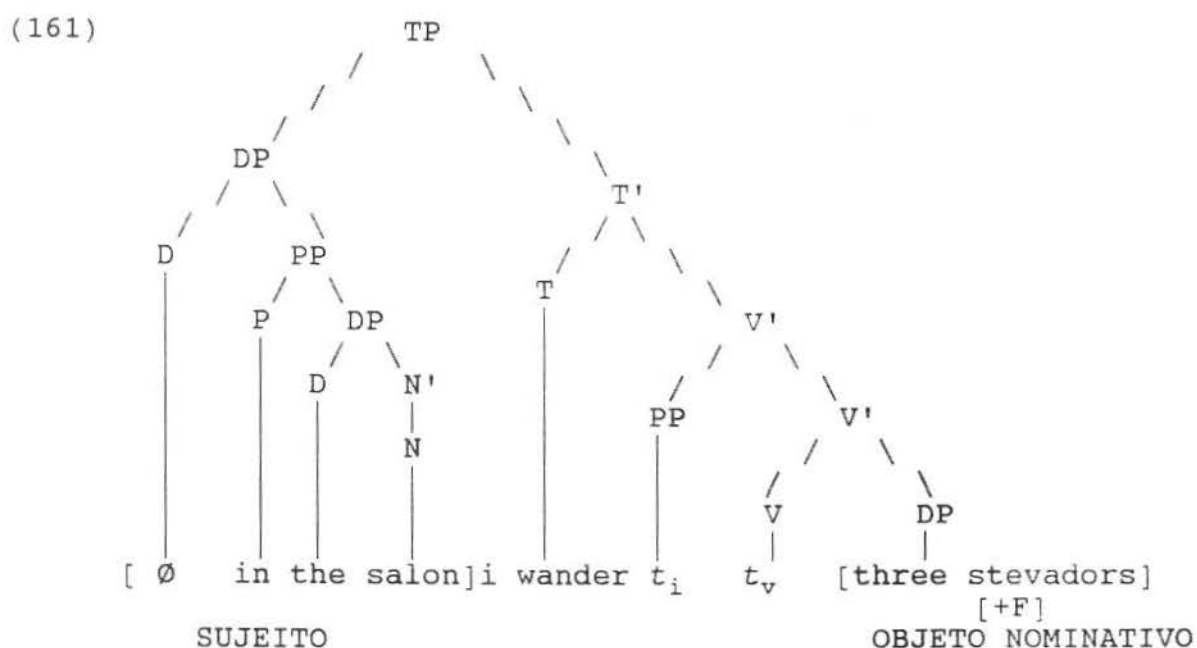
a) in the salon é um elemento que ocupa a posição de Esp/TP, de modo a permitir que a exigência de checagem do traço-D de T seja satisfeita<sup>12</sup>;

b) esse elemento é, portanto, especificado quanto ao traço-D e não especificado quanto ao Caso.

À primeira vista, o fato de esse elemento não ter Caso óbvio - pois, na sentença (158), o que se verifica é a presença de um

<sup>12</sup> A possibilidade de alçamento de um predicado em sentenças com verbos inacusativos de atividade é admitida por HOEKSTRA, T. & R. MÜLLER(1990).

PP na posição de Esp/TP; já o fato de esse elemento apresentar o traço-D demanda explicitação. Considerando que o PPE se resume no traço-D de T e que o traço [MCNom] pode ser checado através, apenas, de um movimento explícito, assumo que o referido elemento é um DP, no qual a posição de D é ocupada por um D\_Nulo<sup>13</sup>, como mostra (161), abaixo:



3 - Nas construções com verbo[-MCAcus] que não seleciona argumento interno (como ocorre nos exemplos (j, k)), não há um argumento que possa subir a fim de que a exigência do traço-D seja satisfeita; conseqüentemente, a posição de Esp/TP tem que ser ocupada por uma categoria especificada com o traço-D e, na medida em que não há argumento que possa se envolver na checagem do traço[MCNom], a categoria que vai ocupar a posição de Esp/TP terá que ser especificada quanto a Caso. Esse fato é claramente evidenciado pela presença do it no exemplo (j) - It rains. Em

<sup>13</sup> Essa solução me foi sugerida pela Prof<sup>a</sup> Mary Kato (c.p.).

português, no entanto, a existência desse tipo de expletivo não é tão clara. A observação dos dados do português, tendo-se em vista os do inglês, sugerem que é plausível admitir que, em português, existe  $pro_{E1}$  - correspondendo a there - e  $pro_{E2}$  - correspondendo a it. A categoria  $pro_{E2}$  é especificada [+Nominativo] e se envolve na checagem do traço [MCNom] de T; isso é possível, na medida em que a operação de checagem, na verdade, envolve traços.

A análise proposta no item 2 acima, provavelmente explica os contrastes que, segundo RAPOSO & URIEGEREKA(1990), se verificam entre as sentenças de (162) e (163a) e entre (163a) e (163b):

- (162) a. El chegou un estudiante tarde.  
 b. El foi convidado un estudiante prá festa.  
 c. El nacéu un rapaz cunha costela partida.
- (163) a. En Beirut, [e] ficaram onte [<sub>MO</sub> [os soldados] sen armas]  
 b. \*En Beirut, el ficaram onte [<sub>MO</sub> [os soldados] sen armas]

Os referidos autores propõem que: em (162), há dois marcadores de Caso - INF, que atribuí o nominativo ao NP, e o verbo matriz, que marca o partitivo no objeto temático; nas duas sentenças de (163), só há uma fonte de Caso - o INF matriz, que é marcador de Caso nominativo; em (163a), o NP recebe esse Caso; em (163b), há uma competição entre o NP e o expletivo lexical pelo nominativo a ser marcado por INF, ou seja, um desses elementos não tem como receber Caso, o que significa que o FC é violado.

De acordo com a análise atribuída a (161), nessas últimas sentenças - (162) e (163) -, o expletivo pode ser do tipo there,



ou seja, não ter Caso e ser um elemento que se responsabiliza pela checagem do traço-D de T; em (163b), há um DP no ESP/TP, de modo que não se explica a presença do expletivo.

À gramaticalidade de (163a) - que é uma sentença gramatical também no PE - constitui um problema para a minha análise e aponta para a necessidade de uma observação mais acurada, não só de dados desse tipo (ou seja, com DP definido focalizado, seguido de PP), mas também de dados que possam evidenciar o uso, ou não, de mecanismos para colocar o constituinte (+F] na posição em que pode receber o acento principal da sentença.

#### 4.5.3 Sobre uma Análise Unificada para as Sentenças Inacusativas

Os paradigmas abaixo deixam evidente que nem todos os verbos especificados como [-MCAcus] que selecionam argumento podem ser envolvidos nos dois tipos de construção - com e sem Predicação Semântica; em outras palavras, em Sentença Predicativa e em Sentença Apresentativa:

- (164) a. A carta chegou./Chegou A CARTA.  
b. The letter arrived./There arrived the letter.
- (165) a. \*Que o João vai trabalhar foi decidido./Foi decidido que o João vai trabalhar.  
b. \*That John will work it was decided./It was decided that John will work.
- (166) a. O menino é inteligente./\*É o menino inteligente.  
b. The boy is intelligent./\*There/It is the boy intelligent.
- (167) a. \*Uma festa houve no prédio/Houve uma festa no prédio.  
b. A man is in the garden/There is a man in the garden.
- (168) a. João foi morto./Foi morto O JOÃO.  
b. John was killed./\*There/It was killed John.

Com base nessas sentenças, é possível dizer que os referidos verbos se subdividem em: verbos que admitem a construção de Sentença Predicativa e de Sentença Apresentativa (como em (164), (167b) e (168a)); verbos que admitem apenas construção de Sentença Apresentativa (como em (165) e (168a)); verbos que só admitem a construção de Sentença Predicativa (como em (167) e (168b.)). Essa subdivisão se explica diante das forma de checagem permitidas ao traço [MCNom] de T, dos elementos que podem/devem se envolver na checagem do traço-D de T e dos tipos de argumento que podem ser selecionados por tais verbos e suas projeções:

A - se o verbo[-MCAcus] não seleciona argumento, mas V' seleciona um DP argumento externo (à semelhança de V', projeção máxima de verbo[+MCAcus]), esse DP permanece se envolve na checagem do traço-D e do traço [MCNom] - ocupa a posição de Esp/TP, sendo um sujeito semântico e o SUJEITO da sentença:

- (169) a. A carta chegou.  
 b. João foi morto.  
 c. The letter arrived.

B - se o verbo[-MCAcus] seleciona um DP especificado com o traço [+F] como argumento (ou o sujeito de mini-orção argumento de V) esse DP permanece in situ, mas se envolve na checagem do traço [MCNom] - a posição de Esp/TP é ocupada por um elemento sem Caso, como em:

- (170) no PB:  
 a. **pro**<sub>E1</sub> Chegou UMA CARTA/A CARTA/O JOÃO.  
 b. **pro**<sub>E1</sub> Foi morto UM POLICIAL/O POLICIAL/O JOÃO.  
 c. **pro**<sub>E1</sub> Ficaram ALGUNS SOLDADOS/OS SOLDADOS feridos.

- (171) no PE:  
 a. **pro**<sub>E1</sub> Chegou UMA CARTA.  
 b. **pro**<sub>E1</sub> Foi morto UM POLICIAL.  
 c. **pro**<sub>E1</sub> Ficaram ALGUNS SOLDADOS feridos.

(172) no INGLÊS:

- a. There arrived the letter.
- b. There is a man in the garden.

B - se o verbo[-MCAcus] seleciona uma CP como argumento, uma vez que CP não tem traço-D nem Caso, não se envolve na checagem do traço-D nem na checagem do traço[MCNom], de T - a posição de Esp/TP é ocupada por um elemento com Caso, como em:

- (173) a. **pro**<sub>E2</sub> Foi decidido que o João vai trabalhar.  
 b. It was decided that John will work.

D - se o verbo[-MCAcus] é o autêntico verbo copulativo,<sup>14</sup> ou seja, o verbo ser, esse verbo, na verdade, é um mero operador (um elemento que carrega o Tempo, de modo a se licenciar a predicação semântica estabelecida na mini-orção, já que não é possível uma predicação sem Tempo); nesse tipo de construção, o sujeito da mini-orção envolve-se na checagem do traço-D e do traço [MCNom] de T - é, então, alçado para a posição de Esp/TP, sendo um sujeito semântico e o SUJEITO da sentença, como em (174) e, inclusive, na sentença (174c), na qual o particípio - que, por ser um item híbrido, quanto aos traços categoriais - talvez seja, diferentemente do que se verifica em português, um item em que predomina o traço categorial [+N] o particípio:

- (174) a. O menino é inteligente./\*É o menino inteligente.  
 b. The boy is intelligent./\*There/It is the boy intelligent.  
 c. John was killed./\*There/It was killed John.

---

<sup>14</sup> A distinção entre verbo copulativo e verbo pseudo-copulativo (parecer, continuar, tornar, etc.) é encontrada em CASTELEIRO- (1981).

Esses diversos tipos de construção não permitem explicar a sentença (175), que parece conter um DP [+F] como argumento ou sujeito de mini-orção argumento do verbo (ou seja, argumento interno):

(175) Houve uma festa no prédio.

Isso sugere que o verbo haver é uma idiossincrasia, e as sentenças nas quais figura resultam de construções em que o elemento nominal pós-verbal é, conforme propõem NASCIMENTO & KATO(1995), parte de um predicado de uma mini-orção complemento (e, por isso, não tem Caso):

(176) [ e [+T....] [VP haver [DP [DP e [D e [Q uma [N' festa [PP LOC 0 [P' no prédio]]]]]]]]]

A dúvida que fica em relação a se atribuir essa análise à sentença em questão é se se faz necessário admitir a subida do Locativo Nulo - segundo os referidos autores, o sujeito de uma mini-orção, parte do DP complemento de V - para o Esp/TP ou se não é mais plausível assumir que, em tais estruturas, a posição de Esp/TP é ocupada pelo expletivo sem Caso, ou seja,  $pro_{E2}$ , como em estruturas com verbos do tipo chover.

#### 4.6 A Relação entre a Possibilidade de Sujeito Nulo e a Possibilidade de ORDEM V-S

Na busca de explicação para a possibilidade de sujeito nulo, CHOMSKY(1981) propõe inicialmente que esse fenômeno seria derivado de um parâmetro, responsável, também, pela possibilidade da

ORDEM V-S. Mas, diante da possibilidade de sujeito nulo em línguas não dotadas de Agr "rico" e, mesmo em línguas não dotadas de um elemento Agr, o parâmetro "pro-drop" cedeu lugar a várias outras propostas de explicação para a possibilidade de sujeito nulo (que continuou sendo tratada como estreitamente relacionada a propriedades morfológicas do paradigma flexional), ao lado das quais surgiram, também, várias propostas de explicação para a ORDEM V-S, motivadas pela constatação de essa propriedade consistia num fenômeno, nem livre nem homogêneo.

A preocupação em explicar a possibilidade de sujeito nulo leva RIZZI(1986) a propor uma Teoria de **pro**, que inclui a exigência de um núcleo que atribua um caso a **pro**, sob regência; ou seja, a condição de licenciamento formal, responsável pela possibilidade de sujeito nulo expletivo (mesmo em línguas que não exibem a possibilidade de sujeito nulo referencial). A questão do Caso leva ROBERTS(1990) a postular a existência do "parâmetro de atribuição do Caso nominativo". Essas duas propostas prevêm inter-relação entre a possibilidade de sujeito nulo e a ORDEM V-S: as referidas propriedades são relacionadas, na medida em que, em certas estruturas, a presença da ordem V-S implica a possibilidade de sujeito nulo expletivo.

No entanto, o fato de apresentar a possibilidade de sujeito nulo expletivo, por si só, não é capaz de explicar por que:

a) línguas que apresentam a possibilidade de sujeito nulo referencial (**pro- $\theta$** ) e o sujeito nulo expletivo (**proE**) - não permitem DP[-Acus];

b) línguas que não admitem o sujeito nulo referencial - embora permitam sujeito nulo não-referencial ou expletivo proE - não permitem DP[-Acus];

c) línguas que não admitem o sujeito nulo - referencial ou expletivo - apresentam DP[-Acusativo] em posição pós-verbal em determinado tipo de construção

Esses fatos são ilustrados no QUADRO3, abaixo:

	[-AGR]			[+AGR]		
				+RICO	-RICO	
	proT	proE	DPpv	proT	proE	DPpv
chinês	+	+	-			
italiano				+	+	+
alemão				-	+	-
inglês					-	+

Além disso, as duas propostas acima mencionadas devem ser revistas à luz da Teoria Gerativa em sua fase atual - envolvem a noção de regência que, conforme CHOMSKY(1993-1995), é uma noção dispensável. Assim sendo, não permitem explicar o licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal em português, que, para alguns autores, implica (ou pode implicar) a marcação do Caso nominativo a esse DP, sob regência (cf. NASCIMENTO:1984; RAPOSO & URIAGEREKA:1990).

A falta de um consenso na literatura gerativista, quanto à idéia inicial de que as duas propriedades - a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ORDEM V-S - se incluíam num conjunto de fenômenos resultantes de um único parâmetro, é ressaltada por JAEGLLI & SAFIR(1989:24-5), após afirmarem que:

*Null subject phenomena often co-occur with two other properties which are nevertheless theoretically and empirically independent of the null subject parameter: free subject inversion, and the possibility of extracting a subject long distance over a lexically filled complementizer (so-called that-trace condition violations).*

Esses autores lembram, então, que: por uma lado, tais propriedades são exibidas por algumas línguas românicas (tais como o italiano e o espanhol) e, de acordo com Brandi e Cor-din<sup>15</sup>, o Trentino e o Fiorentino - dois dialetos do italiano - podem ser caracterizados como de sujeito nulo exatamente por apresentarem inversão livre e a aparente violação do filtro *\*that-trace*; por outro lado, no entanto:

a) há quem argumente que elas não aparecem juntas em todas as línguas de sujeito nulo (cf. Chao(1980) e Safir(1985a);

b) Kenstowicz conclui que a correlação em questão não é restrita às línguas românicas; dois dialetos do árabe diferem precisamente nesse ponto: o árabe oriental se parece com inglês (ou seja: (i) não tem sujeito nulo; (ii) não permite extração do sujeito sobre um COMP preenchido; (iii) não aceita inversão do sujeito), ao passo que o dialeto Bani-Hassan do árabe admite essas três propriedades e, nesse dialeto, segundo o autor, a possibilidade (ii) está estreitamente relacionada com a propriedade (iii), exatamente como, de acordo com Rizzi(1982), ocorre no italiano.

Nos estudos sobre o PB, a hipótese de que as duas propriedades - a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ORDEM

---

<sup>15</sup> Esse trabalho aparece sem data e não é incluído entre as Referências, mas é mencionado mais de uma vez por JAEGLLI & SAFIR (cf. p. 22 e 23).

V-S - são epifenômenos de uma propriedade mais abstrata não parece ser corroborada, pois:

a) a análise de NASCIMENTO(1984) - na qual é explicitamente assumido que o PB, apesar ser uma língua de sujeito nulo, não exhibe a chamada "inversão livre" (já que os casos de ORDEM V-S são encontrados apenas em sentenças apresentativas, construídas com verbos intransitivos) - rejeita, portanto, essa hipótese;

b) o estudo de TARALLO(1993) - que defende a perda do sujeito nulo e da ORDEM V-S nessa "língua" - assume e, à primeira vista, parece corroborar tal hipótese; no entanto, conforme demonstrado no Capítulo 2 desta tese, os resultados quantitativos nos quais TARALLO se baseia não podem ser interpretados como perda concomitante das duas propriedades em questão; mais exatamente, tais resultados não podem ser interpretados: como perda da possibilidade de sujeito nulo (que é exibida pelo PB) e nem como perda da ORDEM V-S (que o PB realmente não permite), pois o fenômeno examinado pelo referido autor é a construção com DP[-Acus] pós-verbal, também presente no PB e que, de acordo com a presente tese, não constitui caso de ORDEM V-S;

c) o estudo de FIGUEIREDO SILVA(1994) - que assume ser o PB uma língua de sujeito nulo e sem ORDEM V-S (e trata os casos "que ainda restam, de sujeito posposto" como casos de objeto, ou parte de um complemento) - também descarta a referida hipótese.



## Capítulo 5

### Considerações Finais

Conforme explitado no Capítulo 1, a questão básica que propus abordar nesta tese é a caracterização do PB quanto às duas propriedades tidas como fundamentais para a distinção das línguas *pro-drop* - a possibilidade de sujeito nulo e a possibilidade de ordem VS. A delimitação dessa questão baseou-se no fato de essas duas propriedades serem apontadas, em estudos variacionistas, como perdidas pelo PB; ou seja, a minha opção, na verdade, não foi norteada por uma distinção dessas duas propriedades, em termos da sua importância no conjunto das atribuídas ao parâmetro *pro-drop*. Considerando, então, os limites estabelecidos para a realização do presente trabalho, as outras três propriedades tidas como derivadas do referido parâmetro não serão aqui analisadas, mas cabe ressaltar que todas elas são apresentadas pelo PB, como se pode ver a seguir:

A - o movimento longo de Qu<sup>-1</sup>:

- (1) a. Quem o Pedro acha que [e] vem?  
b. Quem você disse que [e] morreu?  
c. Quem a Maria disse que [e] vai trazer os meninos hoje?

B - o pronome resuntivo vazio em orações subordinadas:

- (2) a. O Felipe, todo mundo acha que pro é muito esperto.  
b. O João, ninguém sabia que pro tinha mudado de escola.  
c. A Rita, acho que pro soube viver intensamente.

---

<sup>1</sup> Essas sentenças estão representadas tendo-se em vista apenas o fato de a posição de sujeito ser ocupada por uma categoria vazia; a natureza dessa categoria não será discutida aqui, mas cabe lembrar que tem sido freqüente a análise desse tipo de movimento a partir da posição pós-verbal (cf. Rizzi:-1978, CHOMSKY:1981, SHLONSKY:1988, etc.).

C - a aparente violação do Filtro \*[that-trace]:

Esse fenômeno - que consiste na possibilidade de um sujeito nulo depois da conjunção (COMP) - não é registrado nas línguas ditas não-*pro-drop* (como o inglês), que, ou usam o pronome lexical na posição de sujeito, ou eliminam a conjunção; a sua presença no PB é atestada pelos exemplos usados na ilustração dos dois fenômenos acima, ou seja, pelas sentenças de (1) e (2).

A abordagem da questão delimitada será retomada, a seguir.

### 5.1 As Perguntas e as Respostas

As respostas que apresento para as questões I-V, formuladas em função dos dois objetivos gerais perseguidos ao longo desta tese, podem ser assim sintetizadas:

I - A conclusão, com base em alguns resultados quantitativos, de que o PB deixou de ser uma língua *pro-drop* constitui um equívoco, pois: à luz de pressupostos fornecidos pelo modelo de P&P, esses resultados atestam a presença, tanto do sujeito nulo (cf. TARALLO:1983, 1985; DUARTE:1993, 1995; MENON:1994), quanto do fenômeno que TARALLO(1993b) considera como ORDEM V-S (e foi examinado por BERLINCK:1988, 1989). Enfim, se houve, como afirma TARALLO(1993b) a emergência de uma nova gramática - ou seja, de uma gramática brasileira - no final do século XIX, os resultados dessas e de outras análises variacionistas da representação do sujeito no PB não constituem indícios de tal emergência.

II - O licenciamento do sujeito nulo no PB se explica pela presença das mesmas propriedades apresentadas pelas línguas ocidentais tidas como *pro-drop* - ou seja:

III - o PB exhibe a possibilidade de sujeito nulo, que é uma manifestação de propriedades da gramática (ou seja, um epifenômeno), determinada não apenas pela "riqueza" do paradigma flexional, embora essa "riqueza" exerça alguma importância para a presença do sujeito nulo em certas línguas. O sujeito nulo depende de uma condição de licenciamento formal, ou seja, da existência de um núcleo T com traço-D "forte", do que resulta a possibilidade de a posição de Espec/TP (a posição de SUJEITO) ser ocupada por um elemento com ou sem uma matriz fonética. Além disso, o sujeito nulo referencial deve ter o seu conteúdo referencial identificado; no caso do sujeito nulo interpretado como pessoa, tal identificação pode ser feita - como no caso do sujeito nulo interpretado como não-pessoa - através de uma ligação comum entre esse sujeito e um DP (contido na sentença ou no discurso), mas pode ser feita, também, através de uma ligação especial entre tal sujeito e uma marca morfofonológica especificada com o subtraço [+pessoa], ou seja, por uma FLEXÃO RICA, que constitui, portanto, apenas um dos mecanismos de identificação do conteúdo referencial do sujeito nulo. A presença de FLEXÃO RICA - a característica das línguas *pro-drop* - é exibida pelo PB, que é, pois, uma língua *pro-drop*.

IV - Partindo da intuição revelada na literatura quanto ao caráter do DP[Acus] pós-verbal - tratado como um irmão de V, que se comporta como objeto num nível de representação, ou em algum tipo de construção -, assume-se, nesta tese, que o referido DP

é um OBJETO NOMINATIVO, cuja legitimidade resulta da interação entre estas propriedades:

a) a possibilidade de checagem do traço-D de T por um elemento sem papel- $\Theta$  e sem Caso;

b) a possibilidade de checagem do Caso em FF ou em FL.

V - O fato de o PB ser uma língua de sujeito nulo que exhibe a possibilidade de construções com Objeto Nominativo e o fato de o inglês, embora sendo uma língua que não admite o sujeito nulo, também exibir a possibilidade de construção com esse Objeto constituem evidência de que as duas propriedades em questão são independentes. A presença da possibilidade de construção com Objeto Nominativo nos dois tipos de língua é resultado das propriedades mencionadas no parágrafo anterior, que nada dizem sobre a possibilidade, ou não, de sujeito nulo.

## 5.2 Algumas Vantagens

De acordo com a análise defendida no presente trabalho, o PB se caracteriza como uma variante do português, que continua exibindo a possibilidade de sujeito nulo, mas não exhibe a possibilidade de ORDEM V-S. A primeira parte dessa análise tem a vantagem de explicar:

a) a contradição que se verifica entre a posição defendida com base em estudos sociolinguísticos variacionistas, segundo a qual o PB deixou de ser uma língua *pro-drop*, e as frequências relativamente altas de sujeito nulo registradas no PB, por esses estudos e outros realizados à luz do mesmo modelo teórico;

b) a contradição que se verifica entre a posição segundo a qual o elemento Agr do PB é incapaz de identificar o sujeito **pro** e a presença desse sujeito nessa variante do português (onde é, inclusive, registrado em altas frequências por alguns estudos sociolingüísticos);

c) a possibilidade de sujeito nulo atestada em línguas que, à semelhança do PB, exibem um paradigma flexional sensivelmente reduzido.

A caracterização do PB como uma variante do português que não apresenta a possibilidade de ORDEM V-S tem as seguintes conseqüências:

a) define o estatuto do elemento nominal que se encontra na posição pós-verbal das estruturas com verbos não-transitivos do PB, de modo a se explicar tanto o fato de esse elemento ser intercambiável com pronome lexical nominativo, quanto a intuição revelada num grande número de análises encontradas na literatura, segundo as quais esse elemento é um DP que: ou nasce na posição de objeto e assume o estatuto de sujeito, ou tem o estatuto de sujeito num nível de representação e o de objeto em outro nível, ou é um "sujeito posposto" com o partitivo, um Caso marcado no objeto temático **in situ**;

b) explica contrastes que se verificam entre construções inacusativas do PE (cf. dados de RAPOSO & URIAGEREKA:1990) e construções inacusativas do PB, invocando um número reduzido de operações e categorias funcionais (dispensando, por exemplo, a marcação do Caso por regência; a atribuição desse Caso, ora por T, ora por Agr; a necessidade de movimento, ora do DP, ora do

verbo, ora de Agr; a necessidade de existência de um núcleo funcional F(oco), projetando FP, etc.);

c) explica as estruturas inacusativas com PP locativo em posição pré-verbal e DP[-Acus] pós-verbal em línguas como o inglês, sem postular a existência de uma posição adicional de sujeito e o movimento, desmotivado, de DPs para essa posição.

Além disso, na análise das sentenças com DP[-Acus] pós-verbal proposta nesta tese (Capítulo 4), assume-se que o PB possui uma categoria expletiva nula ( $pro_{E1}$ ), ou seja, uma categoria que, embora sem conteúdo fonético, sem traços- $\phi$ , sem papel- $\theta$  e sem Caso, é especificada com o traço-D e, por isso, pode ser o SUJEITO de tais sentenças. Essa análise complementa a proposta de NUNES(1994), que trata da questão das possibilidades de marcação de Caso, como mostra a seção 5.2.1, abaixo.

### **5.2.1 Sobre as Manifestações Casuais do Sujeito**

Segundo NUNES(1994), o Filtro do Caso atua sobre os nomes na FF, independentemente da Condição de Visibilidade, que atua sobre os argumentos na FL, e a combinação da marcação positiva/negativa do Caso FF e da marcação positiva/negativa do Caso FL resulta em quatro possibilidades, dentre as quais apenas três são legítimas.

Nesta tese assume-se que todas as combinações da marcação positiva/negativa do Caso FF e a marcação positiva/negativa do Caso FL são possíveis e encontradas em categorias que ocupam a

posição de sujeito - o que não significa que essas combinações sejam (ou possam ser), todas, exibidas por uma determinada língua, como atestam os contrastes entre dados do PB e dados do inglês, a seguir.

A checagem do Caso nominativo (exigida pelo traço **marcar caso**, especificado em **T**) pode envolver:

a) categorias dotadas de conteúdo referencial inerente - as expressões referenciais (ER);

b) categorias que remetem a um referente definido, que é identificado como uma pessoa envolvida na enunciação - os ditos pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas;

c) categorias dotadas de um conteúdo referencial definido, herdado de algum elemento que figura no discurso - os ditos pronomes de 3ª pessoa e as anáforas;

d) categorias dotadas de um conteúdo referencial arbitrário, identificado pragmaticamente - que são, portanto, de natureza pronominal.

e) categorias destituídas de conteúdo referencial.

Adotando a perspectiva de CHOMSKY(1995), de acordo com a qual o Caso é um traço especificado nas entradas lexicais, apenas checado no curso da derivação, pode-se estipular o seguinte: a operação de checagem do traço marcar Caso - que é especificado em T e em V - envolve, necessariamente, um elemento especificado quanto ao Caso, de alguma forma; essa exigência, no entanto, não afeta a legitimidade de categorias sem Caso, que, obviamente, não serão envolvidas em tal operação. Conforme atestam os dados, a seguir, a posição de sujeito pode ser ocupada por:

I - uma categoria com papel- $\Theta$  e matriz fonética (portanto, marcada Caso [+FL, +FF]), que pode se caracterizar como:

**A) [+Conteúdo Referencial Inerente]**

- (3) a. Maria ama o João.  
b. Mary loves John.
- (4) a. Lamento os alunos não terem lido este livro.  
b. \_\_\_\_\_

**B) [+Conteúdo Referencial Identificado na Enunciação]**

- (5) a. Eu amo o João.  
b. I love John.

**C) [+Conteúdo Referencial Herdado de um antecedente]**

- (6) a. João disse que ele vai comprar um apartamento.  
b. John took that he will buy a flat.

**D) [+Conteúdo Referencial Arbitrário]**

- (7) a. Com essa taxa, você não pode pensar em carro importado.  
b. \_\_\_\_\_

II - uma categoria com papel- $\Theta$  e sem matriz fonética (portanto, marcada Caso [+FL, -FF]), que pode ser uma categoria com:

**A) [+Conteúdo Referencial Identificado na Enunciação]**

- (8) a. pro comprei um carro novo.  
b. \_\_\_\_\_
- (9) a. João acha que pro falo muito rápido.  
b. \_\_\_\_\_

**B) [+Conteúdo Referencial Herdado de um antecedente]**

- (10) a. João disse que pro vai comprar um apartamento.  
b. \_\_\_\_\_
- (11) a. [Aqueles alunos eram ótimos] lamento pro terem desistido do curso.  
b. \_\_\_\_\_



- (12) a. João quer PRO comprar um apartamento.  
 b. John want PRO to buy a flat.

**C) [+Conteúdo Referencial Arbitrário]**

- (13) a. No Brasil pro ganha dinheiro muito fácil.  
 b. \_\_\_\_\_

III - uma categoria sem papel- $\Theta$  e com matriz fonética (portanto, marcada Caso [-FL, +FF]), que não possui um conteúdo referencial (Inerente, Herdado ou arbitrário):

- (14) a. -----  
 b. It was decided that on the return of the refugees.

V - uma categoria sem papel- $\Theta$  e sem matriz fonética (portanto, caracterizada como Caso [-FL, -FF]), que não possui um conteúdo referencial (Inerente, Herdado ou arbitrário):

- (15) a. pro Parece que João está doente.  
 b. \_\_\_\_\_

IV - uma categoria sem papel- $\Theta$  e com matriz fonética (caracterizada, então, como Caso [-FL, -FF]) - essa categoria também não possui um conteúdo referencial (Inerente, Herdado ou arbitrário):

- (16) a. There are three men in the garden.  
 b. \_\_\_\_\_

Esses dados permitem, portanto, postular uma simetria do paradigma proposto por NUNES; ou seja, que a checagem do traço **marcar caso** de T - que não precisa ser uma operação realizada nos dois componentes - FF e FL - pode envolver uma categoria de um destes quatro tipos:

(17) Categorias que podem ser envolvidas na checagem do traço **marcar Caso**, de T:

- a. [+FF, +FL]
- b. [+FF, -FL]
- c. [-FF, +FL]
- d. [-FF, -FL]

A categoria do tipo especificado em d., [-FF, -FL], ou seja, não-marcada Caso, é exatamente a que permite explicar o licenciamento do objeto nominativo: a presença dessa categoria satisfaz a exigência de checagem do traço-D de T, e entra na presença de sujeito nulo expletivo nas construções com DP [-Acus] em posição pós-verbal em determinadas línguas.

A proposta de existência de tal categoria é, pois, motivada pela distinção estabelecida por CHOMSKY(1995) entre: **it** - um expletivo "puro", que não possui traços- $\Phi$ , mas é marcado Caso, que entra na operação de checagem do Caso nominativo nas construções com predicados de tempo e verbos de alçamento - e **there**, uma categoria que não possui traços- $\Phi$ , não é marcada Caso e ocorre nas construções em que se associa a um elemento que checa o Caso nominativo de T, através de um movimento explícito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÂMBAR, M. (1988) **Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português**. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- ASSUNÇÃO, A. L. (1993) **As Estruturas de Objeto Nulo sob a Perspectiva da Teoria de Princípios e Parâmetros**. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- BAKER, H. K. JONHNSON e I. ROBERTS (1989) Passive argument raised. **Linguistic Inquiry** 20. pp.219-251.
- BELLETTI, A. (1988) *The Case of Unaccusatives*. **Linguistic Inquiry** 19:1. pp.1-34.
- BENVENISTE, E. (1988) *Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo*. em **Problemas de Linguística Geral I**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP. pp. 247-259.
- BERLINCK, R. (1994) **A Inversão Verbo-Sujeito no Português Culto Falado no Brasil**. ms. UNICAMP.
- BITTENCOURT, V. (1979) **A Posposição do Sujeito em Português**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte.
- BOBALJIK, J. & A. CARNIE (1992) **A Minimalist Approach to Some problems of Irish Word Order**. ms. MIT.
- BORER, H. (1984) **Parametric Syntax - Case Studies in Semitic and Romance Languages**. Foris Publications. Dordrecht.
- BORER, H. (1989) *Anaphoric AGR*. in JAEGGLI, O. & K. SAFIR (eds) **The Null Subject parameter**. Kluwer Academic publishers. pp. 69-109.
- BRANIGAN, P. (1992) **Subjects and Complementizers**. Tese de Doutorado. MIT.
- BRESNAN, J. & J. KANERVA (1992) *Locative Inversion in Chichewa: A Case of Factorization in Grammar*. **Syntax and Semantics** 26. pp. 53-102.
- BÚRGIO, L. (1986) **Italian Syntax: A Government and Binding Approach**. D. Reidel. Publishing Company. Dordrecht.
- BÚRZIO, L. (1992) **The Role of the Antecedent in Anaphoric Relation**. ms. The Johns Hopkins University.
- BÚRZIO, L. (1994) **Case Uniformity**. ms. The Johns Hopkins University.
- CALABRESE, A. (1982) *Alcune Ipotesi Sulla Struttura Informazionale Della Frase*. in Italiano e Sul Suo Rapporto Con la Struttura Fonologica. **Rivista di Gramatica Generativa** 7. pp. 1-75.

- CALABRESE, A. (1986) *Pronomina: Some Properties of the Italian Pronominal System*. in FUKUI, N., T. RAPPORT & E. SAGEY (eds.) **MIT Working Papers in Linguistics 8**. pp. 128-172.
- CASTELEIRO, J. M. (1981) **Sintaxe Transformacional do Adjetivos**. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa.
- CERQUEIRA, V. C. (1993) *A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro*. in Kato, M. & Roberts, I. (eds.) **Português do Brasil: uma viagem diacrônica**. Editora da Unicamp. SP/Brasil. pp.129-162.
- CHOMSKY, N. (1980) *On binding*. **Linguistic Inquiry 11:1**. pp. 1-46.
- CHOMSKY, N. (1981) **Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures**. Foris. Dordrecht.
- CHOMSKY, N. (1982) **Some Concepts and Consequence of the Theory of Government and Binding**. The MIT Press. Cambridge. Mass.
- CHOMSKY, N. (1986a) *Barriers*. **Linguistic Inquiry Monograph. 13**. MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1986b) **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. Praeger. New York.
- CHOMSKY, N. (1989) *Some Notes on Economy of Derivation and Representation*. in Freidin, R. (ed.) **Principles and Parameters in Comparative Syntax**. MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1993) *A Minimalist Program for Linguistic Theory*. **MIT Occasional Papers in Linguistics Number 1**. Cambridge. Mass.
- CHOMSKY, N. (1994) **Bare Phrase Structure**. ms. MIT.
- CHOMSKY, N. (1995) **"Capítulo 4"**. ms. MIT.
- CHOMSKY, N. & H. LASNIK (1993) *Principles and Parameters Theory*. IN: J. Jacobs, A. van Stechow, W. Sternefeld, and T. Venemann (eds.) **Syntax: an International Handbook of Contemporary Research**. de Gruyter. Berlin.
- CHUNG, S. & J. MCCLOSKEY (1987) *Government, Barriers, and Small Clauses in Modern Irish*. **LI 18.2**. pp. 173-238.
- CHUNG, S. (1987) *The Syntax of Chamoro existential Sentences*. In REULAND, E & A. MEULEN (eds.) **The Representation of (in)definiteness**. The MIT Press. Cambridge. Mass.
- CINQUE, G. (1988) *On si constructions and the Theory of Arb*. **Linguistic Inquiry 19:4**. pp. 521-581.
- CINQUE, G. (1990) **Types of A'-Dependencies**. The MIT Press. Cambridge. Mass.

- CUNHA, CELSO (1977) **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 7 ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.
- DIESING, M. (1992) **Indefinites**. The MIT Press. Cambridge. Mass.
- DUARTE, M. E. L. (1995) *A perda da Ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil*. **D.E.L.T.A**, número especial. pp. 37-52
- DUARTE, M. E. L. (1993) *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil*. in Kato, M. & Roberts, I. (eds.) **Português do Brasil: uma viagem diacrônica**. Editora da Unicamp. SP/Brésil. p.107-128.
- DUARTE, M. E. L. (1995) **A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- EDMONDS, J. (1970) **Root and Structure-Preserving Transformations**. Ph. D. Dissertation. MIT.
- FASOLD, R. W. (1986) *Linguistic analyses of The Three Kinds*. in SANKOFF, D. (ed.) **Diversity and Diachrony**. Jonh Benjamins Publishing Company. Amsterdam. pp. 361-366.
- FIGUEIREDO SILVA, M.C. (1994) **La position sujet en Portugais Brésilien - dans les phrases finies et infinitives**. Tese de Doutorado, Université de Genève.
- FUKUI, N. & M. SPEAS (1986) *Specifiers and projection*. in FUKUI, N., T. RAPPORT & E. SAGEY (eds.) **MIT Working Papers in Linguistics 8**. pp. 128-172.
- FUKUI, N. (1986) **A Theory of Category projection and Its Applications**. Tese de Doutorado. MIT.
- GALVES, C. (1991a) **Subjects and operators in Brazilian Portuguese**. Ms. Universidade Estadual de Campinas/SP. Brasil.
- GALVES, C. (1991b) **Agreement and subjects in Brazilian Portuguese**. Ms. Universidade Estadual de Campinas/SP. Brasil.
- GALVES, C. (1992) **Inflected infinitive and AGR Licensing**. Ms. Universidade Estadual de Campinas/SP. Brasil.
- GALVES, C. (1993) *O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro*. in Kato, M. & Roberts, I. (eds.) **Português do Brasil: uma viagem diacrônica**. Editora da Unicamp. SP/Brasil. pp.387-408.
- GIL, D. (1987) *Definiteness, Noun Phrase Configurationality, and the Count - Mass Distinction*. In REULAND, E & A. MEULEN (eds.) **The Representation of (in)definiteness**. The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 254-269.
- GIORGI, A. & L. GINSEPPE (1991) **The Syntax of Noun Phrases - Configuration, parameters and Empty Categories**. Cambridge

- Studies in Linguistics 57. Cambridge University Press. Cambridge.
- GRIMSHAW, J. (1979) *Comprehend Selection and the Lexicon*, LI 10:2. pp. 279-326.
- HAEGEMAN, L. (1991) *Introduction to Government and Binding Theory*. Basil Blackwell. London.
- HALE, K. & S. J. KEYSER (1993) *An Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations*. in *The View From Building 20*. MIT. pp. 53-111.
- HALLE, M. & A. MARANTZ (1993) *Distributed Morphology and The Pieces of Inflection*. in *The View From Building 20*. MIT. pp. 111-176.
- HEIM, I (1987) *Where Does the Definiteness Restriction Apply? Evidence from the Definiteness of Variables*. in REULAND, E & A. MEULEN (eds.) *The Representation of (in)definiteness*. The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 21-42.
- HEYCOCK, C. & Y.-S. LEE (1990) *Subjects and Predication in Korean and Japanese*. in T. HOJI (ed.) *Japanese/Korean Linguistics*. Stanford University. Stanford. pp. 239-253.
- HEYCOCK, C. B. (1994) *Layers of Predication - The Non-Lexical Syntax of Clauses*. Garland Publishing. New York.
- HORNSTEIN, N. (1994) *The Grammar of LF: From GB to Minimalism*. ms. University of Maryland.
- HIGGINBOTHAM, J. (1987) *Indefinites and Predications*. in REULAND, E & A. MEULEN (eds.) *The Representation of (in)definiteness*. The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 43-71.
- HOEKSTRA, T. & R. MÜLLER (1990) *Unergatives as Copular Verbs*. *Linguistic Review* 7. pp. 2-79.
- HUANG, J. (1984) *On the distribution and reference of empty pronoms*. *Linguistic Inquiry* 15. p.531-574.
- HUDSON, R.A. (1980) *Sociolinguistics*. Cambridge University Press. Cambridge.
- IATRIDOU, S. (1990) *About Agr(P)*. *Linguistic Inquiry* 21:4. pp. 551-577.
- JACKENDOFF, R. (1987) *The Status of thematic Relations in Linguistic theory*. LI 18. pp. 389-411.
- JACKENDOFF, R. S. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. The MIT Press. Cambridge. Mass.
- JAEGGLI, O. & SAFIR, K. J. (1989) *The Null Subject Parameter and Parametric theory*. IN: JAEGGLI, O. & SAFIR, K. (eds.) *The*



- Null Subject Parameter.** Kluwer Academic publisher. Dordrecht. pp. 1-44
- JAEGGLI, O. (1986) *Passive*. **Linguistic Inquiry** 17:4. pp. 587-622.
- JOHNSON, K. (1988) *Clause Gerunds, the ECP and Government*. **Linguistic Inquiry** 19:4. pp. 583-603.
- KATO, M. A. (1981) *Sujeito opcional nas regras de base do português e suas conseqüências na estrutura superficial*. **Anais do V Encontro Nacional de Linguística**. PUC/RJ, Rio de Janeiro.
- KATO, M. A. (1987) *Questões e Problemas - Inversão da Ordem SV em Interrogativas no Português: Uma Questão Sintática ou Estilística?* **Delta** 3.2. pp. 243-252.
- KATO, M. A. (1992) *Variação Sintática e Estilo*. **Cadernos de Estudos Linguísticos** 22. pp. 127-137.
- KATO, M. A. (1993) **Word Order Change: The Case of Brazilian Portuguese Wh-Question**. UNICAMP. Paper presented at the 11th International Congress of Historical Linguistics, UCLA.
- KATO, M. A. (1994a) **Português Brasileiro Falado: Aquisição em Contexto de Mudança Linguística**. Congresso Internacional sobre o Português. Lisboa.
- KATO, M. A. (1994b) *A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar*. in TRACY, R. & E. LATTEY (eds.) **How Tolent is Universal Grammar?** Tübingen. pp. 126-151.
- KATO, M. A. & E. RAPOSO (no prelo) *European and Brazilian Portuguese Word Order: Questions, Focus and Topic Constructions*. IN: C. Parodi, A. C. Quicoli e M. L. Zubizarretta (eds.) **Romance Linguistics in Los Angeles**. Washington, Georgetown University Press.
- KATO, M. A. & F. TARALLO (1986) *Anything YOU Can Do In Bralizian Portuguese*. in JAEGGLI, O. & C. SILVA-CORVALÁN (eds.) **Studies in Romance Linguistics**. Dordrecht, Foris. pp. 343-358.
- KATO, M. A. & F. TARALLO (no prelo) **The Loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese**. ms.
- KAYNE, R. (1993) **The Antisymmetry of Syntax**. ms.
- KAYNE, R. S, (1980) **Romance Clitics and PRO**. ms. Graduate Center. Cuny.

- KEENAN, E. L. (1975) **Formal Semantics of Natural language - Papers from a Colloquium Sponsored by the King's College Research Center.** Cambridge University Press.
- KIM, Y.-S. (1989) **A Unified Theory of Control in English.** Tese de Doutorado. Universidade de Seul.
- KITAHARA, H. (1994) **A Unified Theory of Movement and Structure-Building.** Tese de Doutorado. Harvard University. Cambridge.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. (1988) **Subjects.** Ms. UCLA.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. (1990) **The Position of Subjects.** Ms. UCLA.
- KOSTER, J. (1987) **Domains and Dynasties - The Radical Autonomy of Syntax.** Foris Publication.
- KROCH, A. S. (1989) **Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change.** Cambridge University Press. Cambridge.
- KURODA, S. Y. (1990) *Cognitive and Syntactic Bases of Topicalized and Nontopicalized Sentences in Japanese.* in T. HOJI (ed.) **Japanese/Korean Linguistics.** Stanford University. Stanford. pp. 1-26.
- LABERGE, S. & G. SANKOFF (1979) *Anything You Can Do.* **Syntax and Semantics 12.** pp. 419-440.
- LABOV, W. (1972) **Sociolinguistic Patterns.** Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LASNIK, H. & J. URIAGAREKA (1988) **A Course in GB Syntax - Lecture on Binding and Empty Category.** The MIT Press. Cambridge. Mass.
- LEBEAUX, D. S. (1988) **Language Acquisition and the Form of the Grammar.** University of Massachusetts.
- LEMA, J. (1986) **Licensing Conditions on Head Movements.** Tese de Doutorado. University of Ottawa.
- LENA, J. & M. L. RIVERO (1989) **Inverted Conjugations and Y-Second effects in Romance.** University of Ottawa.
- LIGHTFOOT, D. (1991a) **Principles of Diachronic Syntax.** Cambridge University Press. Cambridge.
- LIRA, S. (1982) **Nominal, pronominal and Zero Subject in Portuguese.** Tese de Doutorado. University of Pennsylvania.
- LIRA, S. (1982) **Subject Postposition in Portuguese.** *D.E.L.T.A 2,* 1. pp. 17-36.
- MAHAJAN, A. (1992) **On the A/A-bar Distinction: Scrambling, Weak Crossover and binding.** Tese de Doutorado. MIT.



- MARANTZ, A. (1984) **On The Nature of Grammatical Relations**. The MIT Press. Cambridge. Mass.
- MENUZZI, S. (1995) **Analogical Chains**. ms. HIL/University of Leiden.
- MENUZZI, S. (1995) **Binding into PPs: Chains, Indexing & Feature-Compatibility**. ms. HIL/University of Leiden.
- MILSARK, G. L. (1988) Single -ing. *LI* 19:4.
- MORO, A. (1987) **The Raising of Predicates: Copula, Expletives and Existence**. ms. Universidade de Venezuela.
- MOREIRA DA SILVA, S. (1984) **Études sur la symétrie et l'asymétrie SUJET/OBJET dans le Portugais du Brésil**. Tese de Doutorado. Universidade de Paris VIII.
- MURASUGI, K. G. (1992) **Crossing and Nested paths: NP Movement in Accusative and Ergative languages**. MIT Press. Cambridge.
- NASCIMENTO, M. (1984) **Sur la postposition du sujet dans le Portugais du Brésil**. Tese de Doutorado, Universidade de Paris VIII.
- NASCIMENTO, M. & M. KATO (1995) **O Estatuto dos Nominais Pós-Verbais dos Verbos Inacusativos**. *Revista de Estudos da Linguagem* 4:1. pp. 1-74.
- NEGRÃO, E. & A. L. MÜLLER (1994) **As Mudanças no Sistema pronominal do Português Brasileiro: Substituição ou Especialização de Formas**. ms. USP/SP.
- NEGRI, L. (1992) **Pronomes, um Dilema de Classe**. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 22. pp. 91-96.
- NICOLAU, E. M. D. (1984) **A Ausência de Concordância Verbal em português: Uma Abordagem sociolingüística**. Dissertação de mestrado. UFMG.
- NICOLAU, E. M. D. (1994) **Sobre o Sujeito Nulo no Português Culto Falado no Brasil**. Comunicação Apresentada no I Congresso Internacional de Associação Brasileira de Lingüística. Salvador/BA.
- NUNES, J. (1992) **English participle constructions: evidence for a [+PF, -LF] Case**. Ms. University of Maryland.
- NUNES, J. (1994) **Relativizing Case Theory**. ms. University of Maryland.
- NUNES, J. (1995) "CHAPTER II: THEORETICAL FRAMEWORD", Ph D. Dissertation. ms. University of Maryland.

- PESETSKY, D. (1987) *Wh-in-situ: Movement and Unselective Binding*. in REULAND, E & A. MEULEN (eds.) **The Representation of (in)definiteness**. The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 98-129.
- PESETSKY, D. (1994) **Zero Syntax - Experiences and Cascades**. ms. MIT.
- PINTZUK, S. (1993) **Phrase Structure Variation in Old English**. University of Pennsylvania. New York.
- POLLOCK, J. Y. (1989) *Verb Movement, UG and the structure of IP*. **Linguistic Inquiry** 20. pp.365-424.
- POLLOCK, J. Y. & H. G. UBENAUER (1990) *Le Programme de Recherches de La Grammaire générative: mise en œuvre et enjeux*. in **Linguistique et Cognition: Réponses à Quelques Critiques de la Grammaire Générative**. pp. 8-20.
- PONTES, E. S.L. (1986) **Sujeito: Da Sintaxe ao Discurso**. São Paulo: Àtica (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- RADFORD, A. (1988) **Transformational Grammar**. Cambridge University Press.
- RAMOS, J. (1992) **Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil: Uma Abordagem Gerativa e Variacionista**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas.
- RAPOSO, E. & J. URIAGAREKA (1990) *Long Distance Case Assignment*. **Linguistic Inquiry** 21:4. pp. 505-537.
- RAPOSO, E.P. (1992) **Teoria da Gramática**. A Faculdade da Linguagem. Caminho. Lisboa.
- REINHART, T. (1987) *Specifier and operator Binding*. in REULAND, E & A. MEULEN (eds.) **The Representation of (in)definiteness**. The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 130-167.
- REINHART, T. & E. REULAND (1993) *Reflexivity*. **LI** 24:4. pp. 657-720.
- REULAND, E. J. (1983) *Governing -ing*. **LI** 14:1. pp. 101-135.
- RITTER, E. (1995) *On the Syntactic Category of Pronouns and Agreement*. **Internal Language and Linguistic Theory** 13. pp. 405-443.
- RIZZI, L. (1982) **Issues in Italian Syntax**. Foris.
- RIZZI, L. (1986) *Null Objects in Italian and the Theory of pro*. **Linguistic Inquiry** 17. p. 501-557.
- RIZZI, L. (1990) **Relativized Minimality**. MIT Press.

- ROBERTS, I. (1987) **The representation of implicit and dethematized subjects.** Dordrecht:Foris.
- ROBERTS, I. (1992) **Two Types of Head Movement in Romance.** ms. University of Wales.
- ROBERTS, I. (1993) **Verbs and Diachronic Syntax - a Comparative History of English and French.** Universidade de Wales.
- ROTHSTEIN, S. D. (1983) **The Syntactic Forms of Predication.** Tese de Doutorado. MIT.
- ROUVERET, A. (1987) "*Présentation*" et "*Postscript*" dans Chomsky. em **La nouvelle syntaxe.** Ed. du Seuil.
- ROUVERET, A. (1991) **Functional Categories and Agreement.**
- SAFIR, K. (1987) What Explains the Definiteness Effect? in REULAND, E & A. MEULEN (eds.) **The Representation of (in)definiteness.** The MIT Press. Cambridge. Mass. pp. 77-97.
- SANKOFF, D. (1988) Sociolinguistic and Syntactic Variation. in NEWMEYER, F. (ed.) **Linguistics: The Cambridge Survey.** Cambridge University Press. PP. 148-161.
- SANTOS, M. B. (1990) **Aspectos da Alternância SV/VS no Português Coloquial.** Dissertação de Mestrado. UFMG.
- SIKANSI, M. S. (1994) **A Estrutura das Sentenças com Pronome Interrogativo no português Brasileiro Atual.** Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- SLONSKY, u. (1988) *Rich Infl and Licensing of pro.* in CARDINALETTI, A, G. CINQUE & G. GINSTEI (eds.) **Constituent Structure.** Foris Publications. pp. 332-349.
- SORIANO, F. (1989) *Strong pronouns in Null-Subject Languages and the Avoid Pronoun Principle.* **MIT Working Papers in Linguistics** 11. pp. 228-239.
- SPEAS, M. (1994) *Null Arguments in a Theory of Economy of Projection.* in BENEDICTO, E. & J. RUNNER (eds.) **Functional Projection.** UNOP 17.
- SPORTICHE, D. (1988) *A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure.* **Linguistic Inquiry** 19. pp. 425-449.
- SPORTICHE, D. (1990) **Movement, Agreement and Case.** ms. UCLA.
- SPORTICHE, D. (1992) **Clitic Constructions.** ms. UCLA.
- STOWELL, T. & F. BEGHELLI (1994) **The Direction of Quantifier Movement.** ms. UCLA.

- STOWELL, T. (1981) **Origin of Phrase Structure**. Tese de Doutorado. MIT. Cambridge.
- STOWELL, T. (1992) *The Role of the Lexicon in Syntactic Theory*. **Syntax and Semantics** 26. pp. 9-20.
- TARALLO, Fernando L. (1993) *Diagnosticando uma gramática brasileira*. in Kato, M. & Roberts, I. (eds.) **Português do Brasil: uma viagem diacrônica**. Editora da Unicamp. SP/Brasil. pp.69-105.
- TARALLO, F & M. A. KATO (1993) *Filling Syntactic Boundaries in Spoken Brazilian Portuguese*. **Language Variation and Change** 5. Cambridge University Press. Cambridge.
- TARALLO, F. & M. A. KATO (1989) **Harmonia Trans-sistêmica: Variação Intra- e Inter-Linguística**. Preedição 5, UNICAMP, Campinas.
- TORRES MORAIS, M. A. (1995) **Do Português Clássico Ao Português Europeu Moderno: Um Estudo da Clitização e do Movimento do Verbo**. Tese de Doutorado. UNICAMP/SP.
- URIEL, M. (1991) *The Function of Accessibility in a Theory of Grammar*. **Journal of Pragmatics** 16. pp. 443-463.
- URIEL, M. (1994) *Interpreting Anaphoric Expressions: a Cognitive Versus a Pragmatic Approach*. **Jornal of Linguistics** 30. pp. 3-42.
- VINKER, S. (1991) **Verb Movement and The Licensing of NP Positions in the Germanic Languages**. Universitat Stuttgart.
- VITRAL, L. (1992) **Structure de la proposition et syntaxe du mouvement du verbe en portugais brésilien**. Tese de Doutorado. Université de Paris VIII.
- WATANABE, A. (1992) **Wh-in-situ, Subjacency and Chain Formation**. **MIT Occasional papers in Linguistics** 2. MIT.
- WATANABE, A. (1993) **AGR-Based Case Theory and Its Interaction with the A-bar System**. Tese de Doutorado. MIT.
- WEBELHUTH, G. (1992) **Principes and parameters of syntactic Saturations**. Oxford University Press. New York.
- WEINREICHM U., W. LABOV & M. I. HERZOG (1981) **Empirical Foundations for a Theory of Language Change**. Columbia University.
- WIERZBICA, A. (1988) **The Semantics of Grammar**. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam. pp. 391-497.
- WILLIAMS, E. (1980) *Predication*. **LI** 11. pp. 203-238.
- WILLIAMS, E. (1984) *Grammatical Relations*. **LI** 18. pp. 639-672.

- WILLIAMS, E. (1992) *θ-Theory as Binding Theory*. **Syntax and Semantics 26**. pp. 189-210.
- ZAGONA, K. T. (1988) **Verb Phrase Syntax**. Kluwer Academic Publishers.
- ZARING, L. A. (1985) **The Syntactic Role of Verbal Inflection in French and Brazilian Portuguese**. Tese de Doutorado. Cornell University.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1993) **The Grammatical Representation of Topic and focus: Implications for the Structure of the Clause**. ms. USC.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1995) **Prosody, Focus and Word Order** (Version 3: September 1995). ms. USC.